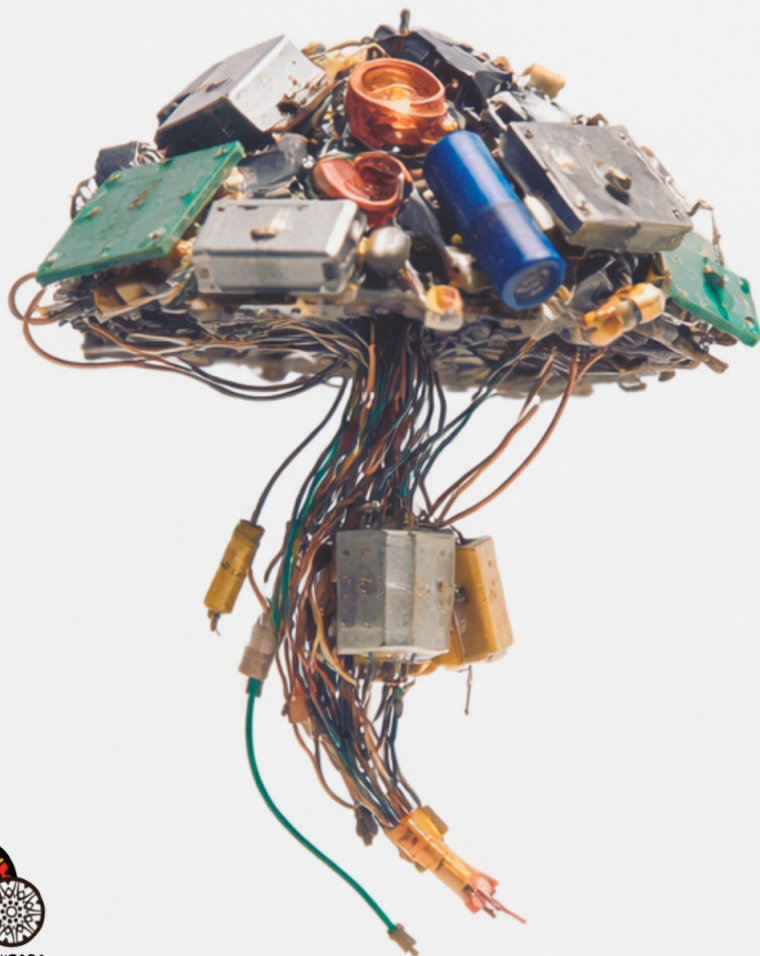


OFICINANDO EM REDE:

TECNOPOLÍTICAS DOS AFETOS

ORGS. VANESSA MAURENTE E LETÍCIA CARDOSO



ABRAPSO EDITORA

OFICINANDO EM REDE:

TECNOPOLÍTICAS DOS AFETOS



AbRAPSOM EDITORA

Organizadoras:

Vanessa Mauren

Leticia Cardoso





A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade. Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Editora Geral
Emerson Rasera
Editora Executiva
Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial
Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ
Andrea Vieira Zanella – UFSC
Benedito Medrado-Dantas – UFPE
Conceição Nogueira – Universidade do Minho – Portugal
Francisco Portugal – UFRJ
Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB – Espanha
Maria Lúcia do Nascimento – UFF
Pedrinho Guareschi – UFRGS
Peter Spink – FGV

Projeto gráfico e diagramação
GN1 World Tecnologia - comercial@gn1.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oficinando em rede [livro eletrônico] :
tecnopolíticas dos afetos / organização Vanessa
Maurenre , Leticia Cardoso. -- Porto Alegre, RS :
ABRAPSO Editora, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-42-9

1. Afeto 2. Colonialismo 3. Crise ambiental
4. Crítica social 5. Psicologia social 6. Política
7. Tecnologia I. Maurenre, Vanessa. II. Cardoso,
Leticia.

26-354746.0 CDD-301.1

Índices para catálogo sistemático:

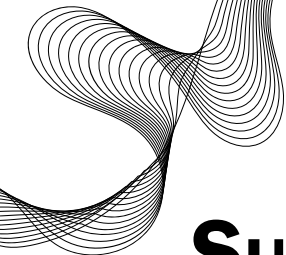
1. Psicologia social 301.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



A Editora da ABRAPSO adota a licença da *Creative Commons* CC BY:
Atribuição 4.0 Internacional - CC BY: Esta é a licença mais flexível das seis licenças principais.
Ela permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo
para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença
recomendada para maximizar a disseminação e o uso de materiais licenciados.

Acesse à licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



SUMÁRIO

Prefácio	10
-----------------------	-----------

Cleci Maraschin

Apresentação	15
---------------------------	-----------

Leticia Cardoso da Silva, Vanessa Maurente

Seção 1: Galaxia dos afetos: um jogo como tecnologia de (re) afetação	27
--	-----------

1. Das Ilhas à Galáxia	27
------------------------------	----

Luísa Matheus Avencourt

2. Galáxia dos Afetos: quando a infância guia uma viagem pelo cosmos	46
--	----

Vanessa Maurente, Luísa Matheus Avencourt, Renata Laranja Chamun, Karem Sâmia Pamplona Pires, Luis Artur Costa, Daniel Racheli, Beatriz Collares Matos

3. Perdendo a razão: desconstruindo hierarquias entre afeto e cognição através do brincar	73
---	----

Vanessa Soares Maurente, Leticia Cardoso da Silva, Cleci Maraschin

4. Afetos em Rede: descolonizando as políticas do sentir na educação	96
--	----

Renata Laranja Chamun, Daniel Leal Racheli da Silveira, Monique Navarro Souza, Luis Artur Costa

Seção 2: Tecnopolíticas do Cuidado	138
---	------------

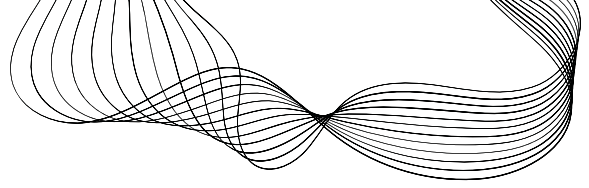
5. Reencantar o concreto, cuidar da vida: caminhos de re-existência a partir dos estudos da cognição	138
--	-----

Gustavo Cruz Ferraz, Beatriz Sancovski

6. Cuidado e ecologia para a psicologia: interdependência como fator clínico	180
--	-----

Thais Gomes de Oliveira

7. Oficinas com grupos de consumo solidário: exercício atencional na pesquisa e na constituição de coletivo	201
<i>Lais Vargas Ramm, Rosemeri Völz Wille, Talita Gonçalves Monteiro</i>	
8. Carta à Imaginação: criar comunidades humanas e não-humanas por meio dos sonhos	226
<i>Laura Barcellos Pujol de Souza, Luciano Bedin da Costa</i>	
9. Adaptação transcultural de um jogo virtual de simulação sobre crise alérgica na doença falciforme	254
<i>Suiane Costa Ferreira, Karen Fleming</i>	
Seção 3: Políticas algorítmicas de Subjetivação	274
10. Entre imagens-selvagens e máquinas abertas: instaurações para adiar o estado de otimização	274
<i>Wellisson Guilhermino Pereira da Silva, Édio Ranieri, Ada</i>	
11. Biopolítica, Psicopolítica, ¿Timopolítica? La Datificación de las emociones en la Sociedad Algorítmica	303
<i>Enrique Baleriola, Sergi Parellada, Monique Navarro</i>	
12. <i>TikTok</i> y las emociones evanescentes. Una etnografía digital sobre las formas de gubernamentalidad en el siglo XXI	339
<i>Francisco Tirado, Tiziano Picardo de Castro, Joan Rovira</i>	
13. Trabalho docente por tecnologias digitais: percursos analíticos na e a partir da pandemia de Covid-19	347
<i>Fernanda Spanier Amador, Juliana Prediger, Livia R. Fernandes</i>	
14. O <i>WhatsApp</i> [®] criando modos de viver e trabalhar: a figuração como estratégia de produção de conhecimento	372
<i>Thiele da Costa Muller Castro, Jaqueline Tittoni</i>	
15. Tecnopolíticas feministas e modos especulativos de narrar o mundo	404
<i>Camila Pereira Alves, Vanessa Soares Maurente</i>	
16. Em defesa de uma sociologia escolar em mangas de camisa e como esporte de combate na escola pública	427
<i>Lucas Antunes Machado</i>	

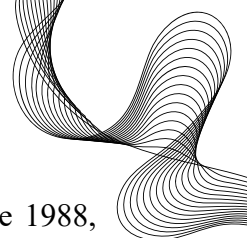


PREFÁCIO

Oficinando em Rede: Tecnopolíticas dos Afetos

Como professora aposentada, comemoro ao saber que aquilo que semeamos em outros tempos, com outros colegas e estudantes, segue vívido e produzindo deslocamentos. Vanessa Maurenre e Luiz Artur Costa, ex-alunos e colegas, estão conduzindo o grupo com novas energias e se debruçando em temáticas contemporâneas que colocam questões aos processos coletivos envolvendo cognição e afeto em um mundo que enfrenta muitos desafios. Um grupo que passa a outras mãos é refeito, reencantado, adquirindo outras forças e configurações. E não são poucos os desafios contemporâneos para o campo da Psicologia Social.

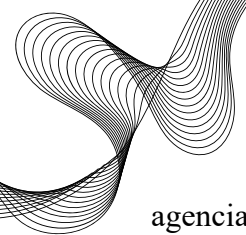
“Viver é perigoso”, já nos advertia Riobaldo ao narrar suas aventuras e desventuras pelas veredas de um grande sertão. Cresci em um tempo no qual, no Brasil, aprendemos a marchar, cantar hinos e não desafiar autoridades. Um país duocromático, verde e amarelo, no qual as opções eram amá-lo ou deixá-lo. O perigo espreitava em veredas como nas multidões, nas leituras marxistas e mesmo em uma igreja próxima aos pobres, em uma



educação freireana. Após 1984 e com a constituição de 1988, minha geração apostou que a democracia aos poucos iria se fortalecendo e os perigos ficariam no passado. Mas a vida tomba, e também se refaz!

A colega carioca Marisa Lopes da Rocha, em nossas conversas, costuma dizer que é necessário saber onde mora o perigo. Sabê-lo não para incrementar a paranoia e o imobilismo, mas como um probiótico vital. Como microrganismos vivos que, ao serem ingeridos em quantidades adequadas, nos fortalecem, pois também fortalecem seres que nem desconfiávamos que nos habitam. Formamos uma simbiose com bactérias, fungos e vírus que constituem nossa microbiota e que cada vez menos nos fazem perceber como indivíduos. Os perigos podem matar ou fortalecer, transformando as possibilidades de bem viver e bem morrer em um planeta danificado. Lembro das milhares de vítimas da Covid-19 que não tiveram a oportunidade de um bem morrer ao lado de seus entes queridos, ficando isolados em seus cubículos ascéticos, sendo atendidos por espectros mascarados. Saber do perigo é necessário para transmutá-lo em vidas vivíveis, em refúgios habitáveis.

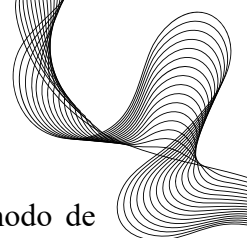
Haraway (2016) alerta que vivemos tempos de urgência, no qual a principal tarefa é criar respostas potentes, ou *responsability* para eventos críticos e também permanecer com o problema. Tarefas nada fáceis. Permanecer com o problema nos leva a buscar modos de viver que sejam hábeis para lidarmos com o complexo presente. Requer outras aprendizagens, evitando posições salvacionistas ou nostálgicas. Permanecer com o problema é ativar devires-com que cultivam práticas de cuidado



agenciado em acoplamentos, nos quais convivem humanos e não humanos em uma simpoíesis fortalecedora. A autora também indica que, para criar respostas potentes, importa as palavras que usamos, as histórias que compartilhamos, as figurações que habitamos, as pesquisas e os livros que escrevemos. Diante de perigos paradoxais, necessitamos de uma ecologia de práticas capazes de transmutar figuras instituídas e convenientes em coragem para criar outras histórias e outros modos de conviver, sentir e conhecer.

O livro “*Oficinando em rede: Tecnopolíticas dos Afetos*” que temos em mãos, ou nas telas, é uma espécie de probiótico vital e viral. Sinaliza algumas das veredas perigosas: os algoritmos, o colonialismo, o tecnocapitalismo, racismo, os desastres decorrentes do aquecimento global, as pandemias, o autoritarismo e a escalada de ódio em relação à diferença. Enfim, a lista é muito grande. Mas apostam que são perigos paradoxais, que precisam ser combatidos e escrutinados para poder saber se deles podem emergir brechas criadoras, capazes de fortalecer parentescos inusitados e potentes.

Cada capítulo traz um percurso e pílulas probióticas. Planetas e ilhas que questionam afetos purificados, complexificando-os, propiciando uma política interseccional dos mesmos. Oficinas para modelar afetos, colocando a mão na massa de forma coletiva. A problematização simplificadora de uma separação e hierarquização entre cognição e afeto e sua relação com a racionalidade eurocêntrica e capitalística. A abordagem enativa como uma atitude de reencantamento e de resistência a formas de cognição preponderantes nas universidades. Uma



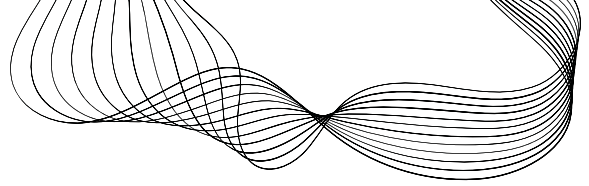
política do cuidado que toma o conhecer como um modo de cuidar relacional. Cuidar é reparar, manter a vida, ética urgente para nossos mundos e subjetividades danificadas. Modos de atentar que sustentam um consumo responsável. Sonhar como constituição de coletivos. Jogos que curam. Os desafios em relação à Inteligência Artificial, principalmente no sul global. A gestão algorítmica das emoções, a timopolítica, a tecnodiversidade, o educador em face à pandemia, à sociologia, às figurações. Um livro denso que congrega um coletivo de autores de diferentes instituições que disponibilizam suas pesquisas, pensamentos e práticas nesse limiar do enfrentamento a desafios de nosso tempo.

Palavras que ajudam a caminhar nessa tênue linha que nos coloca no problema. A amizade move e fortalece. Não faz desaparecer os perigos, mas nos dá coragem e ousadia para habitar seu âmago e transmutar suas direções usando suas próprias forças. É o que lemos no livro, é o que experimentamos no Nucogs. Vida longa ao Nucogs!

Cleci Maraschin

Referências

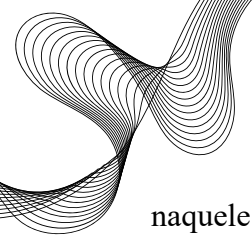
Hanaway, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.



APRESENTAÇÃO

“*Oficinando em rede: Tecnopolíticas dos Afetos*” é o sexto livro produzido pelo Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas/NUCOGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As três sessões que o organizam refletem os grandes eixos temáticos que direcionaram as pesquisas constituídas pelo grupo e seus colaboradores nos últimos dois anos: tecnologias algorítmicas, afetos e políticas do cuidado. Através de estudos situados, construídos a partir de um posicionamento ético que produz uma reflexão sobre o próprio lugar dos pesquisadores, da academia e das teorias, apresentamos produções pautadas pela noção de *response-ability*. Este conceito, pensado por Donna Haraway, não remete a um sentido jurídico ou moral, mas à capacidade relacional de responder em redes de interdependência que incluem relações entre humanos, tecnologias, outras espécies e diferentes saberes. Em um contexto no qual essas fronteiras se tornam cada vez mais tênues, apresentamos neste livro um conjunto de pesquisas construídas em reciprocidade e abertura diante das diferenças e da complexidade das questões contemporâneas.

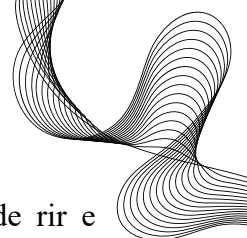
O livro que antecede essa edição, intitulado: “*Oficinando em Rede: co-habitar tempos impossíveis*”, versou sobre estranhamentos e aberturas possíveis de pesquisar-intervir tempos de morte, durante a Pandemia de Covid-19 no Brasil. Se a convocação a construir formas de coabitação do impossível,



naquele momento, postulava-se perante a crise, o livro que aqui se apresenta traz os trabalhos de pesquisa constituídos em um tempo em que o impossível não é apenas uma característica de eventos limite, mas uma constante em um mundo bordeado e cartografado pelo paradoxo do apogeu de narrativas tecnocapitalistas de progresso e os modos de vida calamitosos da crise climática.

Em 2025, habitamos o mundo de forma radicalmente digitalizada. Encontramos cada vez mais dificuldades em nomear modos de ser e estar no mundo que não se formalizem pelo intermédio algorítmico de alguma plataforma, *gadget* ou aplicação digital oferecida por alguma corporação privada, via de regra, localizada no norte global. Resultado de um movimento, intensificado nos primeiros dois decanatos do milênio, de expansão da apropriação capitalista dos meios de operação e produção tecnológica, que culmina, por sua vez, em uma lógica de acumulação diretamente dependente da digitalização da vida e da modulação algorítmica dos processos de subjetivação (Zuboff, 2020).

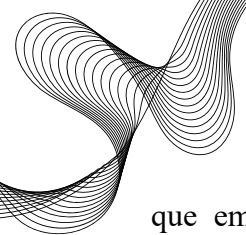
Entretanto, no norte ocidental, a produção acadêmica, econômica e política da tecnologia nunca existiu em cisão com narrativas capitalistas de progresso e dominação da natureza pelo homem branco, europeu e rico. As narrativas e fabulações neoliberais que permeiam o *boom* das inteligências artificiais generativas compartilham, em sua essência, as mesmas premissas de otimização de recursos bélicos que subsidiaram a construção dos primeiros computadores. Neste momento, expandindo seus domínios para a dimensão mais singular do



viver, nossas possibilidades de desejar, de repudiar, de rir e chorar, de alegrar e indignar-se, tornam-se alvo de um radical processo de comercialização da vida operacionalizado pela metrificação e modulação algorítmica do comportamento em redes sociais, *chatbots* de inteligências artificiais generativas e um imensurável regime de vigilância operacionalizado pela Internet das coisas.

Presenciamos grandes questões colocadas pelas mais recentes atualizações de um projeto moderno masculinista de mecanização da razão (Hayles, 1999) através das problemáticas lançadas pela popularização de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa de cunho privado. Testemunhamos, ao redor do mundo, a destruição de regimes democráticos e o avanço a passos largos da extrema-direita, viabilizado, em grande parte, pela sua assertiva ocupação e apropriação de espaços e fluxos digitais para a disseminação de suas narrativas fascistas (Baele, Brace e Coan, 2023). Vivemos a dualidade que constitui a luta política de existências ciborgues, entre formas conjugadas com a tecnologia que reproduzem regimes sociotécnicos de controle dos corpos marcados, e existências ciborgues que efetivam “realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias” (Haraway, 2009, p. 46).

Essa é uma dualidade que situa-se tanto no corpo como na Terra, o ciberespaço sustenta-se sobre uma gigantesca arquitetura de fibra óptica que atravessa e esquenta os oceanos, os dados precisam de megacentros de computadores

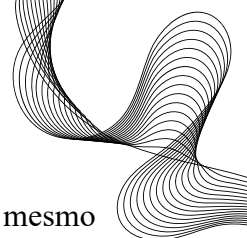


que empenham absurdas quantidades de energia e água, os chips e microprocessadores de nossos dispositivos são fruto da exploração de outros, e menos badalados, vales de silício situados em países periféricos. Isso sem contar a exploração de trabalhadores no sul global para a realização de trabalho precário. (Faustino, Lippold, 2023).

Aos custos do agravamento da crise climática, forja-se um amplo e opaco processo de produção, mineração e modulação de dados de todo e qualquer fragmento de ação e/ou não ação dos sujeitos que possa potencialmente enunciar um comportamento e/ou consumo a uma grupalidade de sujeitos. Agravamento que nos atingiu violentamente no ano de 2024, quando o estado do Rio Grande do Sul vivenciou a maior enchente de sua história, afetando mais de 2 milhões de pessoas e 127 municípios. Incluindo o município de Eldorado do Sul, que em 2025 anunciou a construção em seu território do *Scala AI City*, um Data Center.

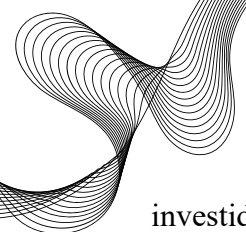
Neste contexto, em que caminhamos em direção a um tempo permeado pela impossibilidade de produção de um comum, em que o encontro intermediado pelas tecnologias algorítmicas mitiga as possibilidades da produção de outras formas de ser e estar no mundo. Toda política é, no presente, uma tecnopolítica. E, mediante a modulação algorítmica dos nossos modos de saber, *sentir* e *afetar*, as tecnopolíticas às quais, majoritariamente, voltamos nosso pesquisar, são as dos afetos.

A primeira seção, intitulada “Galáxia dos afetos: um jogo como tecnologia de (re)afetação”, traz textos que condensam os saberes constituídos e, principalmente, desconstruídos nos



processos de criação de um jogo de tabuleiro que leva o mesmo título que a seção, o Galáxia dos afetos. Buscava-se produzir um dispositivo de ruptura ou deslocamento de políticas afetivas cristalizadas. Movimento que representa também um novo momento do pesquisar-intervir no NUCOGS, corporificado no Projeto Guarda-chuva “*Oficinando em Rede: Tecnopolíticas dos Afetos*”. Mediante o atual contexto sociotécnico, o projeto busca pesquisar e produzir dispositivos que priorizem tecnodiversidades e modulações afetivas que abram espaços de tensionamento às lógicas do colonialismo/colonialidade e às violências estruturais e interseccionais instauradas por essas lógicas.

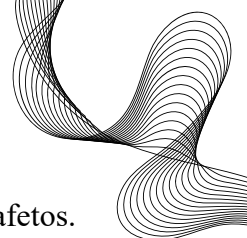
O primeiro capítulo, “*Das Ilhas à Galáxia*”, de Luísa Matheus Avencourt, cartografa a jornada da autointitulada pesquisadora mirim, um tão singelo quanto grandioso, processo formativo atravessado pelo pesquisar afetos que começa nas ilhas e culmina nas Galáxias. A autora retoma um jogo desenvolvido pelo NUCOGS ainda em tempos pandêmicos, quando o grupo se voltava para a dimensão política e interseccional dos afetos, o Ilhas dos Afetos. Pensado para crianças de 7 a 12 anos, tinha como objetivo: salvar crianças presas em ilhas tomadas de forma monolítica por um único afeto. Como narrado pela autora, o início de uma jornada de navegação pelas densas águas da dimensão política e interseccional dos afetos, por vezes evocava o perigo de simplificar experiências multifacetadas, na medida em que delineávamos um jogo enquanto pesquisadores-jogadores, manobras que arriscavam dizer da experiência afetiva de corpos dissidentes. A partir de articulações com Eve Sedgwick, Deleuze e Guattari, articula-se a posição paranoica



investida na construção do saber na jornada até a Galáxia.

O segundo capítulo, intitulado “*Galáxia dos Afetos: quando a infância guia uma viagem pelo cosmos*”, segue o percurso narrativo da constituição do jogo, apresentando formalmente a construção da narrativa fabulativa pelo grupo de pesquisa e por crianças em oficinas através do projeto Gurizadaí, em uma comunidade próxima à Universidade. Os planetas Pavorix, Alegrix, Vergonhix, Tristezix e Raivix foram sendo desenhados, esculpindo em massinha de modelar e isopor, descritos verbalmente e discutidos coletivamente. Os autores dialogam com Renato Nogueira e sua perspectiva sobre a infância para narrar a construção de um jogo-ferramenta que, longe de ensinar crianças sobre afetos, evoca no brincar a desconstrução de modos adultizados de sentir.

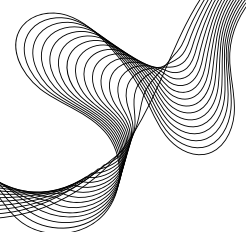
O terceiro capítulo, “Perdendo a razão: desconstruindo hierarquias entre afeto e cognição através do brincar”, de Vanessa Maurente, Leticia Cardoso e Cleci Maraschin, aborda a discussão teórico-política transversal à construção do jogo, que consiste na crença colonial sobre a existência de uma dicotomia – e uma hierarquia – entre afeto e cognição. As autoras situam brevemente a presença implícita dessa perspectiva na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que promove um projeto de educação socioemocional voltado para o controle das emoções e construção de uma “racionalidade ideal”. Retoma brevemente a posição sócio-histórica da cognição e descorporificação da razão, bem como postulam a Teoria da Enação como um contraponto a essa perspectiva e como um pilar teórico da construção do jogo Galáxia dos Afetos, que coloca no brincar a possibilidade de



produzir *breakdowns* sobre formas de sentir e narrar os afetos.

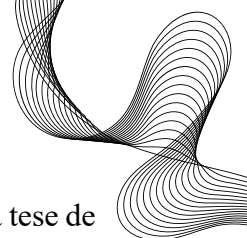
O quarto e último capítulo desta seção, “*Afetos em Rede: descolonizando as políticas do sentir na educação*”, embarca de forma intensa na dimensão política dos afetos, problematizando políticas educacionais do sentir efetivas pela determinação de um ideal de desenvolvimento cognitivo. Os autores, em articulação com a política cultural dos afetos de Sarah Ahmed, postulam o distanciamento do entendimento das emoções como respostas pré-programadas a estímulos ambientais. Para além disso, no tópico “Capitalismo afetivo e produção de subjetividades”, situam e problematizam a apropriação e construção capitalista dos modos de sentir, dialogando com o conceito de capitalismo afetivo de Eva Illouz.

O capítulo que abre a seção “*Tecnologias do Cuidado*”, escrito por Gustavo Cruz Ferraz e Beatriz Sancovschi e intitulado “*Reencantar o concreto, cuidar da vida: caminhos de re-existência a partir dos estudos da cognição*”, aborda a crise planetária e a dificuldade de mobilização coletiva frente ao avanço do neoliberalismo a partir da perspectiva de dois jovens professores pesquisadores de diferentes universidades do Rio de Janeiro. Diante da barbárie, o texto analisa formas de não sucumbir à angústia e defende que os estudos da cognição, mais especificamente aqueles construídos na perspectiva enativa, poderiam ser uma via para este enfrentamento. Os autores buscam entender como o “reencantamento do concreto” poderia promover a mutação antropológica necessária, defendida por Bruno Latour, para superar as coordenadas da constituição moderna que geraram a crise.



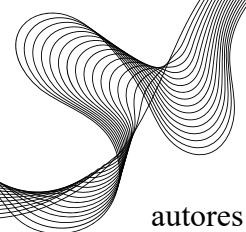
Em “*Cuidado e ecologia para a psicologia: interdependência como fator clínico*”, de Thais Gomes Oliveira, problematiza-se a noção de cuidado enquanto algo que se dá ou recebe, buscando compreendê-lo em sua condição relacional. O texto se pergunta de que modo autoras como María Puig de la Bellacasa, bell hooks, Donna Haraway e Judith Butler podem auxiliar na produção de práticas psicológicas que promovam autonomia e engajamento coletivo, tomando como principal fio condutor a noção de cuidado enquanto interdependência. Já o capítulo intitulado “*Oficinas com grupos de consumo solidário: exercício atencional na pesquisa e na constituição de coletivos*”, de Laís Vargas Ramm, Rosemeri Völz Wille e Talita Gonçalves Monteiro, apresenta e discute uma proposta metodológica articulada para o estudo de uma pedagogia atencional situada no contexto de práticas educativas em grupos de consumo responsável. O texto analisa a construção de oficinas junto aos coletivos, nos quais foi possível a arteficialidade de experiências de atenção conjunta, a produção de deslocamentos de sentidos e a aprendizagem a partir do compartilhamento de narrativas. Assim como o capítulo que trabalha o cuidado enquanto interdependência, este apresentado por Laís, Rosemeri e Talita nos permite entender que ações no mundo se constituem em relações interespecíficas intrinsecamente conectadas e precisam ser elaboradas e pensadas coletivamente.

O capítulo intitulado “*Carta à Imaginação: criar comunidades humanas e não-humanas por meio dos sonhos*”, de Laura Barcellos Pujol de Souza e Luciano Bedin da Costa, é escrito em formato de carta e endereçado à imaginação,



caracterizando-se como um ensaio epistolar que remete à tese de doutorado da primeira autora. Relacionando Psicologia Social, arte e cosmologias indígenas, o texto nos leva a compreender que os sonhos constituem comunidades entre humanos e não humanos. Já o capítulo “*Adaptação transcultural de um jogo virtual de simulação sobre crise alérgica na doença falciforme*”, de Suiane Costa Ferreira e Karen Fleming, apresenta o processo de adaptação transcultural de um jogo de simulação para o contexto brasileiro, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Comunidades Virtuais da UNEB. A ferramenta se enquadra na categoria de “jogos sérios” (*serious games*), entendidos como tecnologias leve-duras que utilizam a ludicidade no campo da educação.

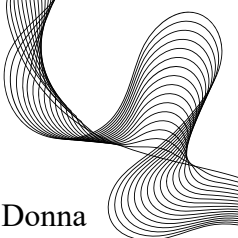
Na terceira parte do livro, somos primeiro evocados ao debate sobre as políticas algorítmicas de afetação através do encontro com Ada, criatura e coautora do capítulo “Entre imagens-selvagens e máquinas abertas: instaurações para adiar o estado de otimização” de Wellisson Guilhermino Pereira da Silva e Édio Ranieri. O texto compõe parte do trabalho de mestrado de Wellisson e aborda questões importantes sobre as relações humano-máquina perante o desenvolvimento e popularização da inteligência artificial. Do outro lado do Atlântico, os pesquisadores da Universidade Autônoma de Barcelona Enrique Baleriola, Sergi Parellada e a pesquisadora do NUCOGS Monique Navarro pensam a dataficação das emoções na sociedade algorítmica em diálogo com Foucault e Byung-Chul Han através dos conceitos de Biopolítica e Psicopolítica. Diante deste cenário de gestão algorítmica das emoções, os



autores apresentam o conceito de *Timopolítica*.

O capítulo “*Trabalho docente por tecnologias digitais: percursos analíticos na e a partir da pandemia de covid-19*”, de Fernanda Spanier Amador, Juliana Prediger e Livia R. Fernandes, concentra-se nas possibilidades e impossibilidades do trabalho docente efetivado em espaços digitais durante a pandemia de Covid-19, analisando e tencionando uma política dos afetos vigente em relações, processos e gestão do trabalho. Se este texto pensa o trabalho efetivado por meios digitais mediante as condições de vida impostas pela crise sanitária, o capítulo que o sucede aborda as possibilidades de viver e trabalhar, que no contemporâneo, somente se efetivam mediante plataformas digitais. No texto “*O WhatsApp® criando modos de viver e trabalhar: a figuração como estratégia de produção de conhecimento*”, de Thiele da Costa Muller Castro e Jaqueline Tittoni, as autoras tencionam as atualizações nos fluxos de trabalho e a sua experimentação tempo-espacial mediante a articulação metodológica da cartografia e da figuração. O processo de pesquisa que se constitui como tese de doutorado de Thiele traz a escuta sensível de trabalhadores de diversos ramos, como domésticas e corretores de imóveis, sobre suas práticas de trabalho no encontro com o *WhatsApp*. Tencionando como esse processo se constitui como prática de narrar a si mesmo.

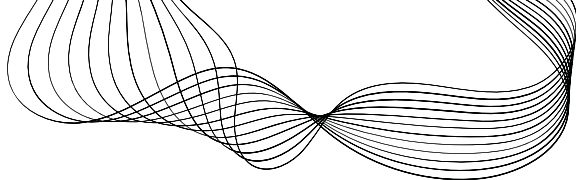
O penúltimo capítulo do livro, intitulado “*Tecnopolíticas feministas e modos especulativos de narrar o mundo*”, de Camila Alves, produz um denso debate sobre as forças reacionárias, colonialistas e aceleracionistas da Inteligência Artificial, analisando como ela sufoca as possibilidades especulativas



de povos do Sul Global. Inspirada em autoras como Donna Haraway, Úrsula Le Guin e Suely Rolnik, entretanto, a discussão nos conduza às formas de resistência e germinação de outros arranjos sociotécnicos, que se localizem nas fronteiras e suportem os híbridos, abrindo caminho para a construção de uma relação feminista e inventiva com as tecnologias.

Por fim, o último capítulo, de Lucas Antunes Machado, intitulado “*Em defesa de uma sociologia escolar em mangas de camisa e como esporte de combate na escola pública*”, complexifica ainda mais a discussão sobre os processos educacionais no contemporâneo. O autor desenvolve e retoma o debate da importância do ensino da sociologia mediante as recentes reformas do ensino superior e médio. Em diálogo com uma gama de intelectuais, o autor sinaliza a importância de uma abordagem pedagógica da sociologia comprometida com o rompimento de demagogias neoliberais que estruturam a educação no Brasil.

Letícia Cardoso da Silva
Vanessa Mauren



Sessão 1: Galáxia dos afetos: um jogo como tecnologia de (re)afetação

1. Das Ilhas à Galáxia

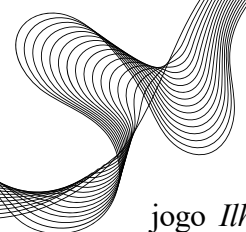
Luísa Matheus Avencourt

... eu tinha desaprendido completamente a sua linguagem, a linguagem que também tive antes, e, embora com algum esforço conseguisse talvez recuperá-la, não valia a pena, era tão mentirosa, tão cheia de equívocos, cada palavra querendo dizer várias coisas em várias outras dimensões.

(Caio Fernando Abreu)

Início de jogo

Em vista de dar afetos para afetos que pedem passagem, o texto que nesse instante te encontra é um relato particular (sempre coletivo) das aventuras do NUCOGS em seu trabalho de produção de dispositivos que problematizam afetos de modo interseccional. Em nossas últimas aventuras, temos inventado jogos para tratar dessas questões. A aterrissagem da pesquisadora mirim que escreve tal relato se deu no primeiro semestre de seu curso de Psicologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Naquele momento de 2020, o grupo experimentava uma efervescente corrente coletiva de desterritorialização, havíamos iniciado nossas navegações pelo

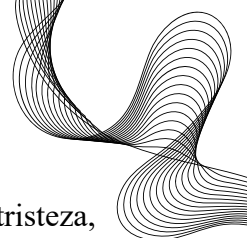


jogo *Ilhas dos Afetos*¹. Quatro anos depois, em 2024, ocorre o lançamento do jogo *Galáxia dos Afetos*. O que acontece – o que chega ao corpo vibrátil da pesquisadora – é o tema de um mapa que se dá no processo entre esses dois marcos da criação dos jogos citados acima. Ressalto aqui que estamos falando de uma cartografia, isto é, da produção de um mapa que pode ou não servir, e que, tenho convicção, ficará obsoleto.

Eu me lembro bem de 2020: além do início de dois anos de confinamento, das mortes e de um governo de extrema direita, foi o ano em que comecei minha graduação em Psicologia. Como não era o início do meu processo de graduação – uma vez que passara dois anos cursando uma tal engenharia – estava informada da relevância da pesquisa acadêmica na formação universitária. Por isso, desde o princípio, me interessei em participar de um grupo de pesquisa, e assim, me inscrevi em diversas bolsas de iniciação científica. Ao final do ano, com o retorno das aulas (de forma remota e emergencial), fui selecionada para ingressar no NUCOGS, orientada pela professora Cleci Maraschin. Antes mesmo de qualquer reunião formal, a professora Vanessa Maurente me convidou para participar de uma oficina no Google Meet com uma turma do quinto ano do ensino fundamental, e aceitei o convite. Em tal ocasião, participei da primeira viagem, fora do grupo de pesquisa, do jogo *Ilhas dos Afetos*.

Neste jogo, crianças-jogadoras (de 7 a 12 anos) têm o objetivo de salvar crianças-personagens que estão presas em

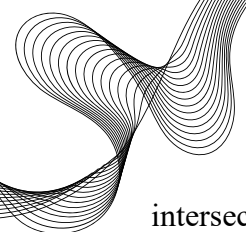
¹ O jogo *Ilha dos Afetos* é gratuito e encontra-se disponível no link: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/nucleo-da-ufrgs-disponibiliza-jogo-que-trabalha-questoes-sobre-afetos-e-marcadores-sociais-da-diferenca>



ilhas onde apenas um afeto pode ser sentido: alegria, tristeza, raiva, medo, calma ou vergonha. O jogo funciona assim: uma história sobre a personagem presa em alguma ilha é contada. Feito isso, as jogadoras devem imaginar quando aquela personagem poderia, baseando-se em *sua* história, sentir outros afetos. Portanto, a forma de salvar essas personagens deve se dar através de debates em grupo estimulados por vinhetas que contêm breves histórias das crianças-personagens. Tais vinhetas são escritas previamente pelo grupo de pesquisa. Tratemos com um exemplo:

“Lucas tem 11 anos e não gosta de ir ao mercado, pois o Seu João, dono da venda, fica de olho nele, o que não acontece com seus colegas brancos”.

A carta-personagem Lucas busca trazer à tona o racismo, e isso, em *Ilhas dos Afetos*, foi feito colocando no centro do palco da sala de aula uma cena em que a personagem principal é, pode-se dizer, esse racismo à brasileira. Situando, lado a lado, a diferença de tratamento entre pessoas brancas e pessoas não-brancas. A motivação para a criação daquela fabulação (Le Guin, 2021) se relacionava com o referencial teórico ao qual o grupo de pesquisa se alinhava, a saber, aos estudos dos marcadores sociais da diferença, compreendendo, assim, o sujeito como um ser social, constituído por tramas de gênero, raça, classe, sexualidade, religião, nacionalidade, entre outros (Brah, 1996, 2006). Tal perspectiva – embora seja possível pensar interconexões entre os marcadores sociais da diferença, como faz Angela Davis (1981, 2016) e tantas outras – de um ponto de vista da crítica

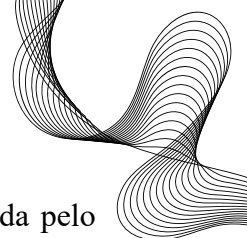


interseccional, captura e organiza uma realidade impossível de ser categorizada. Ainda assim, mesmo antes de sua nomeação por Crenshaw, já existiam problematizações “interseccionais” em relação aos marcadores sociais da diferença, bem como a capacidade deles de serem articulados entre si, mas não só, de serem articulados com o mundo real² (Kyrillos, 2020).

A experiência de navegar pelas ilhas produziu uma estranheza, sobretudo quanto às questões trazidas explicitamente no jogo. Aos poucos, também por meio do estudo teórico, fomos percebendo, enquanto grupo de pesquisa, o quanto aquelas cartas, que buscavam abordar questões sensíveis pela linha do afeto em uma determinada situação, acabavam por correr o risco de simplificar experiências multifacetadas. Ressalto que não se trata de jogar fora o caminho que percorremos, uma vez que, evidentemente, a estranheza foi produzida precisamente do encontro com a navegação pelo arquipélago. Trata-se, sim, de recuperar a constante tentativa de estar à altura daquilo que nos acontece.

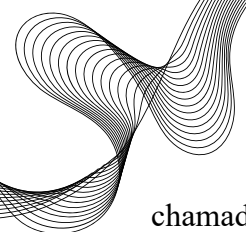
Dessa época, lembro-me de discussões sobre como poderíamos escapar dessa prisão que, não percebíamos ainda, havíamos nos imposto. Afetada pelo filme “*A Viagem de Chihiro*” (2001), em especial pela cena do trem, onde, pode-se dizer, não acontece nada, propus que poderíamos, ao invés de falar as palavras dos adultos, mostrar um desenho de uma criança. Algo que lembrasse um menino segurando uma boneca,

² Não se trata de criar uma dualidade das duas formalizações ou de categorizar a autora, mas de ressaltar uma dimensão ética da interseccionalidade sobre a transformação inerente das práticas nessas conjugações, entendendo que não se trata de um mosaico das diferenças.



por exemplo. Lembro dessa ideia ser acolhida e refletida pelo grupo. Foi em meio a essas reuniões-discussões que seguimos, nas oficinas, jogando o jogo com diversos grupos de crianças. Uma dessas oficinas aconteceu na Vila Planetário, vila próxima ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. E, numa tentativa de diminuir a distância da universidade daquelas crianças que moravam ao lado desta instituição, tivemos como ideia realizarmos o último encontro do ciclo de oficinas no Planetário da UFRGS, Prof. José Batista Pereira. Alguém deu uma ideia inviável e impossível: e se fossem planetas em vez de ilhas? Essa palavra-ato, acredito, conseguiu reunir, ao mesmo tempo que criar, os afetos que estávamos experimentando em relação àquele jogo. Havia pesquisadores trabalhando a perspectiva xenofeminista, buscando a especulação além do imaginável. Havíamos conversado sobre um jogo que os filhos de uma pesquisadora jogavam, de improvisar uma história com elementos sorteados com um dado. Também compartilhamos na época o quanto as crianças que conhecemos gostam de planetas, havíamos criticado tanto o *Ilhas dos Afetos*. “E se fossem planetas ao invés de Ilhas?”. Isso encontrou passagem no grupo.

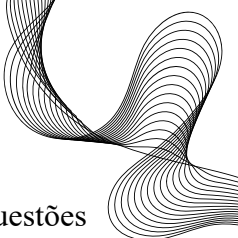
Nos primeiros jogos com os planetas, considero que fizemos um deslocamento simplório de transformar o barco em uma nave, e onde havia ilhas, colocamos planetas. Em uma dessas oficinas, lemos para as crianças uma fabulação que havíamos escrito em conjunto sobre planetas em que seus habitantes sentiam somente um afeto. Isso feito, pedimos para que as crianças desenhassem um ou mais planetas que tivessem



chamado a atenção delas. Até que, no momento da partilha dos desenhos, uma dessas crianças compartilhou um desenho ilustrando diversos afetos junto da vergonha, todos no mesmo planeta. Ela explicou: “Aqui, é vergonha de ficar alegre. aqui, é a vergonha de ficar triste”. Aquele momento, em retrospecto (num relance), se tratou de um *breakdown* (Varela, 2003) para o grupo. Instigadas pelas possibilidades que essa lógica poderia desdobrar, começamos a pensar nas “zonas mistas” entre os planetas. Aos poucos, a estrutura do jogo foi mudando e adquirindo um tom mais interseccional, tanto no encontro entre os diferentes afetos, quanto na crítica aos marcadores sociais das diferenças, no que se refere às posicionalidades envolvidas.

Tratando-se de uma pesquisa, considero essa sequência de passos como um exemplo que se associa à serendipidade, isto é, interessantes descobertas que ocorrem de forma inesperada. E, para isso, é necessária uma importante preparação, uma vez que “o acaso só favorece a mente preparada” (Caon, 1997). Esses achados que não estávamos procurando, mas que, em retrospecto, eram tudo que precisávamos, nos impulsionaram para darmos um pulo para fora do barco. Vivenciamos o estilhaçamento das ilhas e descobrimos uma galáxia. Agora, os planetas são habitados por seres que só sentem um afeto. No tabuleiro, entre as casas de cada planeta, temos as zonas mistas ou intermediárias, que, em seus enunciados, convocam o afeto de forma interseccional.

Agora, a investigação das crianças-jogadoras envolve contar histórias sobre a importância de sentir tristeza, refletir sobre como agir quando um amigo está com raiva ou questionar-



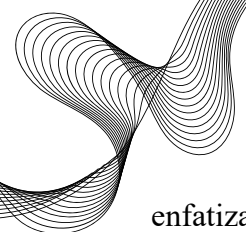
se sobre a possibilidade de alguém não sentir medo. Questões essas indissociáveis de uma posicionalidade corporificada e interseccional no mundo.

Impossível do jogo

Eve Sedgwick (2002, 2020), teórica norte-americana dos estudos de gênero, no texto *Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você*, trata do que Paul Ricoeur chama de “hermenêutica da suspeita”. Quando questiona uma amiga sobre a origem da epidemia de AIDS, Sedgwick recebe como resposta uma pergunta: se todas as teorias conspiratórias fossem verdadeiras, que tipo de sabedoria isso nos traria? Isso porque é evidente que o governo norte-americano sim persegue africanos, negros e homossexuais. Considero essa resposta-pergunta, feita pela amiga de Sedgwick, extremamente importante. Por isso, proponho retomá-la e deixá-la ecoar (não como mera repetição, mas como um novo impacto) em *Ilhas dos Afetos*: o que realmente aprenderíamos ao confirmar essa suspeita, se já sabemos disso?

A fim de dar seguimento ao seu texto, a autora norte-americana enfatiza o privilégio da paranoia, desde a tradição crítica ocidental, enquanto um modo *correto* de operar a produção de conhecimento. Segundo a autora, em um mundo atravessado pela opressão sistêmica, teorizar sem adotar uma postura crítica paranoica parece ser uma atitude ingênua, piedosa e complacente.

Ao discutir a paranoia, os franceses Deleuze e Guattari (1972) recuperam as ideias do sociólogo Joseph Gabel, que



ênfatisa o caráter político e erótico do delírio paranoico. A dupla de autores também sublinha o delírio como sendo sempre social, histórico e político, uma vez que é intensamente dotado do que chamam de um investimento molar (de grandes números), ou, como também usam, macrofísico. O paranoico (distinguido por eles de um diagnóstico psicopatológico), portanto, constrói uma régua do mundo, nos permitindo observar o surgimento de fenômenos de massa em escala microscópica. Se “o esquizofrênico é o produtor universal” (Deleuze, 1972, p. 18), podemos pensar o paranoico enquanto o produtor *do* universal.

Nesse sentido, aguardar por falas que apenas confirmam um mundo que já presumimos pode ser lido como um investimento paranoico de nosso grupo de pesquisa. Tal postura epistemológica amordaça o surgimento da singularidade e do sujeito do inconsciente³. Dessa forma, uma maneira de esquizofrenizar, de desterritorializar esse investimento seria não aguardar algum conteúdo específico nas falas das jogadoras – escutando e problematizando as palavras já ditas na espera que as pressupõe⁴. É preciso manter aberta a passagem, propor-se um saber dotado de um furo, com a possibilidade de surgimentos de linhas de fuga.

Considerando que marcadores operam num sentido de *marcar as dores* – peço desculpas – de marcar, de etiquetar,

³ Aqui trato de uma acepção precisa de “sujeito”. Para Lacan, distanciado de outras categorias como “pessoa”, “indivíduo” e até mesmo do “sujeito” de Michel Foucault, o “sujeito” é um assunto, é o que um significante representa para outro significante. Leitura inspirada por Alfredo Eidelsztein no livro *A origem do Sujeito em Psicanálise* (2020).

⁴ Refiro-me ao conceito de *fantasma de grupo*, trabalhado por Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo* (1972).

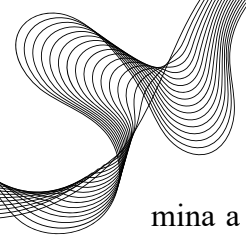


de dizer ao outro: “tu és”, me lembro de uma sinalização do primeiro autor a esquizofrenizar a psicanálise, segundo Deleuze e Guattari: Jacques Lacan. O psicanalista francês destaca a homofonia presente em sua língua materna entre as frases, *tu es* (tu és), e *tué* (morto/assassinado). Marcando, ou seja, não deixando espaço para a diferenciação, para o movimento próprio do devir deleuziano ou para a flâmula de fogo-fátuo do sujeito lacaniano.

Considerando incessante o investimento paranoico pelo sufocamento da singularidade, Sedgwick complementa que nunca se é suficientemente paranoico, é necessário constantemente tamponar a diferença. O verbo que surge do contato da pesquisadora com a outridade esvaziada da folha escancara o seu passado: façamos uso dele para trabalhar as características da paranoia trazidas no texto: Tamponar.

Tamponar uma solução química significa adicionar uma solução específica e calculada, composta por um ácido fraco e sua base conjugada. Essa solução adicionada poderá resistir às mudanças de pH, mantendo o equilíbrio químico, efetuando a homeostase. Caso se adicione um ácido, esse ácido será neutralizado pela base conjugada. Por sua vez, caso se adicione uma base, essa base será neutralizada pelo ácido fraco. Tal imagem, peço ao leitor que a considere, evidencia outras propriedades da paranoia: além de ser antecipatória, ela é reflexiva, mimética e uma teoria baseada em afetos negativos.

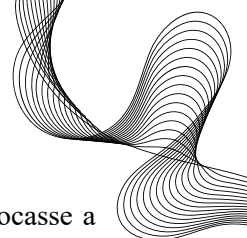
A natureza totalizante do investimento paranoico está diretamente ligada ao que Sedgwick denomina “teoria forte”. Isto é, uma teoria que dê conta de tudo e que, por consequência,



mina a emergência da diferença e do encontro com o outro. A epistemologia universalista é, portanto, um projeto de poder e não uma verdade neutra (Foucault, 1977). Assim, uma teoria forte pode ser entendida como um discurso ou sistema de pensamento imposto como uma forma de homogeneizar e naturalizar, e, nesse mesmo movimento, marginalizar e silenciar outras formas de conhecimento ou interpretação. Da mesma forma que, conforme sinalizado por Deleuze e Guattari (1972), para que o triângulo edípico seja montado e libidinizado, faz-se necessário um pai paranoide.

Desse modo, uma relação de culpa e de dívida, portanto, é trabalhada, fazendo com que estejamos sempre subjetivamente endividados em relação a uma Verdade, a um Uno correto, completo e não cindido. As subjetividades culpadas, (re) carregadas e tamponadas pela tristeza, são *commodities* do mundo acadêmico. Hoje, na leitura do capítulo “*Ilhas dos Afetos: Desdobrando problemas na construção de um jogo para abordar a diferença e a desigualdade com crianças*”, escrito pelo grupo no livro “*Desigualdade, Diferença, Política: Análises interdisciplinares em tempos de pandemias*”, organizado por Mériti de Souza (2021), escrito à época da publicação de *Ilhas dos Afetos*, a sensação que se acumula no corpo da pesquisadora é de que estávamos sempre tentando dar conta de mais uma situação.

“Na etapa final de construção das cartas-personagens, demo-nos conta de que não havia nenhum personagem descendente dos povos originários desta terra”; a fim de problematizar as questões raciais, entendemos que era



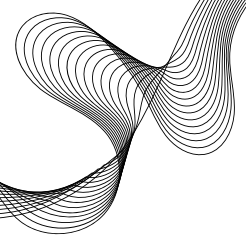
importante construir uma personagem que colocasse a branquitude em questão”; “... Embora considerássemos extremamente importante incluir uma história que envolvesse a transgeneridade.” (p. 184-185).

A imagem que vem é a de quando estamos com um cobertor curto, uma figuração, e queremos tapar todos os cantos do corpo, estamos, de forma paranoica, querendo tapar nossos pés e nossa cabeça. Mas não só, todas as frestas, a corrente do ar gélido que entra por debaixo da porta, as frestas da janela, cada vez mais, até que conseguíssemos categorizar, escrever e narrar uma personagem com todas as diversas combinações de marcadores sociais da diferença. Pergunto-nos: é possível darmos conta de todas as diferenças? De taparmos todas as frestas? É isso que queremos? É possível sermos suficientemente paranoicos?

Em possível do jogo

Em suas jornadas pela Galáxia, acredito que o NUCOGS acaba, sem intenção, aproximando-se do que Sedgwick descreve ao abordar uma leitura reparadora. Ao ressaltar que ela não implica “[...] necessariamente, a negação da realidade ou da gravidade da inimizade ou da opressão” (Sedgwick, 2002; 2020, p. 6), a autora destaca que a leitura reparadora permite o contato com a surpresa. Nas palavras de Sedgwick:

Ler a partir de uma posição reparadora é desfazer-se da determinação paranoica e ansiosa, [...], pode parecer realista e necessário experimentar a surpresa. Porque

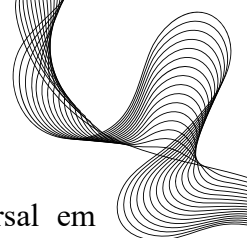


assim como pode haver surpresas terríveis, pode haver surpresas boas (p. 27).

A dimensão da surpresa na leitura reparadora se relaciona com o conceito de *breakdown* criado por Francisco Varela, filósofo e biólogo chileno (2003). O conceito é central para os projetos do grupo, trabalhado em diversas ocasiões em nossas discussões para elaborar os jogos e livros. Sem tentar prever os mundos que encontraremos, podemos nos afetar com aquilo que desconhecemos e que nos surpreende; o encontro com algo diferente e inesperado pode nos promover, inclusive, uma diferenciação de nós mesmos, considerando que o outro nos compõe.

A leitura reparadora encontra na interseccionalidade uma epistemologia possível, visto que, conforme a professora estadunidense Patrícia Hill Collins (2019, p. 288), “a interseccionalidade não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la”. A pesquisadora também afirma o movimento que é próprio da interseccionalidade, bem como a necessidade de ir além dos marcadores sociais da diferença e buscar por particularidades das vidas num mundo vivo.

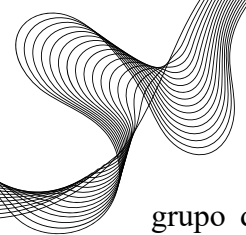
Reconhecendo outras perspectivas enquanto válidas, o sociólogo brasileiro Renato Noguera denuncia o equivocado privilégio de um único ponto de vista. Nessa via, ele resgata o conceito de pluriversidade (em oposição à universalidade). Conceito que proporciona um importante espaço epistemológico para o surgimento das particularidades e das singularidades nos diversos saberes.



Considero que, ao adotar uma lógica pluriversal em sua estrutura, o jogo Galáxia dos Afetos surge como uma possibilidade de crítica ao universalismo hegemônico paranoico. Enquanto o jogo anterior, *Ilhas dos Afetos*, ainda operava sob uma dinâmica de isolamento dos afetos (cada ilha representando um afeto único), a Galáxia rompe com essa simplificação ao introduzir zonas mistas que permitem a coexistência de múltiplos afetos, refletindo a complexidade interseccional das experiências humanas. Essa mudança pode ser associada à crítica decolonial à universalidade, ao rejeitar a ideia de um “universo” monocêntrico (eurocêntrico) e abraçar o pluriverso, onde diferentes saberes e afetos coexistem sem hierarquias (Noguera, 2012). O jogo, assim, torna-se um dispositivo lúdico-metodológico-epistemológico-ético-estético-político que tenta descolonizar a noção de afeto, mostrando que ele não pode ser reduzido a categorias isoladas, mas é sempre atravessado por marcadores sociais (raça, gênero, classe etc.).

Ao sairmos da necessidade paranoica da hermenêutica, nos deparamos com o que o filósofo branco e canadense Brian Massumi trabalha acerca da estética, isto é, da dimensão da experiência em sua total e completa inutilidade. A esse respeito, Maturana (2004) afirma o brincar enquanto uma atividade que ocorre sempre no presente, livre de intencionalidade e instrumentalização, ou seja, desvinculada de propósitos externos às suas próprias esferas de ação e de intenção. Cultivando, assim, um território ao brincar enquanto uma experimentação, enquanto um método.

Considero que, por isso, enquanto uma estilística do

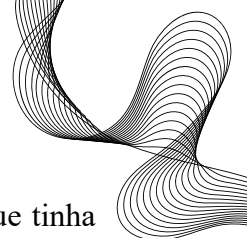


grupo de pesquisa, propomo-nos abertos a uma realidade de maior diversidade afetiva, pluriversal e reparadora. Creio que o importante passo pode ser ficcionalmente trabalhado enquanto próximo de um passo – alguns diriam, psicanalítico, outros, esquizoanalítico – que se distancia do campo escópico da verdade, e que se aproxima da escuta dos sonhos, chistes, ruídos, hesitações e homofonias enquanto possibilidades de singularização, enquanto um saber que não se sabe.

Vencemos?

Aos poucos, durante algumas das diversas vezes que jogamos *Galáxia dos Afetos* no grupo de pesquisa, fui percebendo o quanto o jogo nos convocava a nos contarmos desde um lugar que não estávamos habituadas. Aqui faço uso de uma dupla acepção da palavra “contar”. No momento em que jogávamos, nos contávamos enquanto “mais um” corpo com suas características particulares coletivizadas, isto é, enquanto um corpo dotado de uma posição no mundo, ao mesmo tempo em que contávamos a nossa história aos nossos colegas de pesquisa. Assim, em uma única palavra, “contar”, coincido significações que são, sim, do ponto de vista ético interseccional, emaranhadas. As perguntas abertas desenvolvidas por nós, como “conte uma história de vergonha envolvendo aniversário”, estimulavam a nossa imaginação, ao mesmo tempo que escancaravam as nossas posições.

Considero exitosa a ideia e a mecânica do jogo. Uma das formas como isso chega até mim aconteceu na primeira incursão fora do grupo de pesquisa, onde, antes do jogo ser

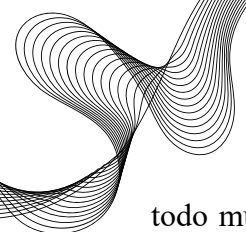


apresentado às crianças do segundo ano, um menino que tinha o caderno cheio de desenhos chamou-me no canto da sala e me mostrou um desenho de um divertidamente, era a ansiedade. Isso me espantou, pois, mesmo falando muito pouco, ele já sabia parcialmente do que se tratava a nossa ida até aquela turma e aquela escola. Aqui, a particularidade do grupo parece se emaranhar com os movimentos coletivos de uma cultura.

Ainda nesse dia, enquanto líamos o livro que acompanha o tabuleiro, durante a leitura da página que escrevemos ao planeta Pavorix, uma criança-jogadora apontou para a ilustração feita de uma criança-personagem com medo, e diz: “Olha eu!”. Outra: quando se lê a página do planeta Raivix, tão logo iniciada, os meninos do grupo já tinham começado a compartilhar golpes uns entre os outros, talvez como uma forma de corporificar uma identificação à performance masculina ao que estava sendo lido.

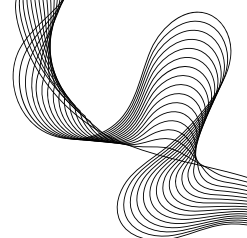
Durante o jogo, um menino disse que ficava triste quando a mãe dele não tinha dinheiro para dar a ele algo que queria, mas que tinha que esconder essa tristeza para que a mãe dele não ficasse triste. Tal cena, de uma complexidade extravagante, corporifica em nome próprio conceitos adultizados de filiação, cuidado, masculinidade, classe, neoliberalismo e racismo. Entretanto, esses conceitos ficam restritos ao paranoico mundo adulto, uma vez que não se tem acesso a formas de lidar com a complexidade afetiva desprendida nesse breve relato. Ou, quando alguém diz que tem medo de passar por uma rua perigosa, a pergunta fica evidente: “*Quem* tem medo de passar por uma rua perigosa?”.

Retornando ao âmbito da masculinidade e da tristeza, lembro-me de um menino que disse ter muito medo de chorar no ônibus, isso porque, segundo ele, o ônibus é um lugar que



todo mundo vê quando você chora. Esse mesmo menino disse que percebeu que o tio dele escondeu a tristeza quando tirou zero em uma prova de matemática, mas que não falou nada para ninguém.

Não tenho intenção de responder a tais perguntas, por isso, trago mais um breve e precioso exemplo de quando jogávamos entre adultos de um grupo de pesquisa: eu me lembro precisamente de uma vez em que, de forma completamente aleatória, uma das naves, isto é, um dos grupos de aventureiros, era composto por três homens. Brincamos: uma nave masculina! Nós fomos percebendo, no decorrer do jogo, que esta nave tinha uma notável dificuldade em aterrissar no planeta do medo: faltavam histórias. “Um medo que deixei de ter?...”: era necessário grande tempo para poder contar essa história, não por vergonha ou timidez, mas pela dificuldade em encontrá-la. Deste pequeno exemplo, recolho um aprendizado: o gênero está em nós, nos compõe enquanto fabulantes, brincantes, pesquisadores, enquanto seres em um mundo generificado. Assim, não temos a necessidade de antecipá-lo numa carta, de colocá-lo no centro de um palco. Uma vez que, nesse mundo, ele sempre está lá, às vezes no canto da cena, às vezes na sombra, às vezes enquanto um “ponto” que não é possível ver, mas possível *escutar*. O “ponto” é um papel importante no teatro, ele sempre está embaixo do palco sussurrando as falas ao ator quando ele as esquece (quando “dá *branco*”!). São muitas as vezes que relegamos à função de “ponto” aquilo que nos envergonha – enquanto bons acadêmicos de esquerda, antirracistas, decoloniais e antifascistas... – mas que seguem nos acompanhando no palco.



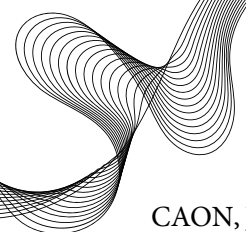
Fim de jogo

Durante os cinco anos em que estive no NUCOGS, aprendi que o jogar não é um *meio* para a pesquisa, ele é um fim em si mesmo – é um verbo intransitivo. Jogar é fim enquanto finalidade, é um modo de habitar perguntas sem respostas prontas. É como o sonho que “não *quer* dizer nada, ele diz”.

Neste capítulo, busquei registrar transformações coletivas, mas também especialmente íntimas, contando-nos através desse simples passo, desse simples deslocamento. Assim, arrisco afirmar que a transição das Ilhas para a Galáxia é a apropriação de um nome, ainda que temporário, ao processo complexo que é admitir afetos a partir de uma perspectiva teórica interseccional. Foi desse modo que acenamos “hoje não” à exigência paranoica que antecipa tudo. Não foi apenas uma mudança para uma metáfora espacial, mas um salto epistemológico que exigiu coragem: de afetos isolados em ilhas saltamos para zonas mistas em que tristeza, raiva e vergonha orbitam uns aos outros, são corpos celestes em constante relação. Se nas Ilhas tínhamos um arquipélago de categorias fixas, na Galáxia assumimos o risco do não-saber, estamos num espaço onde ainda há muitos mundos por nomear e diversos em que o nome já não nomeia. Se o fim é jogar, que jogar seja também sempre começar de novo.

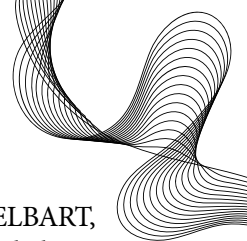
REFERÊNCIAS

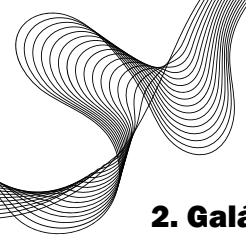
BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: BRAH, Avtar. Cartographies of diaspora: contesting identities. London; New York: Routledge, 1996. cap. 5, p. 95-127.



- CAON, José Luiz. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicol Reflex Crit* [Internet]. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100008>.
- COLLINS, Patricia Hill. Entrevista com Patricia Hill Collins. Entrevista concedida a Nadya Araujo Guimarães. *Tempo Social*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 301-314, 2021.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.
- EIDELSZTEIN, Alfredo. *A origem do sujeito em psicanálise*. São Paulo: Editora Toro, 2020.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977.
- KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-13, 2020.
- LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.
- MIYAZAKI, Hayao (Dir.). *A Viagem de Chihiro* [Filme]. Produção de Toshio Suzuki. Japão: Studio Ghibli, 2001. 1 filme (125 min.), son., color.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, [S.l.], n. 18, p. 62-73, maio/out. 2012.
- SEDGWICK, Eve K. Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. *Remate de Males*, Campinas, v. 40, n. 1, p. 389-421, jan./jun. 2020.

VARELA, Francisco. O reencantamento do concreto. *In*: PELBART, Peter P.; COSTA, Rogério (Org.). Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto. São Paulo: Hucitec Educ, 2003. p. 71-86.





2. Galáxia dos Afetos: quando a infância guia uma viagem pelo cosmos

Vanessa Mauren

Luísa Matheus Avencourt

Renata Laranja Chamun

Karem Sâmia Pamplona Pires

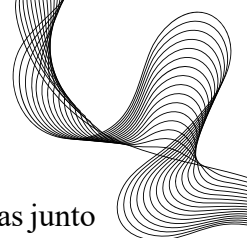
Luis Artur Costa

Daniel Racheli

Beatriz Collares Matos

A Galáxia dos Afetos

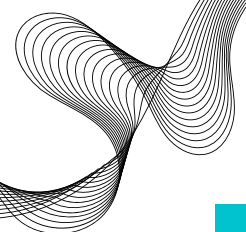
A Galáxia dos Afetos é o nome de um jogo e de um livro, ambos desenvolvidos pelo NUCOGS, em Porto Alegre/RS, entre os anos de 2022 e 2024: uma figuração cujo objetivo é tratar interseccionalmente a relação dos afetos entre si e com o mundo. É um desenvolvimento de uma pesquisa em andamento intitulada “*Oficinando em Rede: Tecnopolíticas dos Afetos*”, que se propõe a pesquisar, produzir e avaliar dispositivos construídos: jogos, oficinas, livros, figurações, redes de apoio, parentescos e conexões que priorizem tecnodiversidades e modulações afetivas que visam abrir espaços de tensionamento às lógicas do colonialismo/colonialidade, do racismo, da cisheteronormatividade, do classismo e do capacitismo em redes sociotécnicas, movimentos sociais, coletividades autonomamente organizadas e em instituições que trabalhem com políticas públicas. Estes dispositivos construídos, que chamaremos de narrativas imersivas ou figurações, visam deslocar/problematizar afetos e coordenações de ações sobre



modos de subjetivação que produzem e reiteram violências junto a crianças, jovens e adultos.

Anteriormente à Galáxia dos Afetos, desenvolvemos a figuração Ilhas dos Afetos, cujos relatos, comentários e reflexões você pode encontrar, principalmente, em nosso livro lançado no ano de 2023⁵. O Ilhas dos Afetos é um jogo para ser trabalhado em oficinas com crianças de 7 a 12 anos, cuja ideia central é que, a partir da briga de Arabutã e Arapuru (personagens ficticiais que fazem parte da narrativa do jogo), o continente mágico onde viviam foi dividido em seis ilhas menores: do vulcão, da gruta escondida, do arco-íris, da cabana assustadora, das águas tranquilas e do bosque seco. Nessa divisão, misteriosamente, diversas crianças humanas foram parar nas ilhas. Lá, elas ficaram isoladas, perderam suas memórias e, sem lembrar da sua vida anterior, conseguiam sentir apenas um afeto (alegria, tristeza, raiva, medo, calma ou vergonha), dependendo da ilha onde estavam – sendo necessário que os jogadores as salvassem. A partir de cartas, algumas crianças de cada ilha eram apresentadas, buscando evidenciar internacionalmente suas posicionalidades de classe, raça, gênero, deficiências, etc. Os jogadores eram, então, convocados a fabular e chegar a um consenso em grupo, imaginando em quais situações aquelas crianças poderiam sentir outros afetos, além daquele preestabelecido pela ilha. Esse exercício dos participantes era o que libertava a criança do seu isolamento e a ajudava a retornar para casa.



⁵ MAURENTE, Vanessa Soares; MARASCHIN, Cleci. *Oficinando em rede* [livro eletrônico]: co-habitar tempos impossíveis. 1a ed. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2023. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Livro-Oficinando-em-rede_Ebook.pdf



Bianca

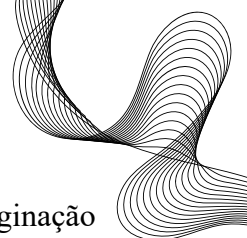
Vamos conhecer outra menina? Ela se chama Bianca e tem 11 anos. É integrante da comunidade surda e é deficiente física. Ontem, ela postou um vídeo que teve muitos likes, aumentando seu número de seguidores nas redes sociais. Mas ela tem um problema quando vai para a escola! Vocês imaginam o que é? A escola não tem a acessibilidade que deveria ter, ela não consegue participar das aulas de educação física e nem ir ao laboratório de ciências que fica no segundo andar.

Bianca está com dificuldades para expressar o que sente e pensa na escola.



Carta do “Ilhas dos Afetos” que apresenta uma das personagens do jogo.

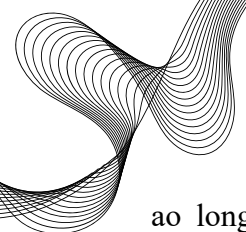
Foi a partir dessa experiência que o grupo percebeu a necessidade de pôr em foco ainda mais o assunto da educação dos afetos nas escolas sob um viés não moralizante e que se articula com a experiência de mundo daquele afetado, evidenciando a dimensão inerentemente política das emoções e a necessidade de uma crítica interseccional das mesmas. Essa questão mobilizou o grupo a pensar em uma nova proposta de jogo. Os planetas foram aparecendo enquanto jogávamos o Ilhas com crianças em diversas oficinas: emergia a necessidade de radicalizar a aposta



em uma ética especulativa pela qual os limites da imaginação possível fossem tensionados de modo mais intenso e lúdico. Movidos por este desafio, compomos as narrativas da galáxia e seus planetas em formato de livro ilustrado, certos de que o espaço sideral abriria mais possibilidades de invenção; assim como, também, compomos um jogo de tabuleiro que convida as crianças a especularem afetivamente desde seus próprios corpos e relações situadas.

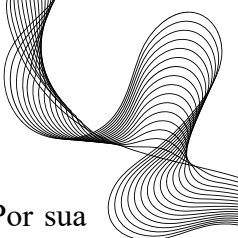
Conforme constatamos ao longo das oficinas com o Galáxia dos Afetos, tabuleiro e livro são elementos que poderiam ser utilizados separadamente, entretanto, para fins de uma escrita que relata a construção do jogo, são elementos indissociáveis. Tanto a narrativa do livro quanto o tabuleiro do jogo, com seu desenho e regras, materializam um exercício de fabulação realizado pelos integrantes do NUCOGS sobre os afetos, de modo a promover um processo especulativo pelo qual cada pessoa que participe do jogo possa, por um lado, complexificar e singularizar sua relação com os afetos que circulam pelos coletivos com os quais convive, ao mesmo tempo que, por outro lado, possam coletivamente experimentar especulativamente outros arranjos afetivos possíveis entre si. Esse processo é marcado pela infancialização – enquanto possibilidade de perceber novos modos de vida – (Nogueira e Barreto, 2018) de nossas perspectivas adultocêntricas sobre afeto e reconhecimento de uma dimensão corporificada interseccional de significação do mesmo.

A narrativa que culminaria no livro, e que situa a proposta do jogo de forma lúdica, passou por diversas mudanças



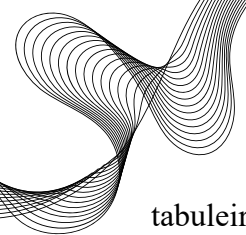
ao longo do processo de criação. Nela, é contada a história de uma galáxia em que cada um dos seus cinco planetas era tomado exclusivamente por um afeto, ou seja, seus habitantes só conseguiam experienciar o afeto dominante do planeta. Os nomes dos planetas são: Alegrix, Raivix, Tristezix, Vergonhix e Pavorix. O único afeto que existe em cada planeta, respectivamente, é: alegria, raiva, tristeza, vergonha e medo. Cada afeto produzia nos planetas uma determinada dinâmica que condicionava os modos de vida de seus habitantes.

No livro, assim, podemos acompanhar as descrições verbais e ilustrações visuais de como é cada um dos planetas desta galáxia, compreendendo sua paisagem, cotidiano e, em especial, as experiências vividas pelas crianças que os habitam. No Alegrix, um planeta constituído de massinha de modelar multicolorida e algodão doce, os professores ensinavam vestidos de palhaço, e as aulas eram repletas de truques de magia. Entretanto, as crianças não conseguiam parar de gargalhar nem mesmo quando suas bochechas e barrigas doíam, ou ainda quando estavam tristes. No Raivix, as pessoas só conseguiam se expressar pela briga ou pela violência. O planeta havia sido tomado pela guerra e seus habitantes não conseguiam colaborar entre si, causando a escassez de recursos como água, comida e combustível. No Planeta Vergonhix, tomado pela vergonha, as pessoas sentiam que eram sempre observadas e que cada uma de suas ações seria zombada e julgada por outros habitantes. As crianças não queriam ir à aula e tinham vergonha até de responder à chamada, enquanto a própria professora também sentia muita vergonha de lecionar. Como consequência de tanta vergonha, os



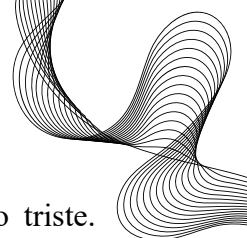
habitantes preferiam ficar sempre sozinhos e isolados. Por sua vez, no Pavorix, o pavor dita qualquer ação, o planeta é envolto em medo: o céu é monocromático e tem trovoadas incessantes e noites sem luz. As casas têm corredores sinistros, brinquedos aterrorizantes e adultos incapazes de proteger as crianças. Os seus habitantes evitam atividades simples como nadar, andar de bicicleta ou tocar em um cachorro, pois essas viram riscos impensáveis. Até a escola é uma fonte de terror, com a ameaça constante da sala do diretor. Enquanto isso, no Tristezix, um planeta completamente cinza, é comum que os habitantes chorem constantemente – e isso é a única atividade que as pessoas têm vontade de fazer. Ninguém mais consegue brincar, estudar ou trabalhar. A tristeza é tanta, que nem se sabe sua causa e também não se procura saber. Mesmo em momentos que poderiam ser comemorativos, como aniversários e o final do ano no colégio, os habitantes não conseguem celebrar.

As narrativas do livro não são apenas um complemento para o jogo de tabuleiro, mas uma porta de entrada para assumirmos um modo brincante emaranhado ao universo do jogo: ao escutar as aventuras e a singularidade de cada planeta, é despertada a curiosidade das crianças, convidando-as a imaginar e fabular antes mesmo de começar a partida. As crianças conversam com a narrativa do livro, compartilhando suas histórias de medo, raiva, alegria, tristeza e vergonha ao mesmo tempo que fazem uma série de perguntas sobre cada planeta, nos convidando a seguirmos fabulando coletivamente. Depois da leitura, os participantes se tornam tripulantes de naves espaciais, prontos para descobrir e interagir com a galáxia desenhada no



tabuleiro, com a proposta de ajudar os seus habitantes ao recolher as esferas dos afetos (cada planeta possui uma série de esferas do seu afeto no interior do mesmo) encontrados durante sua viagem e redistribuí-los pelos demais planetas. Cada nave pode abrigar de 1 a 5 tripulantes, formando pequenas equipes. No início do jogo, cada grupo retira uma carta-missão, um objetivo que guiará sua aventura pelo tabuleiro. Essa missão pode ser, por exemplo: “As crianças no planeta Alegrix têm dores nas bochechas de tanto rir. Leve para elas duas esferas de vergonha e conte o que aconteceu.” ou “Leve dois afetos diferentes ao planeta Tristezix e conte o que mudou por lá com a chegada desses afetos.” Quando concluem seu objetivo, os tripulantes podem ajudar as outras naves a completar sua missão.

Mas, antes de viajar rumo ao objetivo, é lançado um dado que define em qual planeta cada nave iniciará sua jornada. Essa regra surgiu de uma descoberta durante nossos testes no grupo de pesquisa: quando todas as naves partiam do mesmo planeta, os afetos daquele planeta dominavam a experiência da mesa. Agora, com cada equipe começando em um planeta diferente, a diversidade de afetos se mantém viva durante toda a partida. Com todos os preparativos concluídos, o jogo pode iniciar. Cada equipe, na sua vez, rola o dado e move sua nave pelo tabuleiro na velocidade da sorte. Ao pousar em uma casa, os jogadores encontram desafios fabulativos e questões que, se realizados, são responsáveis por recompensar a nave com esferas de afeto que as aproximam de seu objetivo. As casas propõem situações como: “Conte uma história em que o medo te ajudou.”, “Você conhece alguém que nunca sente raiva? Você acha que isso é

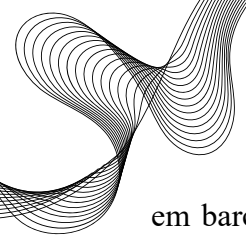


possível?”, “Você encontrou alguém que estava muito triste. O que você fez?” ou “Explique sem palavras o que faz você sentir alegria. Os outros devem adivinhar.”. Os jogadores são lembrados de que podem ficar à vontade para responder às questões com as suas histórias e percepções, mas que, caso não queiram, também é possível imaginar outras respostas ou contar histórias inventadas.

De casa em casa, cada equipe vai trilhando seu caminho e completando seu objetivo. Entretanto, o jogo envolve muito além da missão: percebemos como, muitas vezes, as crianças chegavam a esquecer de verificar se já tinham completado a tarefa. Em um desses momentos, em uma mesa com crianças de 7 anos, uma mediadora ficou impressionada com a quantidade de afetos que tinha em uma das naves e se questionava se as crianças, distraídas, já não poderiam completar o desafio delas. Assim, perguntou: – “Qual é o objetivo de vocês?”. E recebeu como resposta: – “É falarmos sobre os nossos afetos.”

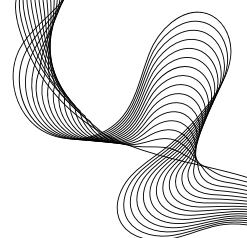
Inventando uma Galáxia

Algumas das oficinas responsáveis pela elaboração do jogo ocorreram na Vila Planetário, através da ONG Gurizadaí e do Projeto de Extensão Biblioteca Viva/UFRGS, no ano de 2022. Inicialmente, pensamos em uma oficina com o jogo Ilhas dos Afetos ao ar livre no gramado do Planetário da UFRGS, vizinho da comunidade e do qual advém seu nome. Pensamos que, ao invés de um tabuleiro, poderíamos fazer as ilhas em grandes cartolinas recortadas em círculos a serem dispostas pelo gramado, pelos quais as próprias crianças se deslocariam



em barcos de papelão. Em algum momento, alguém teve uma ideia e compartilhou: e se, ao invés de ilhas, os círculos fossem planetas? Poderíamos trabalhar a identidade da comunidade e intensificar o caráter especulativo das nossas narrativas, uma vez que há muito tempo sentíamos que as ilhas e seus habitantes estavam demasiadamente estereotipados a “tipos” específicos, dificultando uma operação especulativa interseccional mais radical. Logo algumas pessoas do grupo, que estavam estudando o xenofeminismo (Hester, 2018), explicitaram o quanto a dimensão alienígena do cosmos poderia destravar nossos exercícios imaginativos e abrir caminhos para narrativas mais brincantes e menos adultocêntricas, tensionando nosso imaginário para além do meramente provável ou possível na direção do intempestivo em revoluções micropolíticas do nosso pensar-sentir. O coletivo convergiu que essa mudança de cenário poderia nos lançar mais fortemente em uma especulação SF⁶ (Haraway, 2016), fabulando para além das estereotípias que teimávamos em reiterar nas cartas do Ilhas dos Afetos. Deste modo, logo nasceu o Galáxia dos Afetos já com o horizonte de ser jogado e inventado em conjunto com as crianças da Vila Planetário. O grupo se dedicou intensamente para elaborar um

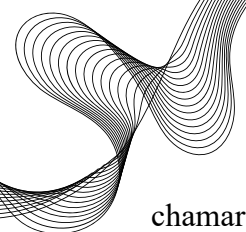
⁶ Donna Haraway, em seu livro “*Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*” (2016), propõe a sigla SF para abordar um conjunto variado de significados entrelaçados que estão para além de um gênero literário, abarcando também uma prática epistemológica, política, ética, situada e estética, para imaginar mundos possíveis a partir da desestabilização das dicotomias modernas, propondo alianças multiespécies e reconfigurando o modo de significação de diversos signos. Além disso, a autora propõe *ficar com o problema*, insistindo em um fazer coletivo e situado, e buscando soluções para superar as problemáticas atuais. Algumas SFs possíveis são, por exemplo, *Science Fiction* (ficção científica), *Speculative Fabulation* (fabulação especulativa), *String Figures* (figuras de corda/cama de gato), *Science Fact* (fato científico), *Speculative Feminism* (feminismo especulativo).



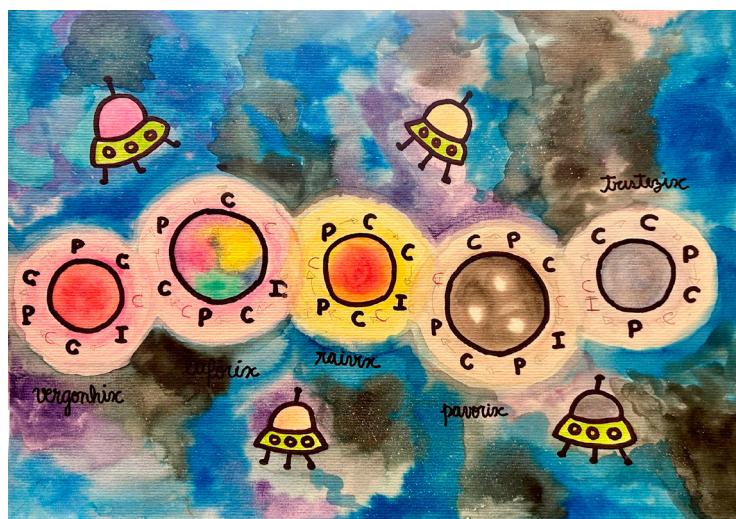
protótipo do jogo e levá-lo para as oficinas.

Era um momento de saída da pandemia de Covid-19 e estávamos alegres com a possibilidade de retomar as atividades de extensão presencialmente. Usávamos máscaras para evitar a circulação do vírus, o que por vezes dificultava nossa comunicação. Ao todo, foram quatro encontros, que aconteceram aos sábados à tarde, com a presença de professores, doutorandos, mestrandos e estudantes de Iniciação Científica. No primeiro encontro, fizemos uma roda de leitura com o livro “*Quando a escuridão e eu ficamos amigas*”, do Emicida. O livro aborda de forma lúdica temas como o medo e a coragem juntamente com questões raciais. Logo após a leitura, convidamos as crianças para, em grupos, construírem desenhos sobre a contação. Surgiram as coisas mais variadas neste momento. Em consonância com o tema do medo da noite, uma série de temores surgiu nos desenhos: cobras, aranhas, *aliens* maldosos, palhaços de terror, policiais do cotidiano e o vírus da Covid-19 foram alguns deles. Um grupo com quatro meninos entre dez e doze anos demorou muito a desenhar, pois eles diziam que não tinham medo de nada. Após conversarem um pouco mais, um deles disse que tinha medo de tirar zero na prova e desenhou sua professora entregando a prova. Outros falaram que compartilhavam do mesmo medo. Evidenciava-se aqui uma modulação política situada no campo afetivo que se repetiu muitas vezes antes e depois deste evento: a (de)negação da presença do medo entre pessoas identificadas como homens, em um movimento de afirmação “viril” de uma impossibilidade de se fragilizar diante dos desafios do mundo.

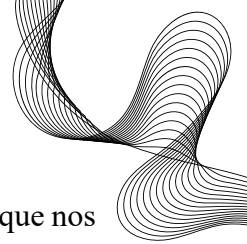
No segundo dia, levamos um protótipo de tabuleiro do novo jogo (que você pode conferir na foto abaixo), que se



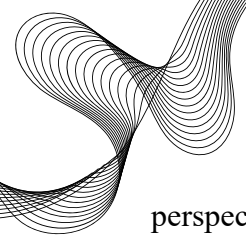
chamaria A Galáxia dos Afetos, para jogar com as crianças. Nossa ideia era experimentar como poderíamos torná-lo lúdico, mas ao mesmo tempo potente para discutir afetos e interseccionalidade. Neste protótipo, havia ainda a necessidade de cartas que, ao serem retiradas pelos participantes, propunham narrar alguma situação envolvendo um afeto. Ainda tínhamos muitas dúvidas sobre a aparência e a ludicidade do jogo, que nos parecia sério demais. Assim, em uma reunião do grupo, surgiu a ideia de convidarmos as crianças para construir os planetas conosco. Na oficina do terceiro dia, então, levamos bolas de isopor, materiais para colorir e massinha de modelar e pedimos que, em grupos, eles criassem cada um dos cinco planetas: Raivix, Pavorix, Alegrix, Tristezix e Vergonhix. Lemos uma primeira versão das narrativas dos planetas e convidamos que eles se organizassem em grupos a partir do planeta que gostariam de confeccionar.



Protótipo do tabuleiro do jogo nas oficinas no planetário.



As crianças construíram um conjunto de planetas que nos interessou e nos inspirou. Mas um menino especificamente pediu para “apresentar” o planeta dele ao final. Ele escolherá o Vergonhix para representá-lo com o globo de isopor e muita massinha de modelar. A superfície da esfera estava tomada por diferentes pontos coloridos que pareciam fazer as vezes de continentes ou arquipélagos, fugindo de uma aparência monocolor relacionada ao monotom afetivo de cada planeta, estratégia estética comum em outros trabalhos. Quando ele inicia a explicação da geografia do Vergonhix, encontramos um brincar que complexificou em muito a nossa proposta original: havia o continente da alegria, no qual as pessoas ficavam com vergonha de estarem alegres (como quando cantam parabéns para nós em uma festa ou somos elogiados pela professora), o continente da tristeza no qual temos vergonha por chorar, o continente da raiva no qual nos envergonhamos por gritar e agredir, assim como, também, o da vergonha de temer. No planeta criado e apresentado pela criança, os afetos estavam misturados no Vergonhix ao mesmo tempo que seguiam tendendo sempre à vergonha. Repentinamente, nossa narrativa inicial se evidenciou demasiadamente simplificada e categorial, evidenciando que complexificá-la não dificultaria o brincar lúdico, muito pelo contrário. A partir dessa experiência, construímos as “zonas mistas” em nosso tabuleiro, ou seja, casas que estão entre as atmosferas dos planetas e, justamente por isso, acabam por complexificar os campos afetivos, misturando-os, confundindo-os ou sobrepondo-os. Essas zonas mistas do jogo surgem, portanto, de maneira a exemplificar o caráter cartográfico inerente à nossa pesquisa. Ao compartilhar isso em nossas reuniões, percebemos o quanto seria interessante seguir a



perspectiva que aquela criança havia nos indicado.

Alguns exemplos de perguntas que passaram a aparecer nas zonas mistas foram: “Você já sentiu vergonha de ter medo?”, “Você já não soube se estava triste ou com raiva?”, “Você já sentiu medo de ficar triste?”, “Você já sentiu alegria e raiva ao mesmo tempo?”. Estas perguntas, apesar de difíceis de serem respondidas por todos – adultos e crianças, pesquisadores e jogadores – amplificam o campo narrativo-reflexivo acerca dos afetos, tirando-os de uma posição purificada comumente apresentada por visões psicológicas que os entendem mais como uma reação do que como um campo de produção e múltiplos atravessamentos. A aposta na complexificação do emaranhamento entre os afetos permitiu uma intensificação do desafio imaginativo, provocando um exercício especulativo que amplia as possibilidades de narrar os afetos em suas relações ao mesmo tempo que desvia das narrativas prontas sobre cada emoção presentes em nossos coletivos.

Já com o tabuleiro pronto, alguns dos pesquisadores do grupo levaram o jogo para realizar testes com crianças próximas, no intuito de seguir experimentando possibilidades do brincar, evidenciando nas reuniões pontos e aspectos que pudessem ser melhorados a partir da opinião de participantes que estivessem com idade similar ao que o grupo havia pensado inicialmente como faixa etária para o jogo. Aliás, nestas práticas de experimentação para a composição do jogo, fomos percebendo que a ideia de “faixa etária” por nós estabelecida inicialmente também se complexificaria inevitavelmente: em jogos junto de turmas da psicologia na UFRGS ou com o próprio NUCOGS, por exemplo, logo se evidenciou o quão potente era o modo brincante que o

jogo provocava para experienciar-narrar afetos, nos levando a problematizar a relevância de uma segmentação etária do mesmo em seus usos futuros. Ainda que as posicionalidades etárias sejam um elemento relevante na modulação dos modos de afetar e ser afetado pelo jogo, a idade não determina um interdito à possibilidade de experimentação singular a partir deste dispositivo lúdico, inclusive podendo reinventar o mesmo para além dos seus esquadros originais (regras, jogabilidade, objetivos, etc.).

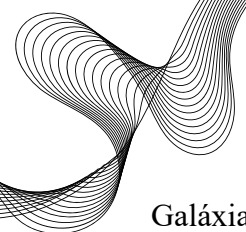


Versão atual do tabuleiro do jogo.

A chegada nas Escolas

Modos de brincar desviantes

Através do projeto de extensão Jogos e Interseccionalidade na Educação, começamos a organizar oficinas para levar A



Galáxia dos Afetos a bibliotecas comunitárias e escolas da rede municipal de Porto Alegre. Entretanto, em maio de 2024, antes de iniciarmos as oficinas, o Rio Grande do Sul foi atingido por uma enchente histórica, que tomou 478 entre os 497 municípios do estado. Intensamente impactados pela crise, cujos efeitos perduraram – e ainda perduram- meses depois das águas baixarem, discuti-la acabou se tornando parte fundamental dos debates que vínhamos desenvolvendo. Nesse contexto, entendemos como necessidade priorizar as escolas em territórios diretamente atingidos pelas águas ou que funcionaram como abrigo temporário. Até o momento, realizamos seis oficinas em três escolas públicas de Porto Alegre, com turmas do 2º ao 5º ano do ensino fundamental e com uma equipe de educadores. Uma dessas oficinas foi realizada em uma paróquia no bairro Sarandi – um dos mais afetados pela enchente –, que funcionava temporariamente como a escola, interditada diante dos estragos causados pelas águas.

A ideia proposta pelo nosso grupo era de iniciar os encontros com a leitura do livro, como forma de apresentar a história de cada planeta e convidar os leitores/ouvintes a conhecer aquela galáxia e ajudar seus habitantes através do jogo. Nossa construção focou no jogo como o dispositivo disparador e de compartilhamento de narrativas e afetos, enquanto o livro seria um momento auxiliar para apresentar e introduzir o tabuleiro, contribuindo na imersão da realidade proposta pela Galáxia dos Afetos. Entretanto, como já ressaltamos parcialmente acima, fugindo do nosso planejamento, a experiência das oficinas nos surpreendeu com novas possibilidades e maneiras de interagir

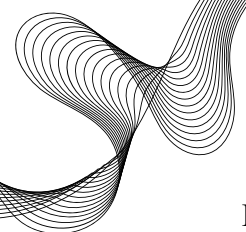


com os dispositivos que desenvolvemos. Nesse processo de construção cartográfica, o brincar não era apenas “produto”, “efeito”, mas também força reinventora constante do dispositivo: a brincadeira dava uma pirueta transformando a si mesma ao colocar tanto livro quanto o tabuleiro em jogo novamente, a inventar novas possibilidades ludicamente. O brincar afirmou seu desejo de sempre reinventar a brincadeira.

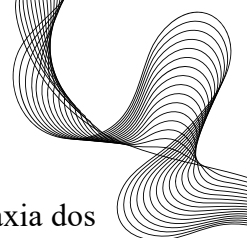
A primeira oficina foi realizada com uma turma de segundo ano, composta por crianças entre 7 e 8 anos. Já na primeira leitura, fomos recebidos com uma forte animação e interesse por parte das crianças pelas histórias dos planetas, antes mesmo de entrarem em contato com o tabuleiro. Ao começarmos o livro, as crianças já tinham muito a dizer, antes mesmo do momento que planejamos para a convocação da fala. No diário de campo, relatamos

Após a professora sair da sala, começamos a leitura do livro. No segundo ano, poucas crianças ficaram atentas à leitura, mas todas continuavam muito animadas e agitadas, querendo falar, participar da atividade e, algumas, querendo compartilhar impressões com a gente ou umas com as outras, folheando o livro, fazendo comentários sobre a leitura ou sobre coisas diversas. Tentamos conseguir a atenção de todos, mas teve muita dispersão nesse momento. Uma das meninas reproduzia com gestos, fazia comentários ou dramatizava com todo o corpo o que líamos. O livro tem muitas questões que, ao serem lidas, as crianças queriam responder.

Diário de Campo da autora (24/08/2024)



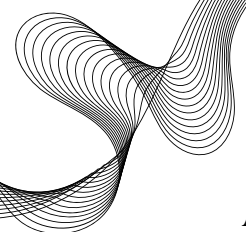
Esse momento, desafiador pelo que entendemos como “falta de atenção” das crianças, se revelou, depois, ao repensarmos a situação, como a nossa dificuldade em sair do roteiro planejado, pautado em um saber adulto insuficiente para um mundo fértil de vida (Noguera, 2019). Observamos nossa angústia por não recebermos o olhar total das crianças, ou de sermos interrompidos pelas conversas, porque isso representaria “falta de atenção”, e entendemos que elas não conseguiriam acompanhar ou entender as atividades propostas. Agora, compreendemos que as crianças não estavam desatentas, porque, apesar de não estarem demonstrando o engajamento que nós esperávamos – o comportamento comumente associado a prestar atenção: silêncio, olhar exclusivo e imobilidade –, elas estavam muito interessadas na Galáxia dos Afetos. E, apesar de às vezes não ouvirem a narrativa inteira de um planeta enquanto realizamos a leitura do livro, por exemplo, estavam conectadas a ela, contando suas próprias histórias uns aos outros, instigadas pelos sentimentos descritos. Não estavam focadas exclusivamente na leitura, mas estavam atentas aos afetos ou a histórias afetuosas que dialogavam com a oficina. Tanto que, enquanto contávamos o que acontecia com os planetas, elas já diziam se gostavam, ou não. Procuravam no livro as imagens correspondentes, mostravam umas às outras. Reagiam às narrativas, ou às impressões de seus colegas, e compartilhavam mais histórias que se relacionavam àqueles afetos. Com isso, também nos questionamos se, talvez nos anos iniciais, poderíamos abrir mão da rigidez do uso dos dados e tabuleiros. Uma vez que, durante a leitura do livro, as crianças já



pediam a palavra e, ao entrarem em contato com A Galáxia dos Afetos, não precisavam do incentivo dos comandos do tabuleiro para terem vontade de compartilhar seus afetos e suas histórias.

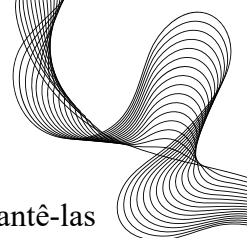
Ademais, o jogo se apresentou como uma brincadeira completamente diferente da que esperávamos. Conforme mencionado acima, a proposta do A Galáxia dos Afetos inclui uma caixa com livro, tabuleiro, naves, dados e esferas. As crianças não se interessam somente pelo funcionamento do jogo, ou pelas histórias contadas pelo livro, mas também pela criação de brincadeiras e narrativas diferentes das que propomos. A própria experiência da caixa já mobiliza diversos afetos, nos quais a curiosidade se expressa em perguntas das crianças, como: “O que tem aí dentro? Posso pegar? É um jogo?”, e ao observarem o objeto sentem-se convidadas a pensar nas inúmeras possibilidades que estão por vir. Assim, não apenas o jogo (físico) em si avança sobre os afetos, mas a própria performance e experiência do desconhecido evocada na caixa já abre infinitas possibilidades para outras experimentações de si.

Tal experiência ecoa numa situação narrada anteriormente, em “*Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*” (Maraschin; Francisco; Diehl, 2011, p. 28-30). Nela, a atenção das crianças se voltou mais para as caixas vazias dos computadores, ignorando a presença das próprias máquinas que eram os elementos centrais da proposta da oficina. Nesse sentido, os autores refletem acerca do valor atribuído aos objetos e dos significados que assumem para as crianças. Então, o que se apresenta a princípio como um elemento central da proposta da oficina, pode ser reconfigurado quando entramos em contato com o contexto infantil e suas formas de brincar.



A partir da experiência dos *oficinandes adultes* de jogar inúmeras vezes o jogo, de um jeito protocolar, seguindo as regras e objetivos previamente criados, pode-se afirmar que tínhamos algumas expectativas sobre a interação das crianças com o jogo e livro, como também com o cumprimento da oficina. No momento da abertura das caixas, elas puderam entrar em contato com o livro, com o tabuleiro e explorar todos os acessórios antes do início da partida. Essas experimentações envolviam a escolha das naves, e geralmente as crianças vinculavam as cores das naves às cores dos planetas no tabuleiro. Desde o primeiro contato com as naves, elas se empolgaram para transformar o jogo em outras possibilidades: navegavam com as naves pelo ar, pelo tabuleiro, seguravam as naves em suas mãos ou próximo à sua equipe; as esferas de afeto viravam doces e elas confessavam o desejo de comê-las; os dados em suas mãos suscitaram outras brincadeiras, de girar como um peão ou de ensaio de resultados que elas queriam.

Sendo assim, a questão do brincar para elas funciona de outra forma do que para nós, adultizados. A adultidade nos desvia do desejo, apagando o mistério da vida (Nogueira, 2019). As regras que nós, adultos, pensamos e planejamos para que houvesse uma jogabilidade e sentido ao tabuleiro, para essas crianças, não foram necessárias, já que “adultescer significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir” (Nogueira, 2019, p. 11). Dessa maneira, ainda amarrados à ideia de controle da experiência do brincar com o jogo, não conseguimos enxergar a potência de inauguração de novos modos brincantes, tendo em conta que as crianças possuem a imaginação (e liberdade) de criar brincadeiras com todos os

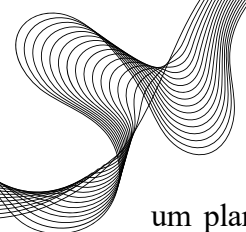


tipos de material. Enquanto nós nos esforçamos para mantê-las no jogo que propusemos, elas criaram outras maneiras de brincar com o jogo; por isso, é importante lembrar que “existir é um convite ao desejo de liberdade” (Noguera; Alves, 2019, p. 11).

Brincar é um sopro antigo que permanece à espreita, mesmo quando o mundo adulto tenta silenciar sob o peso das horas produtivas. Brincar é uma insurgência suave contra a lógica endurecida dos dias. O gesto lúdico, então, torna-se travessia e transgressão: um modo de existir que desafia os contornos impostos e restitui ao cotidiano sua capacidade de sonho e de variação.

O sujeito brincante é aquele que dá ânimo às coisas, personificando-as, dando-lhes funções variadas, a depender do significado que queira atribuir no ato da brincadeira. Dessa forma, é ele que determina a funcionalidade do suporte lúdico e, na condição de liberdade, transgride as determinações impostas pelo mundo adulto (Teixeira, 2007, p. 29).

Com as crianças do quarto ano, a experiência de jogar pareceu fazer mais sentido. Sentamos no refeitório da escola, em grupos menores, em que cada jogador pode “pilotar” uma nave. Eles conseguiam compreender as regras do manual de instruções e também tirar dúvidas quando necessitavam. Nós também já tínhamos a experiência de jogar com os menores e, por isso, dávamos mais tempo a eles, para que fizessem perguntas. Fomos percebendo que a construção do jogo era também a nossa própria formação de oficinairos-com-o-jogo, conhecendo-o em

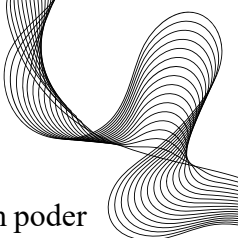


um plano imerso com crianças e instituições. Isto também nos levava a compreender a quantidade de contribuições importantes que tivemos para chegar até a Galáxia dos Afetos como hoje ele é:

Logo no início do jogo, um menino disse: “Ah, eu já conheço esse livro”. Achei que ele iria citar o divertidamente, como muitas crianças fazem. Olhei pra ele com certo desânimo, e então ele disse: “eu criei um planeta de massinha lá no gurizadaí, lá na Planetário, que fazia parte desse livro”. Foi muito legal dizer pra ele o quanto nos ajudaram e mostrar o resultado do livro e do jogo. Ele contou pros amigos da oficina que tinha feito lá. Contou que também fez um desenho e que o seu planeta era a raiva.

Diário de campo da autora (09/09/2024)

As crianças foram receptivas com o nosso grupo e se engajaram, de diferentes maneiras, com o jogo em todas as oficinas realizadas. Quando jogavam em duplas ou trios, disputavam entre si quem “dirigiria” a nave pelo tabuleiro e se ofereciam para ler as instruções das casas para os colegas de mesa. Observamos também certa competitividade, pois algumas perguntavam qual seria o prêmio caso ganhassem, e pareciam bastante imbuídas em fazê-lo. O fato de as crianças comemorarem fortemente um resultado de dado de um número elevado, quando, por exemplo, tiravam o valor seis no dado, chamou a nossa atenção, ocorreu diversas vezes em diversas mesas. Acontece que, muitas vezes, para coletar mais esferas do afeto de um determinado planeta, você deve fazer mais missões, sendo, portanto, interessante receber valores baixos no dado. É

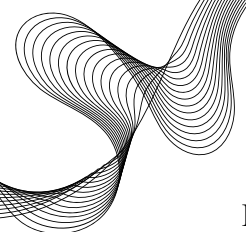


notável também que, no geral, elas pareciam animadas em poder compartilhar e criar narrativas de forma lúdica. Diante disso, presenciamos uma variedade de afetos e interações, incluindo histórias felizes, tristes e engraçadas, bem como segredos e relações escolares e familiares.

Comoicineiros e adutes, foi curioso observar a forma como cada criança participou do jogo. Algumas delas eram mais quietas, enquanto outras pareciam à vontade para compartilhar suas narrativas. Em um dos grupos, com crianças do 5º ano, um dos jogadores engajou-se tanto durante a leitura do livro que ficou mais calado durante a partida. Nesse mesmo grupo, outra criança, mais tímida, foi apontada pelos demais como a mais calma, e fez questão de dizer que, na verdade, ela sentia raiva às vezes, principalmente durante jogos — afeto que talvez não seja tão acessado por ela em jogos de tabuleiro, ou em grupo. Houve ainda aquelas crianças que se mantiveram quietas durante toda a partida, mas que estavam sempre atentas ao andamento do jogo. Também presenciamos alguns desentendimentos entre os jogadores, alguns inclusive pareciam anteriores à oficina e acabaram surgindo durante a partida.

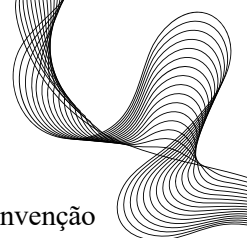
“No segundo grupo eram 4 meninas e 4 meninos. Elas eram bem mais quietas e fechadas. Os guris falavam bastante e interagem tanto com o livro quanto com o jogo. Um deles, inclusive, falou tanto durante a leitura do livro, que ficou sem assunto durante o jogo.”

Diário de campo da autora (16/11/2024)



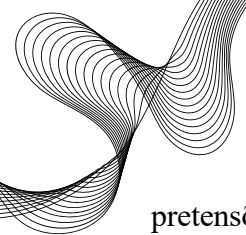
Em alguns momentos, um movimento de confluência fazia com que uma história contada por uma das crianças produzisse narrativas das demais, inclusive das outras equipes, independentemente da dinâmica do jogo. Uma menina narrou a tristeza que sentira quando do falecimento do avô. As demais crianças ficam atentas à sua história e logo compartilham situações semelhantes pelo luto de um avô ou avó. É um momento no qual a algazarra de conversas paralelas, soquinhos e empurrões para e todas conjugam sua atenção para o que ali se desenrola. Em outros momentos, as histórias são contadas ao pé do ouvido para uma das pessoas que conduz a oficina. Diante do desafio de narrar uma situação na qual sentiram raiva e tristeza, uma menina chamou um dos oficinairos para se abaixar e ficarem na mesma altura para, então, contar-lhe baixinho que já tinha sentido isso diante do testemunho de uma injustiça em sua casa. Uma breve conversa de acolhimento logo deu lugar à sua volta para os movimentos do jogo em uma retomada do brincar. Quem sente o quê? Quando? E como? E o que mais poderia sentir? São questões que vão produzindo encontros e contrastes nos modos como cada criança, em diferentes situações, é atravessada por afetações singulares. Uma multiplicidade de possibilidades de afetar e ser afetado vai tramando um território complexo que, talvez, possa auxiliar esse coletivo brincante em suas políticas afetivas cotidianas.

“Enquanto potência criadora e de transformação, as perspectivas de crianças acerca de acontecimentos cotidianos e ordinários criam figuras imaginativas e inventivas. Na aposta de que o lúdico e a possibilidade de



expansão semântica atuam na significação e na reinvenção no campo das diferenças, inventa-se um jogo que propõe explorar as afetações. Que brinquemos com as crianças a partir desse sério debate acerca da politização das diferenças também como modo de combater a produção das desigualdades” (Rocha et al., 2023, p. 62).

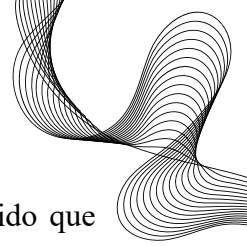
Assim, o jogo não seria uma ferramenta para “treinamento” e/ou “adequação” dos laços afetivos do coletivo infantil a um certo ideal/modelo comportamental esperado, tampouco seria propriamente um instrumento para a conscientização e domínio das emoções de cada um. Para além destas fantasias nas quais as crianças e seus afetos se tornam transparentes (Glissant, 2021) para elas mesmas e para as pessoas adultas do seu entorno, de modo a serem nitidamente conhecidas por meio do “fazer falar” envolvido no jogo, o qual permitiria, então, fixá-las em compreensões, diagnósticos, categorizações, etc., vemos muito antes o contrário ser efetuado pelo dispositivo “*Galáxia dos Afetos: um cultivo das opacidades*” (Glissant, 2021), uma prática de cuidado que resguarde a dimensão do mistério (Nogueira, 2019), uma possibilidade de ampliar nossa relação de não saber que nos lance ao tatear cuidadoso da errância de quem caminha, sem saber onde exatamente firma seus passos, ao mesmo tempo que, paradoxalmente nos convoca a fabular especulativamente sobre quem somos e podemos ser para além dos esquadros do que pressupomos já saber. Talvez possamos pensar que a prática que buscamos fazer emergir do jogo é cultivar ao mesmo tempo cuidado e experimentação coletivos, acerca dos nossos afetos como dimensão política interseccional do nosso conviver, sem



pretensões de fixar compreensões sobre quem somos e o que sentimos.

Se as dinâmicas alterocidas (Mbembe, 2018) sustentadas por políticas de inimizade (Mbembe, 2017) afirmam estigmatizações etárias, de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiências de modo a produzir estereótipos e estigmas, pretensas transparências acerca de quem são as crianças ou adultos com os quais convivemos, podemos considerar que uma pista ética do jogo é cultivar as opacidades em nossas relações de modo a sustentar a potência do mistério e da especulação sobre quem podemos ser. Se as perspectivas tradicionais de alteridade na modernidade são baseadas em relações de equivalência e analogia entre sujeitos tomados como entes abstratos, de modo a fazer do “outro” um “si mesmo” (Maurent; Costa, Maraschin, 2022), podemos considerar que uma pista ética do jogo é cultivar uma relação de errância com a alteridade, de modo a sempre levar a deslocarmo-nos, e fazer problema acerca de quem somos e como vivemos coletivamente. E talvez seja exatamente no rigor inventivo da ética do brincar, desde a qual compomos e seguimos reinventando cotidianamente as possibilidades desta Galáxia dos Afetos, que podemos encontrar um modo de seguir sustentando cuidado e experimentação especulativa conjuntamente em nossas políticas afetivas.

Inserir o jogo nas oficinas foi, também, nos inserir no jogo. Nos formamos pelo caminho como criadores e oficinandes, mas não no sentido de quem detém, e sim de quem se deixa afetar. A cada aproximação com as crianças, víamos ruir os moldes prévios, as fórmulas seguras. A escuta se tornava mais importante

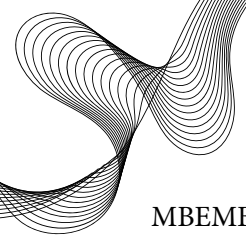


que o plano e o gesto improvisado ganhava mais sentido que a estrutura. Estávamos, de alguma maneira, vulneráveis a cada novo encontro diante de crianças que não conhecíamos e que não sabíamos como iriam reagir diante da nossa entrada em seu território. Crianças essas que estavam não só animadas para jogar, mas também abertas para compartilhar afetos. Ao final das oficinas, recebemos abraços, desenhos e pedidos de retorno

A pesquisa-intervenção nos ensinou a habitar o entre, território fluido onde sujeito e objeto se contaminam, onde quem propõe também é tocado, onde toda regra é uma hipótese a ser dançada. O jogo, como as crianças, nos convocava a estar presentes: ser com, e não sobre. Foi entender que intervir não é moldar, mas escutar o que emerge e oferecer chão para florescer. Que o saber não antecede o encontro, todavia, nasce dele.

Referências

- GLISSANT, Edouard. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- HESTER, Helen. Cap 1 Qué es el xenofeminismo? *Xenofeminismo*. Buenos Aires, Caja Negra. 1 Edición, 2018.
- MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise Juliana; DIEHL, Rafael (Org.). *Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011..
- MARASCHIN, Cleci et al. *A Galáxia dos Afetos*. Porto Alegre: NUCOGS/UFRGS, 2024.
- MAURENTE, V.; COSTA, L. A.; MARASCHIN, C. *Ensaio para figurações: Indústria do Gênero e Ilhas dos Afetos*. In: AMARAL, E.; AMADOR, F. S.; DIAS, R. O. (Org.). *Abrir o presente: inventar mundos, narrar a vida, enfrentar o fascismo*. 1. ed. São Paulo: Margem da Palavra, 2022. v. 1, p. 123-149.



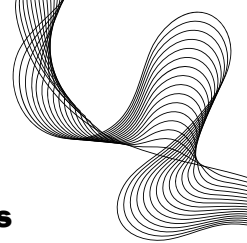
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infância, Ubuntu e Teko Porã: elementos gerais para a educação ética afroperspectivista. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, set./dez. 2018. DOI: 10.12957/childphilo.2018.36200. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/36200>.
- NOGUERA, Renato. O que ensinam as crianças num mundo em crise?. Coletivo Indra, [S.l.], 21 ago. 2019. Disponível em: <https://coletivoindra.org/blog-opiniao/o-que-ensinam-as-criancas-num-mundo-em-crise/21/8/2019?rq=noguera>.
- NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento – Diálogos em Educação*, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019. DOI: 10.14295/momento.v28i1.8806. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>.
- NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/>.
- ROCHA, Amanda Côrrea et al. Jogo Ilhas dos Afetos: aposta afetiva e interseccional para uma política brincante. In: MAURENTE, Vanessa; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Oficinando em Rede: Co-habitar tempos impossíveis*. Florianópolis: Abrapso Editora, 2023. p. 54-72. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Livro-Oficinando-em-rede_Ebook.pdf.
- TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. *Infância, o sujeito brincante as práticas lúdicas no Brasil oitocentista*. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

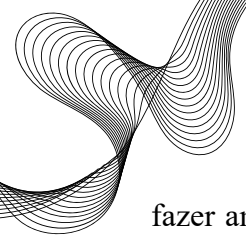
3. Perdendo a razão: desconstruindo hierarquias entre afeto e cognição através do brincar

Vanessa Soares Maurenre
Letícia Cardoso da Silva
Cleci Maraschin

O que você pensa quando você sente? O que você sente quando pensa? A tradição de uma ciência hegemônica moderna nos leva a pensar cognição e afeto como entidades distintas, por vezes em oposição ou hierarquização. Pensar e sentir constituem-se no saber científico dominante, habilidades de um sujeito isolado, segmentado entre corpo e mente. Já na escola aprendemos sobre esta dicotomia, somos ensinados a pensar nossas experiências segmentando razão e emoção. Valorizar o conhecimento racional e aprender sobre nossos sentimentos para que possamos gerenciá-los de forma mais *adequada*. A emoção deve ser dominada para não interferir com a razão. “Controlem suas emoções”, nos diziam.

Na maioria das histórias infantis ocidentais, a metáfora mente x corpo, cognição x afeto assume o paralelismo na dicotomização cabeça x coração. Por exemplo, no clássico *O Mágico de Oz*, o homem de lata é um lenhador que, amaldiçoado tem seu corpo transformado em aço. Embora mantenha sua memória, linguagem e outras faculdades atribuídas à cognição, perdeu sua humanidade, pois não tem mais coração e não consegue mais amar. No desenho animado “*As aventuras de Jimmy Neutron: O menino gênio*”, como o próprio nome diz, Jimmy é um gênio que tem dificuldades em se expressar e de





fazer amigos no ensino elementar da cidade de *Retroville*, mas secretamente salva o dia com suas invenções científicas. O menino gênio é representado por uma criança branca de corpo franzino, mas sua cabeça (onde se acomoda toda a genialidade) é grande, de maneira desproporcional ao corpo.

Podemos pensar, extrapolando as narrativas infantis, que a constituição de uma noção segmentada entre afeto e cognição, razão e emoção não se limita à diferenciação acadêmico-científica de saberes, mas compõe processos de subjetivação e forja modos de pensar e significar a própria experiência corporificada, o pensar e o sentir. No início do ano de 2025, em que se incrementam e popularizam os aplicativos de inteligência artificial generativa de imagens, solicitamos a algumas delas⁷ que criassem uma figura da cognição. As respostas trouxeram cérebros, com linhas conectando suas diferentes regiões, palavras, letras, números e até mesmo a representação de redes neurais computacionais fazendo parte do desenho. O caráter estereotipado da cognição situada no cérebro e associada ao modelo de processamento de informações presente nas modulações algorítmicas do nosso tempo fala de uma posição também hegemônica em vários campos do conhecimento. A colonialidade das epistemologias ocidentais produz separações e dicotomias no campo das ciências humanas, como corpo e mente, individual e coletivo, natural e artificial, cognição e emoção.

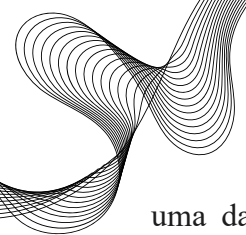
As emoções são estudadas por diversas áreas do conhecimento, sendo, em geral, compreendidas em sua oposição aos processos racionais, numa equação em que, quanto mais

⁷ Chat GPT, *Adobe FireFly*.

emocional, menos racional e vice-versa. Assim, compreender esses diferentes polos em sua suposta pureza permite encontrar modos mais eficazes de administrar as emoções e manter o limiar de racionalidade. A análise perspicaz de Despret (2001) mostra que, em nossa cultura, as emoções são compreendidas, em alguns momentos, como aquilo que é mais autêntico em nós mesmos e, em outros, como aquilo no qual não nos reconhecemos. Em ambos os casos, ela se opõe à racionalidade.



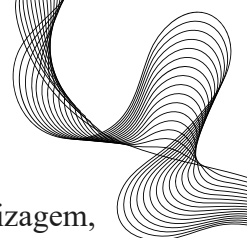
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento que regulamenta a Educação Básica e define diretrizes para construir um currículo unificado para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio no Brasil – em vigor desde 2017, traz a competência socioemocional como



uma das dez competências gerais a serem desenvolvidas na Educação Básica. As habilidades que devem ser desenvolvidas neste quesito são subdivididas em: autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. A abordagem das emoções na sala de aula tem grande importância para o contexto escolar, na medida em que afirma a existência de um plano sensível em uma instituição tradicionalmente marcada pelo silenciamento dos afetos. Além disso, constitui-se como parte do projeto de promoção da saúde mental em crianças e adolescentes.

Entretanto, alguns pontos do documento nos fazem pensar na manutenção de uma mesma lógica da racionalidade disciplinar. Um exemplo seria a habilidade de autogestão, que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades de gerenciamento “das crises” ou do “estresse”, ao “controle dos impulsos”, para que ações possam ser realizadas com objetividade. Neste caso, um suposto sujeito racional deveria controlar suas emoções para poder aprender, socializar e tomar decisões. Novamente, temos como pressuposto a noção de que cognição e emoção são pólos opostos e, além disso, que a primeira estaria em um nível maior de importância em relação à segunda nos processos de escolarização.

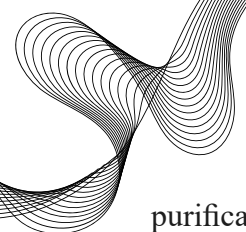
Para além da oposição, existe a reafirmação da dicotomia colonial, um aspecto da educação socioemocional que busca atingir uma “racionalidade ideal” para se viver em sociedade. Essa é uma lógica que remete às narrativas civilizatórias sobre as quais se ampara o colonialismo. Assim, ao mesmo tempo que a inclusão da educação socioemocional na BNCC marca



um importante enfoque em um plano sensível da aprendizagem, também afirma uma posição de submissão da emoção à razão.

Este capítulo problematiza a separação entre cognição e afeto, afirmando a intrínseca relação entre tais experiências, artificialmente apartadas pelos modelos moderno-coloniais de representação da mente humana. Buscamos sustentar esta discussão teoricamente, mas também apresentando experiências de oficinas realizadas com crianças do ensino fundamental de escolas públicas de Porto Alegre, nas quais utilizamos o jogo Galáxia dos Afetos, produzido pelo Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (2024). O jogo possui um tabuleiro com 40 casas, nas quais se apresentam perguntas aos jogadores como: “Você já sentiu raiva e alegria ao mesmo tempo?” ou “Você já sentiu vergonha de ter medo?” ou “Alguma vez sentir tristeza já te ajudou?”. Antes de começarem o jogo, um livro que conta a história da Galáxia dos Afetos é lido e, através dele, é possível entender que cinco planetas (Aegrix, Pavorix, Tristezix, Vergonhix e Raivix) estão vivendo em uma situação na qual seus habitantes só conseguem se sentir de uma maneira. Os participantes andam pelo tabuleiro em naves, respondem às perguntas quando caem nas casas e, então, podem coletar cápsulas de afeto ao passarem pela atmosfera dos planetas. Eles devem completar suas missões, que consistem em levar afetos de um planeta a outro, a fim de amenizar os problemas decorrentes do excesso de cada um dos afetos que nomeia estes lugares.

O jogo busca construir um espaço seguro de compartilhamento de narrativas seguro sobre os afetos, nos quais as crianças possam se deslocar de perspectivas pedagogicamente

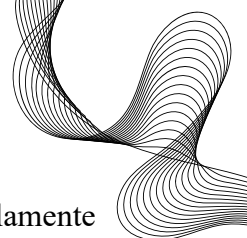


purificadas dos mesmos e entender sua situacionalidade e sua condição emaranhada com outros fatores, entre eles, questões sociais que as subjetivam, como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, deficiências, padrões corporais, entre outros. Nossa aposta foi construir uma narrativa lúdica – e não “racionalizada” ou explicativa para os afetos, afirmando a aprendizagem como uma experiência corporificada. Ao longo do texto, serão trazidas algumas cenas das oficinas, extraídas dos diários de campo das autoras.

Invenção científica da cognição e a reafirmação moderna da racionalidade

Ao introduzir este capítulo com um pequeno exercício realizado com IAs generativas, despropositadamente fazemos metáfora com o processo moderno de criação da cognição como um campo do conhecimento. O grande guarda-chuva que conhecemos hoje como ciências cognitivas surge primeiramente como uma das aspirações do movimento conhecido como Cibernética. Uma empreitada político-científica multidisciplinar fortemente situada às demandas bélicas das Grandes Guerras do século XX. Em paralelo a um progressivo esvaziamento do projeto cibernético de primeira ordem, alguns fatores davam corpo a um movimento interdisciplinar em prol da delimitação de uma ciência da mente. Dentre eles, as investidas científicas em explicar sistemas do pensamento humano, tal como o pensamento computacional (Hayles, 2000; Kim, 2004).

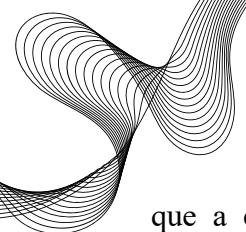
Notoriamente, o reconhecimento da Ciência Cognitiva como um campo próprio acontece em 1956 durante o evento



“*Symposium on Information Theory*”. O simpósio, amplamente influenciado pelo pensamento cibernético de informação, contou com nomes que seriam amplamente reconhecidos no campo das Ciências Cognitivas, como Allen Newell e Noam Chomsky (Gardner, 1996). No mesmo verão e também nas dependências do MIT, nomes que hoje são considerados os fundadores da Inteligência Artificial reuniram-se para discutir as potencialidades computacionais para resolver problemas (Gardner, 1996). Esse momento é salvaguardado na história da IA como um dos marcos históricos de seu nascimento. O *ethos* solucionador de problemas na computação transpõe-se para o que seria entendido como o núcleo da cognição humana pelo cognitivismo clássico (Kastrup, 1997; 2001; 2004).

Se acoplada à Cibernética, a ciência da mente teve certos pudores em localizar o sujeito pensante. Nos primórdios das Ciências Cognitivas, o sujeito pensante estava no cérebro. Gardner (2016) situa a correspondência teórica traçada entre o cérebro humano e o *hardware* computacional, no qual o pensamento equivalente à resolução de problemas poderia “ser descrito de forma totalmente independente da constituição particular do sistema nervoso humano.” (Gardner, 1996, p. 30). Essa é uma segmentação prevalente no que é situado hoje como cognitivismo clássico, não só reafirmando uma distinção entre mente e corpo, como também saudando o corpo como estando a serviço do cérebro.

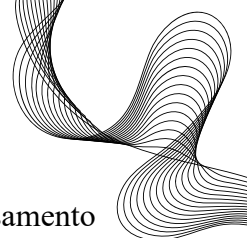
A hipótese central do cognitivismo clássico é que “a inteligência – inclusive a inteligência humana – assemelha-se de tal modo à computação nas suas características essenciais



que a cognição pode ser realmente definida como processos computacionais baseados em representações simbólicas” (Varela; Thompson; Rosch, 1992, p. 69). Perspectiva que produz uma leitura da cognição na qual a sua capacidade representativa é o modo central, se não exclusivo, de funcionamento. Varela, Thompson e Rosch (1992) nos lembram que a computação é uma operação que se dá a partir da codificação de símbolos, ou melhor dizendo, de elementos que representam aquilo que convertem. Assume certa ortodoxia no cognitivismo que a cognição consiste em atuar no mundo com base nas representações deste. O invento cognitivista implica construir correlações entre os estados representacionais cognitivos e as variações sofridas pelo agente (cognitivo) durante a ação (Varela, Thompson, Rosch, 1992).

A cognição, uma vez atuante em uma realidade das formas *a priori*, submete-se a um modelo de avaliação do seu desempenho que se baseia no quão acuradas são as representações por ele produzidas. Transposição no modelo cognitivo de suas raízes em sistemas de *feedback* da cibernética. Mais do que isso, implica na necessidade de estabelecer mecanismos através dos quais uma Computação simbólica pode ser adequadamente produzida. Tal como afirma Virgínia Kastrup (2005), em “*Políticas Cognitivas na Formação do Professor e o Problema do Devir-Mestre*”: “Além de pressupor sujeito e objeto como polos prévios ao processo de conhecer, a concepção da cognição como representação traz consigo a preocupação com a busca de leis e princípios invariantes” (Kastrup, 2005, p. 1275)

Assim, ao afirmarmos que o agente não inventa os símbolos que representa, estamos implicando uma dinâmica específica

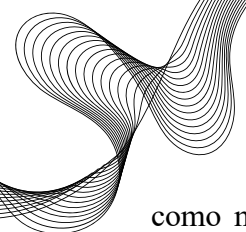


de um sistema delineado pelo esquema: *input* processamento computacional simbólico – *output*. Através do processamento simbólico desencadeado por um *input*, ele precisa chegar a uma solução a priori equivalente a um *output* desejado (*feedback*).

A experiência cognitiva na abordagem da computação simbólica é tal que o agente cognitivo não se dá conta de sua atuação. Em outras palavras, não estamos conscientes da operação computacional simbólica enquanto ela acontece, criando a noção de um sistema que opera de forma inconsciente ao agente no qual está incorporado. O cognitivismo transpõe ao seu modelo a fragmentação do sujeito cognoscente, que implica em um desvinculamento da mente e da consciência como direcionados em uma só trajetória. O que é formalmente operacionalizado através da segmentação de processos cognitivos em um delineamento modular (Varela; Thompson; Rosch, 1992). A ação cognitiva, quando correlacionada à consciência, é indiferente.

A atuação do sistema, uma vez que sua agilidade e rapidez são condicionadas ao seu caráter inconsciente (Kastrup, 2005), produz uma cisão entre experiência cognitiva computacional inconsciente e uma experiência corporificada fenomenológica na qual o jeito que ativamente vemos (agimos) e implicamos sentido no mundo é descolado de processos cognitivos. Segundo Jackendoff (1987), no cognitivismo, a dualidade mente-corpo de Descartes encontra uma outra divisão, expressando nos problemas da mente fenomenológica “Como o cérebro tem experiência?” e da mente computacional “Como é que um cérebro pode raciocinar?” (Jackendoff, 1987, p. 21).

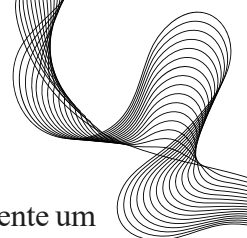
O autor atenta para o terceiro problema que descreve



como mente-mente: como conectar a mente fenomenológica e a mente computacional? Mesmo propondo outras ramificações aos modelos lógico-matemáticos da Cibernética, ao reconhecer certa complexidade físico-simbólica sujeito-meio, o modelo cognitivista segue, dentro de um determinado limiar, uma herança de desmaterialização do pensamento. Reconhecendo a existência de uma dimensão consciente e corporificada (na medida em que o corpo se submete ao cérebro) da experiência, para depois colocá-la como parte de seu modelo investigativo da cognição.

O sujeito cognoscente descorporificado é o sujeito cujo corpo não foi marcado pelas violências coloniais e pelos sistemáticos signos de desumanização e subalternização das ramificações estruturais do colonialismo. Historicamente, este sujeito é o homem, branco, europeu. Já na atualidade, sabemos que melhor posicioná-lo requer que acrescentemos outros atravessamentos, como aqueles referentes à classe, sexualidade, gênero, deficiência, etc.

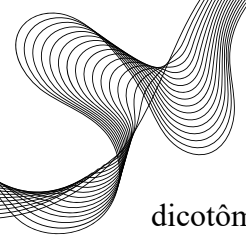
Diferentemente, na abordagem enativa, o sujeito se situa em relação com o outro e com o mundo não como uma mente flutuante, mas sim de uma posição completamente constituída a partir da possibilidade de pensar a si como tal. Atentamos que, ao nos voltarmos para a cognição, gostaríamos de corporificá-la e não de abstrair nossa construção. O que fazemos entendendo que o corpo cognoscente não é objeto de nossas pesquisas, mas a relação em que ela se atualiza. Surgido dentro da cibernética, existe um movimento divergente. Há mais de 50 anos, Gregory Bateson (1904-1980) questionava o isolamento do cérebro de seu contexto. No livro “*Steps to an Ecology of Mind*” (1972), postula-



se a ideia de uma mente em circuito, onde o cérebro é somente um integrante do mesmo. Dele participam o corpo e as ferramentas utilizadas para tornar esse corpo sensível às informações de diferença. Trazia o exemplo de um cego, que para se deslocar pela cidade se tornava sensível às diferenças das calçadas utilizando seu bastão. Assim, tanto as condições de acessibilidade da cidade quanto o bastão, as mãos e o cérebro participam dessa mente, que é muito mais ampla que somente o cérebro.

A autora Virgínia Kastrup (2001) constrói o conceito de Política Cognitiva relacionado, e sintetizado por Baum, Gavillon e Maraschin (2017) como: “[...] modos de estar no mundo, de estabelecer relações” (p. 148), situando que os modelos da cognição existem de maneira engendrada ao sistema de práticas que lhe dão forma. Ou seja, a forma que a cognição assume em diferentes perspectivas é inseparável e reflexiva do conjunto de práticas usado para delimitá-la. Implicando uma posicionalidade espaço-temporal e política dos modelos cognitivos e dos processos de conhecer o mundo: “O conhecer envolve uma atitude em relação ao mundo e a si mesmo e, por isso, é um problema teórico e também político, não puramente epistemológico. Todo modelo cognitivo é uma política cognitiva que forja tanto a cognição quanto o mundo ao situar as maneiras que ela age sobre e/ou com ele.

A Política cognitivista é uma política cognitiva representacional (Kastrup, 1997; 2001; 2005; Baum; Gavillon; Maraschin, 2017; Gavillon, 2019) forjada na política cognitiva científica sujeito x objeto, que produz nos processos de conhecer uma descorporificação do sujeito cognoscente, e uma relação

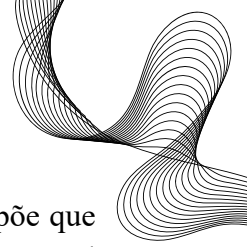


dicotômica com o mundo (objeto). Este modelo adota como ponto de partida as mesmas dicotomias entre afeto e cognição já mencionadas. O modelo cognitivista operacionaliza e instrumentaliza modelos e políticas educacionais dominantes na atualidade, constituindo um saber-fazer que reafirma a dicotomia afeto e cognição em prol da supervalorização da razão.

Por uma perspectiva inerente entre afeto e cognição

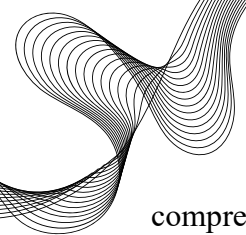
Apesar desta posição ser hegemônica no campo científico e em nossas instituições, as formas de separação entre afeto e cognição também variam entre si. Vianna e Gómez-Soriano (2008) afirmam que elas se dividem basicamente em duas tradições: uma que as entende como respostas corporais que estabilizam as oscilações do mundo exterior ao sujeito; e outra que as entende como respostas ou produtos genuínos e universais de um contexto social. Despret (2001) analisa de forma crítica a noção naturalista da emoção como uma emanção dos corpos. A autora entende que, nesta versão, o corpo tem um duplo caráter, de controlar ou de performar reações frente às causas das emoções. Em contraponto, ela propõe a abertura de fendas nestas visões, pensando na emoção como uma produção, como aquilo que faz sentir, sendo considerada não mais uma substância, mas uma ação. Desse modo, as emoções não são “coisas que nos acontecem”, mas uma coafetação mútua entre corpo e mundo, num processo no qual a experiência se atualiza e virtualiza constantemente. As emoções atuam nessa multiplicidade de elementos em movimento.

Ao contrário do que preconizam os modelos educativos



e cognitivistas atualmente, Francisco Varela (2005) propõe que devemos abandonar a ideia de que a razão é a função central e organizadora da mente. Para ele, os afetos existem em um plano pré-reflexivo e somente a partir dele, é possível que emergjam expressões da cognição. É a partir do corpo, situado e de uma tonalidade afetiva que se constituem ações, emoções e conhecimento. Kroeff, Farias e Maraschin (2019) analisam este giro a partir da teoria da enação, na qual a emoção deixa de ser compreendida como uma reação e passa a um lugar de produção, ou seja, ela é capaz de modificar aquilo que já está estruturado. Nesta perspectiva, a emoção abandona sua associação com uma substância e se aproxima de uma ação, capaz de produzir, por sua vez, hesitação.

Já o afeto se constitui como um processo pré-reflexivo da consciência (Varela, 2000), tendo um lugar de fundamental importância na teoria da enação. Pois, por meio dele, ou melhor, a partir dele, que é possível surgir um sujeito que conhece ou se emociona. O autor identifica três níveis de afeto: o primeiro é o que ele chama de afeto-emoções e que se refere à consciência de uma tonalidade emocional que faz parte do presente imediato. O segundo é o afeto-afetação, que diz respeito a uma tendência natural para agir de forma consistente em certas situações. Por fim, temos o afeto-humor, sendo o nível das narrativas que se estendem por um período de tempo mais longo. O afeto-emoção nos ajuda a perceber *breakdowns*, ou seja, as quebras nos modos habituais de perceber o mundo, cujo efeito faz sentir de outro modo pela indução que é própria à capacidade do corpo de ser afetado, abrindo-se a diferentes ações. O sujeito-mundo,

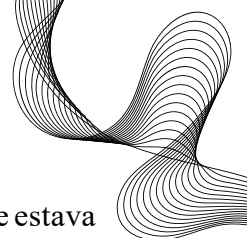


compreendido como versões plurais das realidades, permite performar esse corpo de emoções, de explicações e de linguagem a cada nova negociação que os encontros convocam.

Compreender os afetos como um movimento contínuo de constituição da cognição, ainda que sempre existam espaços indiscerníveis dos processos, é uma aposta que nos ajuda a romper com as dicotomias. Kroeff, Capella e Maraschin (2022) analisam que a proposta de Varela sobre os afetos sustenta em si a noção de *breakdown*, uma vez que nele se rompem as continuidades nas relações com o mundo, instaurando uma certa “perda de transparência”, que desencadeia tonalidades do afeto. Deste modo, o *breakdown* possui uma relação circular com o afeto, na medida em que produz uma quebra no fluxo da experiência, que acarreta mudanças de tonalidade afetiva que, por sua vez, produzem a emergência de um novo plano de experiências. Segundo as autoras, os afetos operam como produtores de *breakdowns* e, conseqüentemente, da cognição.

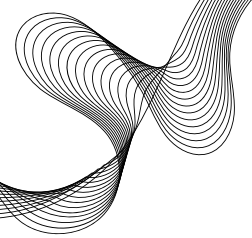
Afetos como o encontro com a alteridade e a emergência de novas experiências cognitivas

No jogo Galáxia dos Afetos, tínhamos como objetivo produzir *breakdowns* acerca dos modos habituais de sentir e perceber as relações com a diferença, considerando as interseccionalidades que atravessam a Escola: raça, etnia, sexualidade, classe, gênero. Chegamos em grupos de cinco ou seis adultos, com caixas e livros nas mãos, a escolas que recentemente haviam passado pelo trauma das enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul. A primeira turma que



encontramos era do segundo ano do ensino fundamental e estava em fila indiana. As crianças nos olhavam tentando adivinhar o que teria nas caixas e chegaram a cogitar que estaríamos carregando *Playstations*. Após a professora sair, entendemos que seria difícil nossa tarefa, pois os alunos estavam muito agitados, falavam, cantavam, faziam combinações entre eles. Fizemos a leitura do livro *Galáxia dos Afetos*. Alguns estavam focados, outros ficaram folheando os livros distribuídos, em páginas aleatórias. Uma das meninas interpretou com o corpo tudo o que era dito. Ria no planeta Alegrix, fazia “cara de medo” no Pavorix, levantou da cadeira e deu golpes de karatê no ar enquanto ouvia sobre o Raivix. Não foi somente ela que apresentou estas reações, outros dois meninos também se levantaram no Raivix e golpearam o ar, dizendo que gostaram deste planeta. O livro também possui muitas perguntas e eles queriam respondê-las. Levantavam as mãos e gritavam muitas respostas cada vez que uma pergunta era feita.

Logo no início, achamos que não iríamos conseguir explicar as regras do jogo, pois as crianças estavam mais interessadas em olhar o tabuleiro, brincar com as naves e escolher suas duplas, sem saber como seria o jogo. Enquanto elas tentavam adivinhar qual planeta era qual no tabuleiro, pelos desenhos e cores, nós falávamos cada vez mais alto o passo a passo para dar início à partida. Sentíamos-nos atordoadas pelo que percebíamos como uma poluição sonora misturada com uma bagunça que desfazia, pouco a pouco, as chances de jogarmos com crianças, ao menos daquela idade, esse dispositivo que havíamos criado durante mais dois anos.



No meio da confusão, uma das meninas pegou sua nave escolhida e foi mexendo-a pelas casas até chegar ao planeta que queria. Disse a ela que isso seria feito após jogar o dado, e que ela andaria o número de casas sorteado. Ela respondeu: “Me alcança o dado!”. E então, jogou o dado e começou a andar, sozinha, com a nave, uma vez após a outra. Explicamos que não era assim que se jogava, que seria uma vez para cada um. Pouco a pouco, meio que por sorte, conseguíamos algum avanço, mas no fundo eu tinha um sentimento parecido com o que tenho em sala de aula (no ensino superior) no retorno do intervalo, em que tenho que conter o alvoroço, ou em casa, quando preciso colocar as crianças para dormir.

Diário de campo da autora (26/08/24)

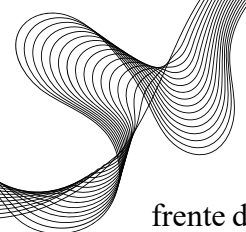
Nossa sensação imediata foi de fracasso na elaboração do jogo, na adequação à faixa etária, na organização da oficina, na narrativa, no número de pessoas do grupo de pesquisa que chegou à sala, entre outras preocupações. Após uma semana, na qual cada pesquisador produziu seu diário de campo, voltamos a conversar, e foi justamente na leitura e discussão coletiva das linhas de análise singulares que conseguimos perceber nuances antes invisíveis. Em todos os diários aparecia a nossa frustração, mas em todos eles também se percebiam a ebulição de afetos ocasionada pela chegada de oito pessoas desconhecidas com grandes caixas nas mãos, que leram livros que falavam de alegria, medo, vergonha, raiva e tristeza de modos situacionais. Além disso, as imagens no jogo e nas páginas do livro também ampliavam a experiência, assim como as naves e cápsulas de afeto, que chamavam a serem tocadas e reviradas.



Momento de oficina com crianças do segundo ano do ensino fundamental

A experiência provocada pela nossa chegada e pela nossa proposta – ainda que aparentemente desastrosa – tornava possível a atualização de diversos planos afetivos, compreendidos a partir de Varela (2005) como pré-reflexivos e, por sua vez, capazes de fazer emergir a cognição. Enquanto nós ficávamos preocupados com a impossibilidade das crianças do segundo ano do ensino fundamental entrarem em um domínio explicativo sobre o jogo, multiplicavam-se tonalidades afetivas situadas que desencadearam ações, emoções e conhecimento.

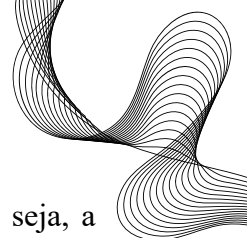
Ainda na primeira oficina realizada com as crianças do segundo ano, optamos por realizar a leitura do livro para toda a turma e não para os pequenos grupos. Nos posicionamos na



frente da classe enquanto os alunos nos observavam nas carteiras já dispostas conforme os alunos iriam jogar com o tabuleiro. Os ruídos de suas conversas nos traziam dificuldades em realizar a leitura, a própria atividade de leitura do jogo demonstrava uma dinâmica que em muito transbordava a ativação de uma faculdade atencional. As crianças experimentavam-se com a contação de histórias, riam, suspiravam, faziam caretas. Muitas contavam histórias paralelas enquanto escutavam a narrativa de cada planeta, lembravam de seus personagens favoritos, desenhos, compartilhavam situações em que sentiam medo ou raiva.

A partir do que Varela (2005) entenderia como afeto-emoções, ou seja, a consciência de uma tonalidade emocional que faz parte do presente imediato, as crianças nos mostravam outros modos de interagir com nossas narrativas, seja performando os seres dos planetas da galáxia dos afetos, dando golpes de karatê no ar ou se escondendo de medo, ou brincavam do seu próprio jeito com o tabuleiro. E, com isso, elas produziam afeto-emoções em nós, afetos que operavam como produtores de *breakdown* ao nos situarem em uma posição colonial e adultocêntrica da qual dificilmente conseguimos sair.

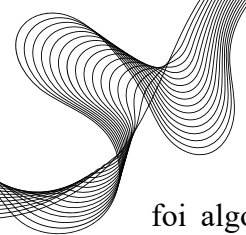
Trazendo uma enorme contribuição para o campo da Educação na atualidade, o filósofo Renato Nogueira (2019) busca no afroperspectivismo – formado pelos pensamentos negro e indígena – formas de compreensão de relações com o mundo menos amparadas na visão e mais conectadas com a amplitude dos sentidos. O autor se opõe criticamente à proposta colonial do desenvolvimento humano, na qual a infância é uma fase da



vida a ser superada a fim de se alcançar a adultez, ou seja, a condição evoluída da existência. Ele busca em Walter Kohan (2010) a noção de que a infância nos acompanha por toda a vida e que se refere muito mais à capacidade de perceber as coisas como se fosse a primeira vez do que a um estado a ser superado. Noguera (2019) também critica a posição adultocêntrica das nossas instituições, especialmente da escola, que busca silenciar o *estado de infância* das crianças através de suas práticas coloniais disciplinares. Ao insistirmos que as crianças da turma do segundo ano reproduzissem as regras previamente estabelecidas por nós ao jogo, tirávamos delas a possibilidade de experimentar aquilo que tínhamos criado do seu jeito. Um jeito que, ao final, não destoava tanto dos objetivos do nosso projeto, pois nossa intenção era produzir *breakdowns* a partir de experimentações afetivas-narrativas-brincantes.

Mas, sem querer, em certo momento, atuamos como a escola, tentando conter os afetos e as emoções, para que a razão pudesse emergir. Como fazemos com nossos estudantes no ensino superior ou com nossos filhos em casa. Nossa ação seguiu à risca as diretrizes da BNCC para a educação socioemocional quando fala em autogestão das emoções. Estávamos passando a mensagem para as crianças de que precisavam parar de brincar do modo delas e tinham que brincar do modo correto (o nosso). Além disso, estávamos supondo que a tonalidade afetiva deveria partir da jogabilidade prevista por nós, e não de algo totalmente imprevisível, como aconteceu.

Com as crianças do terceiro ano, a proposta ainda se deu de modo bem diferente do que havíamos planejado, mas não

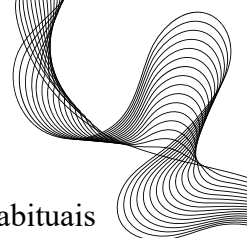


foi algo que nos frustrou demasiadamente, pois já havíamos entendido que o jogo e as crianças também criam regras por si só. No quarto ano, a oficina já foi bem mais dentro do esperado pelo nosso grupo. Os jogadores entenderam as regras e cada um escolheu uma nave para si. Eles compreendiam também as perguntas das casas ao redor dos planetas, que eram, por exemplo: você já sentiu vergonha de ter medo? Quando a raiva te ajudou?

Meu grupo tinha cinco meninos. Quando chegaram ao planeta Pavorix, os meninos disseram que não tinham medo. Perguntei se eles achavam que os adultos tinham medo (no livro eles tinham). Eles começaram a falar sobre coisas que os pais deles tinham medo: minha mãe tem medo que meu irmão que está no hospital morra; minha mãe tem medo que eu saia na rua; meu pai tem medo que a gente não tenha o que comer... Então perguntei se eles realmente não tinham medo e eles começaram a falar muitas coisas das quais eles tinham medo: tenho medo do escuro, porque não posso ver o que está acontecendo; eu tenho piscina, porque eu não sei nadar; eu tinha medo de jogar mal futebol quando eu era menor, mas agora não tenho mais.

Diário de campo da autora (09/09/2024)

A conversa gerou uma quebra no modo habitual de responder sobre o próprio medo, que era baseada em um modelo padrão de resposta comum à idade e à masculinidade, e passou a ser mais cuidadosa, no sentido de permanecer mais tempo na pergunta e se permitir acessar tonalidades afetivas. Na

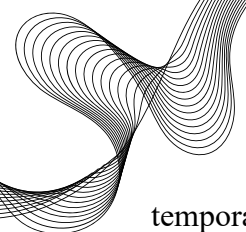


perspectiva enativa, os momentos de ruptura nos modos habituais de perceber e se relacionar com o mundo, nos quais se constituem descontinuidades entre memória e experiência presentificada, são denominados *breakdowns*, como já mencionado anteriormente. Em momentos nos quais compartilhamos um jogo cuja narrativa se sustenta em uma não hierarquização dos afetos, deslocando o medo – tão menosprezado pela masculinidade hegemônica e pela adultidade – e indagamos sobre a presença deste afeto nos cuidadores das crianças, é que ocorre a “perda da transparência” capaz de desencadear tonalidades afetivas que produzem novos planos de relação consigo e com o mundo.

Ao caírem em uma casa que perguntava sobre um sonho no qual passaram muita vergonha, um deles narrou que sonhou que estava numa loja, tentou sair sem pagar e foi pego. Ainda na atmosfera do planeta Vergonhix, na casa que questionava sobre sentir vergonha do que outra pessoa fazia, todos compartilharam sobre suas mães terem vergonha deles andarem de boné ou de chinelo, por parecerem “maloqueiros”.

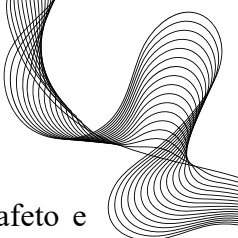
Diário de campo da autora (09/09/2024)

Buscávamos, através do jogo, criar um espaço de confiança para compartilhar narrativas sobre afetos entre as crianças, sem hierarquizar-los ou silenciá-los, e produzir *breakdowns* nos planos afetivos e interseccionais. Nas oficinas, os afetos – como medo e vergonha – eram abordados, não como uma substância que deve ser purificada, reconhecida e controlada pelo sujeito, mas sempre em uma relação com o mundo e em um contexto



temporal, mostrando uma multiplicidade da experiência sensível. Nas situações mencionadas, o medo e a vergonha atualizam e virtualizam posições situadas no mundo, que remetem à classe, raça, faixa etária, gênero, cuidado e muitas outras coisas. Em um contexto no qual crianças de comunidades periféricas são frequentemente abordadas pela polícia, o medo se mistura com a vergonha de parecer “maloqueiro”, atualizando realidades compartilhadas. Como coloca Despret (2001), os afetos são muito mais do que algo que nos acontece, uma ação em uma constante produção de si e do mundo. Poder narrar e escutar histórias sobre os afetos permite o encontro com a alteridade e a emergência de novas experiências cognitivas.

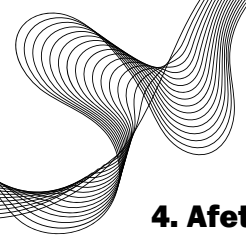
As oficinas do jogo Galáxia dos Afetos foram pensadas, principalmente, como ferramentas disruptivas de dinâmicas afetivas e de relações já cristalizadas. As oficinas mostraram a potência do jogo em proporcionar momentos de *breakdown* para os brincantes, mas tal potência não está circunscrita somente ao jogo ou à sua “correta” jogabilidade. Talvez sua maior efetividade esteja na abertura para a evocação de um outro dispositivo, igualmente disruptivo, *a infância*. As crianças constituíam um jogar com o corpo, como um todo, não só no jogar de dados ou no mover dos dedos pelo tabuleiro. Evocavam a memória de maneira muito mais múltipla do que o pontualmente solicitado por uma tarefa do tabuleiro e indissociável de uma historicidade afetiva que as constitui enquanto sujeito no mundo. Entravam em uma relação atencional com as narrativas dos planetas, desobedecendo, poderosamente, às lógicas disciplinares. Suas atitudes brincantes exigiam dos oficinairos a desconstrução de nossos modos adultizados e congruentemente subjetivados



em uma racionalidade postulada em hierarquias entre afeto e cognição. Habitar e criar um mundo com a potência da infância é a condição fundamental de navegar pela Galáxia dos Afetos.

REFERÊNCIAS

- BAUM, Carlos, GAVILLON, Poti, MARASCHIN, Cleci. Dos modelos às políticas: O papel da representação nas Ciências Cognitivas. *Estud. psicol.* (Natal) vol.22 no.2 Natal jun. 2017.
- DESPRET, V. *Ces émotions qui nous fabriquent. Ethnopsychologie des émotions.* Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2001.
- GARDNER, Howard. *Nova ciência da mente, a-uma história da revolução cognitiva vol. 09.* Edusp, 1996.
- KASTRUP, Virgínia. *invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.*
- KASTRUP, Virgínia. *Aprendizagem, arte e invenção. Psicologia em estudo. Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001.*
- KASTRUP, Virgínia. *A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. Psicologia & Sociedade, 16 (3), p. 7-16, 2004.*
- KIM, Joon Ho. *Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. Horizontes antropológicos, v. 10, p. 199-219, 2004.*
- KROEF, Renata, FARIAS, Nithiane, MARASCHIN, Cleci, MAURENTE, Vanessa, MARASCHIN, Cleci, BAUM, Carlos. *Emocionar e conhecer. Enação: percursos de pesquisa. Edições do Bosque, Florianópolis, 2019.*
- Varela, F. (2000). *El fenómeno de la vida.* Santiago, Chile: Dolmen Ediciones.
- VIANNA, Beto; SÁNCHEZ-CRIADO, T.; GÓMEZ-SORIANO, R. *Das emoções-visões aos afetos-versões: uma crítica do discurso psicológico em Vinciane Despret. III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2008.*



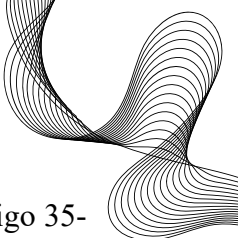
4. Afetos em Rede: descolonizando as políticas do sentir na educação

*Renata Laranja Chamun
Daniel Leal Racheli da Silveira
Monique Navarro Souza
Luis Artur Costa*

1. Introdução: a disputa da educação socioemocional para além do individualismo neoliberal moderno-colonial

As questões afetivas, emocionais e sentimentais são consideradas importantes nos processos psicopedagógicos (Da Fonseca, 2016) e na educação formal elas têm sido, gradativamente, entendidas como uma das partes fundamentais para a formação e desenvolvimento das juventudes. No contexto brasileiro, em 2013, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, foi reconhecido que os afetos e emoções são indissociáveis do processo de aprendizagem, por estarem ligados à “área cognitiva”. Além disso, o documento constata que as referências curriculares para a educação no Brasil visam, entre outros objetivos, que as escolas consigam

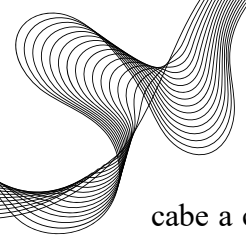
“Adotar estratégias para que seja possível, ao longo da Educação Básica, desenvolver o letramento emocional, social e ecológico; o conhecimento científico pertinente aos diferentes tempos, espaços e sentidos; a compreensão do significado das ciências, das letras, das artes, do esporte e do lazer” (...) (Brasil, 2013, p. 33).



Em 2024, a Lei nº 14.945/2024 acrescentou o Artigo 35-B, inciso 2º, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), estabelecendo que:

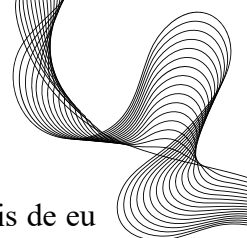
Serão asseguradas aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de forma ambiental e socialmente responsável.

Entretanto, muitas vezes, a concepção sobre a educação socioemocional e as propostas realizadas nos planos nacionais para a educação têm sido apropriadas por vieses modernocoloniais, e realizadas em função de um sistema binário que opera uma oposição entre “razão”, “consciência” e “trabalho”, de um lado, com “emoções”, “afetos”, “fantasias” e “sentimentos”, do outro, de modo a considerar os últimos inferiores aos primeiros em uma repetição das hierarquias entre alma e corpo ou mente e organismo (Bion, 1975). Tais concepções buscam o cultivo de afetos considerados “adequados” às realidades de colaboração laboral, buscando docilizar os sujeitos e alinhar seus vínculos e corpos às exigências do mundo do trabalho em suas modulações neoliberais individualizantes (Souza; Andrade, 2024): os alunos têm um ensino voltado a “conhecer” e controlar suas emoções, que são vistas através de uma perspectiva fisiológica, como respostas automáticas a estímulos ambientais, consideradas interiores, pertencentes e de responsabilidade dos sujeitos. Nessa perspectiva,



cabe a cada um, a tarefa de regular suas “respostas emocionais” através da vigilância de seus comportamentos ou da utilização de medicamentos, por exemplo. Seja pela ampla literatura voltada à promoção de afetos motivacionais e esquivas de qualquer entristecimento (Ahmed, 2019), ou ainda, pela “adequada” modulação da raiva em processos de implicação agressiva nas competições capitalísticas, mas nunca como disparadora de revoltas contra a ordem estabelecida⁸, vemos que as emoções adquirem um papel muito relevante nas tecnologias de governo de si neoliberais. Assim, as emoções têm um papel fundamental para a constituição da subjetividade contemporânea, através da ideia do controle dos sentidos e dos sentimentos em relação ao “mundo exterior”, buscando, sempre, um bom desempenho acadêmico e profissional e evitando os sofrimentos antagônicos a uma boa performance (como Burnout, TDAH e depressão) (Souza e Andrade, 2024). Algumas emoções são, portanto, consideradas indesejáveis, enquanto outras são valorizadas e encorajadas. Deste modo, vemos tecnologias de si bem ao modo do que Gilles Deleuze (1992) denominou, a partir da problematização neoliberal foucaultiana (Foucault, 2019), como Sociedades de Controle, ou seja, sistemas de modulações do desejo os quais não buscam a repressão anatomopolítica dos afetos como modo de promoção da adaptação, mas sim o engajamento afetivo em metas-objetivos em acordo com tal ecossistema neoliberal de produção desejante.

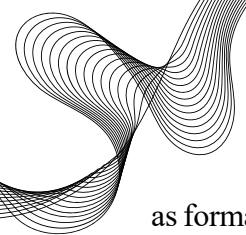
⁸ A chamada ‘ordem estabelecida’ é contestada por revoltas narcísico-ressentidas que, em sua paranoia agressiva contra uma suposta ‘nova ordem mundial’, buscam restabelecer um sistema opressor — racista, misógino, burguês e cisheteronormativo. Assim, muitas lutas reacionárias se autodenominam ‘anti-sistema’, quando, na verdade, são tentativas nostálgicas de reviver ideais nunca vividos, opondo-se a avanços progressistas como políticas afirmativas para equidade racial, de gênero e de classe.



Nesse contexto, há uma naturalização e fixação dos ideais de eu societariamente estabelecidos como hegemônicos (Ahmed, 2015), e as problematizações sociais que articulam interseccionalmente as questões emocionais com as práticas de opressão-privilégio não são reconhecidas nem exploradas (Souza; Andrade, 2024), como o racismo, o patriarcado e a matriz cis heteronormativa, a exploração do trabalhador, capacitismo, xenofobia.

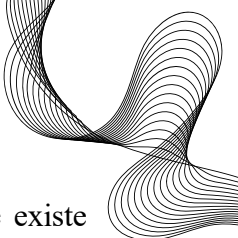
As emoções, contudo, não estão apenas a serviço da dominação, e podem ser catalisadoras de mudanças sociais. A partir da Teoria da Enação (Baum; Kroeff, 2018) e de autoras como Sara Ahmed, entendemos que as emoções não são apenas respostas a estímulos ambientais pré-programadas organicamente, como formas de reagir universais, tampouco compreendemos que tais afetos são individuais dos sujeitos, pertencendo a eles. Os afetos, as emoções, os sentimentos, junto das linguagens verbais, corporais, urbanístico-arquitetônicas, de vestuário, artísticas, etc., são os principais elementos na modulação dos processos de subjetivação transindividuais (Simondon, 2020) que congregam as individualizações psíquicas e coletivas, constituindo diferentes políticas do vivermos *juntas*, distintos modos de fazermos coletivos nos quais nos constituímos. Os afetos, assim, são algo sempre político na medida em que constroem e são construídos pela relação do sujeito com o mundo.

Nesse sentido, os afetos/emoções são tanto formulados de acordo com as lógicas hegemônicas, que utilizam-se deles como força de dominação, quanto, também, operam resistências, subversões e revoltas para além das linhas duras instituídas. Além de normalizar seus discursos e seus ideais coletivos, constituindo



as formas de pensar da sociedade, as lógicas hegemônicas também delimitam as maneiras de sentir (Solana; Vacarezza, 2020), incorrendo na composição, mas também na acontecimentalização (Foucault, 1990) dos nossos regimes de sensibilidade, (des)fazendo juízos acerca do (in)aceitável. Portanto, ao visibilizar as lógicas de dominação e resistência, assim como o uso político dos afetos, a educação socioemocional pode ter um caráter emancipatório aos sujeitos e propor outras formas de se relacionar com os afetos/ de afetar e ser afetado (Solana; Vacarezza, 2020).

Surge, portanto, entre os pesquisadores do Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS) da UFRGS, o objetivo/necessidade de tensionar essas lógicas e desenvolver um dispositivo que busca levar, para os ambientes escolares, uma educação não individualizante dos afetos, que visibilize os regimes normativos e as relações de poder que incidem sobre as práticas discursivas, no intuito de problematizá-las – criando espaços para pensar outras possibilidades da experiência de si. Uma destas possibilidades de problematização, a partir da visibilização dos afetos, surgiu com o desenvolvimento de um jogo intitulado A Galáxia dos Afetos, e foi aplicado em diferentes escolas de Porto Alegre com alunos do 2º ao 5º ano e professores da rede municipal de educação. O jogo, assim como Sara Ahmed (2015), propõe questionar o que os afetos fazem, ao invés de focar em explicar o que eles são. Ele permite que os jogadores se expressem sobre diferentes afetos, estimulando uma troca de narrativas e percepções sobre as experiências afetivas de cada um, explicitando, assim, diferenças ou semelhanças e provocando reflexão e sensibilidade sobre as vivências do outro. Desse modo, junto de Sarah Ahmed, pensamos que “quando nomeamos uma

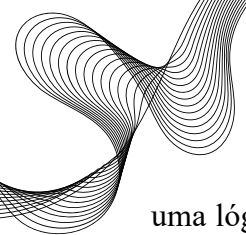


emoção, não estamos simplesmente nomeando algo que existe ‘aqui dentro’” (Ahmed, 2015, p. 39, tradução própria).

2. Capitalismo afetivo e produção de subjetividades

Para além da questão econômica, o capitalismo também se ocupa de colonizar a subjetividade, produzindo “máquinas desejanter” que regulam e produzem fluxos de desejo, de modo a controlar os corpos dos sujeitos sociais. É por meio da produção de subjetividade que modos de ser, operar, pensar, sentir e desejar são lançados nos corpos, capturando os mesmos enquanto regula o desejo destes. Deste modo, uma certa “economia afetiva” se forma, valorizando determinadas modulações afetivas (como a felicidade associada ao consumo e aceitação social) em detrimento de outras – como a culpa e vergonha, mantendo as pessoas dentro das normas sociais e econômicas. Essa regulação dialoga com normas sociais que orientam os afetos e sustentam uma lógica de produção e consumo dos mesmos. Assim, aqueles que não se adequam ao modo de vida “bem-sucedido” capitalista não são felizes e precisam modificar seus desejos e performances para tentar buscar tal sucesso.

O capitalismo afetivo, conforme analisado por Eva Illouz (2011), é justamente esse processo pelo qual as emoções e os afetos são mercantilizados, tornando-se peças fundamentais na engrenagem do sistema econômico. Illouz demonstra como o capitalismo não apenas explora o trabalho material, mas também transforma a vida emocional em uma força produtiva, modulando desejos, frustrações e até mesmo as formas de amar. Em obras como “O Amor nos Tempos do Capitalismo”, ela argumenta que as relações íntimas e as subjetividades são atravessadas por

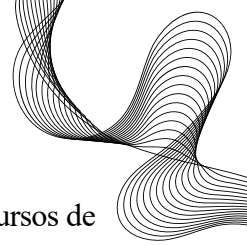


uma lógica de eficiência, cálculo e consumo, onde afetos como felicidade, amor e autoestima são vinculados a performances de sucesso e à aquisição de bens simbólicos.

Nesse contexto, a “economia afetiva” opera como um dispositivo de regulação: ao associar felicidade à produtividade e ao consumo, o sistema produz uma hierarquia emocional (Illouz; Cabanas, 2022) que patologiza afetos dissidentes (como a tristeza, a raiva ou a solidão não monetizável). Illouz destaca, por exemplo, como a cultura terapêutica e a indústria da autoajuda convertem sofrimentos em demandas por ajuste individual: “você não está infeliz porque o sistema é excludente, mas porque não soube gerir suas emoções”. Assim, a culpa e a vergonha, longe de serem acidentes, são afetos funcionais: mantêm os corpos disciplinados, incentivando a busca por soluções privatizadas (terapias, cursos, produtos) em vez de questionar estruturas.

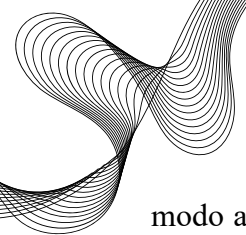
Ainda, Illouz (2011) enfatiza que o capitalismo afetivo homogeneiza os repertórios emocionais, criando um imaginário no qual certas formas de amar, viver e desejar são legitimadas (como o casamento romântico e o empreendedorismo de si), enquanto outras são marginalizadas. Quem falha em aderir a esses *scripts*, seja por não consumir, não se mostrar “positivo” ou não alcançar padrões de realização afetiva, é condenado a uma dupla exclusão: material e emocional. Dessa forma, a regulação dos afetos não é um efeito colateral, mas um pilar do neoliberalismo, que transforma até mesmo a intimidade em um campo de produtividade e controle.

A mesma situação ocorre na questão de gênero, onde determinados comportamentos e performances são exigidos dos corpos de modo a normatizar e regular os mesmos – onde há uma



tentativa de controlar os sujeitos desviantes a partir de discursos de ódio, vergonha, etc. Pensando com Butler em *Problemas de Gênero* (2018), observamos que a raiva no corpo feminino é frequentemente associada a um problema e que precisa ser reprimida, pois esta desafia a figura da feminilidade dócil – assim como observamos que determinados produtos são mais frequentemente associados à determinados gêneros no intuito de normatizar os mesmos, produzindo também formas de performatizar e de afetos e emoções (aceitáveis ou não). Por exemplo, em determinados círculos sociais um menino dizer que sente raiva pode não ser necessariamente considerado algo ruim, pelo contrário, seria uma forma de assumir e defender sua performance masculina, evocando um movimento considerado positivo em tal questão – e caso fosse um corpo feminino a sentir tal emoção poderia significar um problema, inclusive associado a distúrbios comportamentais negativos, ou ainda outro exemplo que surgiu nas oficinas, ao se deparar com a pergunta do jogo “Você já ficou em dúvida se estava sentindo raiva ou tristeza?”, uma das meninas disse que chorava quando ficava triste, e que também chorava quando ficava com raiva “mas não tinha o que fazer quando tinha raiva”, e quando ficava triste gostava de ouvir música e assistir televisão.

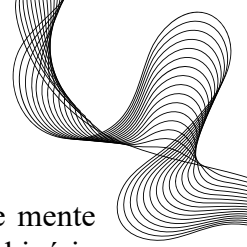
Ao pensarmos na questão da cognição e emoção com Rocha e Kastrop (2009), percebemos que as autoras resgatam a construção histórica destes conceitos, onde a cognição estava associada à racionalidade e a emoção a uma impulsividade animalésca (biológica) que deveria ser controlada pela cognição. Aqui podemos encontrar pistas a respeito do capitalismo nesta trama, onde este tenta individualizar e gerenciar os afetos, de



modo a produzir uma hierarquia, manter o controle e produção social. Ao produzir subjetividades que valorizam a racionalidade e excluem a emoção, cria-se a possibilidade de controle dos corpos por diversos mecanismos, como a medicalização dos corpos (tentativa de conformismo), a necessidade de consumo de certos itens, de certas ideias – como propagandas, *reels* – produzindo um desejo cerceador destes sujeitos. Desse modo, somos facilmente capturados e mobilizados por determinadas tragédias e não por algumas outras. Assim, o afeto e as emoções estão para além de uma questão do corpo orgânico e íntimo (fechado em si), pois este encontra-se altamente implicado por questões políticas do território que habita, nos fazendo questionar, por qual motivo me incomoda quando certo objeto meu é danificado (como por exemplo um carro), podendo sentir raiva e tristeza, mas faço pouco caso quando vejo uma pessoa se machucando ou sendo morta em uma notícia?

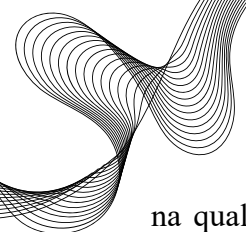
3. Afetos como políticas: modulações coletivas.

Em Espinosa (1973; 2009), vemos um dos primeiros movimentos a evidenciar o caráter político dos afetos em suas agências de composição dos indivíduos: órgãos, organismos e, também, coletivos. Acompanhamos em sua filosofia uma complexa variação singular do racionalismo para além das gramáticas narrativas ocidentais estabelecidas por autores como Agostinho (Gilson, 1998), Aquino (Gilson, 1998) e Descartes (1999): ao invés de substantivar ou formalizar uma Razão maiúscula que se contrapõem às dimensões corpóreas em uma tensão entre inteligível e sensível (seja o tensionamento dos graus de ser agostinianos, da teleologia de uma causa final



humana em Aquino ou a dualidade hierarquizada entre mente e corpo cartesiana), Espinosa não irá erigir um enredo binário de agonismos opostos entre uma razão inteligível abstrata e os afetos com suas emoções e sentimentos somáticos por outro lado: “um modo da extensão e a idéia desse modo são uma e a mesma coisa, mas expressa de duas maneiras diferentes” (Espinosa. *Ética*. Livro II, proposição VII, 1973, p. 147). Aqui as emoções e o sensível somático não são a degradação do ser (Platão, 1972; Gilson, 1998), uma potência inferior em contraposição ao intelecto/Cogito (Aristóteles, 2006; Descartes, 1999), posto que até mesmo a própria razão será aqui um afeto (Espinosa, 1973). Deste modo, na composição dos nossos corpos (individuais e coletivos) não caberiam as simples imagens que buscam garantir a autocrática autoridade de uma Razão a domar as forças de um corpo (Descartes, 1999) em um totalitarismo racionalista (Platão, 1996). É bem verdade que, em meio aos muitos afetos que modulam os modos do ser, a razão será para Espinosa o mais potente de todos. No entanto, ainda assim, a razão é pensada junto das emoções e sentimentos como afetos, como modos de produção do movimento dos corpos e do conhecimento sobre estes⁹. Partindo de uma perspectiva

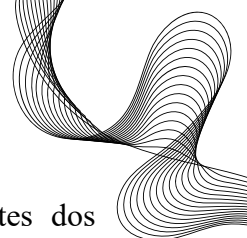
⁹ Consideramos relevante lembrar aqui que em Espinosa há um paralelismo entre os atributos extensivos e do pensamento (percepções/ conceitos), uma vez que estes dois atributos são as expressões da Substância (Deus/ Ser) às quais somos sensíveis como humanos. A Substância se expressa em inumeráveis atributos, no entanto, em nossa parcialidade humana, somos capazes de apreender apenas estas duas variações (corpo e ideia) às quais não tem qualquer realidade isolada uma da outra já que são apenas a expressão da Substância, garantindo, assim, sua articulação pela origem comum do que ambas são somente expressões. Por isso, toda e qualquer transformação nos modos do ser (encontros, composições e decomposições) também expressam uma transformação no conhecer, sem que haja anterioridade/ causalidade de um sobre o outro já que tais dimensões somáticas e inteligíveis são apenas modos de exprimir um mesmo movimento. “Nem o corpo pode determinar a alma a pensar, nem a alma determinar o corpo ao movimento ou ao repouso ou a qualquer outra coisa (se acaso existe outra coisa)” (Espinosa. *Ética*, livro III, proposição II, 1973, p. 185).



na qual o mal não existe (sendo as concepções de maldade e pecado apenas juízos inadequados em função da parcialidade dos modos do ser), Espinosa afirma uma ética sem códigos de conduta transcendentais (uma vez que todo e qualquer ato é expressão de Deus), conclamando-nos (modos humanos) a um estado atencional-existencial de cuidado sobre nossos afetos-relações na busca por promover afetos-relações considerados ativos-alegres em contraposição a uma busca por prevenir afetos-relações considerados passivos-tristes¹⁰. Trata-se, assim, de uma ética da experimentação afetiva-relacional, nos conclamando a “provar” (Deleuze, 2008) diferentes relações para selecionarmos ético-estético-politicamente nossas composições.

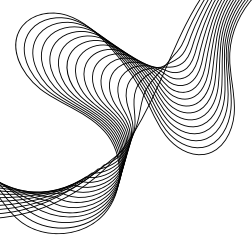
Independentemente dos binarismos insistentes em Espinosa (Substância-Modo, ativo-passivo, alegre-triste), vemos neste autor a construção de uma relevância ímpar, até então, na tradição ocidental para os afetos na ontologia, epistemologia, ética e política ao unir como campo de afetações pensamentos,

¹⁰ Importante ressaltar que os termos tristeza e alegria não referem diretamente as emoções homônimas, mas sim a diminuição e ampliação da capacidade de ação do ente. Os encontros passivos-tristes seriam as relações nas quais o modo do ser se move-conhece sempre em função de um ente externo a ele mesmo, ao passo que os afetos considerados ativos-alegres seriam aqueles que ampliam a capacidade de ação deste modo do ser por si mesmo e garantem a permanência da sua composição (forma-ritmo): “Aquilo que faz as relações de movimento e de repouso que as partes do corpo tem entre si sejam conservadas, é bom; e, ao contrário, é mau o que faz com que as partes do corpo humano tenham entre si outras relações de movimento e de repouso” (Espinosa. *Ética*. Livro IV, proposição XXXIX, 1973, p. 256). Cabe talvez ressaltar aqui também o quanto tal ajuizamento binário neste ponto da *Ética* promove um esquadro simplificador e conservador para que os modos do ser possam tentar guiar seus processos de (de)composição de si mesmos, no entanto, podemos problematizar o quanto mesmo desde tal recorte de um modo existencial se torna realmente possível ajuizar uma relação como alegre ou triste em seus efeitos, uma vez que tal juízo dependeria de uma possibilidade de hierarquizar de modo objetivo-quantitativo uma potência-grau de ação possível produzido pelo encontro.



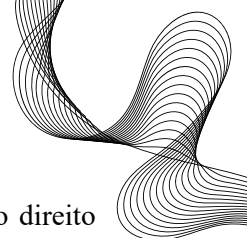
emoções, sentimentos e percepções como constituintes dos modos de ser tanto em sua dimensão “somática” do ser quanto “mental” do conhecer: intelecto, amor, apetite, são apenas modos distintos de pensar, “A vontade, assim como o intelecto, é somente um certo modo de pensar” (Espinosa. *Ética*. Livro I, proposição XXXII, 1973, p. 116). Do mesmo modo, ainda que mantenha uma hierarquia entre a razão e outros afetos, uma vez que “O desejo que nasce da razão não pode ter excesso” (Espinosa. *Ética*. Livro IV, proposição LXI, 1973, p. 268), ele mantém um jogo entre percepções, emoções, sentimentos e pensamentos que devem ser considerados eticamente como constituintes do modo de ser. Por fim, é interessante reforçar que tal dimensão das afetações não se refere apenas aos organismos usualmente considerados individuais, posto que, desde os átomos, passando pelos órgãos e organismos, até chegar aos coletivos societários, estamos falando sempre da composição de individuações por meio de arranjos relacionais de afetações os quais constituem modos do ser. Assim, a dimensão política dos afetos em Espinosa se faz explícita no modo como ele compreende as movimentações afetivas coletivas, por exemplo, no caso da emergência da indignação da multidão contra seus governantes como modo de reestabelecer a justiça, ou ainda, na correta condução do medo e do amor à liberdade na composição afetivo-relacional dos coletivos (Espinosa, 2009).

E, para investigar aquilo que respeita a esta ciência com a mesma liberdade de ânimo que é costume nas coisas matemáticas, procurei escrupulosamente não rir, não chorar, nem detestar as ações humanas, mas entendê-



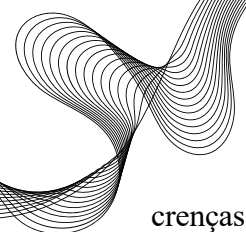
las. Assim, não encarei os afetos humanos, como são o amor, o ódio, a ira, a inveja, a glória, a misericórdia e as restantes comoções do ânimo, como vícios da natureza humana, mas como propriedades que lhe pertencem tanto como o calor, o frio, a tempestade, o trovão e outros fenômenos do mesmo gênero pertencem à natureza do ar, os quais, embora sejam incômodos, são contudo necessários e têm causas certas, mediante as quais tentamos entender a sua natureza (Espinosa, 2009, p. 8).

Na verdade, um estado que não tem outro objetivo senão que os homens se conduzam por medo será mais um estado sem vícios que um estado com virtude. Os homens, porém, devem ser conduzidos de modo que não se vejam a si próprios conduzidos, mas a viver segundo o seu engenho e a sua livre decisão, de tal maneira que só o amor da liberdade, o afã de aumentar o que é seu e a esperança de alcançar as honras do estado os detenham. Quanto ao resto, as estátuas, as condecorações e outros incentivos à virtude são sinais de servidão, mais do que de liberdade. Porque é a servos e não a homens livres que se atribuem prêmios de virtude. Reconheço que os homens se sentem maximamente incentivados com tais estímulos. Mas assim como de início eles são atribuídos a grandes homens, da mesma forma o são a seguir, em a inveja crescendo, a inúteis e inchados com o tamanho da riqueza, para grande indignação de todos os bons. Depois, aqueles que ostentam as condecorações e as estátuas dos antepassados julgam-se [357] injuriados se não forem preferidos aos restantes. Finalmente, para já não falar de outras coisas, é certo que a igualdade, retirada a qual desaparece necessariamente a liberdade comum, não pode de maneira nenhuma conservar-se a



partir do momento em que são atribuídas pelo direito público honras especiais a um homem famoso pela virtude (Espinosa, 2009, p. 134).

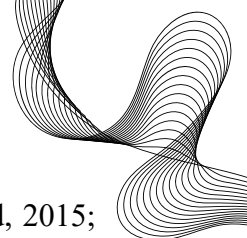
Outros autores seguiram desdobrando as linhas abertas por Espinosa nas brechas da tradição da filosofia ocidental, como Gilbert Simondon (2020) com a noção de processos de individuação transindividuais (psíquicos e coletivos) que tem nas emoções e na linguagem boa parte de suas operações, ou ainda Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996; 2013) com sua retomada do campo de afetações possíveis (afetar e ser afetado) como delimitadores das territorialidades existenciais e matéria de experimentação ética na multiplicação de afetações possíveis. Constituindo ecossistemas semióticos, de produção e libidinais (Guattari, 1990) tais planos de afectos e perceptos (Deleuze; Guattari, 2013), ou seja, de afetações e percepções possíveis, são a matéria-prima principal da nossa constituição e modulação de coletivos e, portanto, são uma estratégia privilegiada para promover revoluções micropolíticas em uma dimensão molecular dos contágios afetivos (Tarde, 2007; Deleuze; Guattari, 1996). Tal perspectiva nos auxilia e visibilizar a dimensão estético-experiencial, sensível, das nossas lutas e cultivos ético-políticos em linhas transversais às dimensões macro e micropolíticas: a imanência entre o campo libidinal e dos modos de produção na maquinação de produções desejantes (Deleuze; Guattari, 2010), evidenciada décadas antes por Franz Fanon com o conceito de inconsciente da coletividade (Fanon, 2008), viabiliza tomar o campo das afetações em geral (desejos, apetites, vontades, emoções, sentimentos, percepções, pensamentos,



crenças, etc.) como território de uma necessária ação clínico-política na busca por ampliar nossas possibilidades de afetarmos e sermos afetados como modo ético-estético-político de promover revoluções moleculares.

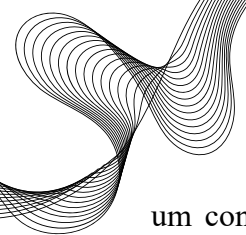
Uma miríade de autoras e autores se agenciam a esta perspectiva que evidencia o caráter político-afetivo de nossos coletivos ao constituírem conceitos que permitem nos sensibilizar para a realidade das dimensões virtuais (Deleuze, 1988b), para a materialidade concreta dos afetos, sensibilidades e (perform) ações (Butler, 2019), para a atenção ao campo das afetações outorgado pelo que se pode denominar como capitalismo cognitivo (Marazzi, 2002)), capitalismo emocional (Illouz, 2011), psicopolítica (Han, 2020), etc. A tomada dos processos de subjetivação, do imaginário, do sensível, do íntimo/pessoal como território de disputa micropolítica ético-estética faz com que possamos perceber a nítida dimensão política dos afetos na formação e modulação dos nossos coletivos por meio de processos de compartilhamento-contágio multitudinal de desejos, percepções, emoções, sentimentos, pensamentos, ações, etc.

Contemporaneamente, um coletivo heterogêneo de autoras retomou o campo afetivo, desde tal dimensão política do mesmo, para fazer ver e intensificar uma crítica feminista interseccional sobre nossos processos de subjetivação, não apenas no campo dos modos de produção e pensamento, mas também em nossos regimes de sensibilidade, tomando este último como imanente e inerente aos dois anteriores. Ainda que em conversa com a tradição acima explicitada, podemos considerar que tal movimentação política reativa outras linhas de atenção à dimensão político-afetiva: pensadoras feministas e anti-racistas



(Gonzalez, 1984; hooks, 2020; Anzaldúa, 1987; Ahmed, 2015; 2019; 2022; Illouz, 2011; Illouz; Cabanas, 2021; Moraña, 2012) há muito (d)enunciam a dimensão semiótico-libidinal-produtiva das afetações na constituição dos sistemas de opressão do patriarcado e branquitude. Os arranjos de formalização dos relacionamentos amorosos e familiares, as políticas de produção afetiva marcadas por gênero, raça e classe na distribuição do medo, da abjeção, do amor, etc., estes e muitos outros são os pontos alvos de análises e intervenções por parte desta tradição do pensamento feminista. Assim, tal “retomada” dos afetos como campo político não seria propriamente um retorno, mas sim uma linha de variação de uma tradição (micro)política já bastante estabelecida e capilarizada em nosso mundo.

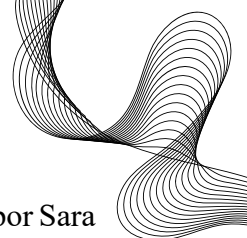
Denominado por vezes como “Giro afetivo” (Moraña, 2012), tal movimento contemporâneo retoma a relevância do campo das afetações desde uma perspectiva feminista interseccional, desfazendo binarismos como razão e emoção, inteligível e sensível, político e pessoal, coletivo e individual, entre outros que são transversalizados paradoxalmente por uma noção de afetação que articula tais elementos sem permitir polarizações e cisões entre eles. Esse movimento é constituído por perspectivas múltiplas, articulando diferentes referenciais entre pós-estruturalismos, psicanálise, fenomenologia, materialismo histórico, pensamentos contra/des/decoloniais, entre outras linhas que se emaranham de diferentes modos para operar uma crítica contundente de como temos tecido nossos planos de afetações. Não cabe nos objetivos deste capítulo fazer uma apresentação destas diferentes perspectivas, mas podemos compreender que todas de algum modo, trazem os afetos como



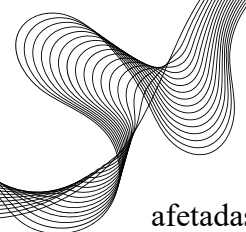
um conjunto de relações coletivas carregadas de intensidades que ultrapassam qualquer intencionalidade consciente, ainda que façam também parte destas. Os afetos, deste modo, podem operar como sedimentação de juízos valorativos, como reverberação concreta extraverbal das discursividades circulantes, como estabelecimento de pertencimentos e exclusões, familiaridades e estranhamentos, como matéria que trama vinculações afetivas estabelecendo jogos relacionais em nossos coletivos, e muito mais, mas sempre trazendo esta dimensão multitudinal dos coletivos como tramas relacionais concretas que promovem experiências ético-estético-políticas em quem é atravessado por tais linhas de força.

El estudio de emociones, sentimientos y pasiones se convierte así en una de las aproximaciones más efectivas al estudio de la ‘sociedad incivil’ que ha venido reenplazando la utopia moderna de la ciudadanía y la búsqueda del consenso. Los estudios del miedo, la violencia, el terrorismo, el tráfico humano, la persecución de la otredad, el nomadismo migrante, el desencanto ideológico y la banalidad del consumo requieren rebasar los parámetros de la razón instrumental para revisar las intrincadas sendas del deseo y las transformaciones radicales de una subjetividad sujeta a los cambios tumultuosos del mundo real y a sus proliferantes virtualidades (Moraña, 2012, p.335).

Dentre as perspectivas que compõem tal movimento do Giro Afetivo, nos dedicaremos a explicitar as ferramentas conceituais erigidas por Sara Ahmed (2015; 2019; 2022). De

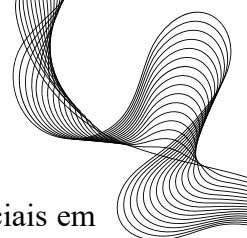


início, é importante ressaltar que a perspectiva assumida por Sara Ahmed diante dos afetos é bastante pragmática em sua ontologia: “Así que, en vez de preguntar ‘¿qué son las emociones?’, preguntaré ‘¿qué hacen las emociones?’” (Ahmed, 2015, p. 24), ou seja, mais do que essencializar categoricamente cada emoção, ou diferenciar emoções e afetos, lhe interessa o caráter de efetuação-produção dessas (rel)ações no mundo. Assim, por exemplo, em que pese alguns autores (Gibson, 1977; Baetson, 1998; Han, 2020) tomarem como fundamental a distinção entre emoção e afeto, ou ainda entre emoção, afeto, sentimento e cognição, aqui, em conformidade com a posição adotada por Sara Ahmed (2015), não iremos erigir tais segmentações as quais muitas vezes buscam operar certas hierarquias onto-epistêmicas entre cada uma destas operações, considerando algumas mais corporais-reativas e outras mais culturais-difusas, reproduzindo em certa medida os binarismos natureza-cultura e corpo-mente tão presentes na tradição ocidental. A ideia de que paixões são “passivas” e, por isso, submetem aqueles que as vivem a desígnios de terceiros, assim como, por outro lado, a concepção de que emoções são mais reativas do que ativas, convergem em perspectivas que reiteram o caráter subalternizador do campo das paixões/emoções como “inferiores” ou “ruins”, mas é exatamente buscando escapar da reiteração destes juízos que Sara Ahmed problematiza tais conceitos e erige uma articulação entre afeto, emoção, paixão e sentimento como ponto de confluência de todas estas variantes (Ahmed, 2015) de modo a deslocar-se dos juízos subalternizantes ao atentar aos modos como estas constituem nossas existências desde seus campos de afetar e ser



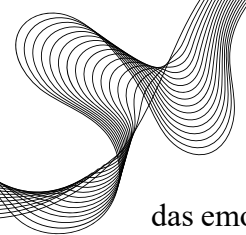
afetadas. Em que pese a diversidade heterogênea de efetuações de tais relações afetivas, o foco se encontra não na categorização de distinções, mas sim na cartografia das tramas relacionais dos ecossistemas de afetações coletivos produzidos desde certas “economias afetivas” (Ahmed, 2015): modos de fazer circular e fixar afetos de amor, medo, abjeção, vergonha, pertencimento, exclusão, etc. entre/em diferentes posicionalidades que constituem coletivos. Deste modo, para Ahmed, tais distinções entre emoções, sentimentos, afetos, sensações, percepções, cognições, pensamentos, juízos, incorreriam no risco de retificar tais possibilidades de diferenciação analítico-conceituais, obliterando nossa capacidade de nos sensibilizarmos-compreendermos os modos pelos quais elas produzem arranjos heterogêneos e complexos, circulando e fixando-se em sujeitos-objetos nos processos de valoração afetiva.

Como vimos na linha do pensamento que passa por Espinosa e Deleuze, afetos são compreendidos como forças que transformam nossas possibilidades de agir (e toda ação, aqui, é também compreensão e sensibilidade, afetar e ser afetado) para além da consciência e das intenções, não apenas pela dimensão inconsciente, mas também pela multiplicidade de efetuações das intensidades afetivas no mundo para além e aquém de qualquer planificação. São entendidos como fenômenos que não possuem conteúdo semântico inerente, com existência independente da estrutura social, uma vez que seus significados são efetuados por sua circulação-produção nas relações concretas. São as emoções, sentimentos, sensações, percepções, pensamentos efetuados no mundo que dão sentido aos afetos, de acordo com



a singularidade da experiência enredada nas normas sociais em seus juízos afetivos. Sendo assim, há uma paradoxalização da usual divisão de campos: não-consciente x consciente; cultural, discursivo x biológico; social x pré-social (Solana; Vacarezza, 2020). Como vimos antes, Sara Ahmed demarca que não segue divisões conceituais rígidas sobre os conceitos, entendendo que a separação entre afeto, emoção, sensação, sentimento, pensamento pode existir e ser importante as discussões de alguns autores, mas é fundamental reiterar que essa definição não é natural, essencial, dada, mas sim algo produzido analiticamente que ganha sentido a partir de conceituações teóricas (Ahmed; Schmitz, 2014), uma vez que as controvérsias sobre esses conceitos atualizam disputas políticas (Solana; Vacarezza, 2020) e segmentações que retomam as dicotomias hierárquicas ocidentais.

Deste modo, na perspectiva de Ahmed (2015), afetos, emoções e sentimentos não são entidades separadas, pois estas são tomadas enquanto processos dinâmicos que se dão na relação entre corpos e objetos em relações afetivo-sociais que os valorizam, os narram, produzindo tendências aos modos como os experienciamos e somos por estes experienciados. Os afetos circulam entre estes, produzindo modos de ser a partir destas conexões que territorializam em narrativas afetivas uma economia das afetações sociais: quem/ o que/ como se teme, ama, odeia, enoja, etc. Deste modo, as emoções não seriam consideradas algo interno, subjetivo, do corpo individualizado, mas sim uma imensa trama de relações que tramam coletivos de corpos e objetos em modulações societárias. Como os sentidos



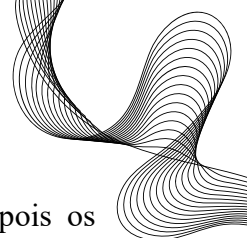
das emoções são produzidos politicamente, ou seja, na produção das relações coletivas, percebemos aqui que a performance emocional sempre modula nossas relações sociais e vice-versa.

“Uma das meninas interpretou com o corpo tudo o que era dito. Ria no planeta Alegrix, fazia “cara de medo” no Pavorix, dava golpes de karatê no Raivix”.
– fragmento retirado do diário de campo – Oficina 2º ano, escola Luciana de Abreu.

Contudo, enquanto processos que se dão na relação entre corpos, os afetos são encarnados e situados, pois são experienciados corporalmente e tendem a se “colar” em certos objetos, espaços, etc. Algumas emoções, como medo ou ódio, poderiam ser, assim, direcionadas a corpos generificados, por exemplo – fazendo com que as emoções estejam para além de sentimentos individuais, gerando efeitos concretos e materiais nos corpos, bem como políticos.

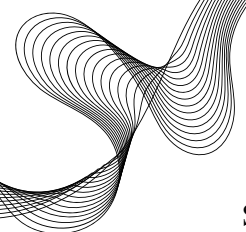
“Não foi somente ela que apresentou estas reações corporais, outras crianças também se levantaram no Raivix (dois meninos), dizendo que gostaram deste planeta” – fragmento retirado do diário de campo – oficina 2º ano, escola Luciana de Abreu.

Esse movimento de bricolagem de determinados afetos ao outro – um corpo categorizado a partir de certas características homogeneizantes – poderia gerar uma experiência coletiva para sustentar certas ideologias e políticas específicas. Assim, a emoção que era tomada enquanto algo privado e a razão



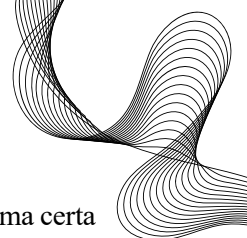
como político não caberiam mais nesta perspectiva, pois os afetos seriam sempre políticos – colados a corpos e objetos – e a política sempre afetiva. Essa perspectiva evidencia que a experiência afetiva é sempre corporificada e situada, pois os afetos são experienciados através do corpo, e o corpo, por ser afetado pelo mundo social e material, tende a estar implicado ao mesmo, sendo modificado por conta desta relação que se estabelece entre estes.

Em “*A teoria da bolsa de ficção*” (2021), Ursula Le Guin problematiza a formação das narrativas predominantes no imaginário coletivo e na produção histórica sobre a vivência hominídea na pré-história, mostrando que elas têm efeitos que explicam aspectos sociais e construções culturais atuais. Em um exercício especulativo de imaginação para produzir uma compreensão de nossas narrativas patriarcais, Le Guin se pergunta: por que aqueles coletivos humanos impetraram a perigosa caça de mamutes quando haveria abundante proteína animal de mais fácil acesso? Sua resposta é simples e instigante: pelas “histórias matadoras”, ou seja, pela possibilidade de produzir e compartilhar histórias da caça que irão gerar distinção social para seus protagonistas. Ela argumenta que as narrativas patriarcais se consolidaram a partir do fascínio possibilitado na contação de histórias de ação e, principalmente, em função da criação de uma poderosa figura que as protagoniza: um herói. Assim, mesmo em uma sociedade cuja subsistência se dava principalmente pela plantação e coleta, a figura que prevalece como representação da época é a do caçador – alguém com lanças, força e coragem, que enfrenta grandes animais em batalhas sangrentas.



Surge a ascensão do herói, e todos os outros que não se enquadram nessa figura seriam apenas personagens secundários em sua história ou, até mesmo, obstáculos que ele precisa enfrentar em seu caminho para triunfar. Com suas qualidades de força e coragem, o herói representa valores típicos do patriarcado: o ideal de masculinidade, de progresso, individualidade e domínio. Tal política narrativa heroico-patriarcal seguiu uma dura linha de variação, acoplando-se às figuras do invasor colonial e do capitalista: um protagonista que vence, conquista, domina em função do livre uso da sua agressividade e de pretensos méritos individuais. As políticas de inimizade (Mbembe, 2017) sustentadas por tais arranjos afetivos constituem um amor idealizado a origens eurocentradas, o qual sustenta, em contraposição, relações de ódio, medo e desprezo para com todas as pessoas e as culturas que se afastam de tal ponto idealizado como “origem pura”, “progresso”, “civilização” e afins. Importante percebermos que tal política afetiva opera por lógicas binárias excludentes bem ao modo das monoculturas, delimitadas por Geni Núñez (2021): há uma lógica violenta de subalternização, objetificação, aniquilação de tudo que escape dos ideais normativos, em uma posição narcísica (de universalização da própria posicionalidade), ressentida (de definição de si pela negação do que não se é) e paranóide (pela experiência persecutória diante de tudo que difere da norma).

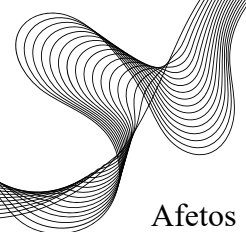
Em nossas cosmogonias indígenas, nunca tivemos essa motivação de impor ao mundo toda nossa perspectiva como se fosse a única possível, nunca buscamos “converter” o planeta todo ao nosso deus. Essa ideologia



de um monocultivo do pensamento implica em uma certa agenda de ação no mundo, orienta um certo modo de se vincular com os demais seres (Núñez, 2021, p. 2-3).

Renato Noguera (2019) converge com essa problematização e reforça que, na sociedade ocidental, os meninos são socializados como heróis e guerreiros. Diferentemente de culturas que reforçam que “ser homem” e guerreiro não é algo antagônico à vulnerabilidade, ao cuidado e à expressão emocional – como na Guarani e Dagara – na sociedade ocidental o patriarcado impera na produção de “masculinidades tóxicas”, na qual ser homem é sinônimo de invulnerabilidade, virilidade, autoridade e violência. Nesse contexto, a repressão de sentimentos é algo que constitui parte da subjetividade masculina – já que a expressão deles é associada ao feminino e, portanto, à fragilidade, irracionalidade e incapacidade de controle das paixões (Ahmed, 2015) – e, principalmente, repressão de afetos como o medo – entendidos socialmente como antônimo de coragem.

No jogo “A Galáxia dos Afetos”, uma das casas do tabuleiro questiona: “Você conhece alguém que diz não sentir medo? Você acha que isso é possível?”. Durante as oficinas, observamos diversos episódios, em diferentes turmas e escolas, em que as meninas relataram que seus colegas diziam isso. Algumas crianças ainda apontavam que seus pais ou professores também diziam não sentir medo — pessoas que, em sua percepção, representavam (ou tentavam representar) força e controle. Ao mesmo tempo, as meninas contestavam essa ideia, questionando a possibilidade de não sentir medo. Em nosso próprio grupo de pesquisa-extensão, quando jogamos o Ilha dos

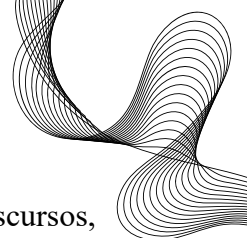


Afetos (versão anterior do Galáxias), certa feita os membros homens do grupo relataram dificuldade em identificar algo que temiam, gerando um interessante debate no grupo sobre tal barreira em se sensibilizar para a experiência de temer quando o processo de produção de si passa por uma constante negação de tal campo afetivo, deslocando muitas vezes o medo para a raiva como ponto de sensibilização-compreensão do que se está vivendo como uma forma de enquadrar as experiências de sentir-se ameaçado no esquadro da virilidade patriarcal: não temo, odeio.

Em algumas falas observadas durante as oficinas, é possível perceber as crianças evidenciando esse papel político dos afetos, constituindo uma imagem – neste caso de paternidade – na qual não se pode ter medo – que está em consonância com a ideia de masculinidade “forte”, que não se permite amedrontar por nada. Esse evento deixa pistas sobre a questão da produção de uma experiência do sujeito que está colada à questão de gênero, mas também aos afetos enquanto políticos, conformando uma gestão de si, institucional, social, cultural, etc.

“Na casa que perguntava ‘você conhece alguém que não sente medo?’ enquanto alguns pensavam que não era possível, alguém disse que sim, que seu pai não sentia. Ao ouvir, os outros repetiam que sim, seu pai não tinha medo, ‘só’ medo de ‘sofrer um acidente’, por exemplo” – fragmento retirado de diário de campo – oficina 2º ano, escola Luciana de Abreu.

Isso não significa que diferentes sujeitos não experienciam os mais variados afetos, mas há uma homogeneização tão intensa



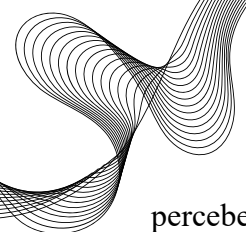
destes que, através de uma repetição corriqueira de discursos, práticas e performances, sedimentam-se como naturais. Entretanto, o uso do jogo Galáxia dos Afetos durante as oficinas também permitiu causar pequenos incômodos, onde foram problematizadas certas ideias tomadas como verdades absolutas que emergiram a partir do discurso das crianças e permitiram abrir novas possibilidades de pensar os afetos.

“OS MENINOS DIZEM QUE NÃO SENTEM MEDO!!”
– fragmento do diário de campo – Escola Liberato Salzano.

Porém, apesar desse discurso usual entre os meninos, em uma turma do 5º ano na escola Luciana de Abreu, um grupo composto apenas por meninos estava jogando a partida e, ao se aproximarem do planeta relativo ao medo (*Pavorix*), o grupo discutiu:

“Nos arredores do planeta Pavorix eles diziam que não tinham medo, mas os outros os entregavam: ‘ele tem medo do fulano do sexto ano que já bateu nele’.” – fragmento do diário de campo 5º ano – Escola Luciana de Abreu.

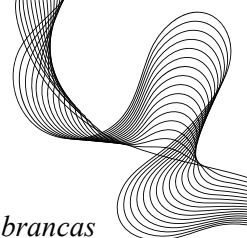
Sara Ahmed, em *“Viver uma vida feminista”* (2022), nos ajuda a entender a potência política desse momento. Quando as crianças nomeiam o medo que os meninos tentavam ocultar, elas não apenas desmontam uma performance, mas tornam visível a própria estrutura que exige essa ocultação. Ahmed (2022) nos diz que dar nome a um problema pode mudar não apenas como



percebemos um episódio, mas até mesmo se percebemos um episódio. A fala “ele tem medo do fulano” opera exatamente assim: transforma o que era um segredo implícito (o medo como fraqueza inaceitável) em um problema coletivo. Essa nomeação é um ato político, pois expõe a violência ocultada na norma que associa masculinidade à invulnerabilidade.

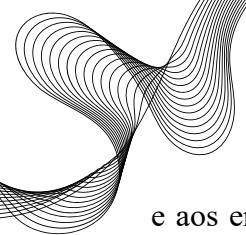
Os afetos, para Ahmed (2015), são forças ambíguas: podem tanto reforçar hierarquias quanto abrir caminhos para resistência. Nesse fragmento da oficina, a negação do medo pelos meninos reproduz a masculinidade hegemônica, que se constrói na exclusão do que é considerado frágil. No entanto, quando os colegas apontam o medo real por trás, eles ativam um afeto desestabilizador, semelhante ao que Ahmed descreve como “desconforto queer” ou “raiva feminista”, ou seja, emoções que revelam as fissuras do sistema. O incômodo gerado por essa exposição não é um acidente, mas um ruído de uma possível transformação. Ele força os meninos a se confrontarem com a contradição entre o que sentem e o que devem performar, criando uma brecha para questionar a norma.

Essa dinâmica pode ser lida através da noção de *breakdown*, proposta pela teoria da enação. O *breakdown* ocorre quando uma ação cotidiana, como a performatividade automática da masculinidade, é interrompida, exigindo reconfiguração. A fala “ele tem medo do fulano” funciona como esse momento de ruptura: tira a masculinidade do piloto automático e a coloca em questão. O incômodo gerado não é um obstáculo, mas a condição para que algo novo emergja, seja a resistência à norma, seja o reconhecimento da vulnerabilidade como parte da experiência compartilhada.



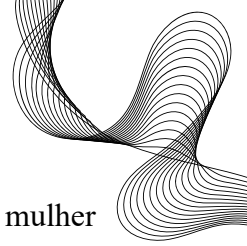
“Joguei com um grupo de mulheres: quatro brancas e duas negras. A primeira, ao circular a atmosfera do raivix, disse não sentir raiva quase nunca e não demonstrar quando sente. Comentei sobre essa questão já ter aparecido antes e sua relação com o gênero. Após, uma das mulheres negras, com um pouco mais de idade, caiu na casa que perguntava se ela já tinha sentido vergonha do que outra pessoa tinha feito. Ela disse: “eu não, mas minha filha morre de vergonha de mim, porque eu sou barraqueira. Eu brigo no ônibus com o motorista se for preciso, brigo na rua, brigo no mercado. Não sou como ela”. Nesse momento vocês devem estar com vergonha por mim pelo comentário que eu fiz antes, dizendo que era uma questão de gênero e não percebendo que mulheres negras precisam brigar porque elas não têm escolha, sendo a inibição da raiva das mulheres, algo marcado por raça e classe” – relato de uma das pesquisadoras a partir da oficina realizada com professores(as) – Escola EMEI Mapa.

O relato acima nos mostra que o campo das afetações não se restringe à um certo binarismo repetido no discurso social: sentir raiva ou alegria, medo ou coragem, etc. É preciso atentar-se ao campo das afetações de modo interseccional, onde os afetos estão emaranhados com questões de gênero, raça, classe, entre outros. O que faz o corpo de uma mulher branca dizer que quase nunca sente raiva, e que, quando a sente, evita demonstrar a mesma? Já em outra situação, uma mulher negra ao se deparar com a questão da vergonha a partir da ação do outro, cita que sua filha “morre de vergonha, porque sou barraqueira”, demonstraem seu discurso a necessidade de brigar para defender a si mesma



e aos entes queridos diante de um sistema de opressão racista, classista e machista, ou seja, se não defender seu ponto, não será escutada, respeitada, considerada. Do mesmo modo como nos (d)enuncia o famoso discurso de Sojourner Truth (2020), vemos na cena do diário de campo os perigos de reduzir ao sistema de gênero as variações das existências e das opressões, mesmo que seja para problematizar as lógicas cisheteronormativas patriarcais, pois faz-se necessário considerar também junto dessas outras relações interseccionais que atravessam e constituem tal sistema de inteligibilização e performance de gênero, inclusive no campo político dos afetos. Aqui, a questão da raça atravessa diretamente o modo pelo qual operam os afetos, não estando apenas no campo da performance, mas também como modulador político da vida dos sujeitos, onde certos corpos são quase que demandados a operar de determinada maneira seus afetos em contrapartida do poder de escolha por outros. O pertencimento (ou exclusão) à certos modos de existir, o juízo de valores, estranhamentos e outros operadores constituem a trama afetiva que se agencia a partir de jogos relacionais, onde o corpo experimenta uma série de forças imbricadas e que gera uma inseparabilidade das questões afetivas, políticas, sociais, de gênero, raça, classe, discurso, entre outros.

Essa modulação afetiva, observada na oficina na EMEI Mapa, deixa evidente uma questão de classe e raça, de modo que o corpo branco encontra-se em uma posição passível de uma certa escolha, o que não parece ser o caso do discurso da outra participante da pesquisa - uma mulher negra, cujo a qual precisa defender seu ponto com frequência, e tende a ser

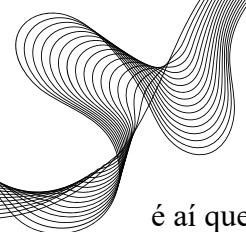


deslocada frequentemente por isso a partir da imagem de mulher barraqueira, por exemplo.

Ahmed (2015) nos lembra que o conforto é um privilégio dos corpos que se alinham às normas sem atritos. Para os meninos, a negação do medo era uma forma de preservar esse conforto, ainda que à custa de uma autoanulação. Já o incômodo provocado pelos colegas perturba essa ordem, tornando visível o custo da masculinidade hegemônica: o medo não desaparece, é apenas deslocado para as sombras, onde pode ser instrumentalizado como forma de controle (“tem medo do fulano que bate”). A política do afeto, nesse sentido, está justamente na capacidade de transformar o incômodo em ferramenta crítica, expondo as normas que organizam silenciosamente a vida social.

4. Problematizando interseccionalmente os afetos: descolonizando nosso sentir-pensar

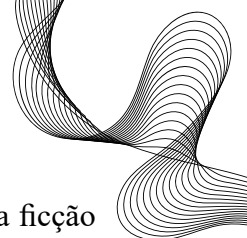
A cena da menina que interpretava com o corpo cada planeta, rindo no Alegrix, fazendo “cara de medo” no Pavorix, golpeando o ar no Raivix, não era um ato isolado, mas um exercício de encarnação política. Seus gestos expressaram o que a teoria enativa e os feminismos descoloniais insistem: os afetos não são abstratos, mas se colam a corpos, espaços e histórias. Quando dois meninos se levantaram no Raivix, afirmando que “gostaram deste planeta”, eles não apenas expressavam uma preferência individual, mas reproduziam ou contestavam uma cultura que associa masculinidade à permissividade da raiva (enquanto o medo lhes era negado). Essas performances, aparentemente espontâneas, são atos de significação coletiva, e



é aí que a colonialidade dos afetos se torna visível.

A violência colonial, como lembram Núñez, Oliveira e Lago (2021), opera através de monoculturas do sentir: separa o humano do animal, o racional do emocional, o masculino do feminino, como se fossem categorias estanques. Nas oficinas, porém, as crianças demonstravam que os afetos escapam a esses dualismos. A menina que ria, temia e golpeava em sequência desafiava a ideia de que emoções podem ser contidas em caixas separadas, assim como os meninos que “gostavam” do Raivix expunham como a raiva é socialmente autorizada ou proibida dependendo do gênero. De igual maneira, a forma com a qual cada corpo opera sobre sentir raiva ou vergonha se apresentou de modo diferente no discurso de uma mulher branca e outra negra.

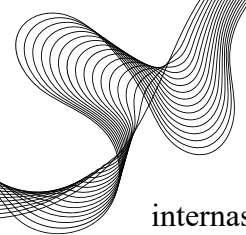
Essas performances não eram meras reações, mas formas de conhecimento situado, pois aqui o corpo é compreendido como fronteiroço (Anzaldúa, 1987). Ou seja, nossos corpos fronteiroços não são apenas linhas de separação, mas lugares de habitação e resistência. Zonas de contato com afetos colonialmente herdados em que o conflito e a criação se encontram, espaços em que as experiências vividas se expressam e novas emergem. Butler (2018) nos lembra que o gênero é um “devir em atividade”, performativamente construído através de repetições – mas também de rupturas. Quando as crianças misturavam alegria, medo e raiva em um mesmo corpo, elas estavam quebrando a lógica parasitária que exige pureza emocional (nunca “azul e rosa ao mesmo tempo”, como diz Núñez). Essa trama afetiva era, portanto, um ato de descolonização ao permitir que múltiplos



afetos coexistissem em seus gestos, elas desmontavam a ficção de sujeitos unitários e emocionalmente coerentes.

De igual modo, a experiência relatada pela pesquisadora acerca da oficina com professores(as) na EMEI Mapa nos fornece pistas quanto a performatividade dos corpos e o engendrar das questões afetivas a partir da lógica colonialista, capitalista, hegemônica e heteronormativa. O aparelho afetivo vinculado a tais fatores constitui um modo de existir e operar no mundo, reforçando benefícios e privilégios para os corpos que se alinham às normas, e, rechaçam aqueles que buscam outros modos de existir. Apesar disso, uma potência imensa reside nesse movimento resistido percebido em determinadas situações, como o corpo “barraqueiro”, que desestabiliza e questiona essa lógica normatizadora podendo produzir sobrevivência nos mesmos. A “raiva feminista” (Ahmed, 2015) aqui opera como produtora de fissuras, trincheira, que é fértil território que lhe serve de abrigo e também como ponto estratégico de combate, criando possibilidades de transformar o mundo.

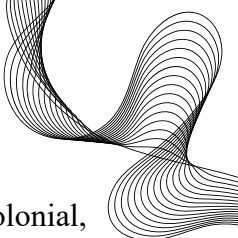
A teoria enativa e o conceito de dobra afetiva (Rocha; Kastrup, 2009) nos ajudam a entender como essa política se materializa. Se cognição e emoção são coengendradas, então a menina que “fazia cara de medo” não estava representando um sentimento, mas reconfigurando sua própria experiência do mundo através do gesto. O medo, nesse sentido, não era algo que ela “tinha”, mas algo que ela fazia com outros corpos e que, ao ser feito, modificava o espaço ao redor (daí os colegas rirem e expressarem outros afetos junto). Essa circularidade afetiva desmonta a noção colonial de emoções como propriedades



internas: os afetos são práticas coletivas de significação, que sustentam ou desafiam hierarquias.

É aqui que a crítica ao capitalismo afetivo se torna urgente. Se o sistema produz “máquinas desejanter” que vendem felicidade como consumo e raiva como mercadoria política (contra inimigos pré-fabricados), as crianças da oficina desobedeciam a essa economia. No Raivix, a raiva delas não era dirigida a um “outro” demonizado, mas experimentada como energia corporal, golpes no ar, não em corpos reais. Já no Pavorix, o medo não era patologizado, mas compartilhado como experiência lúdica. Essa redistribuição dos afetos desafia a regulação capitalista, que precisa de emoções estereotipadas para vender soluções fáceis.

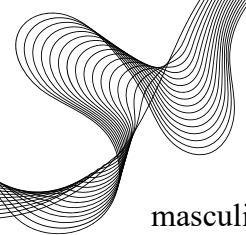
A necessidade de gerar uma “monocultura” (Núñez, 2021) das formas de se relacionar com os afetos vem de encontro com essa lógica capitalística, na qual a produção de certas hegemonias dos afetos propicia uma força determinante de modos de ser dos sujeitos, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros. Aqueles sujeitos que escapam desta monocultura devem ser podados o quanto antes, evitando que possam gerar sementes e criar certa diversidade neste território. Assim, além de diversos modos de regulação dos corpos, o modelo capitalista também se ocupa de estar a cada momento influenciando estes corpos, anestesiando-os diariamente por diversos modos que não apenas a medicalização, mas também em espaços como no uso de redes sociais – onde algoritmos separam determinados conteúdos para estes sujeitos, criando uma forma de manter a atenção (engajamento) e produzir desejos e modos de existir. Esse



modelo, que se dá de modo a reproduzir a violência colonial, instaura e fortalece sistemas de monocultura, cujos princípios são a exclusividade, a não convivência e não concomitância (Núñez, Oliveira; Lago, 2021).

“Esse modo unívoco de existir só consegue se positivar na negatificação de outros seres, operando através de uma lógica parasitária. Nela, humano seria a negação do animal, civilizado a negação do selvagem, além de não haver concomitâncias: nunca azul e rosa, masculino e feminino, humano e animal ao mesmo tempo.” (Núñez, 2021, p. 2).

Esse modo de operar citado por Núñez (2021) fica evidente em diversos trechos nos diários de campos, onde algumas emoções seriam um “problema” para uma menina ou para um menino, de modo a configurar uma performance dos sujeitos a partir de diversos atravessamentos que são engendrados a partir de uma máquina capitalística. É possível produzir lucro a partir da predição e produção de desejo nos corpos. Uma das falas supracitadas e registrada no diário de campo da escola Liberato Salzano ilustra bem essa dinâmica: chorar de tristeza é compreensível, até pode encontrar acolhimento (“gostava de ouvir música e ver tv”), mas chorar de raiva parece colocar seu corpo em um impasse – sem recursos (“não tinha o que fazer quando tinha raiva”). Essa distinção pode fornecer pistas de como os afetos são generificados desde cedo, com certas emoções sendo mais permitidas ou encorajadas em determinados corpos do que em outros. A raiva, frequentemente associada à assertividade e demonstração/imposição de poder no universo

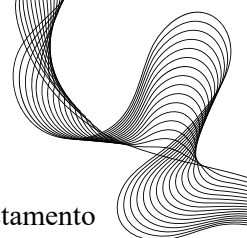


masculino, pode ser vista como transgressora e inadequada nos corpos femininos, reforçando a expectativa de docilidade e passividade dos últimos citados.

Essa normatização dos afetos, como argumenta Sara Ahmed, opera como uma política, moldando corpos e direcionando fluxos emocionais. O monocultivo dos afetos, nesse contexto, busca restringir o espectro de emoções consideradas válidas e que poderiam ser expressas, alinhando-se com as necessidades de um sistema capitalista que se beneficia da produção de desejos específicos e da manutenção de normas sociais e de gênero – que se incrustam nos sujeitos a partir da repetição e acabam sendo tomadas como verdades. A dificuldade da menina em lidar com a raiva aponta, possivelmente, para a internalização dessas normas, onde certas emoções são deslegitimadas ou reprimidas, limitando sua capacidade de ação e expressão.

A abordagem interseccional nos auxilia a compreender como gênero, classe, raça e outras categorias se entrelaçam na produção dessas monoculturas afetivas. A herança colonial, com sua lógica de exclusão e hierarquização, também desempenha um importante papel na configuração de como sentimos e expressamos nossas emoções. Descolonizar o sentir/pensar, portanto, exige um olhar atento para as formas como essas normas se inscrevem em nossos corpos e subjetividades, cerceando nossa capacidade de experimentar outras possibilidades de afetos e de construção de relações mais diversas.

Assim como o agronegócio explora, exaure e esgota a terra, também o capitalismo, o racismo, a transfobia e as demais violências nos exploram nosso corpo-território,

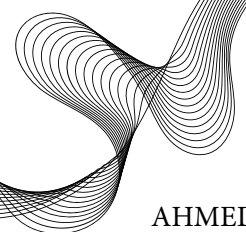


de tal maneira que se faz necessário um reflorestamento também do nosso imaginário e da forma como guiamos os afetos e desejos (Núñez, Oliveira; Lago, 2021, p. 86).

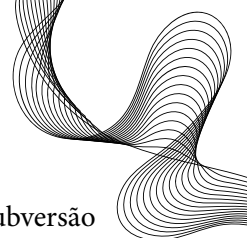
Descolonizar o sentir-pensar, então, é recusar as monoculturas emocionais que nos ensinam a separar alegria de luta, medo de resistência, raiva de cuidado. As crianças, ao permitirem que seus corpos fossem territórios de expressão de múltiplos afetos e suas ambiguidades ao mesmo tempo, lembravam que outra economia afetiva é possível, onde os afetos não são moedas de troca, mas expressões de mundos plurais e em redes que se atravessam e agenciam criações umas com as outras. Como diz Antônio Bispo dos Santos (2023), não se trata de “desenvolvimento”, mas de envolvimento, com a terra, com os corpos e com os afetos, pois é nessa trama relacional de composições que nos tornamos humanos.

Referências

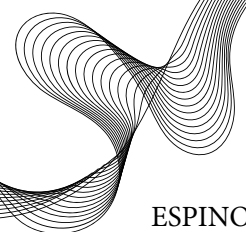
- AHMED, Sara. La promesa de la felicidad. Una crítica cultural al imperativo de la alegría. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2019. 464 p. Disponível em: <https://josefaruiztagle.cl/wp-content/uploads/2023/03/La-promesa-de-la-felicidad-una-critica-cultural-al-imperativo-de-la-alegria-CC%81a-Sara-Ahmed-Z-Library.pdf>.
- AHMED, Sara. La política cultural de las emociones. Tradução: Cecilia Olivares Mansuy. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. Disponível em: https://www.puees.unam.mx/curso2021/materiales/Sesion14/Ahmed2015_LaPoliticaCulturalDeLasEmociones.pdf.



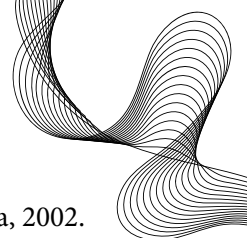
- AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- AHMED, Sara; SCHMITZ, Sigrid. “Affect/Emotion: Orientation Matters. A Conversation between Sigrid Schmitz and Sara Ahmed”. *Freiburger Zeitschrift für Geschlechter Studie*, v. 20, n. 2, p. 97-108, 2014. DOI: 10.3224/fzg.v20i2.17137.
- ANZALDÚA, Glória. *Borderlands : the new mestiza = La frontera I*. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.
- ARISTÓTELES. *De Anima*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- BAETSON, Gregory. *Pasos hacia una ecología de la mente: una aproximación revolucionaria a la autocomprensión del hombre*. Buenos Aires: Ed Lohlé Lumen, 1998.
- BAUM, Carlos; KROEFF, Renata Fischer da Silveira. *Enação: conceitos introdutórios e contribuições contemporâneas*. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 207-236, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v8n2/v8n2a11.pdf>.
- BION, Wilfred R. *Experiências com grupos*. 2. ed. Tradução: W. I. Oliveira. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP, 1975.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Lei nº 14.945, de 15 de janeiro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nos 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, [2024].
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, [20 dez. 1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.



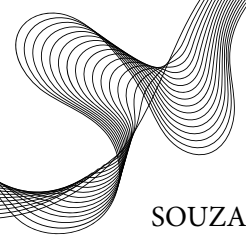
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf.
- BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1, 2019.
- DA FONSECA, Vitor. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Psicopedagogia*, São Paulo, v. 33, n. 102, p. 308-322, 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n102/14.pdf>.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- DELEUZE, Gilles. *En medio de Spinoza*. Buenos Aires: Cactus, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs vol.3*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?*. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- DESCARTES, R. (1999). *As Paixões da Alma*. In: J. Florido (Ed.). *Descartes - Coleção Os Pensadores*. (E. Corvisieri, Trad.). (pp. 101-232). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1649).
- DESCARTES, R. (1999). *Discurso do Método*. In: J. Florido (Ed.). *Descartes - Coleção Os Pensadores*. (E. Corvisieri, Trad.). (pp. 33-100). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1637).
- DOS SANTOS, Antônio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.



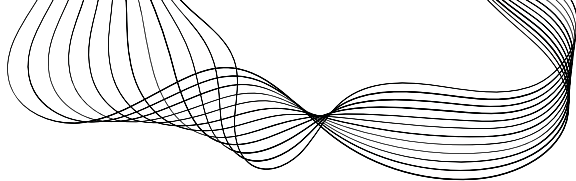
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. Em: *Obras selecionadas Coleção Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- ESPINOSA, Baruch de. *Tratado Político*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- FANON, F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*. Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- GIBSON, James J. *The theory of affordances*. Em: SHAW, Robert; BRANSFORD, John. *Perceiving, acting and knowing: toward an Ecological Psychology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1977. p.67-82
- GILSON, Etienne. *A filosofia na idade média*. São Paulo/; Martins Fontes, 1998.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ILLOUZ, Eva; CABANAS, Edgar. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- MARAZZI, Christian. *A crise na new economy e o trabalho das multidões*. In: COCCO, Giuseppe; HPSTEIN, Graciela (Org). *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e*



- universalização dos direitos. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MORAÑA, M. (2012). Post scríptum. El afecto en la caja de herramientas. En: Moraña, M.; Ignacio M. S. P. (orgs.). El lenguaje de las emociones: Afecto y cultura en América Latina. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert.
- NOGUERA, Renato. Por que meninos não podem brincar de boneca?. Coletivo Indra, [S.l.], 1 maio 2019. Disponível em: <https://coletivoindra.org/blog-opiniao/por-que-meninos-no-podem-brincar-de-boneca/8/4/2021?rq=meninos%20>.
- NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. ClimaCom – Diante dos Negacionismos [online], Campinas, ano 8, n. 21, nov. 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>.
- NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanía narrativa indígena. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 76–88, dez. 2021. DOI: 10.34019/2318-101X.2021.v16.34439.
- PLATÃO. “Fédon”. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Em: Platão: Vol. 2. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- PLATÃO. A república. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- ROCHA, João Miguel; KASTRUP, Virgínia. Cognição e Emoção na Dinâmica da Dobra Afetiva. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 2, p. 385-394, 2009.
- SIMONDON, Gilbert. A individuação à luz das noções de forma e de informação. São Paulo: Editora 34, 2020.
- SOLANA, Mariela; VACAREZZA, Nayla Luz. Relecturas feministas del giro afectivo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-6, e72448, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/b94DPkwkDGnLQxmGTpXtbKj/?format=pdf&lang=es>.



- SOUZA, Victor Batista de; ANDRADE, Juliana Alves de. Corpos educados, emoções sequestradas: a operação neoliberal na escola brasileira. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 11, n. 5, p. 124-138, 2024. ISSN 2358-8322. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9714>.
- TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- TRUTH, Sojourner. “E eu não sou uma mulher?”: a narrativa de Sojourner Truth. Rio de Janeiro: Editora Imã, 2020.



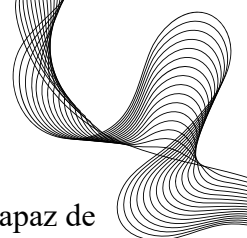
Sessão 2: Tecnopolíticas do Cuidado

5. Reencantar o concreto, cuidar da vida: caminhos de re-existência a partir dos estudos da cognição

Gustavo Cruz Ferraz
Beatriz Sancovski

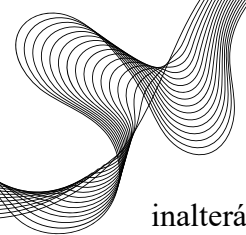
Onde estamos?

Em seu livro, “*Onde estou? Lições do confinamento para uso dos terrestres*”, Bruno Latour (2021) recorre à metáfora kafkiana do devir-inseto (em “*A metamorfose*”) para tratar do despertar contemporâneo da humanidade para a situação de desastre climático iminente na qual estamos. Nos convida, desse modo, a voltar o olhar para nós mesmos a partir da experiência de Gregor Samsa. Mobilizado pelo acontecimento pandemia, que ao se impor fez ver modos de relações e modos de existência já há muito adoecedores e adoecidos, Latour nos implica e provoca. E agora? Voltar à antiga normalidade ou re-existir? Propõe pensar esse despertar não a partir da angústia ou do desespero, que certamente é uma possibilidade, mas a partir da capacidade de agir. Vale ressaltar que essa capacidade de agir, tal como apresentada, não é efeito de um ato heroico individual independente. Pelo contrário, é um laborioso exercício de composição e articulação fundado na nossa interdependência. Assim, ao mudar a posição de onde se lê a saga kafkaniana – da transformação de um agente racional humano isolado em um



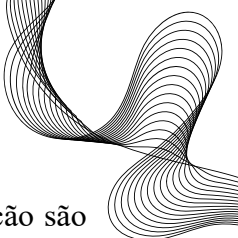
inseto monstruoso, para o processo de um devir-inseto capaz de se envelopar em sua casa, fazendo dela seu interior prolongado – “ele pode ir a qualquer lugar, mas sob a condição de estender seu cupinzeiro um pouco mais longe” (Latour, 2021, p. 14) – Latour transforma seu sentido. Diferente do sentido habitual dado à saga kafkiana, de desespero diante do confinamento individual a uma situação irrevogável e humilhante, nos dá pistas para a construção de um povoado caminho de volta à Terra (Gaia).

Se reconhecemos cada vez mais que as condições de habitabilidade do planeta estão profundamente comprometidas, que nossas práticas (das mais corriqueiras até as institucionais de escala global) operam velozmente nas mesmas vias abertas que produziram o desastre iminente, que ali onde deveria haver um esforço de mobilização coletiva encontramos o avanço das políticas neoliberais e a expansão das atividades predatórias; o avanço da extrema direita e seu constante ataque à reflexão crítica e aos valores comuns; o uso político da proliferação de *fake news* e o uso manipulado da dúvida como motor do negacionismo; os processos de algoritmização da vida e o constante movimento de colonização da experiência (Crary, 2014; Stiegler, 2004), tudo isso amplificado pelo enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19, ou seja, em um momento em que (quase) nada em nossa vida social parece tomar o caminho necessário para reverter o desastre, como pode o caminho de volta à Terra oferecer um bom horizonte? Como pode este caminho não estar atrelado a uma certa anomia, ou a afetos como angústia e desespero? Tudo parece indicar um cenário em que qualquer lucidez parcial estaria esmagada sob o peso de um contexto tão amplo quanto

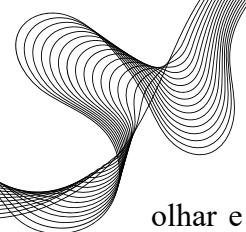


inalterável. Não por acaso, Isabelle Stengers (2023) afirma que processos de desempoderamento estão ocorrendo por toda parte, “separando pessoas e coletivos de sua capacidade de conceber, sentir, pensar ou imaginar” (Stengers, 2023, p. 202). Diante disso, lança o desafio de enfrentamento da “barbárie” e aponta a importância da recusa de armadilhas tentadoras como a das perspectivas messiânicas, já que esperar pela salvação de algum Grande Fora seria fugir do desafio que se impõe. Resistir à barbárie seria criar condições para a restituição de um futuro. Não um futuro já configurado e determinado, pensado nos moldes do desenvolvimento e do progresso, e em relação ao qual caberia apenas escolher os caminhos de chegada. Mas um futuro que nos coloca diante do que William James denominava uma opção genuína, ou seja, “uma opção que não pode ser evitada porque não há espaço fora das alternativas de consentir, ou recusar, o desafio que ela impõe” (Stengers, 2023, p. 202-203). Para Stengers (2023), a academia teria uma posição especial neste cenário, já que, a despeito de toda ingenuidade envolvida nisto, os acadêmicos são aqueles em quem o corpo social investe a confiança de pensar, imaginar, conceber e propor. Ela se pergunta então se “somos capazes de consentir a essa confiança e permitir que ela tenha o poder de nos afetar” (Stengers, 2023, p. 201). Neste artigo, buscamos de forma exploratória, acolher e desdobrar os efeitos desse desafio a partir de nosso campo de estudos e pesquisa – o campo dos estudos da cognição. Nossa proposição articula-se assim com nossa posição.

Somos dois docentes que estão lotados há mais ou menos 10 anos em departamentos de psicologia de universidades



públicas do Rio de Janeiro. Nossas trajetórias de formação são próximas e estiveram voltadas para os estudos da cognição. (Trans)formados em um grupo de pesquisa que valoriza a interdisciplinaridade, a discussão científica e filosófica sobre a cognição, nossos trabalhos são marcados pelas interfaces com os arranjos sociotécnicos, as práticas estéticas, a dimensão afetiva e os estudos de produção de subjetividade. Tal forma de colocar o problema tem nos proporcionado explorar a cognição em sua dimensão processual, ampliada e inventiva, fazendo ver a presença de uma política cognitiva (Kastrup; Tedesco; Passos, 2008). Os modos de conhecer e de conhecer o conhecer não são neutros. Em comum, nosso trabalho compartilha o entendimento de que as práticas de produção de conhecimento, em sua diversidade, participam do processo de produção dos modos de existência. Há, neste sentido, uma recursividade de efeito performativo. Aquilo que vamos postulando no campo científico retroage sobre o modo como vivemos e pensamos a nós mesmos e nossas relações. E, por outro lado, o modo como pensamos a nós mesmos e vivemos nossas relações condiciona nossas perguntas e postulados científicos. É neste sentido que a situação atual nos toca e nos convoca. Pois se as condições de habitabilidade do planeta estão sob risco, e os diagnósticos sobre a imbricação entre os modos de vida humana e o estado atual de desastre iminente se multiplicam, nos parece urgente então orientar nossas reflexões para os modos de vida que foram inventados e que temos vivido e, como desdobramento ético e político, para a construção de novos modos de vida. De modo correlato, seguindo nosso argumento, esse movimento implica

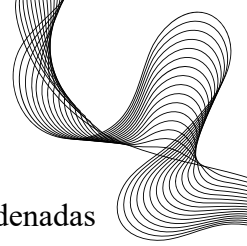


olhar e refletir sobre nossos modos de produzir conhecimento e fazer ciência. Trata-se de interromper o ciclo vicioso que tem nos tragado e cujo horizonte é catastrófico. As discussões sobre conhecimento e cognição humana se mostram, a nosso ver, particularmente interessantes neste sentido. A Constituição Moderna¹¹ ditou por muito tempo as bases sobre as quais concebemos o conhecimento e o conhecer e, conseqüentemente, a nós mesmos e ao mundo, e isto conformou nossos olhares e práticas. Algumas novas vias abertas no campo dos estudos da cognição oferecem uma versão mais interessante que merece a nossa aposta. No cerne da diferença está o entendimento de que o conhecimento é antes de mais nada concreto e corporificado. Citamos:

Há fortes indícios de que, entre o grupo não organizado das ciências que tratam do conhecimento e da cognição – as ciências cognitivas –, vem crescendo lentamente a convicção de que esse quadro está invertido, de que uma mudança paradigmática ou epistêmica radical vem se desenvolvendo com rapidez. Bem no centro dessa visão emergente está a crença de que as próprias unidades de conhecimento são fundamentalmente concretas, corporificadas, incorporadas, vividas (Varela, 2003, p. 72).

Como nos mostra Latour (2021), para nos situarmos no

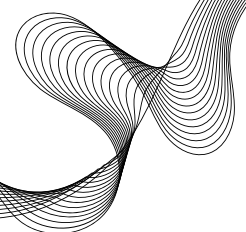
¹¹ Aqui cabe salientar que compreendemos perfeitamente que o diagnóstico sobre nossa situação atual envolve uma enorme multiplicidade (muitas vezes possivelmente conflitantes) de aspectos. Se, apoiados entre outras coisas na própria obra de Latour, remetemos a categoria da Constituição Moderna é por considerar que ela permite uma fecunda articulação desses diversos aspectos.



que importa hoje, não podemos utilizar as mesmas coordenadas que produziram o problema, pois a situação atual convoca a algo da ordem de uma mutação antropológica. E estas coordenadas, afirmamos, remetem à Constituição Moderna. Neste sentido, a reorientação operada no campo de estudos da cognição parece abrir um fecundo caminho de enfrentamento. O objetivo deste texto é explorar a proposta de um reencantamento do concreto presente na perspectiva enativista dos estudos da cognição, a fim de interpelar o presente e fazer reverberar a metamorfose latouriana.

A Constituição Moderna, os movimentos de abstração e seus efeitos

Em certo sentido, como veremos em seguida, o estudo da mente está preso na tensão entre a forma como comunicamos experiência e conhecimento através da linguagem (a estrutura da lógica, composição, raciocínio, simbolização, etc.) e a maneira pela qual exercitamos, experimentamos e vivemos a vida como uma prática incorporada. (...) O conhecimento tácito é muitas vezes ignorado pelo impulso generalizado nas sociedades ocidentais modernas de padronizar excessivamente as práticas profissionais em termos de regras, diretrizes, parâmetros de referência, objetivos de desempenho e protocolos. A padronização visa fazer com que as atividades se encaixem racionalmente, mas muitas vezes ignora as sutis habilidades incorporadas e os vínculos de comunicação entre os profissionais que, na inserção concreta, na maioria das vezes, acham

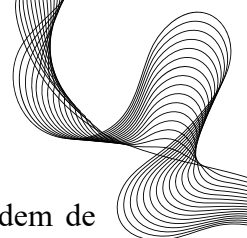


mais eficiente reinterpretar as regras ou contorná-las, de modo a realizar a tarefa¹².

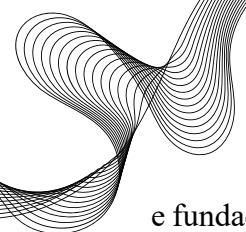
(Di Paolo; Buhrmann; Barandiaran, 2017, p. 12)

O modelo de inteligibilidade das práticas de conhecimento, e seu lugar no tecido da vida social, que compartilhamos em larga escala hoje nas sociedades industrializadas, foi sendo gestado em um longo processo histórico. É do seio deste processo que emerge a concepção de humano enquanto agente racional individualizado, tão amplamente difundida nestas sociedades. Análises filosóficas mais comprometidas com a dimensão epistemológica destes processos muitas vezes tendem a compor um painel de grande continuidade no qual, a partir da chamada revolução científica oriunda dos séculos XVI e XVII, nossa visão de mundo vai se tornando gradativamente cientificizada e nossas formas de organização social vão se estruturando em função desta visão. Naquele momento, movimentos como o desenvolvimento e a valorização do método analítico, a geometrização do sensível, a algebrização dos procedimentos geométricos, foram tornando possível a constituição de uma ordem material pensada de forma desconectada da dimensão ética e normativa. O mundo da experiência cotidiana (mundo qualitativo de imagens, valores, afetos, sentimentos) passava a habitar a interioridade da consciência humana, nesse momento ainda entendida sob a rubrica da alma racional. René Descartes cumpre um papel importante aqui, na medida em que seu *cogito* busca harmonizar a nova física dos movimentos com os

¹² A tradução deste texto, assim como dos demais que não tem uma versão em português, é nossa.



dados da metafísica tradicional (Châtelet, 1994). À ordem de inteligibilidade matemática que estrutura a ordem da extensão e do movimento, Descartes faz corresponder um sujeito do conhecimento que, enquanto pensamento puro, é capaz de escapar das ilusões qualitativas e ascender, clara e distintamente, a esta ordem de inteligibilidade. Clareza e distinção implicam uma visão desprendida, um passo para fora de toda imersão situacional. Este mesmo movimento de desprendimento operaria também no campo da razão prática, no qual a vontade desprendida das tradições e costumes sociais permitiria uma apreensão mais clara e definitiva de seu próprio poder de discernimento. O reconhecimento da amplitude deste poder legitimava, ao mesmo tempo, o lugar de destaque e privilégio da razão humana e seu vínculo com a razão divina (Taylor, 1997). Nestas perspectivas, tudo se passa como se na aurora da modernidade clássica se houvesse descortinado, sob a rubrica principal de René Descartes, os fundamentos ontológicos que sustentam a distinção das ordens material e racional (mental) e, a partir daí, estivesse aberto de uma vez por todas o caminho para que, tanto os avanços metodológicos cumulativos da ciência fossem descortinando cada vez mais – e melhor – a ordem material de fenômenos, quanto os movimentos de secularização e as formas de gestão social oriundas da ampliação e diversificação das práticas mercantis fossem constituindo as grandes linhas que orientam as formas de organização da vida social. Linhas estas que, ao configurar limites claros entre a produção do conhecimento sobre a ordem material e as contingências políticas e decisórias, teriam ensejado uma organização social esclarecida



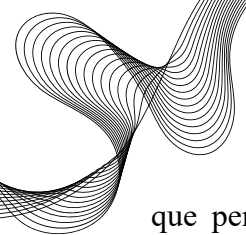
e fundada nos conhecimentos oriundos destes diversos domínios materiais. De forma subjacente a todos estes movimentos, estaria sempre em ação, quando não turvada por vieses valorativos e particularizados, a Razão humana.

Como mostra Dorinda Outram (2019), grande parte destas análises foi construída a partir de uma certa forma de compreensão do Iluminismo. Forma esta que – se não o localizou em um período histórico fechado, já que ainda manifesta seus efeitos no tempo presente – o reduziu a um fenômeno de sentido unitário, passível de ser subsumido ao anseio humano por se conduzir fundamentalmente pela razão (e não pela fé, superstição ou revelação). A historiografia que participa da construção deste sentido muitas vezes definiu sua geografia e cronologia nos termos das vidas e ideias de grandes filósofos, como Voltaire, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. A ascendência da perspectiva filosófica neste processo de compreensão unificada é ressaltada por Outram. Não no sentido de desqualificar a filosofia como campo de conhecimento, tomando-a como território de pura especulação em detrimento, por exemplo, dos discursos científicos. O que aponta Outram é que, contrariando até mesmo a configuração do campo de debates que envolveu os contemporâneos acerca do que seria o Iluminismo, consolidou-se uma visão abstrata, que obscurece a direção e a especificidade de algumas transformações importantes e que permitem uma apreensão mais aguda da relação entre a vida social e o conjunto de ideias e práticas sobre o conhecimento. Um bom exemplo disso diz respeito ao próprio uso do termo “científica” para qualificar a revolução ocorrida nos séculos XVI e XVII. As ciências, tal como as conhecemos hoje,



organizadas em torno de disciplinas empíricas especializadas, com comunidades de pesquisadores trabalhando conjuntamente, instituições de formação e regras de profissionalização, técnicas de produção e padronização de instrumentos, jornais e periódicos de comunicação e divulgação, etc., só ganhariam a sua forma na virada do século XVIII para o século XIX.

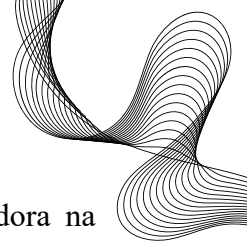
Nas perspectivas de viés mais centralmente epistemológico, tudo se passa como se todo esse variado conjunto de regras, instrumentos, instituições, ou nas palavras de Bruno Latour (2017, 2016 e 1994), todas essas redes sociotécnicas, constituíssem apenas detalhes menores, diante da potência das “puras” capacidades lógico-conceituais da mente humana. Obscurece-se assim a singularidade de um processo histórico que permite pensar não só a articulação entre ciência, sociedade e progresso, que participou amplamente da construção da força da ciência nas sociedades ocidentais, como também os limites de tornar o sujeito do conhecimento o fundamento da compreensão das práticas de conhecimento científicas, como se as práticas científicas constituíssem apenas uma efetivação da estrutura humana do conhecer. Como nos mostra Latour (2016), a abstração dessas articulações é um movimento importante na construção dos relatos de emancipação que sustentam o acordo da Constituição Moderna, acordo este que cumpre um enorme papel em nossa calamitosa situação atual. Nos termos deste acordo, seria possível interpretar um conjunto de situações extraíndo dele a distinção entre fatos e valores, estados do mundo e representações, racional e irracional, ciência e sociedade, de maneira a traçar entre o passado e o futuro uma diferença radical



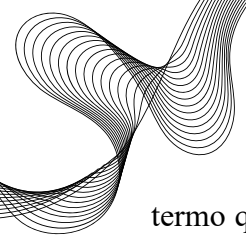
que permita externalizar definitivamente o que não se levou em consideração, a fim de um horizonte de progresso (Latour, 2019). Retomar, ainda que de forma bastante breve, estes fios de articulação obscurecidos nos relatos de emancipação e modernização (Latour, 2016) nos permite compreender, a partir de alguns passos encadeados, como a ideia de uma cognição abstrata, sob a figura de um agente racional individualizado, participa do horizonte desenhado pelo acordo moderno e em que medida escapar dele pode ensejar brechas para a construção de um novo horizonte. Começemos pelo cenário mais amplo, que delinea como as práticas científicas, ao mesmo tempo, ganharam força no tecido social como motor do progresso e se legitimaram enquanto práticas de conhecimento com características muito específicas exatamente por essa força.

O processo de institucionalização das ciências deriva de uma reorganização das instituições de ensino e pesquisa ocorridas inicialmente na França pós-revolução e posteriormente na Alemanha. Houve um esforço por constituir e disseminar formas de discursos racionais que eliminassem possíveis ambiguidades e oferecessem garantias de legitimidade, em um momento em que crescia o público letrado e se difundia a prática da leitura extensiva na Europa¹³. As novas formas de compreensão dos movimentos celestes, as disputas religiosas e políticas, assim como a amplificação dos espaços de manifestação social, convocavam por novas frentes de acordo e persuasão social. A exatidão, termo oriundo da matemática e que diz respeito à possibilidade de expressão de um fenômeno por meio de equações algébricas,

¹³ Cf. Outram, 2019.

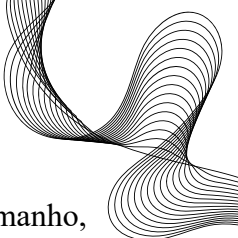


se colocava como forte candidata à diretriz organizadora na medida em que permitia a expressão dos saberes em linguagem simbólica. A universalização do formalismo algébrico garantia o poder da análise como método para organizar o conhecimento (Roque, 2021). Tudo estava mudando para se adaptar às exigências da exatidão, desde a concepção do que devia ser admitido como causa dos movimentos até a linguagem usada nos discursos políticos. Cada vez mais, o conhecimento era marcado pela ideia de controle instrumental, ou seja, de que a capacidade de prever os fenômenos nos levaria a poder intervir sobre eles na medida de nossas necessidades. Mas para que esses fenômenos pudessem ser previsíveis, deveriam ser cada vez mais passíveis de serem produzidos e descritos por meio de procedimentos que garantissem a exatidão. Se multiplicavam espaços circunscritos e controlados onde estes fenômenos pudessem se manifestar – e ser reproduzidos – para “testemunhas confiáveis” (Latour, 1994), fora dos quadros ruidosos da rua e da multidão. Os cursos de ação que constituem o mundo da experiência cotidiana – mundo qualitativo, repleto de ambiguidades, valores, afetos e sentimentos – são colocados entre parênteses por meio de métodos, instrumentos e linguagens inventadas (Stengers, 2002) para fins de acesso ao que seria o real dos fenômenos. Nasce assim um mundo mecânico, matematizado e homogeneizado. Era o mundo passível de ser conhecido e que garantiria acesso ao conhecimento (e às benesses de seus efeitos). Este passava a ser “o” mundo. A razão foi moldada, no século XVIII, pela maneira como o conhecimento foi praticado e escrito (Outram, 2019; Roque, 2021). Os fenômenos assim depurados, ou no

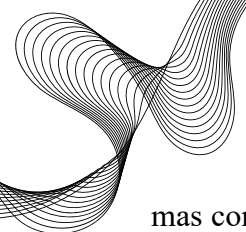


termo que nos é caro, abstraídos, se tornam o real, dada a força de sua intervenção no mundo social. A expressão dessa “força” também não era, contudo, abstrata, desligada de um conjunto de aparatos sociomateriais que a tornasse perceptível, desejável e generalizável. Para isso, era necessário que surgissem instituições para que o público acompanhasse os avanços científicos e apreciasse a utilidade das invenções tecnológicas. Instituições de ensino e formação começaram a se organizar sob os mesmos princípios. Grandes exposições universais, verdadeiras feiras de ciência e tecnologia, buscavam afirmar o progresso como ideal de um mundo que se tornava interligado pelo comércio. Encantar e envolver as pessoas comuns, quer dizer, aquelas que não tinham formação científica aprofundada, era um projeto em si mesmo. Ao mesmo tempo em que se institucionalizou, a ciência (mais especificamente, seus resultados e produtos) se aproximava da vida cotidiana.

Os processos de industrialização também participaram amplamente deste processo e marcaram a vida social do século XIX. Os processos de produção começam a ter uma organização racional, dividida em sistemas de tarefas diversificadas e especializadas, partindo daquelas de maior simplicidade na execução até aquelas de maior complexidade. O treinamento para a execução de um conjunto de movimentos ordenados e simples ensejava a anulação das diferenças individuais e a interferência dos estados subjetivos do trabalhador. A codificação permitiria a otimização e a avaliação objetiva do desempenho da tarefa. Possibilitava-se também a presença da inclusão de máquinas no processo de produção e a consequente variação da escala de



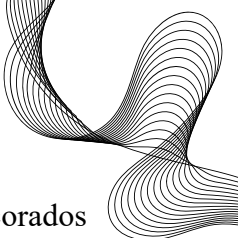
operações (já que as máquinas possuem uma escala de tamanho, força, velocidade e resistência à fadiga que não necessariamente coincidem com aquelas do corpo humano). A diversificação de funções e tarefas implicava a necessidade de planejamento, sincronização e alinhamento destas atividades. Daí a importância dos mecanismos de registro, cálculo, padronização e exibição do tempo, por exemplo. Outro aspecto importante deste processo é a emergência do corpo como objeto de interesse teórico e prático. Tratava-se de tornar os indivíduos aptos a executar estas novas tarefas emergentes (Foucault, 1977; Crary, 2013). Estes indivíduos deveriam se tornar ao mesmo tempo sensíveis às novas formas de estimulação e novos ritmos, e insensíveis a tudo aquilo que não fosse pertinente às rotinas de trabalho. Se multiplicam, neste momento, as metáforas do corpo como fábrica (Crary, 2013). Além disso, a divisão entre funções de gestão e de execução traz para a experiência cotidiana a vivência da prática mecanizada e consolidada, por meio da dimensão vivida, o terreno para explicações mecanicistas em ciências empíricas. Desenvolvimentos tecnológicos como pavimentações, meios de transporte, luz elétrica, sistemas de comunicação vão surgindo e se consolidando, o que, aliado ao processo de industrialização, gera uma intensificação da vida urbana. A sensação de uma vida em constante mudança começa, para amplos setores das sociedades europeias, a se tornar presente, uma vez que a disseminação das inovações técnicas passa a alterar significativamente as dinâmicas da vida coletiva. Contudo, o sentido dessas alterações começa a se aglutinar sob a forma única da promessa de um futuro melhor. O espaço de experiências passadas (heterogêneas,



mas compartilháveis intergeracionalmente) e o horizonte futuro de expectativas (maneáveis em termos de cálculos de impactos e projetos) se separam (Kosellec, 2006). O avanço científico e tecnológico fortalecia a confiança de que as dificuldades que restassem seriam resolvidas com o passar do tempo. Foi então que os conhecimentos empíricos (passíveis de serem medidos e controlados), passaram a ser valorizados e as promessas da técnica sustentaram a aposta de que o futuro avançaria de forma sempre transformadora, e sempre para melhor. Passado e futuro se separavam, mas ao mesmo tempo o mundo se tornava “menor”. Inovações tecnológicas, práticas mercantis e sistemas de comunicação modulavam as “grandes redes de universalização” (Mattelart, 2000). Essas grandes redes aumentaram as frentes de contato entre diferentes setores sociais, assim como de diferentes culturas. Contudo, sob o discurso de otimização e emancipação, a ruptura entre passado e futuro dá uma direção definida a estas relações, uma vez que silenciava as diferenças presentes nas diversas formas de vida sob os supostos auspícios do horizonte homogêneo do progresso.

Um grupo, um país, uma classe social tinha consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos (Kosellec, 2006, p. 317).

Ciência, progresso e um mundo global interligado

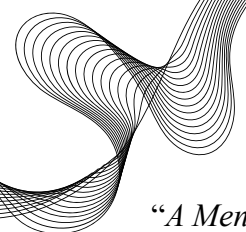


passaram a caminhar juntos no imaginário popular, ancorados nas expectativas criadas pela presença cotidiana e massiva de objetos, artefatos, instituições e discursos que pareciam possibilitar trazer o mundo de forma controlável e generalizável à palma da mão. Hoje estamos em plenas condições de avaliar, contudo, que mais do que o cumprimento das promessas de um futuro melhor para todos ou a proliferação de diferentes formas de vida, o relato de modernização e progresso ensejou a expansão colonialista e o caminho para uma forma de relação predatória com tudo aquilo que nos cerca.

Os estudos da cognição para além da abstração: caminhos para um reencantamento do concreto

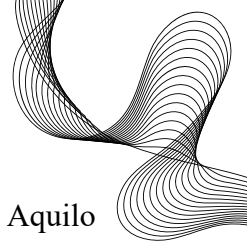
Descrevemos esse amplo conjunto de processos por considerar que ele tem desdobramentos relevantes para o debate no campo de estudos da cognição. É certo que o objeto deste campo não é o conhecimento científico, mas o grande arco que parte da cognição em suas manifestações ordinárias até suas realizações mais complexas. Contudo, como esperamos ter ficado claro, tanto aquilo que constitui a experiência ordinária quanto a imagem da mente, ciência e de suas realizações, foram moduladas nestes processos sobre os quais os estudos da cognição buscam produzir inteligibilidade. Trata-se da circularidade envolvendo práticas sociais e relacionais que configuram modos de existência e práticas de conhecimento, tal como mencionamos no início deste texto.

Não por acaso, no início da década de 1990, Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch afirmavam no livro



“*A Mente incorporada*” (2003) que as ciências da cognição, até então, tinham muito pouco a dizer sobre o que seria ser humano em situações concretas e vividas. A assim chamada revolução cognitiva, iniciada nas décadas de 1950/1960, recolocara a mente como objeto legítimo de estudo científico^[4]¹⁴ ao buscar, nas palavras de Daniel Andler (2005), dar uma imagem unificada das capacidades e produções regulares da mente que fizesse justiça, por um lado, ao conjunto dos dados reunidos por três milênios de esforços filosóficos e, por outro lado, a uma concepção naturalista e científica do mundo. Se atentarmos para as expressões que configuram (e qualificam) esta descrição do projeto das ciências da cognição formulada por Andler (“objeto *legítimo* de estudo científico”, “imagem *unificada* das capacidades e produções *regulares* da mente”, “fizesse justiça, por um lado, ao conjunto dos dados reunidos por *três milênios de esforços filosóficos* e, por outro lado, a uma concepção *naturalista e científica* do mundo”), veremos as fortes ressonâncias com os relatos de emancipação e modernização descritos anteriormente. Mais do que fazer justiça aos milenares e variados esforços científicos e filosóficos para compreender a mente, um projeto expresso nestes termos explicita o latente anseio formalista e universalista constitutivo da Constituição Moderna. Como afirmam Virgínia Kastrup, Silvia Tedesco e Eduardo Passos (2008), as várias formas de estruturalismo presentes no campo das ciências da cognição são versões sofisticadas do modelo da representação,

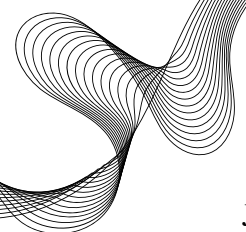
¹⁴ Leitores familiarizados com a história da psicologia e das ciências da cognição reconhecerão que se falamos aqui em “revolução” e “recolocação da mente como objeto legítimo de estudo científico”, isso se deve à dominância do paradigma behaviorista na primeira metade do século XX.



que tem suas bases em René Descartes e Immanuel Kant. Aquilo que norteava os ideais sobre o que deveria ser o conhecimento filosófico e científico passa a expressar também as operações cognitivas correntes.

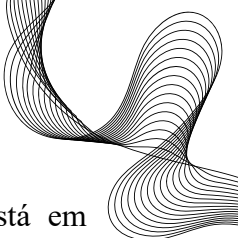
Mas isso não fica restrito aos termos de um projeto. A hipótese que emergiu como dominante e que configurou, e de certa forma ainda configura, em larga medida os contornos deste campo de pesquisa – o modelo do processamento de informação por meio da hipótese simbólica – privilegia os aspectos formais, representacionais e invariantes da cognição, de maneira que toda uma enorme gama de questões, como a experiência subjetiva em primeira pessoa, os aspectos afetivos, socioculturais ou ainda a dinâmica temporal e contínua da cognição, fica relegada ao segundo plano ou é até mesmo considerada de ordem extracognitiva.

Um dos principais pressupostos desse modelo, que guia muitas das pesquisas em Inteligência Artificial (IA), é que o mundo pode ser dividido em regiões discretas de elementos e tarefas. O bom funcionamento da cognição implicaria a construção de representações internas que respeitassem as propriedades desses elementos, eventos e suas relações. As ações dos agentes cognitivos nada mais seriam do que a expressão do que se passa em outro plano, o dos cálculos lógicos que garantiriam a estruturação e organização dos movimentos. O desenrolar da ação, as condições materiais de seu disparo e efetivação, por exemplo, não configuram questões fortes, pois o que vale é seu caráter estruturado cognitivamente (Miller; Galante; Pribam, 1960; Neisser, 2014). Ou seja, todo o acento está nas regras e representações internas que organizam a ação.



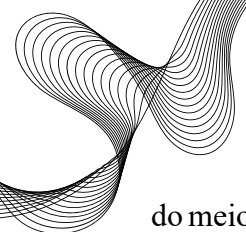
Jean-Pierre Dupuy (1996), ao tratar da história das ciências cognitivas, resalta um “fascínio” pelo modelo. Cientificamente, um modelo é uma abstração da realidade que permite a produção de uma *equivalência correspondente*. Trata-se, portanto, de um recurso na produção de um determinado conhecimento. Contudo, se Dupuy fala em um fascínio, é porque o modelo foi erigido a um patamar tal que inverte os polos, o modelo comparece como real e torna o que escapa de seus quadros um puro epifenômeno. No que diz respeito aos estudos da cognição, isso é ainda mais impactante, já que a mente comparece como o modelo da faculdade de modelizar. Aqui podemos reforçar como se constitui a circularidade na qual, por um lado, a efetividade da ciência justifica os modos abstratos de interrogação sobre a mente e, por outro lado, as concepções formais da mente legitimam os relatos abstratos sobre os modos de interrogação científica (isso, sem levarmos em consideração como esses aspectos são vividos e corroborados por formas de organização e narratividade sociais). Neste sentido, o estudo da cognição cumpre um papel importante na performance de uma cognição formal e abstrata.

O campo dos estudos da cognição, contudo, vem se alterando. De um modo geral, percebe-se a insuficiência dos modelos erigidos para pensar e entender a cognição. E, talvez, sejam os engenheiros que, no esforço de desenvolver a Inteligência Artificial, primeiro percebam a distância entre os modelos abstratos e a experiência cotidiana e concreta. No entanto, perceber a insuficiência não implicou necessariamente em mudança no projeto das ciências cognitivas. Ainda hoje,



grande parte do interesse dos cientistas cognitivos está em buscar explicar funcionamentos cognitivos do tipo resolução e planejamento de tarefas, tomando como modelo o computador. Certamente, pelo próprio desenvolvimento do campo, o computador hoje já não é mais o computador dos anos de 1950. Fazem parte do novo cenário sofisticadas máquinas dotadas de algoritmos que aprendem e cujo processamento é concebido de maneira paralela. A despeito dos avanços notáveis e fundamentais no campo da engenharia, tomá-los como inspirações para a compreensão da cognição em geral, incluindo aí a cognição viva, é limitador e possui efeitos. O vivo não é uma máquina, o humano não é um computador. No entanto, à medida que tomamos a máquina e o computador como modelos, passamos a nos modelar por eles. E, como buscamos mostrar na seção anterior, essa correspondência não é de ordem lógica e conceitual, pois só ganha sentido em um mundo em que práticas, discursos e instituições operem de forma a torná-lo altamente estabilizado e padronizado. Neste sentido engendra-se, de forma velada, um silenciamento da dimensão sensível-corporal que constitui e explicita nossa imersão vital.

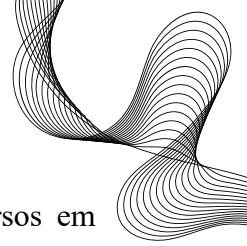
A abordagem enativa institui uma inflexão importante no campo ao defender que estudar e entender a cognição é estudar e entender a cognição viva. Esta se faz a partir de um corpo dotado de sensibilidades e que está necessariamente em constante envolvimento com o mundo. A unidade de análise da cognição deixa de ser elementos discretos e isolados e passa a ser o organismo-mundo. Onde o hífen implica relação, ou em termos conceituais: acoplamento estrutural. Deve-se partir do caminho



do meio, do histórico processual e aberto dos acoplamentos, e não de seus supostos polos fundadores – sujeito e mundo. Embora o mundo e o agente surjam juntos nesse processo, sua maneira de surgir em qualquer situação particular não é arbitrária, uma vez que se dá sob condições concretas, a partir de um *background* biológico, sensorio-motor e (no caso dos primatas superiores) intersubjetivo mais abrangente. É disso que se trata quando, na perspectiva enativa, se fala em corporificação. Como apontam Ezequiel Di Paolo, Elena Cuffari e Hanne De Jaegher (2018), não deveríamos sequer falar em corpo, no singular, pois nesses termos somos quase imediatamente levados a evocar uma imagem universal de corpo. Não raramente, essa imagem é aquela de um corpo abstrato, adulto, saudável, isolado, masculino e branco.

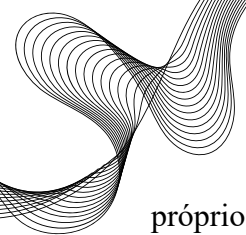
Se, ao invés disso, falamos de corpos, conotamos imediatamente relações e pluralidade, pelo menos deixando a porta aberta para pensá-los. Nenhum corpo existe sozinho, nem mesmo o corpo do astronauta abandonado lutando para sobreviver em um planeta sem vida, já que cada corpo carrega consigo múltiplos centros de alteridade historicamente constituída. Os corpos devem, portanto, ser concebidos de uma perspectiva processual e relacional que nos conduza a conceber seus compromissos com outros corpos e com o mundo, não como algo que vem depois de serem constituídos, mas como parte de sua constituição (Di Paolo; Cuffari; De Jaegher, 2018, p. 300).

Os organismos são sempre históricos. A historicidade pode ser mais facilmente perceptível se pensarmos os



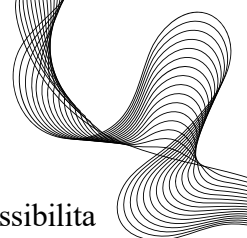
organismos como processos de desenvolvimento imersos em condições ecológicas auto-reguladas¹⁵. O desenvolvimento de corpos vivos, nesse contexto complexo e instável, deve ser tratado como um processo do qual participam múltiplos recursos (genético, ambiental, energético, material, espacial, interações dentro e entre comunidades e espécies, cuidados parentais, instituições, etc.), sem que nenhum deles tenha controle total, mas todos se relacionando através da lógica da autoindivuação autônoma. Lógica esta que implica, por sua vez, processos de autodiferenciação. Mais do que uma estrutura, forma determinada, conjunto de propriedades ou funções, a vida é um contínuo (e precário) processo de renovação. A dimensão viva da vida é, neste sentido, mais do que a presença de elementos discretos como genes, cérebro ou ambiente. Ela se faz de maneira dinâmica e complexa a partir de muitas relações concretas e materiais. A vida viva é, portanto, um processo que transborda na medida em que seus cursos de ação, em sua indeterminação, abrem oportunidades de transformação e composição que extrapolam sentidos pré-configurados identificáveis de antemão. A Enação traz, portanto, uma forte vinculação entre cognição e vida, uma vez que os processos vitais são concebidos como processos de auto-organização, ou seja, operações de redes de processos interdependentes que definem, contínua e precariamente, seus

¹⁵ Notem que a ideia de desenvolvimento aqui aponta para um processo de transformação que, na medida em que se realiza em um corpo vivo, implica em autoprodução em relação. Não envolve, portanto, a ideia de tólos ou de um aprimoramento, tal como ocorre nas leituras hegemônicas da psicologia do desenvolvimento (Jobim; Souza, 1996; Castro, 2021; Burman, 2016). Na medida em que organismo e mundo – ou sujeito e mundo – se coengendram, todo desenvolvimento é antes de tudo, envolvimento (Santos, 2023).

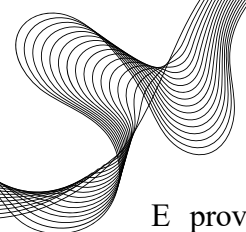


próprios limites. É claro que isso ganha matizes específicas nas diferentes escalas de complexidade vital. O que é importante dizer é que as relações que possibilitam o funcionamento da rede de organização autopoietica, ou seja, a autonomia do organismo vivo, não podem ser tomadas em um sentido abstrato, mas envolvendo condições materiais e temporais concretas. Existe, portanto, uma conexão íntima entre um corpo em devir e seu meio associado, uma relação de definição mútua e codeterminação histórica. Essas condições materiais e temporais concretas estabelecem o fundo movente a partir do qual se pode pensar uma dimensão significativa para o organismo. Nas palavras de Varela (2003, p. 72) trata-se de reencantar o concreto nos estudos da cognição: “Esse conhecimento concreto e único, sua historicidade e contexto, não constitui um ‘ruído’ que obstrui o padrão mais luminoso a ser captado em sua verdadeira essência, uma abstração, nem se trata de um passo rumo a algo mais: trata-se de como chegamos e onde ficamos”. Nota-se, portanto, que o concreto não se reduz a um estado atual e definido de coisas, mas sim às redes de relações e interdependências, ou cascatas de pertencimento nas palavras de Latour (2021), que constituem agentes e mundos correlatos.

Como desdobramento desse programa de pesquisa, acompanhamos hoje novas inflexões e composições. Em especial, nos interessa aqui a discussão que Hanne De Jaegher traz em seu texto *Loving and Knowing* (2019). Segundo ela, a despeito do pouco interesse de grande parte das ciências cognitivas (em função das questões que discutimos anteriormente), a forma mais sofisticada de conhecimento e que, portanto, mereceria ser o objeto

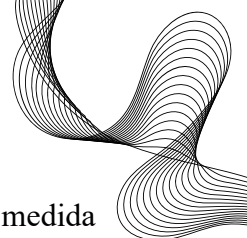


principal do esforço científico, é o conhecimento que possibilita nosso engajamento uns com os outros em nosso relacionar (interdependência). Em outras palavras, trata-se de afirmar o relacionar como fundamento de todo conhecimento. Desse modo, busca desdobrar a compreensão de que não se pode entender a cognição, senão como um processo que acontece em relação (organismo-meio ou, como aparece no texto, cérebro-corpo-mundo). Assumindo como referência a escala vital do humano, a fim de enfrentar as críticas frequentemente tecidas em relação à abordagem enativa sobre uma suposta limitação de compreender os processos cognitivos superiores, De Jaegher defende uma epistemologia engajada. Não é possível pesquisar, estudar, entender essa forma fundamental de conhecimento que é o conhecimento-em-conexão senão a partir de uma epistemologia-em-conexão. Este conhecimento-em-conexão, é a marca do conhecimento vivo, recebe aqui o nome de conhecimento engajado. Importante ressaltar que, em um esforço semelhante ao nosso no presente texto, De Jaegher busca delinear uma epistemologia engajada a partir da articulação entre as ciências cognitivas e obras de autoras como Isabelle Stengers e Donna Haraway. Estas, a partir de outros campos de conhecimento, têm defendido um modo situado de fazer ciência. Neste sentido, De Jaegher, assim como nós, percebe a potência do campo dos estudos da cognição, especialmente do modo como a abordagem enativa vem propondo a compreensão dos fenômenos cognitivos e criando uma agenda de pesquisa, que possibilita recursos teóricos e conceituais para enfrentar questões como o conhecimento situado proposto por Haraway e, no caso deste texto, o conhecimento terrestre, proposto por Latour.



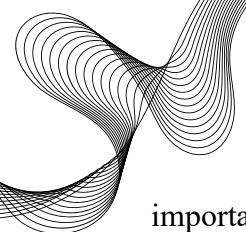
E provoca: “Talvez tenhamos medo de realmente conhecer o engajamento, pois se de fato entendermos o engajamento, teremos que nos engajar como cientistas” (De Jaegher, 2019, p. 10). Tal articulação enriquece, fortalece e permite avançar não apenas o campo de estudos da cognição, mas também a discussão epistemológica e a nossa experiência como seres vivos. Viver sob o signo da interdependência, conhecer como se vive, eis algumas reverberações importantes do devir-inseto latouriano. Essa é a nossa aposta.

São as discussões sobre a intersubjetividade e sobre a atenção que, no campo dos estudos da cognição, nos fornecem recursos para pensar esse conhecimento-em-conexão. Começemos pela intersubjetividade. Em sua versão cognitivista, a intersubjetividade é explicada a partir da teoria da mente, cujo objetivo é explicar e prever o comportamento dos outros através de seus estados mentais representacionais. Existem dois modelos principais de teoria da mente: a Teoria da Teoria (TT) e a Teoria da Simulação (ST). De acordo com a TT, o que nos permitiria entender e prever o comportamento do outro seria a existência de uma teoria (inata ou adquirida) sobre como as pessoas agem e seus estados mentais, como crenças e desejos. Com base nesta teoria, faríamos inferências sobre os estados mentais dos outros. Já a ST argumenta que não é preciso haver uma teoria sobre o outro, pois temos um modelo interno (nossa própria mente) que usamos para simular os estados mentais dos outros. Neste sentido, modelaríamos as crenças e intenções dos outros com os quais interagimos como se estivéssemos naquela situação ou como se fôssemos eles. Embora, desde a nossa



perspectiva, a ST parece avançar em relação à TT na medida em que não exige a pressuposição de uma teoria para habilitar alguém a se relacionar, bastando uma experiência de si que funcione como base para entender o outro. Contudo, ambas as abordagens envolvem pensar a intersubjetividade a partir de um polo isolado. A possibilidade de se relacionar com o outro estaria no si mesmo. Para além disso, é curioso perceber que o problema da relação com o outro é pensado como entendimento e previsão do comportamento do outro. Tendo em vista a inflexão proposta pela enação, a Teoria da Mente em suas duas abordagens mostra-se por demais fragmentada e abstrata, não alcançando justamente a relação. Neste sentido, surge a proposta do fazer sentido compartilhado (*participatory sense making*) como abordagem enativa da intersubjetividade (De Jaegher; Di Paolo, 2007; Fuchs; De Jaegher, 2009).

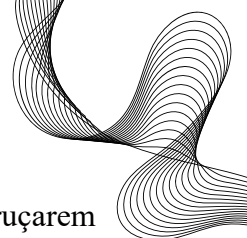
A abordagem do fazer sentido compartilhado, como versão enativista da intersubjetividade, colocará em primeiro plano a interação concreta e situada (em substituição a uma interação a partir da representação abstrata). O entendimento social não é realizado através de atividades independentes e isoladas, seja de teorização ou de simulação, mas advém da interação momento-a-momento: “A cognição social não é uma tarefa solitária de decifração ou simulação de ações dos outros, mas emerge de um processo dinâmico e habilidoso de interação com eles” (Fuchs; De Jaegher, 2009, p. 466). Implica interações, que em seus movimentos, geram e transformam os sentidos individuais. Salientamos que o sentido atribuído à interação pelos teóricos enativistas difere daquele criticado por intercessores



importantes para nós, como Bruno Latour e Gilles Deleuze. Não se trata aqui de uma relação entre formas já constituídas. Se, em alguma medida, falam de seres em interação, são seres que estão continuamente se fazendo. Em outras palavras, trata-se de sistemas dinâmicos em constante processo de autoprodução e autodiferenciação, processo este marcado pela precariedade ou inacabamento. A interação participaria então como mais um vetor nos processos de autoprodução e autodiferenciação. Em um artigo cujo título sugestivo é *Enactivism is not interactionism*, De Jaegher e Di Paolo (2013, p. 345) explicam: “A interação social é um acoplamento entre dois ou mais agentes autônomos que são co-regulados por suas interações (...) e a relação dinâmica resultante adquire uma forma autônoma”. E concluem: “As interações dependem das contribuições individuais, mas não são totalmente determinadas por elas” (De Jaegher; Di Paolo, 2013, p. 345).

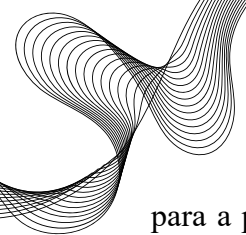
Assim, a abordagem enativa da intersubjetividade adota conceitos sistêmicos para pensar a interação social e, deste modo, permite examinar como as interações afetam o fazer sentido (*sense making*) individual. O foco recai sobre a interação que, ao assumir uma existência autônoma, explica como os fenômenos intencionais são modulados por padrões de coordenação, colapsos (*breakdown*) e retomadas entre interatores. Mais recentemente, Shaun Gallagher (Froese; Gallagher, 2012; Gallagher, 2020) propôs a Teoria da Interação (IT) que busca destacar ainda mais o papel constitutivo da interação. Somos em relação.

Aqui cabe uma observação. Embora os desdobramentos



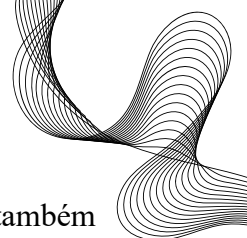
recentes da abordagem enativa da cognição, ao se debruçarem sobre os processos de relação, o façam sob a referência da intersubjetividade, acreditamos, a partir dos estudos de Latour, que eles poderiam incluir mais diretamente também os não humanos. Aqui os estudos da atenção, pensados sob perspectiva ecológica, nos auxiliam.¹⁶ Certamente humanos e não humanos diferem quanto aos modos de agência, mas em nossas pesquisas temos percebido que os não humanos participam da produção do sentido compartilhado com os humanos. A cena que nos faz pensar: crianças em uma escola, em interação, brincando com diferentes brinquedos. Um grupo de meninas brincando de casinha com uma boneca. Meninos em outras brincadeiras. De repente, uma das meninas do grupo, a que estava com a boneca na mão, avista um menino do outro lado da sala. Os olhares se cruzam. A menina atravessa a sala e, entregando a boneca para o menino, o convida para ser o pai da brincadeira. Aponta para o berço-banco, coloca o bebê-boneca e pede para que o menino vigie o sono da bebê-boneca. O menino acompanha com o olhar os movimentos da menina e muda sua postura. A menina se afasta e ele pega a bebê-boneca, ajustando seu corpo, fazendo de seu corpo um corpo-que-cuida. Com a bebê-boneca em suas mãos, ele procura com o olhar a pesquisadora, se aproxima e entrega

¹⁶ A Ecologia da Atenção (Citton, 2014) propõe uma reorientação nos estudos da atenção, de forma a privilegiar sua dimensão processual, relacional e valorativa. Nesta medida, a Ecologia da Atenção se afirma como uma alternativa ao paradigma da economia da atenção, que é marcado pelo individualismo metodológico. “Longe de dizer respeito a uma expertise puramente técnica (como quer fazer crer o discurso economicista reinante), a atividade que consiste em fazer atenção, diz de uma verdadeira sabedoria ambiental – uma ecosofia – no seio da qual a orientação dos fins é indissociável do cálculo das eficácias” (Citton, 2018, p. 37). Trataremos da proposta de Citton com mais detalhes adiante.



para a pesquisadora a bebê-boneca, dizendo que é sua filha. A pesquisadora acolhe a bebê-boneca em seu colo e pergunta o nome da filha. O menino para. Olha para a pesquisadora. Olha para a boneca. Olha para a menina-mãe que está do outro lado da sala. Ele vai atrás da menina-mãe e pergunta: Qual é o nome da minha filha? O menino-pai volta animado com a resposta: Maria. E a cena continua e mais pessoas vão entrando, brincando-com-boneca. A boneca não é qualquer objeto, ela é um objeto que articula a interação e a produção do sentido compartilhado por meio de uma dinâmica atencional singular. De todo modo, a abordagem enativa, conforme mencionado, através da sistematização e operacionalização da abordagem dinâmica presente no conceito de produção de sentido compartilhado, nos permite avançar no entendimento da interação-relação.

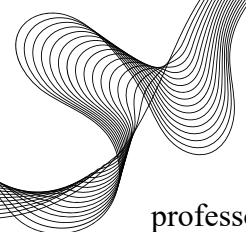
Avançando um pouco mais, Gallagher (2010) ressalta um tipo de atenção específica que permite acompanhar e sustentar a interação em sua fina dinâmica de permanência e variação. Trata-se da atenção conjunta (*joint attention*). O conceito de atenção conjunta é proposto por Jerome Bruner, nos anos de 1970, no contexto da psicologia do desenvolvimento para falar de um modo de atenção que surgiria na criança por volta dos 9 meses e que permite a passagem da intersubjetividade primária (primeira díade, comumente abordada como mãe-bebê) para a intersubjetividade secundária (relação mãe-bebê-mundo) (Scaife; Bruner, 1975; Threvarthen; Aitken, 2001). A atenção conjunta seria então um modo de atenção que possibilitaria a entrada da criança no mundo compartilhado. Este conceito tem ganhado destaque recentemente e começado a interessar não



apenas psicólogos que trabalham com crianças, mas também filósofos e cientistas cognitivos na medida em que aponta para um regime atencional base para as interações e construção de mundos compartilhados (Gallagher, 2010).

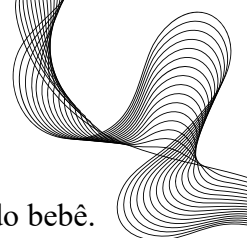
Em direção semelhante caminha a reflexão de Yves Citton sobre a atenção conjunta no contexto das ecologias atencionais (Citton, 2014). Por meio dela, propõe subsídios para enfrentar o problema da economia da atenção. Diferente da economia que, ancorada em uma perspectiva individualista, entende a atenção como um recurso individual e escasso, e concentra seus esforços na busca por soluções (muitas vezes também individuais) para os problemas de gerenciamento, sustentação ou captação da atenção, a ecologia faz ver a impossibilidade de conceber os indivíduos de modo desvinculado das relações. Assim, seguindo a referência da ecologia da atenção, a atenção passa a ser concebida como fenômeno coletivo. Por meio de processos e práticas atencionais como a atenção conjunta, dentre outros, certos regimes atencionais ou modos de estar atento vão se individuando. No entanto, as atenções individuadas jamais se separam totalmente do plano coletivo e conjunto. Por meio delas e de suas reverberações sobre a atenção conjunta, têm a potência de afetar, deslocar e transformar a atenção coletiva. Destaca-se, neste sentido, uma dimensão micropolítica das dinâmicas e ecologias atencionais. Avancemos na caracterização dos processos de atenção conjunta que, seguindo o argumento proposto por Citton, permitem a passagem do coletivo ao individuante e vice-versa.

A atenção conjunta envolve situações de co-presença que acontecem principalmente na escala 1:1 (relação mãe e bebê ou



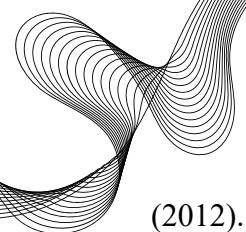
professor e aluno, por exemplo), mas não apenas (professor e turma, shows de música ou de teatro, por exemplo), onde uma dinâmica atencional emerge entre as partes envolvidas. Suas características são a reciprocidade – estou atento ao que o outro está atento na medida em que o outro está atento ao que eu estou atento – que por sua vez, implica um esforço de sintonização afetiva e a improvisação. A improvisação remete à importância da atitude de presença e da espontaneidade do encontro. Notem a aproximação destas ideias com a da interação autônoma do enativismo. As partes em interação, ao estabelecerem uma dinâmica de atenção conjunta, entram (não sem esforço) em um tipo de relação sensível às variações emocionais do outro, expressas muitas vezes em microgestos sutis, que ao surgirem modulam a si próprios. Voltando para os estudos da psicologia do desenvolvimento, entendemos que a atenção conjunta não apenas está na base da sustentação das interações e relações, mas que é por meio dela que acessamos e criamos o mundo compartilhado. Explorando uma versão mais interessante¹⁷ desse processo, podemos dizer que, através de um esforço e disponibilidade de sintonização da mãe ao bebê, o bebê se sente convocado para a relação. Em um primeiro momento, bebê e mãe estabelecem uma díade, cuja relação atenciosa ganha um

¹⁷ O termo “versão mais interessante” trazido aqui faz referência às proposições metodológicas apresentadas por Vinciane Despret (2004). As versões mais interessantes são aquelas que favorecem as articulações e a multiplicação de entendimentos. Neste sentido, ela se contrapõe à versão de ciência do projeto moderno que postula que para coaletem para a casa da avó, acompanha a criança. Gravação e Edição: Tiago Espinho; Texto, narração e sanfona: Genifer Gerhardt; Música original: Renatinho Muller. Acesso em 10 de julho de 2025. [nhecer algo é preciso isolar, dividir, simplificar os fenômenos \(ver discussão sobre a Constituição Moderna apresentada neste texto\).](#)



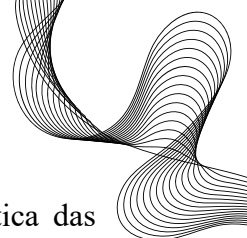
ritmo próprio. Nem só o ritmo da mãe, nem só o ritmo do bebê. Um ritmo do encontro e que vai singularizar a relação. Trata-se da intersubjetividade primária. À medida que a relação atenciosa vai se desdobrando, vai também se desdobrando a atenção que passa a explorar outras fronteiras para além da mãe, mas que, de alguma maneira, a prolonga. Novos ritmos passam a ser experimentados. O bebê não está mais atento apenas à mãe, mas também ao que a mãe está atenta. Isso só é possível porque esta mãe, de maneira sensível e recíproca, está atenta ao bebê e ao que o bebê, por sua vez está atento. Dois mundos se interpenetram, se conectam e se ampliam. Trata-se aqui da intersubjetividade secundária. O mundo da mãe está agora povoado por outros seres e elementos que antes eram imperceptíveis. Com o bebê ela nota, por exemplo, a formiga que caminha em fila carregando um pedaço de folha nas costas. Se surpreende, ri e se alegra com o bebê que, em suas explorações convida a mãe para um mundo ampliado que comporta outras dimensões e temporalidades¹⁸. O mundo do bebê também se alarga e enriquece com as atenções aos objetos novos e surpreendentes que a mãe apresenta, como a bola que ela joga e convida à imitação ou ainda aquilo que representa, ao modo de estar no mundo da mãe, perigo e que constituem limites que, ao menos inicialmente, passam também a pertencer ao mundo do bebê. Neste sentido, Citton ressalta a qualidade de cuidado que envolve a atenção. Encontramos aqui fortes ressonâncias com o trabalho de Maria Puig de la Bellacasa

¹⁸ Como ilustração do fenômeno proposto, recomendamos o vídeo “Caminhando com Tim Tim” (<https://www.youtube.com/watch?v=1dYukOrq5RI&t=3s>) sobre uma mãe que, ao levar o filho V.



(2012). A partir dos estudos feministas e, em especial, do trabalho de Donna Haraway, Bellacasa desdobra as discussões sobre o caráter situado e relacional do conhecimento, fazendo ver a presença de uma dimensão cuidadosa no conhecer.

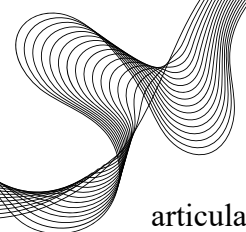
Na medida em que o conhecimento implica uma relação situada com o mundo, Bellacasa argumenta que o conhecimento é coletivo e que o coletivo torna possível a existência dos mundos com os quais pensamos. Seguindo esta compreensão, não é possível conceber o conhecimento senão em conexão, povoado, coletivo. O conhecimento isolado não é, portanto, um conhecimento puro ou verdadeiro, como a Constituição Moderna propõe, mas é um modo de relação, efeito de uma certa composição coletiva, que sob certas condições e interesses aciona métodos e dispositivos de subtração e abstração. Assim, pensar e conhecer envolvem cuidado, na medida em que toda atividade de pensar e conhecer implica uma tessitura de relações que emergem da ação de conhecer e compõem os mundos com os quais continuaremos pensando e existindo. Pensar ou conhecer com cuidado não é, portanto, uma questão moral, mas antes uma exigência de nossa ontologia. Assim Bellacasa desdobra pela via do cuidado aquilo que, de algum modo, a abordagem enativa também formulou e que Citton explicita em sua ecologia da atenção: não existimos sós, somos seres interdependentes! Para Bellacasa, o reconhecimento de nossa ontologia relacional exige e implica, em alguma medida, práticas cuidadosas. Destaca que “embora nem todas as relações possam ser definidas como cuidadosas, nenhuma poderia subsistir sem cuidado” (p.198). Disto deriva a ideia de que o cuidado não é aqui algo idealizado,



amoroso ou mesmo pacífico. Cuidado é antes uma ética das relações. De modo que existem e coexistem muitos modos de cuidar. Nas palavras de Bellacasa (2012):

Cuidar é mais do que um estado afetivo-ético: ele envolve o engajamento material em trabalhos para sustentar mundos interdependentes, trabalhos que são frequentemente associados com a exploração e a dominação. Nesse sentido, os significados de cuidar não são simples. Interdependência não é um contrato, mas uma condição; até mesmo uma pré-condição. Por tudo isso, devemos ter cuidado para não nos tornarmos nostálgicos de um mundo idealizado do cuidar: cuidar ou ser cuidada não é necessariamente recompensador e confortante. Uma visão do cuidado inspirada no feminismo não pode ser baseada no desejo de um mundo liso e harmonioso, mas em ações práticas cotidianas que promovam o engajamento com os problemas inerentes às existências interdependentes (p. 198-199).

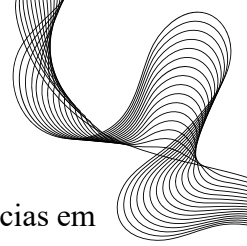
Cuidado não é necessariamente recompensador ou reconfortante. Não se trata, portanto, de uma defesa de um cuidado ideal inocente. Nos termos de Bellacasa, liso e harmonioso. O cuidar, necessário às relações que constituem nossos conhecimentos, vidas e existências, são práticas cotidianas que não estão dadas, mas devem ser experimentadas – praticadas nas relações – interações promovendo, se bem-sucedidas, o engajamento concreto e situado com aquilo que atravessa nossas existências interdependentes. Cuidado envolve, deste modo, atenção. O conhecer cuidadoso é um conhecer em relação com a materialidade daquilo que constitui nossos mundos. Como nos



articular com essa materialidade no conhecer e viver? É aí que a ética do cuidado será posta em ação, performando diferentes modos de cuidar. Conhecer não é, neste sentido, atividade abstrata de um sujeito isolado, mas uma prática engajada, situada ou, nos termos de Latour, aterrada, realizada por agentes-em-conexão que se importam. Diferente da concepção abstrata de conhecimento, supervalorizada pela Constituição Moderna que marcou nossa concepção científica e, conseqüentemente, nosso entendimento sobre nós e o mundo, encontramos com a abordagem enativa, com a ecologia da atenção e com Bellacasa caminhos que, ao reencantarem o concreto, convocando sua presença não como algo acessório, mas como constitutivo, abrem concepções mais interessantes de cognição e, conseqüentemente, de nós mesmos. Encontramos assim caminhos que nos implicam em nossa relação com o mundo, com os outros e conosco, e que nos ajudam a nos ressituar.

Considerações finais

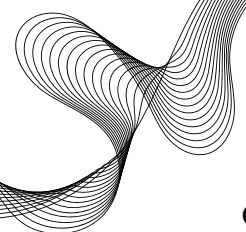
Concebido como um texto-dispositivo, este ensaio escrito a quatro mãos e muitas inquietações assume a provocação de Bruno Latour no texto “*Onde estou? Lições do confinamento para uso dos terrestres*” (2021), que delinea uma compreensão do nosso tempo nada otimista e que aponta para um momento limite. Diante do limite, sucumbir ou inventar novas formas de operar? Inspirados pela leitura latouriana da saga de Gregor Samsa que entende a metamorfose vivida não como uma condenação a uma forma monstruosa, mas um caminho para uma re-existência situada – nos termos latourianos, um caminho



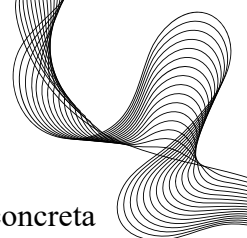
de volta à casa – nos voltamos também às nossas referências em busca de ferramentas.

Por meio do recurso aos estudos da cognição, sobretudo a partir da abordagem enativa, reconhecemos a circularidade que constitui a relação entre os modos de conhecer e os modos de existir. Aquilo que postulamos no campo científico retroage sobre o modo como vivemos e pensamos a nós mesmos e nossas relações. E o modo como pensamos a nós mesmos e vivemos nossas relações condiciona nossas perguntas e postulados científicos.

A Constituição Moderna, em nome da verdade e do progresso, fez multiplicar a lógica da abstração sob o tecido da vida social, o que acabou por apagar, silenciar, encobrir as práticas, materialidades, articulações, e conseqüentemente variações, inerentes a toda prática cognitiva e existencial. Seguindo as grandes linhas deste processo, entendemos como nossa forma de compreensão de nós mesmos (enquanto agentes racionais individualizados e separados de nosso ambiente) foi, de maneira circular, sendo por um lado gestada em sintonia com processos mais amplos de produção do conhecimento, de relação com o mundo natural não humano e de organização da vida social e, por outro lado, operando no sentido de fundamentação e legitimação destes mesmos processos. Neste quadro, configurou-se um círculo vicioso que exacerbou a noção de excepcionalismo humano e aprisionou nossa imaginação coletiva em torno das noções de progresso e dominação. O que tem cobrado o seu preço, seja nas questões ecológico-climáticas, econômicas-sociais ou psicológico-subjetivas, e vem nos trazendo em direção à catástrofe.



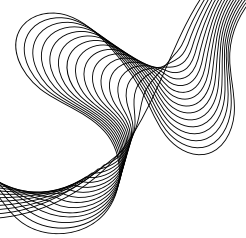
O formalismo presente nas perspectivas ortodoxas das ciências cognitivas opera nos mesmos quadros da lógica da abstração e, portanto, participa deste círculo vicioso, afastando este campo do diálogo com temas, disciplinas e fenômenos que são, a nosso ver, de profundo interesse para a compreensão da cognição e para o rompimento desse círculo. Reencantar o concreto, trazer a dimensão temporal e situada para dentro dos estudos da cognição, é abrir espaço para seu caráter relacional, processual e plural, ensejando a colocação de novos problemas e abrindo novas frentes de investigação e intervenção. São criadas, desta forma, novas linhas de composição nas redes sociotécnicas. Em um momento limite como o que vivemos, é fundamental que os estudos da cognição possam ser mais um vetor de relevância no processo de construção de modos mais sustentáveis, plurais e inclusivos de pensamento e existência. Neste caminho, conceitos como os de intersubjetividade, ecologias da atenção, atenção conjunta, produção de sentido compartilhado (*participatory sense making*) e cuidado foram acionados por meio de articulações tecidas com pensadoras e pensadores como Hanne De Jaegher, Ezequiel Di Paolo, Shaun Gallagher, Yves Cillon e Maria Puig de la Bellacasa. Em comum, há um caminho na direção de um atento e cuidadoso reencantamento do concreto que opera com e a partir das relações que nos constituem. A ideia não é abdicar totalmente dos movimentos de abstração, mas compreender que o abstrato não se descola do plano das práticas e materialidades que o produzem. Ou seja, não são as qualidades das entidades abstratas (corpo, mente, sociedade) que configuram os limites das possibilidades das atividades e realizações concretas. Mas



sim, são as múltiplas formas de atividade e realização concreta (em suas múltiplas conexões) que tornam possível (e/ou interessantes, desejáveis) as abstrações construídas.

Pensar a cognição a partir do reencantamento do concreto é afirmar que conhecer é uma habilidade que adquirimos nos múltiplos acoplamentos em que estamos inseridos e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente individual como operação racional. Trata-se de reconhecer que aquilo que somos está fundamentalmente ligado à tudo aquilo de que dependemos para viver. Por isso a importância de um modelo de conhecimento que saia dos quadros modernos, para a filiação a um outro, cuja dimensão fundamental é o cuidado. Nossa aposta foi que fazer reverberar o movimento de retorno à terra, tal como proposto por Latour, com o movimento de reencantamento do concreto, tal como presente nos estudos contemporâneos da cognição, pode vir a produzir pequenas fissuras neste círculo vicioso, de forma que se enseje a possibilidade da construção de um círculo virtuoso e de um novo imaginário coletivo, mais conectado aos desafios e possibilidades da progressiva composição de um mundo comum. Retomamos, para finalizar, as precisas – e, portanto, incontornáveis – palavras de Latour:

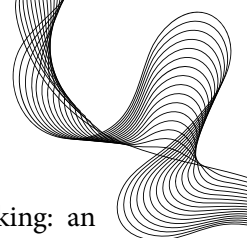
O indivíduo reduzido a quase nada se sente fatalmente sem forças diante da imensidão daquilo que o domina; já a pessoa, o ator-rede, o actante-povo, o holobionte – não importa como se queira chamá-lo – sente seu entusiasmo crescer à medida que os itens que compõem sua lista, seu curso de ação, seu *curriculum vitae*, se dispersam e se multiplicam. Existem “laços que



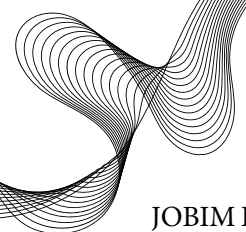
liberam”: quanto mais o indivíduo é dependente, menos é livre; no entanto, quanto mais a pessoa se reconhece dependente, maior é sua margem de ação. Quando o indivíduo tenta se desvencilhar das coisas, ele tropeça constantemente em seus limites, geme e se lamenta, é invadido por paixões tristes, lhe resta pouco mais que a indignação e o ressentimento. Já quando a pessoa se estende, repovoa, ganha distância, notamos que ela literalmente *se dispersa*, distribui-se, mistura-se e recupera, aos poucos, as potências de agir que sequer podia imaginar ter (Latour, 2021, p. 101).

Referências

- ANDLER, D.; FAGOT-LARGEAULT, A.; SAINT-SERNIN, B. Filosofia da ciência I. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.
- BELLACASA, M. P. Nothing comes without its world: thinking with care. *The Sociological Review*, v. 60, n. 2, 2012.
- BURMAN, E. Deconstructing developmental psychology. 2. ed. London: Routledge, 2016.
- CASTRO, L. R. (org.). Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.
- CHÂTELET, F. Uma história da razão: entrevistas com Émile Noel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CITTON, Y. Da economia à ecologia da atenção. *Ayvu: Revista de Psicologia*, v. 5, n. 1, p. 13-41, 2018.
- CITTON, Y. Pour une écologie de l'attention. Paris: Seuil, 2014.
- CRARY, J. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- CRARY, J. Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DE JAEGER, H. Loving and knowing: reflections for an engaged epistemology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 2019.



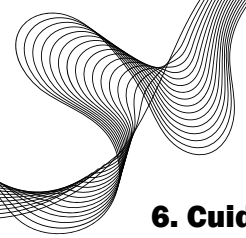
- DE JAEGHER, H.; DI PAOLO, E. Participatory sense-making: an enactive approach to social cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 6, p. 485–507, 2007.
- DE JAEGHER, H.; DI PAOLO, E. Enactivism is not interactionism. *Frontiers in Human Neuroscience*, v. 6, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnhum.2012.00345>.
- DESPRET, V. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. *Body & Society*, v. 10, n. 2–3, p. 111–134, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1357034X04042938>.
- DI PAOLO, E.; CUFFARI, E.; DE JAEGHER, H. *Linguistic bodies: the continuity between life and language*. Cambridge: The MIT Press, 2018.
- DIPAULO, E.; BUHRMANN, T.; BARANDIARAN, X. E. *Sensorimotor life: an enactive proposal*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- DUPUY, J.-P. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FROESE, T.; GALLAGHER, S. Getting interaction theory (IT) together: integrating developmental, phenomenological, enactive, and dynamical approaches to social interaction. *Interaction Studies*, v. 13, n. 3, p. 436–468, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/is.13.3.06fro>.
- FUCHS, T.; DE JAEGHER, H. Enactive intersubjectivity: participatory sense-making and mutual incorporation. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 8, p. 465–486, 2009.
- GALLAGHER, S. *Action and interaction*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- GALLAGHER, S. Joint attention, joint action, and participatory sense making. *Alter* [online], v. 18, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/alter.1637>.
- GERHARDT, G.; ESPINHO, T.; MULLER, R. *Caminhando com Tim Tim*. YouTube, 2023. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1dYukOrq5RI>.



- JOBIM E SOUZA, S. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KOHAN, W. O. (org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996. p. 39-55.
- KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.
- LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LATOUR, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. *Onde estou? Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- LATOUR, B. *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- MATTELART, A. *A globalização da comunicação*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2000.
- MILLER, G.; GALANTER, E.; PRIBRAM, K. *Plans and the structure of behavior*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.
- NEISSER, U. *Cognitive psychology*. New York: Taylor and Francis, 2014.
- OUTRAM, D. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- ROQUE, T. *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder, com pistas para um novo presente*. São Paulo: Planeta, 2021.
- SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer. Imagens de Santídio Pereira*. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.
- SCAIFE, M.; BRUNER, J. The capacity for joint visual attention in the infant. *Nature*, v. 253, p. 265–266, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/253265a0>.



- STENGERS, I. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 34, 2002.
- STENGERS, I. Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências. São Paulo: Bazar do Tempo, 2023.
- STIEGLER, B. De la misère symbolique, v. 1: L'époque hyperindustrielle. Paris: Galilée, 2004.
- TAYLOR, C. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- TREVARTHEN, C.; AITKEN, K. J. Infant intersubjectivity: research, theory, and clinical applications. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, v. 42, n. 1, p. 3–48, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021963001006552>.
- VARELA, F. O reencantamento do concreto. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 72–86, 2003.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. A mente incorporada: ciência cognitiva e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 2003.



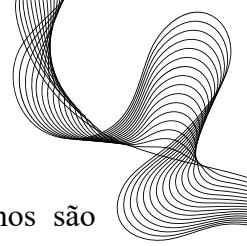
6. Cuidado e ecologia para a psicologia: interdependência como fator clínico

Thais Gomes de Oliveira

Coexistência humanos brasileiros e covid: uma introdução

Cuidado se fez termo multiacionado nos últimos anos, principalmente em decorrência do ciclo pandêmico, que instiga (ou instigou?¹⁹) pensamentos e práticas de múltiplos atores e atrizes na atualização de noções cuidadosas e de práticas de vida e sobrevivência. Nessa articulação radicalmente necessária entre cuidado e vida coletiva, encontra-se a perspectiva feminista em diálogo com estudos ecológicos. Nesse encontro se produz a assunção de que uma forma de viver coabitadamente no planeta expunha nós humanos a riscos de saúde com os quais não havíamos forjado modos de coexistir. A vida entre humanos e não-humanos, entre tantas possibilidades, inventou a Covid. E enquanto vivemos com a Covid – o que perdura e se atualiza até o momento *agora* –, passamos a questionar a nós mesmos, de outros modos, sobre o que podem ser práxis (teorias e práticas) de cuidado, considerando em termos feministas que essa convivência acirra e agudiza diferenças sociais-políticas. Coexistir com a Covid produz uma premissa difícil: a vida

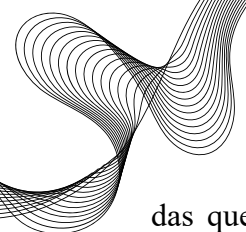
¹⁹ A pandemia causada pelo novo coronavírus foi deflagrada no mês de março de 2020. Estamos nos últimos dias de 2022, com ciclo vacinal na quarta dose e recebendo notícias de casos de variantes. Provavelmente caminhando para uma nova “onda” de infecções.



é composta entre todos os seres, inclusive os que nos são radicalmente nocivos e, nesse ponto, a invenção da vida possível exige considerar a coabitação do mundo entre os vírus e os humanos. O que, dessa vez, não havíamos feito.

Nesse imbricamento se debruça o presente texto que produz análises a partir do campo da psicologia social articulada a diferentes pontos de estudos em ecologia e teorias feministas. Trata-se de um texto feito a partir de uma pesquisa de mestrado que investigou, no período histórico da pandemia no Brasil – considerando os anos de 2020 a 2022 – modos distintos de cuidado e de narratividade sobre o cuidado, por meio da contação de histórias. Ainda em termos de apresentação, é um texto ensaístico e, de algum modo, provocativo, visto que intenta não habitar ingenuamente questões opostas ou duais – os motivos para isso serão explicitados na próxima seção.

Durante os anos de maior coabitação com o vírus, enquanto não era inventada a vacina suficientemente eficaz para que voltássemos às ruas liberados dos protocolos de distanciamento social, as questões sobre como viver colocavam em arena diferentes e opostas decisões. Abrir ou fechar escolas e creches foi uma das importantes: de um lado ou de ambos, a necessidade desses espaços institucionais para possibilitar a vida econômica das famílias brasileiras; de um outro ou de ambos, a necessidade de proteção de trabalhadores escolares e de crianças. O contexto amplo do “fique em casa!” atualizou campo para diversas perguntas sobre a subjugação e a hierarquização: “Quem pode ficar em casa? E quem não sustenta sua própria casa na ausência de tantos trabalhadores do cuidado?” Foram algumas

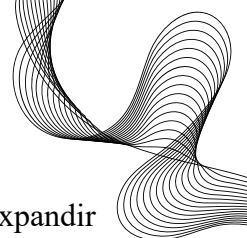


das questões problematizadas. Existiram múltiplas discussões sobre serviços considerados do campo do cuidado evidenciados enquanto necessários para a produção da vida humana, ainda que tantas vezes desvalorizado (valiosíssimo e de pouco valor). Assim, se chamou muitas vezes as atenções para o campo da economia dos cuidados: aquele que alcançou toda a rede de trabalhadoras – aqui, escrevemos com artigo a considerando que são mulheres, majoritariamente negras, as mais atuantes nessa escala²⁰. Toda a rede, de trabalhadoras caixas de supermercado, atendentes de farmácia, trabalhadoras educadoras, de saúde, de assistência social: desvalorizadas, subpagas, radicalmente necessárias e expostas à, inclusive, contaminação. Considerando a insuficiência da reavaliação financeira e pagamento justo por tais trabalhos, e essa discussão é abordada mais extensamente na dissertação apresentada pela autora em 2022²¹, propomos um de giro de leitura de economia dos cuidados para ecologia dos cuidados.

O texto se debruça sobre possibilidades a partir da reconsideração do cuidado como prática coparticipativa em vez de algo que se dá e se recebe, e sim se cocria, incluindo em

²⁰ As notícias se fizeram documento histórico neste período. Mais em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/>, acessado em 21 fev. 2023. Mais em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/a-economia-do-cuidado-por-que-ela-impacta-diretamente-nossas-vidas/>, acessado em 21 fev. 2023. Outro conjunto de discussões sobre economia e cuidado consta em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-11/pandemia-faz-condicoes-trabalhistas-das-mulheres-recuarem-um-a-decada-na-america-latina.html>, acessado em 21 fev. 2023.

²¹ Dissertação de Mestrado intitulada “Maternidades em Redes: contar histórias com cuidados no cenário pandêmico brasileiro”.

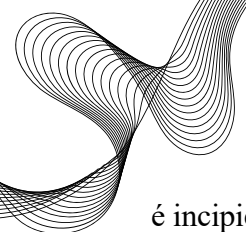


práticas psicológicas. Se com a covid-19 tivemos de expandir nossas habilidades de coexistência, que histórias sobre cuidado podemos contar para o reflorestamento imaginário acerca do cuidado entre humanos? A promoção da autonomia e do engajamento de múltiplos atores pode ser ferramenta psi no campo do cuidado aliada a teorias feministas? A partir dessas perguntas, caminhará este texto, que aposta em possível descolonização do cuidado e que se subdivide em dois principais momentos: i) uma conceitualização sobre cuidado e relacionalidade, tendo como base proposições da autora María de Puig Bellacasa, articuladas à obra de bell hooks, Donna Haraway e Judith Butler e ii) uma proposição para oficinas de atuação psi que consideram essa noção de cuidado e de interdependência, como conceituado por Judith Butler, para o estabelecimento de práticas relacionais cuidadosas: essa última surge como uma proposta de oficina-intervenção, aliada à metodologia no campo da psicologia social.

Cuidado SE em rede: condições para uma ética cuidadosa

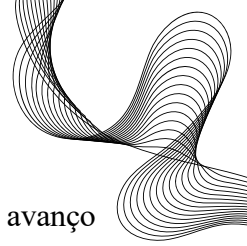
Cuidado é um termo que participa das políticas públicas há pouco tempo – mesmo sendo um fenômeno intrínseco à vida e aos fazeres de saúde, assistência e educação. Ele é pensado em sua prática, mas não é exatamente analisado enquanto marco conceitual.

Essa tentativa é feita em trabalhos que citamos e muitos outros, mas algo como Política do Cuidado, no contexto brasileiro,



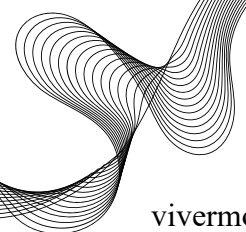
é incipiente. O cuidado na sua complexidade tem sido debatido²², e considera atividades domésticas remuneradas ou não, cuidado de crianças e de idosos. Também há a chave de leitura de que existem profissionais do cuidado – esses, muitas vezes da saúde, incluindo psicólogas –, que são habilitados para oferecer cuidado em suas práticas. Percebemos que a noção de cuidado em crucial construção fala sobre um cuidar que se passa, aponta quem é o agente do cuidado em cada situação: um é o cuidador, a priori, e seria, portanto, habilitado para tal; outro, cuidado, precisa ainda cuidar “dos que são considerados seus” (como sua família), mas é estritamente alguém que é alvo, também no sentido de beneficiário, das políticas de cuidado. Nesse paradigma e também em parte de um senso comum, existe um cuidado que é hierarquizado, de modo que alguém está apto a cuidar, alguém, inapto a cuidar, portanto apto a ser cuidado. Aqui é acionada uma ideia de dependência *versus* independência, em que o cuidado se dá por práticas pré-estabelecidas e significa algo em si mesmo – de modo que opera um dualismo opositivo que é um dos motes do pensamento hierárquico. Não nos debruçaremos sobre essa construção, apenas retomamos que parte do trabalho psi que envolve o campo dos cuidados também se forjou em lógicas dualistas, das quais buscamos escapar sugerindo que o cuidado é acionado não pela dependência, falta de saúde, doença... mas pela condição radical de vulnerabilidade intrínseca à vida. Vivemos em momento de muita densidade e acirramento de

²² Para um debate mais alongado acerca dessa demarcação, sugerimos a leitura do recente Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados no Brasil: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em abril de 2025.



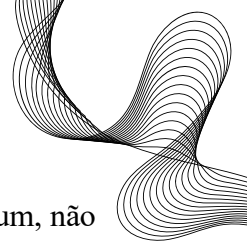
produções de vida e cuidado, considerando logicamente o avanço da extrema direita em termos da política internacional, o que afeta diretamente a discursividade sobre as relações, os laços, a proteção e a artesanaria da vida de modo geral. Butler (2020) afirma de modo contundente que os laços sociais são necessários e que demandam ser pensados em relação às formas iguais e desiguais de articulação política. Ela segue o argumento narrando que há um ataque massivo à relacionalidade e aos laços, que frentes de extremismo e anti direitos humanos atacam laços, relações. Fatos dos quais interdependemos para a possibilidade de cuidar. Somos feitos e desfeitos por um emaranhado instável de relações entre coisas, ambientes e pessoas, conhecidas ou não, confiáveis ou não. E essa característica, a de que cuidamos e somos cuidados por uma miríade de participantes não elegidos por nós mesmos, e que a vida exige que contemos com saberes diversos, contraditórios e até ameaçadores, faz do cuidado algo marcado por excedente complexidade, quase impossibilidade. Ainda assim, feitos e desfeitos. É missão de determinados campos, como a psicologia, a construção de lógicas, semânticas e gramáticas de corresponsabilidade e engajamento.

Trazidas questões de aspecto geral em tempos recentes e agravadas pela pandemia causada pelo coronavírus, construímos analítica em base em uma problemática: uma noção de cuidado que se dá e se recebe, que uns precisam e outros não, é necessariamente hierarquizada e esbarra em ideias neoliberais de independência. Buscamos modos de problematizar constantemente essas ideias, que são também projetos ético-políticos, visto que justamente a pandemia nos evidenciou a dificuldade e a necessidade de



vivermos juntos, radicalmente. Cuidado é uma noção em disputa, portanto. E caminhando em uma direção que busca questionar reducionismos, propomos noção cuidadosa que habita não exclusivamente os modos de fazer, mas também os modos de produzir conhecimento com cuidado – produção teórica e discursiva que apoia um *pensar com cuidado*, valorizando questões cotidianas na consideração de fenômenos humanos problematizados teoricamente. Acompanhando o pensamento de María de Puig Bellacasa, encontraremos o termo cuidado também como modo de conhecer, de pensar. Entendendo que é uma prática radicalmente necessária e de algum modo intrínseca à vida, mas que é, em termos de ciências humanas e sociais, algumas vezes deixada de lado, como se fosse uma prática natural, sobre a qual não precisaríamos construir significados novos, estratégicos, pensados (Bellacasa, 2017).

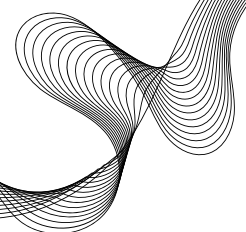
Para a autora, o cuidado é uma prática inevitável, uma obrigação não-normativa, visto que é concomitante à vida e que, mesmo assim, obriga as pessoas à ocupação mais ou menos mútua, já que é necessário que a vida seja nutrida para ser vivida (Bellacasa, 2012). Com ela pensaremos o cuidado como relacional e não como dado ontológico, ou seja, nenhuma prática pode ser considerada cuidadosa *a priori*, não estaria estabelecida em termos manuais e de reprodução a todos os seres. Assim, o cuidado produzido relacionalmente precisa ser atualizado a cada vez que se faz, criando relações de mútuo engajamento que perguntam a cada vez o que se pensa e o que se faz para promover a sustentação das vidas. Aqui podemos estabelecer uma analogia com o fazer clínico ampliado, que se faz, em termos gerais, a partir da escuta,



da alteridade e da singularidade: o que é cuidadoso para um, não necessariamente é para outro. Assim, cada pessoa engajada nesse fazer atualiza suas possibilidades de atuação a partir do encontro e é a partir dessa articulação que sugerimos que essa noção de cuidado pode informar a psicologia.

Na mesma direção de evitarmos a insistência em dualidades, é importante considerar que esta é uma noção possível para o cuidado, sabemos que muitas outras são necessárias para grandes escalas de vida coletiva. Tomando essa noção como uma das que pode embasar pensamentos e práticas no campo dos cuidados e que podem se aliar a práticas psicológicas, seguiremos investigando o que pode ser importante na consideração da interdependência para a proposição de práticas de trabalho e de relação. Interdependência é noção basal de que vivemos conectados em um sistema que é conectado (Bellacasa, 2012) e é conceito utilizado na Ecologia, bem como nos estudos feministas que têm considerado a instabilidade de divisões dicotômicas que separam as coisas de modo arbitrário, como seriam as fronteiras, por exemplo. Sobre essa conexão, Daniela Dell’Aglia (2021) situa que:

[...] o conceito de interdependência nos ajuda a compreender que nós – seres humanos – de diferentes idades – vivemos em uma rede de conexões com outras pessoas e também com “coisas”. Nesse sentido, os adultos cuidadores nunca são “independentes” ou nomeadamente autônomos, já que o trabalho do cuidado nunca se faz sozinho. É

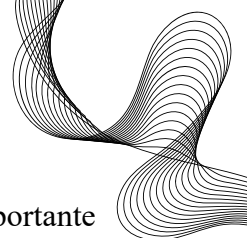


necessária uma rede (p. 22).

A autora desenvolveu pesquisa que pensa o cuidado em termos ampliados e ecológicos, e segue o argumento de que para a formação dessa rede são necessários serviços prestados tanto por contratos de trabalho, quanto por redes de proximidade e convivência. Chegamos, portanto, a um ponto nodal: pensar cuidado implica mutualidade e rede (Oliveira, 2022, p. 60). O que é um desafio, visto que pensamos em rede e relações, portanto também relações de poder, considerando os sistemas de pensamento coloniais, a história da colonização no Brasil, o subpagamento por trabalhos de cuidado coletivo como o de limpeza urbana, de cuidado de pessoas idosas. Pensar interdependência inclui pensar em alguma harmonia, o que é contraditório. Vamos nos manter nessa contradição.

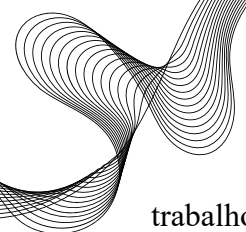
Para nos mantermos assumidas na contradição, o pensamento de Donna Haraway (2016) informa algumas possibilidades estratégicas. Para a autora, a condição de vivermos todos em um mundo danificado é a constante construção de artifícios inventivos e fluorescentes, que nos permitam a atualização das possibilidades de coabitação e de coexistência entre humanos e não-humanos. Aqui entendemos os vírus, as plantas, as coisas, as pessoas, as doenças, os animais, os celulares: coexistentes e coabitantes.

A noção de que o cuidado é, além de um estado afetivo-ético – embora também o seja –, um engajamento material em trabalhos associados à dominação e



à exploração (Bellacasa, 2012) se faz importante à medida que sustenta a complexidade de significações que o cuidado estabelece em rede com outras palavras-noções. A partir dessa noção, o cuidado é também uma produção discursiva, o cuidado é falado, inventado entre uma conexão com as formas de estar no mundo que evidenciam ações de coletividade. Existe uma produção linguística que promove cuidado, um jeito de lidar com as palavras acerca do mundo (Oliveira, 2022, p. 61).

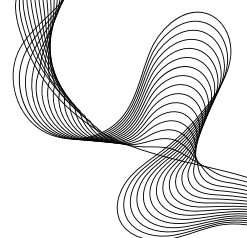
Trata-se tanto de um estado afetivo e de um conjunto de práticas de proteção, quanto de uma necessidade. Tomemos uma situação: do mesmo modo que é uma obrigação legal que pessoas adultas (inicialmente genitores) se responsabilizem pelo cuidado de uma criança, isso pode não acontecer ou não ser considerado desse modo. E é em nome do mesmo termo “cuidado” – associado à proteção – que instituições distintas do Estado intervêm para que se produza um cuidado e também para barrar a desproteção quando se entende assim... o cuidado daquela criança se torna responsabilidade estatal, é transferido. Nesse pequeno cenário narrado de modo realmente simplificado, são as educadoras do sistema socioassistencial acionadas para o cuidado, considerando que, muitas vezes, o cuidado passa de fato pela criação de alguém, pelo ensinamento de muitos letramentos iniciais para a vida, pelos abraços, acolhimentos, afetos. O cuidado mora nessa complexidade: o afeto não seria algo obrigatório, o amor não consta em nenhum contrato de



trabalho... e mesmo assim esses são termos-chave quando pensamos em políticas do cuidado.

Com bell hooks (2020), encontramos proposta importante em termos do afeto. No seu livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*, a autora condiciona o amor a uma prática: não se trata para ela de um sentimento que as pessoas guardariam em seus corações, por exemplo. Nesse enquadre, o amor se coloca como uma ação relacional, de modo que podemos colocá-lo em questão e isso implica também pensar nos termos responsabilidade e comprometimento. hooks tem um ponto de partida: de que socialmente se costuma acreditar que sobre os sentimentos temos pouco controle, já em termos de ação, fazemos escolhas. De modo que, quando associamos o amor ao sentimento, falamos de uma substância que coabita por si própria com os seres e que instigaria nossos atos; do contrário, pensar que as ações é que informam os sentimentos nos ajuda a questionar e a interromper essas suposições que caminham inclusive com o senso comum. “O amor é o que o amor faz” (hooks, 2020, p. 55).

Quando situamos *uma* ética cuidadosa possível, é justamente porque a intenção da proposta é a multiplicidade de estratégias, considerando outras como componentes de uma perspectiva ecológica de intervenção: que prevalece a ampla rede de atores para a sustentação da vida. Entendemos que a proposta das autoras que articulamos para seguir o desenvolvimento do texto em questão pode aflorar ideias que ampliam a noção de cuidado já produzida por campos diversos. Com Bell hooks, Bellacasa e Haraway, desenhamos uma rota específica, possível



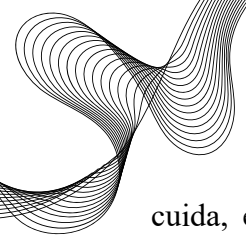
e situada em uma perspectiva.

Na proposta do capítulo em questão, cuidado *se* em rede é intencional de uma condicionalidade, evidentemente. Há muitos modos de pensar o que uma prática balizada no cuidado pode ser considerada, inclusive a partir da psicologia – o que percebemos é que muitas dessas noções sustentam ainda o cuidado à parte da mutualidade e da participação, de modo que é possível ser uma prática hierarquizada não só na sua feitura, como na premissa. Uma ideia de cuidado *se* relacional é uma tentativa de conceituação que pode intervir nessa hierarquia e propor rupturas em lógicas coloniais de percepção da vida coletiva.

Oficinas “Cuida-se: grupos de trocas e escutas engajadas”

Nessa amplitude de noções sobre cuidado, temos por objetivo a investigação de lógicas discursivas que produzam inversões na noção de cuidado hierárquico. Nossa intenção é que esse giro estratégico possa ampliar gramáticas que se valham do engajamento e percepção da importância crucial e radical das redes para que o cuidado exista. Além de que a coletividade é para onde apontamos, ela é também de onde partimos, de modo que a individualidade é uma premissa construída em determinado projeto político que fragiliza o saber de que somos, necessariamente, interconstituídos e que temos participação no mundo em que vivemos, de cuidar de nós, de outros, do mundo das coisas e de sermos cuidados por cada um desses atores.

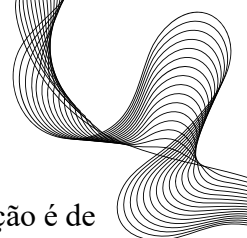
O que implica que se considere um cuidador? Que são os conjuntos de teorias e práticas que forjariam um alguém que



cuida, e não somente um alguém que é cuidado? Como nos dispomos a cuidar? Se muitas das vezes as pessoas que buscam atendimento psicológico sofrem por premissas individualistas, não seria estratégico clinicamente, em termos ampliados, intervenções que apontem para a constituição de relações, de redes potáveis de solidariedade e construção de vida?

Em muitas estratégias para lidar com a sobrecarga posta às pessoas cuidadoras em multirrelações – de trabalho, familiares, com pessoas com diferentes condições de saúde, financeiras etc. – o mote “quem cuida de quem cuida?” foi acionado como dispositivo para pensarmos sobre a hierarquização e o excesso de trabalho firmado pelas pessoas responsabilizadas por cuidar. Não nos deteremos em criticar nenhuma de tais estratégias, elas oferecem a produção argumentativa que é necessária, visto que o cuidado tem sido ferramenta também para exercício de poder de uns sobre outros. O que visamos é a percepção da hierarquia intrínseca quando a pergunta é colocada teoricamente desse modo, sustentando a ideia de que o cuidado é um trabalho desenvolvido sim por alguns, não por todos; em que o cuidado é desvalorizado do seu enigma, de suas impossibilidades necessárias, de seus impasses sobre como uma obrigação legal seria exigida em uma afetividade.

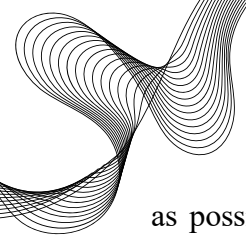
Nesse imbricamento acontece a proposta do texto, imaginativa e embasada em pesquisa de mestrado que desenvolveu oficinas de contação de histórias de mulheres mães em contexto de isolamento social relativo e que cuidavam de crianças na pandemia no contexto em que as redes (avós, escolas, creches, serviços de convivência, pracinhas) foram vetadas por



motivos de saúde e proteção (Oliveira, 2022). A proposição é de intervenções que conversem cuidado pensado ampliadamente, consonante à perspectiva da ecologia que envolve humanos e não-humanos, da aliança entre o saber psicológico alinhado a estudos ecológicos de perspectiva feminista. Tendo apostado, após esse período pandêmico, que há leituras que sugerem, e acreditamos nelas, que a pandemia nos abre para novas semânticas de interconexão e interdependência (Butler, 2022).

Para esse encontro, lançamos mão da oficina como ferramenta que possibilita a coletivização da palavra, ao passo que também proporciona a criação de *coisas* comuns. Essa noção de construção de aparatos, de modos, jeitos, técnicas é consonante à invenção de possibilidades mútuas de engajamento: para que façamos mundos juntos, estaremos implicados na construção de nossas ferramentas – e essas podem ter o estatuto de dispositivos propostos por todos envolvidos, com participações distintas. As pessoas em torno de um tema, envolvidas com outras pessoas e ainda as tecnologias: celulares, computadores, lápis, colas, manuais, textos, livros.

A construção/criação narrativa e de compartilhamento de mundos e de gramáticas requer a participação: mesmo na presença de um oficinairo, para que se crie algo com o momento da oficina e do encontro, as pessoas participantes tais quais as oficinas; é com o engajamento de cada uma que a produção de cada outra é envolvida na rede. Essa possibilidade de pensar a oficina como cocriada por todos os envolvidos é composta pela mutualidade já na proposição das atividades, ou seja, as histórias que são contadas pelas pessoas participantes vão puxando fios que vão recompondo

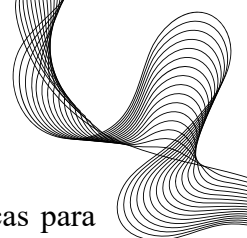


as possibilidades de sequência, de modo que a escuta se torna fundamental: em cada troca há a possibilidade de mudança e de recriação do que o cuidado pode estar sendo naquele contexto ali. Essa perspectiva de trabalho *conjunto* faz parte da proposta do que o cuidado pode ser, de modo que uma analogia da continuidade se faz possível – enquanto há o envolvimento dos atores ali, a relação entre eles vai possibilitar o cuidado.

Paralelamente, a interdependência envolve todos os participantes – dos grupos, da vida –, parte do denominador comum *vulnerabilidade* e dali ramifica suas diferentes modalidades. Butler (2020) conceitua que a interdependência, entre diferenças e singularidades, implica igualdade.

[...] a interdependência, embora pressuponha diferenciais de independência e dependência, implica igualdade social: ou cada pessoa é constituída e sustentada por relações em que depende de algo, ou algo depende dela. Do que cada um depende e o que depende de cada um é variável, uma vez que não se trata apenas de outras vidas humanas, mas de outras formas sencientes, meios ambientes e infraestruturas: nós dependemos de tudo isso, e isso tudo, por sua vez, depende de nós para manter um mundo habitável (p. 29).

Um dos objetivos de fazer do cuidado engajado uma temática de oficina é criar novos termos e teorias, fazendo dele cada vez mais uma espécie de enigma teórico, mesmo que seja

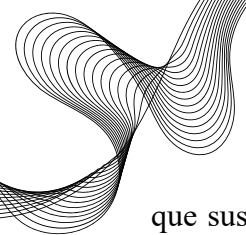


algo intrínseco à vida. Importa a invenção de gramáticas para habitarmos problemas complexos (Haraway, 1997): damos contorno e, de algum modo, criamos os problemas com os quais viveremos; fazemos parte dessa construção. Em termos de conhecimento, imaginário e produção de mundo, Haraway defende a construção situada (1995) e conjunta de significados.

Em perspectiva decolonial, também encontramos o pensamento de Rejane Paféj Kanhgág (2021) que articula, a partir de saber indígena, que tudo está conectado. A saúde é, para o povo indígena, medicina tradicional e a psicologia precisa considerar modos de ser, viver e agir indígenas, uma vez que “tudo está conectado: corpo, mente e território”²³. E aqui cabe a própria crítica de quais saberes a psicologia e nós mesmas outorgamos como válidos, sendo que o cuidado coletivizado, que considera a terra, o mundo das coisas, os bichos, as pessoas, as diferenças etc., existe desde antes da nomeação dessa terra chamada Brasil. O que lemos, instigamos, “criamos”, propomos... não é novo. Pelo contrário, tem nascente antiga e é saber ancestral negado pelo capitalismo de supremacia branca.

Unindo tais noções à produção de saber no campo da psicologia, o texto se baliza em uma metodologia de pesquisa em psicologia social que se trata da pesquisa-intervenção. Ela acontece a partir de uma premissa: entre pesquisadora e campo existe uma coprodução, de modo que não existe um campo a ser pesquisado *a priori*, ou uma pesquisadora com seus objetivos e hipóteses *a priori*, mas sim que o encontro entre ambos é

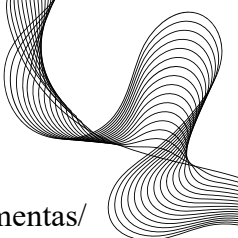
²³ Entrevista concedida ao CRPRS: <https://www.crprs.org.br/noticias/saberes-indigenas-por-outras-psicologias>. Acesso em abril de 2025.



que sustenta a relacionalidade e o desenho do que parte dele – buscando evitar dicotomias como sujeito x objeto. A pesquisa-intervenção se trata de uma prática metodológica que visa possibilitar meios de problematização coletiva, ampliando bases teóricas que indicam transformações em realidades sociopolíticas, já que ela intervém materialmente na experiência social com a qual teoriza (Rocha; Aguiar, 2003).

A partir desse método, aliamos a intervenção às oficinas, que se relacionam intimamente à transformação de algo por meio do encontro, do engajamento, do trabalho. Para Deise Juliana Francisco (2011), as oficinas envolvem um fazer que às vezes se remete à produção de uma obra acabada, mas importa considerar que a obra da oficina é justamente o trabalho feito para que algo se produza. A partir dela, consideramos que os meios para a criação e para o engajamento em uma oficina já são o trabalho mesmo que a oficina pode construir, para além dos seus efeitos pós-encontro, apontando para a dimensão da modalidade relacional.

Essas são ferramentas que importam para a produção de modos distintos para a consideração da participação e da mutualidade, reiterando que o cuidado considerado em uma perspectiva ecológica exige a relacionalidade e o abandono possível de hierarquias como condição. Questionamos a individualização do cuidado, apontando para a radical impossibilidade de um cuidado individual – que fomenta a desvalorização e a subjugação do cuidado *dos outros* na história do país – já que, para o cuidado do meio em que vivemos, que incide diretamente nas nossas possibilidades de coexistência,

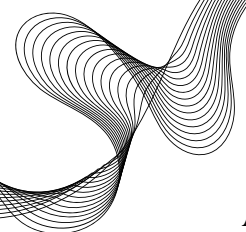


precisamos do engajamento de muitos seres e suas ferramentas/artefatos. Seguindo também as provocações de Haraway (2016), nós sabemos que estamos vivendo em uma Terra danificada, o que é mais vezes evidenciado durante a pandemia, em que o modo “permanecer com o problema” é inclusive necessário, visto que são questões insolucionáveis as de como produzir vidas em constante cuidado participativo e o mais perto de mútuo possível. Insolucionável e necessário.

São problemas mesmos que buscamos habitar de outras formas. E esse modo de estar diante da produção de saberes é inspirado em Haraway (1988 e 2009) e em parte dos estudos feministas. Para ela, os feminismos devem insistir em novas formas de explicar o mundo, em que possamos recusar fundações transcendentais (Haraway, 1997) e encontrar gramáticas plurais (Haraway, 1992).

Considerações finais

A relacionalidade e a mútua rede se tornaram presentes de modos não romanceados. Com isso, afirmamos que o cuidado, embora inevitável, é uma noção instável: o que ora é produzido como cuidadoso, ora já pode ser prática de controle, por exemplo. Muitas das vezes, ambas. Esse modo de pensar as problemáticas deixando que seus pequenos e grandes caos façam parte assumida da analítica, buscando percorrer as complexidades que impossibilitam um pensar unívoco e sem equívocos é um aprendizado que nós, autoras, encontramos principalmente com a obra de Donna Haraway – enquanto sabemos, sim, que existem outros modos de tamanha problematização.



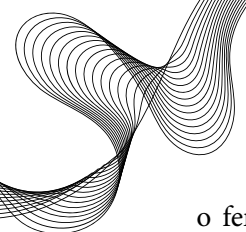
A categoria cuidado convoca algumas noções normativas, em um sentido mesmo da normatividade que existe no senso comum das coisas, em que frases injustificadas são também repetidas em torno de um *status quo*, que inventam em si mesmas alguma performatividade da vida cotidiana. Entendemos que o cuidado é também uma noção pouco relativizada, justamente por estar no dia a dia de todos nós, por ser, como indicou Bellacasa (2012), inevitável. Essa condição do cuidado como algo semelhante aos batimentos cardíacos ou à respiração pode fazer dele um fenômeno a não ser questionado por ciências do campo social, mesmo que seja um grande terreno para considerarmos relações de poder e de solidariedade, invenção de comum e de vida coletiva, participação e engajamento mesmo que não sejamos parte de um “grupo afetivo”, mas que somos conectados necessariamente pela interdependência.

Essa é a noção de participação e de mutualidade que buscamos percorrer durante a escrita do texto, tomando a mutualidade não como sinônimo de alguma igualdade, mas instigando o pensamento de que estamos de modo mútuo participantes de uma realidade, em que existem muitas diferenças forjadas entre humanos e não-humanos, mas que estamos diante de fenômenos existenciais que nos demandam pensarmos mutuamente. Uma pandemia, como situações possíveis de conflito internacionalizado, atualiza o pensamento sobre a condição humana estar diante de sua produção de modo interdependente, em que mesmo que um possa absolutamente estar protegido do adoecimento, enquanto o maior contingente de pessoas não está, o vírus, nesse caso, segue se espalhando

entre nós; enquanto todos não participam de políticas de proteção e de cuidado, seguimos adoecendo.

Referências

- BELLACASA, María Puig de. *Matters of care: speculative ethics in more than human worlds*. London: Minnesota Press, 2017.
- BELLACASA, María Puig de. *Nothing comes without its world: thinking with care*. *The Sociological Review*, v. 60, n. 2, p. 197-216, 2012.
- BUTLER, Judith. *A força da não-violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. *Que mundo é este? Uma fenomenologia pandêmica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- DELLAGLIO, Daniela Dalbosco. *Ecologia do cuidado: práticas cotidianas e arranjos de imprevisibilidades em uma comuna rural*. 2021. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- DELLAGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. *Cuidado, branquitude e interdependência: responsabilidades em tempos de isolamento social*. *Revista Inter-Legere*, v. 3, n. 28, 1 set. 2020.
- FRANCISCO, Deise Juliana. *Oficina, oficiar, oficinando em saúde mental com tecnologias digitais*. In: MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise Juliana; DIEHL, Rafael (org.). *Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- HARAWAY, Donna. *ModestWitness@Second_Millennium. FemaleMan@_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience*. New York; London: Routledge, 1997.
- HARAWAY, Donna. *O humano na paisagem pós-humanista*. *Revista Estudos Feministas*, 1992.
- HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para*



- o feminismo é o privilégio da pesquisa parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 2009.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- LOPES, Graziela Pereira; MARASCHIN, Cleci. *Oficina de máscaras*. In: MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise Juliana; DIEHL, Rafael (org.). *Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- OLIVEIRA, Thais Gomes de. *Maternidades em redes: contar histórias com cuidados no cenário pandêmico brasileiro*. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252564>.
- ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. *Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

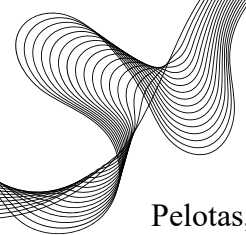
7. Oficinas com grupos de consumo solidário: exercício atencional na pesquisa e na constituição de coletivos

*Laís Vargas Ramm
Rosemeri Völz Wille
Talita Gonçalves Monteiro*

Este capítulo é uma reflexão metodológica fruto de uma pesquisa que se debruçou sobre a experiência atencional ao participar de grupos de consumo responsável (GCRs) e cooperativas de consumo. Esses são empreendimentos de economia solidária organizados em torno da compra coletiva de alimentos da agroecologia e da agricultura familiar, bem como outros serviços e produtos que também circulam por ali, articulados com a economia solidária.

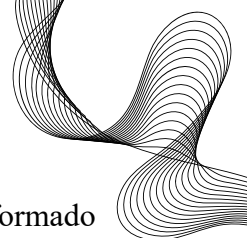
A pesquisa realizou o que chamamos de “oficinas de atenção ao consumo”, com cada coletivo participante, de modo a indagar sobre os aprendizados - em conhecimento declarativo, problematizações éticas e na constituição do cotidiano das pessoas envolvidas. As relações com tecnologias, produtos, o trabalho de produção e distribuição, bem como com as outras pessoas, nos processos autogestionários, ganharam relevância nas discussões empreendidas. As oficinas foram realizadas em uma plataforma de reuniões, o *jitsi meet*, gravadas e posteriormente assistidas, parcialmente transcritas e analisadas

Participaram da pesquisa três GCRs: a Associação de Consumidores Feira Virtual Bem da Terra, da cidade de



Pelotas, que funciona desde o final de 2014; o Armazém da Economia Popular e Solidária, de Rio Grande, que existe desde 2016 e o Grupo Araçá de Consumo Responsável, que está em funcionamento em Novo Hamburgo desde 2015 e possui núcleos também em São Leopoldo e Campo Bom. Além dos GCRs, participaram duas cooperativas de consumo: a GiraSol, existente desde 2006 na cidade de Porto Alegre e a cooperativa La Asamblearia, de Buenos Aires, Argentina, que por sua vez, tem sua organização mais coesa entre os produtores, ainda que esteja articulada ao grupo de consumo San Miguel, que leva para a cidade de nome homônimo produtos comprados coletivamente dos produtores. No total, participaram 16 pessoas nas oficinas. Com exceção da Feira Virtual Bem da Terra, com a qual foram realizadas duas oficinas, porque havia pessoas interessadas em participar que não puderam estar na primeira data, com os demais coletivos foi feita somente uma oficina.

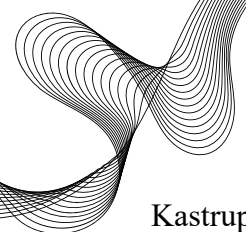
Embora diversos trabalhos falem da economia solidária e/ou do consumo responsável como um processo educativo (Tiriba, 2007), não encontramos tantas discussões teóricas sobre quais aprendizados se dão nestes contextos e como eles acontecem. Seguimos aqui a pista de Masschelein (2008), que propõe pensar a educação não no sentido de educare (ensinar), mas de e-ducere (conduzir para fora). A prática pedagógica voltada a educar o olhar, nos termos do autor, não visaria à conscientização, mas à produção de atenção. Esta, por sua vez, seria o estado mental no qual estão em jogo sujeito e objeto. A proposta de consumos responsáveis – ou solidários – também se refere à modulação de certa atenção em direção ao ato de consumir, aos produtos e aos



processos de produção e não somente aquilo que é transformado em mercadoria. Nestes grupos, o consumo se torna objeto de atenção, possibilitando também a produção de saberes coletivos que não emergiriam caso os processos implicados no consumo não fossem construídos e problematizados coletivamente.

A tentativa que fizemos, com estas oficinas, foi de atentar ao que e como se aprende, na ação própria de aprender, nos fazeres práticos de cada coletivo. O que significa dizer que os princípios e valores que norteiam as experiências de problematização do consumo certamente foram importantes na pesquisa, mas também os processos pelos quais os sujeitos experimentam aberturas em relação às suas ações habituais, e como estas aberturas lhes permitem outras vivências de si mesmos. Procuramos observar o que passa a ser visível, ou para usar um termo mais adequado, sensível, quando se compõe uma rede de produção e consumo solidários. Muitos elementos podem ou não ganhar relevância, passar a ser objeto de atenção. A autogestão e as hierarquias são objetos de atenção? O papel das crianças nos grupos ou dos empreendimentos na educação das crianças? São apenas exemplos de elementos que extrapolam a organização formal dos empreendimentos que buscam produzir um consumo de modo crítico.

O que propusemos, como exercício metodológico, foi encontrar elementos de uma pedagogia da atenção desenvolvida nos coletivos pesquisados. O que se aprende a atentar, que antes não era relevante? Ou o que segue importando, que já era trazido pelo sujeito de outros contextos de aprendizado moral na experiência de consumo responsável? Seguimos a pista de

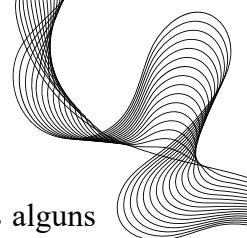


Kastrup (2005) de que convém entender como se dá o aprendizado da atenção, e não apenas como “prestamos” atenção para então aprender algo. O que se faz objeto para nós enquanto agimos, discutimos, tomamos decisões, compramos. E o que não se faz, o que não atentamos, mas talvez posteriormente, como prática reflexiva, ao retomar a experiência, podemos perceber que não foi objeto.

Uma pedagogia atencional é entendida como o conjunto de práticas educativas, tanto em seus aspectos propositivos como pré-reflexivos, na experiência cotidiana, que ajudam a orientar a atenção para questões relacionadas ao consumo. Assim, possibilita-se constituir transformações éticas, no sentido do modo dos sujeitos responderem às situações, bem como à problematização dos valores morais que os constituem.

A pesquisa teve como inspiração metodológica a cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015) em uma perspectiva imbricada com a pesquisa-intervenção, por entender que acompanhar processos implica intervir e participar deles. Ao tomar a atenção como objeto e seu aprendizado como constituinte das práticas éticas produzidas nos grupos de consumo, a forma de intervir também demandou ter em conta os modos de atentar ao objeto de pesquisa. Assim, a atenção foi simultaneamente campo-tema (Spink, 2008) da pesquisa e ferramenta metodológica e de análise de implicação.

Outras atividades também compuseram o percurso metodológico da pesquisa, como questionários e entrevistas pós oficina. Aqui, no entanto, nossa discussão centra-se na proposição das oficinas aos coletivos acima mencionados. Juntamente com



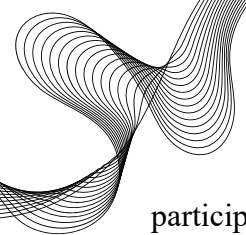
as reflexões teórico-metodológicas sobre elas, trazemos alguns elementos que apareceram nos encontros. Quando citados os participantes, para preservar suas identidades, nos referimos a eles com nomes de pássaros, conforme composição feita também na tese de doutorado da primeira autora.

Nos tópicos a seguir, abordaremos proposições que ajudaram a planejar e coordenar as oficinas, bem como suas questões norteadoras. Os movimentos atencionais que estiveram presentes nos encontros, bem como a produção de uma atenção conjunta produtora das reflexões também serão discutidas.

Metaprotocolo ou questões norteadoras

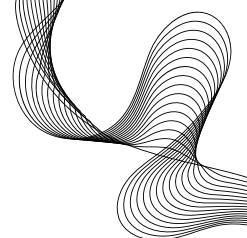
Kroeff, Gavillon e Markuart (2017) sugerem que o metaprotocolo serve como guia para ação, devendo acolher mudanças a partir da reflexão sobre si, sobre as relações estabelecidas com os participantes, os encontros, os redirecionamentos da atenção conjunta ao longo da pesquisa. Este dispositivo se insere no contexto de uma posição ético-política na pesquisa-intervenção, considerando a presença do oficinairo/pesquisador no campo e as possibilidades de invenção a cada momento.

Considerando um tempo não desgastante para encontros virtuais, estabeleceu-se que as oficinas tivessem duração de aproximadamente uma hora e meia. Os encontros abordaram duas questões norteadoras. A primeira se referia aos aprendizados vividos no grupo durante o tempo de participação até o presente momento. A forma como ela foi colocada nas oficinas pode ser sintetizada assim: “Que aprendizados vocês tiveram, ao



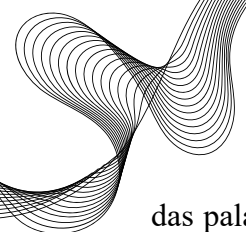
participar do grupo, que foram surpreendentes ou inesperados?” Após explicitar a questão, prosseguimos explicando que os aprendizados esperados, ou mesmo desejados, também poderiam ser trazidos, mas que eu gostaria de propor o exercício de pensar naqueles que surgiram durante a trajetória no GCR ou da cooperativa. A escolha desta pergunta se deu como uma forma de ampliar a narrativa para além do discurso habitual destes coletivos, que fala a respeito da sua caracterização e proposição e, portanto, também fundamental, mas que não necessariamente adentra na experiência efetiva vivida pelos consumidores.

A segunda questão foi um exercício imaginativo. Perguntava como os participantes supunham que o grupo de consumo estaria em dez anos. Se ele existiria ou não, como seriam as participações, que tecnologias estariam envolvidas. Esta pergunta teve o objetivo de investigar e promover o pensar coletivo nestes grupos, suas perspectivas sobre futuros possíveis a serem coletivamente vividos. Que impacto o GCR ou a cooperativa poderá ter efetuado no território onde se encontra? Aqui fizemos uma brincadeira séria, ou séria e divertida, nas palavras de Haraway e Tsing. As catástrofes ambientais, as mudanças históricas cada vez mais aceleradas e a pobreza de limiares (Benjamin, 2009), de passagens, têm dificultado a nossa capacidade de projetar e sonhar futuros coletivos. Foi um exercício neste sentido, mas ao mesmo tempo ele também esteve ancorado no presente concreto e o expressa. Que “inovações” tecnocientíficas aquele coletivo ousa sonhar? Ou ainda, pretendem estar ali por tanto tempo ou nem mesmo faria sentido esta questão? O que pensam que talvez estejam fazendo juntos,



retomando o foco nas ações, no período de dez anos?

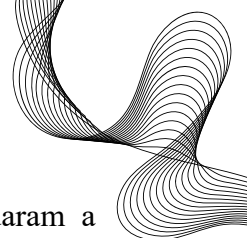
Foi proposta uma dinâmica para cultivo da atenção conjunta nas oficinas, de modo as narrativas se conectarem. Enquanto uma das pessoas falava, a ideia era que as demais pudessem destacar palavras mencionadas por ela no *chat*, para posteriormente começar sua fala a partir da palavra destacada. Este processo teve diferentes adesões em cada uma das oficinas. Na primeira oficina, com o grupo Armazém da Economia Popular e Solidária, ela acabou não se efetivando, uma vez que as participantes estavam juntas, utilizando a mesma câmera e o mesmo computador, e complementavam-se sem a intermediação do chat. Com o grupo Araçá, duas participantes tiveram problemas com o microfone em alguns momentos da oficina, então o chat funcionou para compartilhar as palavras da fala das outras pessoas, mas também para responder às questões e compartilhar impressões quando não era possível falar. Com a cooperativa GiraSol, o recurso foi utilizado, ajudando a manter a atenção conjunta, mas não foi a principal via de coletivizar a discussão, cada um dos participantes fazia menções orais às falas dos demais, conectando as reflexões produzidas. Com a cooperativa La Asamblearía, pelo motivo de o encontro ter acontecido mais como uma entrevista, por contar com apenas uma pessoa, a dinâmica não foi proposta. Por fim, nas duas oficinas realizadas com a Feira Virtual Bem da Terra foi onde a proposta teve maior incidência ao longo da oficina. Na primeira delas, palavras como “burocracia” foram conduzindo a conversa de modo constante, de modo que a escrita fez uma composição importante com a fala. Na segunda oficina com membros do mesmo GCR, o uso



das palavras deu-se tal qual na proposta inicial, iniciando-se as falas e fazendo-as circular a partir das palavras. Além de ajudar na condução do assunto, Pardal, mais perto do final da oficina, construiu, espontaneamente, uma reflexão ao olhar e conectar algumas palavras que foram escritas no chat:

A primeira palavra que me veio foi realidade, agora olhando as palavras aqui no chat, eu fiz um link e vou tentar pensar assim pra ver se faz sentido. Porque eu fiquei pensando assim, essa coisa da idealização, ela é digamos, um pouco do que nos move, a gente sempre idealiza os processos, né? A gente se apaixona, a gente cria. A feira teve essa coisa quando a gente constituiu a feira, essa ideia duma relação de produtores, uma relação de consumidores, os consumidores organizados (...) Eles vem de muitos anos, de muito tempo, então eu acho que a gente se apaixonou por essa ideia, criou isso, então fico pensando que a idealização ela é algo talvez necessário, claro, pode ter outra palavra que represente isso, mas a gente sempre cria um processo imaginário que a gente vai em direção a... Então fiquei pensando na palavra idealização. Depois essa ideia da experiência, que a experiência ela é talvez um pouco reveladora ou ela vai explicitando esses conflitos que a gente tem (Oficina realizada dia 16/02/2023).

Ela se utiliza das palavras que foram surgindo no chat: realidade, idealização e experiência, para compor uma retomada dos processos do coletivo, daquilo que foi acontecendo de modo diferente das expectativas, embora elas tenham sido essenciais para movê-lo. Os diferentes usos do chat, ainda que com adesões

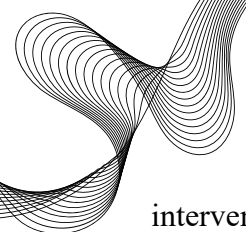


distintas em cada oficina, foram interessantes e ajudaram a compor a ecologia atencional dos encontros.

Embora o roteiro de questões norteadoras recém-exposto tenha disparado as oficinas, sabemos que, pela óbvia razão de tratar-se de grupos diferentes e de momentos diferentes, cada uma teve especificidades em sua ocorrência. O que significa que outras questões seguiram às iniciais, como intervenção, em decorrência do diálogo produzido com cada coletivo. O método de análise dos resultados levou em consideração a inspiração cartográfica que guia a pesquisa, atentando aos movimentos que intervieram não somente nos coletivos pesquisados, mas também na atenção da pesquisadora, nos deslocamentos em relação ao problema habitado. Também foram considerados relevantes aqueles momentos em que, a cada oficina houve mudanças em relação ao “protocolo” inicial. Ou seja, revisões no roteiro, diferentes caminhos que podem criar novas problematizações do campo-tema. Uma ênfase especial foi dada aos processos atencionais e de aprendizagem compartilhados, uma vez que, conforme a aposta que fazemos aqui, eles atuam na produção de éticas situadas.

A pesquisa como prática de atenção conjunta

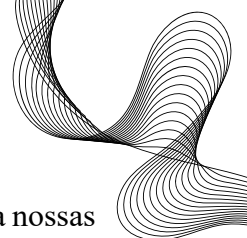
Passos e Eirado (2009) propõem como tarefa necessária ao pesquisador-cartógrafo, ao lado dos conceitos de implicação e transversalidade, o cuidado ou tentativa de dissolver o ponto de vista do observador. Entendemos que essa atividade seria ao mesmo tempo a forma de acompanhar processos na cartografia e o resultado de uma pesquisa que, por esta perspectiva, se propõe



interventiva. Os autores afirmam que, ao nos apropriarmos dos pontos de vista – seja como sujeitos individuais ou coletivos – realizamos uma inversão de base: o ato de fazer emergir um ponto de vista e, portanto, os elementos que compõem o mundo no presente, é sempre da ordem da experiência. Como atitude corriqueira, engessamos essas experiências em um sentido de *eu*, identificando a nós mesmos ou aos outros com aquele ponto de vista. Quando desfazemos esse engessamento, temos a possibilidade de aprender com a experiência presente. Este cuidado com os pressupostos de pesquisa, e a abertura que ele permite, propicia construir-se um saber comum, não proprietário.

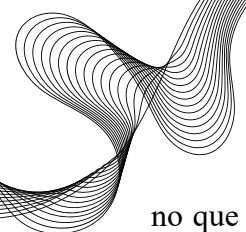
Em alguns momentos da pesquisa, tivemos dificuldade para agendar as oficinas e as entrevistas, pois os participantes sempre relataram falta de tempo. Uma percepção apressada poderia identificar alguma incoerência entre as práticas de questionamento do consumo e o funcionamento da sociedade capitalista com uma vida tão atribulada, de tempo livre rarefeito. À medida que inserimos as tentativas de combinar as atividades da pesquisa nas reflexões sobre ela, fomos acolhendo esta dificuldade na gestão de um tempo escasso como parte relevante da experiência de si neoliberal, saindo da perspectiva do ponto de vista proprietário, da ideia de um pensamento que pertencia aos participantes.

Kroeff, Gavillon e Markuart (2017) também acentuam a importância de perguntar-se pelo observador, de modo que quando o fazemos, notamos que a constituição dos objetos depende da estrutura atual de quem os enatua/faz emergir. Não se trata de almejar a condição em que absolutamente nada se espera



encontrar, como se não levássemos ao campo de pesquisa nossas experiências anteriores. Ao contrário, elas são constitutivas deste campo-tema na pesquisa-intervenção (Kroeff; Gavillon; Ramm, 2020). Por outro lado, suspender os juízos para então poder surpreender-se com o que as oficinas apresentavam esteve presente como exercício metodológico.

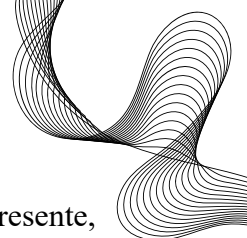
Passos et al. (2018) destacam, sobre o contexto das entrevistas cartográficas que discutem, que essa tarefa de dissolução do ponto de vista pode não ser fácil. Eles elencam três movimentos que ocorrem, para servirem de indicador tanto a quem conduz uma entrevista como para fins de análise. Embora esses movimentos apareçam de modo diferente em uma oficina, também são interessantes para pensar as flutuações de participação e atenção ao outro em uma atividade conjunta. O primeiro movimento é de automatismo. Nele, os participantes agem para fins do cumprimento de uma tarefa, respondem ao que é perguntado, de forma distanciada e pouco refletida. Também a pesquisadora pode agir a partir deste movimento, eventualmente seguindo um roteiro sem as transformações convocadas pela situação singular, por exemplo. É um modo atencional cotidiano, que parece ser conduzido pelo senso comum, mas está mais próximo de algo como o ponto de vista de ninguém, uma vez que apaga diferenças e não há problematização. Um exemplo de automatismo pode ser identificado, nesta pesquisa, quando Pássaro Azul, da Feira Virtual Bem da Terra, responde à pergunta sobre os aprendizados obtidos no coletivo, que apenas o fato de estar em um grupo de consumo já é um aprendizado em si. Esta conclusão baseia-se nas expectativas sobre a ideia de estar ali,



no que é socialmente construído sobre aquela experiência, mas não é uma reflexão presente sobre a pergunta ou uma retomada reflexiva das experiências, embora ela venha logo em seguida com a continuação do diálogo.

O segundo movimento sugerido pelos autores acontece quando há uma interrupção no automatismo, são os momentos de controle egóico. Aqui aparece um sujeito, que fala a partir do que avalia sobre suas experiências, podendo atribuir a características suas a razão de algo acontecer. Um exemplo disso deu-se na oficina com o Armazém da Economia Popular e Solidária, quando observei que as falas estavam mais analisando as experiências de outros consumidores e produtores do que debruçando-se sobre as vivências das pessoas presentes. Elas faziam uma discussão importante sobre as possibilidades de permanência do jovem no campo, mas com dificuldade de vislumbrar possíveis futuros daquele contexto. Procurei então retomar o processo de atenção a si, perguntando como elas viam o futuro, incluindo também elas mesmas e as pessoas da cidade, não apenas os agricultores. Cacatua, diante da minha pergunta, parou um pouco, riu e disse: “Ela quer nos fazer pensar hoje”. Continuando, afirmou: “Eu, analisando por mim mesma, né? Se eu continuar no ritmo que eu tô, eu em seguidinha dancei”. Rompeu-se o automatismo atencional de falar do que está fora e do que já havia sido constatado anteriormente, ouvido e discutido em outros espaços e transitou-se para uma percepção de si mesma e das suas condições de saúde física e mental, cujo ritmo necessita transformar-se para haver um futuro.

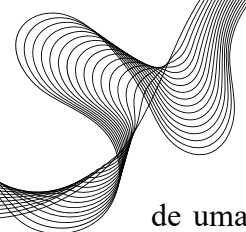
O terceiro movimento é denominado autonomia coletiva



e acontece quando há mais efetiva conexão com o presente, dissolve-se então o ponto de vista proprietário. Participantes e pesquisadora podem surpreender-se com uma produção comum, suspendendo juízos, avaliações e uma narrativa que serviria ao cumprimento da tarefa ou seria desejável socialmente. Um exemplo deste movimento aconteceu em uma das oficinas com a Feira Virtual Bem da Terra, quando o próprio objetivo inicial da oficina, que era a realização da pesquisa, foi transformado pelos diálogos presentes. Os participantes perguntavam a opinião uns dos outros sobre assuntos como o uso do grupo do *WhatsApp*® do GCR e do grupo de classificados que, na mesma plataforma, tem a finalidade de divulgação de produtos. As interações, em alguns momentos, não deixavam de nos incluir e ter como disparadoras as questões interpostas pela pesquisa, mas comparava também o interesse de entender certos processos coletivos juntos.

Essas não são etapas que necessariamente se sucedem vencendo a anterior, pelo contrário, os momentos de automatismo, controle egoico e autonomia coletiva podem intercambiar-se durante os encontros. A atenção a esses movimentos constitui-se uma ferramenta de condução das oficinas.

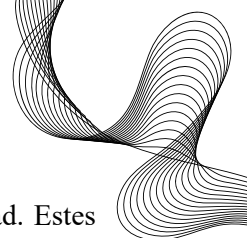
A dissolução do ponto de vista, exercida pelo pesquisador que conduz uma oficina ou entrevista e em alguma medida proposta aos grupos com os quais ele se relaciona, demanda a suspensão da atitude atencional habitual, conforme as pistas de Depraz, Varela e Vermersch (2006) sobre a *epoché*. Após o rompimento inicial com a tendência judicativa, o próximo passo seria uma conversão da atenção do mundo exterior para os processos interiores ou singulares. No entanto, a mudança



de uma atenção voltada ao mundo para os próprios processos atencionais não se traduz em isolamento deste ou em solipsismo. Ao contrário, tem a ver com explicitar a própria participação no mundo que se habita, contatar com a criação dele. Por fim, a suspensão e a atenção a si seriam seguidas pela atitude de deixar vir, de abertura à experiência. Esta última, apenas aparentemente passiva, uma vez que não se responde imediatamente como quem apenas cumpre uma tarefa, mas há uma ação iminente, uma produção. Esse exercício, que pode ser feito de diferentes formas e em diferentes contextos (inclusive na clínica psicológica ou em práticas meditativas, conforme exemplificado pelos autores), possibilita uma condição de participação de uma oficina, e de intervenção nela, muito diferente de quando se reproduz a atitude atencional automática.

No contexto de oficinas realizadas pela internet, a atitude de deixar vir sofre também influência de elementos como a conexão ou a condição dos equipamentos. Na oficina com a cooperativa GiraSol, por exemplo, houve um período em que o computador “travou”, causando o receio de que a gravação do encontro não fosse salva. Naquele breve momento, a abertura à experiência era prejudicada pelo aspecto técnico. Um trecho do diário de campo relata o acontecido:

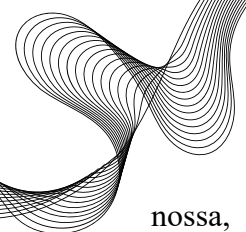
Sobre esta oficina, tive problemas com o computador. O mesmo “trancou”, fixando elementos da tela na frente da imagem dos participantes. Os comandos dados ao *mouse* também não eram atendidos, de modo que, ao final da oficina, uma grande angústia fez com que eu temesse perder a gravação. Depois de um bom



tempo de tentativas, consegui fazer o download. Estes imprevistos, intervenções da máquina, interferem na atenção coletiva que se pode ter nos encontros virtuais (quarta-feira, 07 de dezembro de 2022).

Após alguns minutos com o computador naquele modo, ao perceber que provavelmente esta seria a condição da oficina até o final, foi possível suspender a preocupação com a gravação e retomar o movimento atencional de abertura à experiência, assumindo o risco de não ter a gravação e contar apenas com o relato em diário de campo. Como contado ali, no entanto, depois ela foi recuperada. Também em certos momentos em que a qualidade da conexão era reduzida, fazendo com que desaparecesse a imagem de algum ou alguns participantes, a atenção da pesquisadora e dos participantes saía do assunto discutido para a verificação da presença e da escuta de todos. Esta mudança não necessariamente se traduzia em um fator dificultador da oficina, pelo contrário, era parte de acolher a experiência presente, com suas eventuais dificuldades. Em uma oficina presencial, as intervenções seriam outras. A produção de atenção conjunta sempre envolve alguma distração, outras preocupações, julgamentos à revelia da situação presente ou mesmo interrupções. Os exemplos aludidos dizem respeito à especificidade dos encontros virtuais.

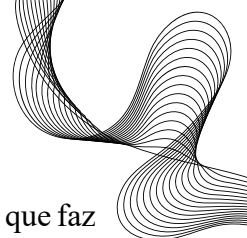
Caliman et al. (2018) discutem a produção de atenção conjunta para promover a participação, no contexto de uma oficina com crianças. As autoras propõem que é parte do exercício de cultivar a atenção em um coletivo acolher os processos de dispersão que emergem nele. Esta referida pesquisa, como a



nossa, não entende focalização como sinônimo de atenção, mas compreende o papel da distração nos movimentos de problematização. A oficina discutida no texto da referida autora contou com momentos em que crianças pareciam estar fora do movimento do grupo, distantes, “desatentas”, mas eram convocadas novamente à interação por alguma conversa ou atividade que surgia. Indicava-se, portanto, que elas não estavam fora do coletivo, mas que acolher o caos, eventualmente gerado pela dispersão, fazia parte da produção de atenção conjunta como via para participação. Esta, por sua vez, não se restringe aos sujeitos individualmente, mas ao plano comum de afetos.

Em nossa pesquisa, o papel da dispersão circunscreve desafios diferentes, uma vez que foram oficinas feitas à distância. A internet tem sido um contexto de intensa disputa da chamada economia da atenção (Citton, 2018). Redes sociais, anúncios, trabalho, tudo pode, eventualmente, competir pela atenção de alguém que participa de uma atividade síncrona com outras pessoas. Ou, pensando no desvio sugerido por Citton, compor uma ecologia da atenção. A questão que se impõe às oficinas foi a de promover participação, não individualizada, almejando apenas a palavra ou informação de cada um, mas também o que se passa a atentar como coletivo e, possivelmente, novos saberes e sensibilidades que advenham destes objetos de atenção.

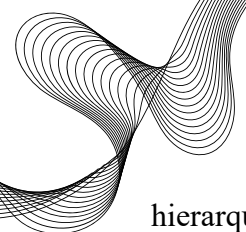
Ao passo que as trocas comerciais que efetuamos cotidianamente na maior parte dos espaços se dão de forma individualizada, os grupos de consumo tentam, de alguma forma, atentar coletivamente às práticas de consumo. Neles há a necessidade de debater se empreendimentos e produtos são



condizentes com os objetivos do coletivo, por exemplo. O que faz acontecer uma compra coletiva e, portanto, acaba demandando, pelo menos entre alguns dos envolvidos, uma atenção conjunta a ela. Na oficina com o grupo Araçá, por exemplo, foi citada uma cooperativa que produz produtos orgânicos a um bom preço e que inicialmente fornecia seus produtos ao GCR, mas que foi posteriormente substituída por outra. Uma das participantes explicou que esta decisão se deu pois foi constatado que aquela cooperativa funcionava em uma lógica empresarial, e não como um empreendimento de economia solidária.

As oficinas realizadas aproveitaram este movimento de atenção conjunta que já ocorre, trazendo para um contexto de conversação um pouco diferente do habitual, por se tratar de uma intervenção específica de pesquisa. O que se mantém de semelhante em relação a espaços que já costumam existir para estes grupos, como assembleias e reuniões, é o pensar conjuntamente sobre a comida, a logística, o artesanato, ao mesmo tempo em que eventualmente sobre a coerência, a moral, a política, ou outros temas que sejam mais relevantes aos participantes. Em alguns momentos das oficinas, especialmente com a Feira Virtual Bem da Terra e o Armazém da Economia Popular e Solidária, os participantes avaliaram que o fato de haver poucos presentes refletia o também pouco engajamento atual nas atividades dos GCRs.

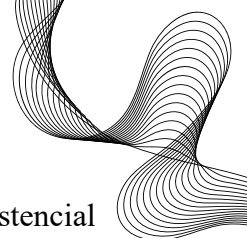
A formação de um ecossistema atencional favorável para o cultivo da atenção conjunta, segundo Caliman et al. (2018), passa pela reciprocidade, ou seja,icineira e participantes partilham saberes, impressões, alimentando o mínimo possível



hierarquias durante a oficina; harmonização afetiva, de modo a convidar os participantes a compor uma atmosfera comum, podendo contribuir com ela ainda que com uma atenção/imersão que oscila; e práticas de improvisação, no sentido de que embora haja um roteiro e o planejamento tenha grande importância, o encontro requer atenção ao que é imprevisto e a criação de práticas que não foram anteriormente planejadas. Exemplo disto foram as perguntas não planejadas feitas a cada oficina, a partir do movimento do encontro, como sobre o funcionamento dos mutirões, quantas pessoas eram necessárias, sobre a relação com a alimentação, e outras diversas, conduzidas pelo movimento presente da conversa.

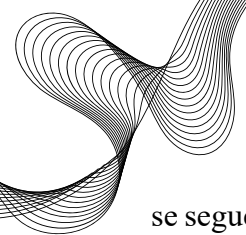
Oficinas de atenção ao consumo

A oficina, segundo Spink, Menegon e Medrado (2014), é um método que põe em análise os jogos de verdade e faz-se negociar os sentidos trazidos pelos participantes. O que emerge ali não é reduzido às concepções individuais prévias sobre determinado tema, mas surge do diálogo estabelecido pelo grupo e mediado pela postura, perguntas de pesquisa e referenciais teóricos do pesquisador. Ao explorar os resultados de uma oficina, há que se considerar a inseparabilidade entre o que seria mais tradicionalmente entendido como coleta de informações e a produção delas, que se dá no oficiar. Os autores entendem a oficina como uma espécie de encontro em que versões sobre o mundo e sobre nós mesmos são pautadas, explicitando processos de subjetivação compartilhados e relações de poder. Kroeff, Gavillon e Markuart (2017) discutem as possibilidades



de intervenção em uma oficina a partir do campo existencial que se estabelece na relação entre o pesquisador e o campo pesquisado, ou o campo-tema ao qual se dedica. Estes autores também compreendem, portanto, que não se trata de produzir a representação das experiências anteriores, mas de reformulá-las na oficina, a partir da presença performada do pesquisador/oficineiro em relação com os sujeitos da pesquisa.

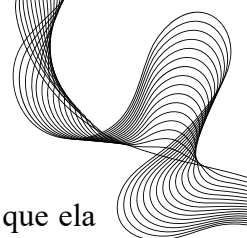
Ao negociarem-se sentidos a partir da atenção coletiva a um tema, não apenas a proposição da pesquisadora intervém na realidade local e na temática estudada, mas o espaço de diálogo e de fazer conjunto estabelecido na oficina permite que os participantes contribuam em deslocamentos de sentido uns dos outros. Ou ainda, dizendo de outra forma, a contribuição de um participante a respeito de suas percepções, ou mesmo do tom emocional ou dos sentidos que escapam, pode fazer com que novos elementos se tornem objeto de atenção para os que com ele compartilham do espaço. Uma intervenção nem sempre é algo grandioso, como uma reorientação, mas pode ser uma palavra que convoque, talvez em momentos posteriores à oficina, uma nova sensibilidade para com os aspectos cotidianos. Stengers (2015) se refere à sua própria escrita como uma intervenção. Segundo ela, todas as intervenções são curtas, porque não se trata de convencimento, mas de compartilhar com aqueles a quem se pode afetar, nossos modos de sentir e de pensar. Em um debate político, por exemplo, elas não definem toda a discussão que segue, mas reverberam de alguma forma, e são retomadas, às vezes depois de várias falas, explicitando, ainda que de forma sutil, que algo interveio ali. Depois de uma pequena pausa que



se segue à fala que intervém, nestas situações, o debate continua, e em algum momento alguém demonstra que o coletivo foi “tocado”. O exemplo ao qual a autora alude para definir desta forma uma intervenção foi a sua própria participação em uma discussão na televisão belga, sobre aquecimento global, na qual afirmou que estaríamos terrivelmente despreparados para enfrentar o tema.

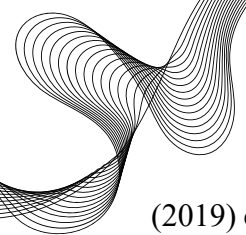
Entendemos, a partir da proposta da pesquisa-intervenção, que sujeito e objeto constituem-se mutuamente, e não de modo anterior ou separado. Apostamos também nestas intervenções no campo-tema, sobre as quais não temos controle *a priori* a partir de nossas hipóteses, mas são geradas pelo componente de improviso e espontaneidade que costumam ter os encontros. Ao mesmo tempo, reconhecemos nosso papel na produção compartilhada de sentidos, conferindo cuidadosa atenção aos disparadores propostos na oficina, de modo que eles contribuam para a fruição narrativa sobre as experiências e para a produção de novos aprendizados sobre elas. Aqui consideramos a dimensão pré-reflexiva da experiência e as possibilidades de gerar *breakdown*, interrupções no fluxo cognitivo habitual (Varela, 2003), que podem ser vivenciadas nas oficinas.

Passos et al. (2018) trazem duas dimensões da experiência, sendo a primeira aquela que se refere ao que é comumente chamado de “experiência de vida”, que pode ser narrada, ou situações passadas que podem ser enumeradas. A segunda é a recém-referida como dimensão pré-reflexiva, que constitui, no momento presente, a coemergência de si e do mundo. Elas estão relacionadas, uma vez que atentar à dimensão pré-reflexiva é a



via de acesso à primeira dimensão, de modo a permitir que ela apareça em sua característica de instabilidade, transformação. Não é como uma observação externa e, portanto, o objeto do qual fala o sujeito não se separa dele. Ainda que o método aqui proposto não seja entrevistas, como no texto citado, mas oficinas, e talvez especialmente por isso haja diferencial cautela, a tentativa não foi de apenas “colher” as vivências relatadas, mas também a forma como sua evocação modula o encontro e como elas podem ser ressignificadas ali.

Uma das formas de investigar estas dimensões da experiência é procurar saber das ações, não no sentido de uma descrição automatizada ou mimética do evento já ocorrido, mas intercalando relato com reflexão mais do que com julgamento. O foco nas ações realizadas não é o único possível em uma entrevista ou em pesquisas com outras metodologias, como a oficina aqui proposta, mas tem inspiração na entrevista de explicitação (Vermersch, 1994). O objetivo é encontrar na narrativa do que se faz aquilo que se pode aprender e as dificuldades neste processo de aprendizagem. Esta inspiração nas metodologias em primeira pessoa visa acessar o aprendizado ético (as transformações nas disposições para a ação e abertura do campo de problematizações) que acontece no contexto pesquisado, não apenas verificar que princípios morais se repetem nos discursos, mas como estes discursos e princípios constituem corpos. Tanto o acoplamento com as tecnologias quanto a relação que se estabelece com outros agentes, como as plantas, os outros humanos, enfim, o território, participa do que se aprende individual e coletivamente e constrói modos de relação. Em sentido semelhante, Tsing



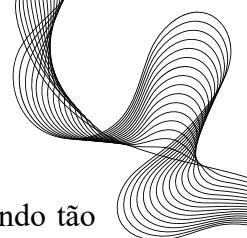
(2019) entende que apontar a agência dos não-humanos pode ser interessante e não é um conceito problemático. Seria, no entanto, insuficiente. É necessário pensar também nas interagências que estabelecem relações de simbiose e interdependência. No caso da presente pesquisa, biológica e tecnologicamente. Esta pista guiou o método aqui descrito no sentido de que aquilo que se vê, que se sente ou ouve, enquanto se constitui objeto de atenção, procurou ser investigado nas oficinas, assim como os hábitos e a agência política dos coletivos. Ao mesmo tempo em que as questões norteadoras abordaram o vivido, também procurou-se olhar coletivamente para o que ainda pode ser.

Considerações finais

Este capítulo procurou retomar as pistas metodológicas que ajudaram a compor uma pesquisa que se fez por meio de oficinas que se debruçaram sobre as práticas de consumo responsável/solidário. O próprio modo de funcionamento destes coletivos, que busca debater e atentar coletivamente ao consumo, ofereceu inspiração à metodologia.

Nas oficinas, o consumo foi um elemento que propiciou a reflexão sobre diversos outros temas, como a relação com as tecnologias, com o tempo, a alimentação e os futuros (im)possíveis no modo atual de organização do capitalismo. A viabilidade dos coletivos e a coerência do seu funcionamento com os princípios da economia solidária também foram tematizados.

Um destaque que merece ser feito sobre as oficinas foi o rompimento de alguns automatismos sobre determinados temas, ou mesmo sobre os modos de funcionamento dos

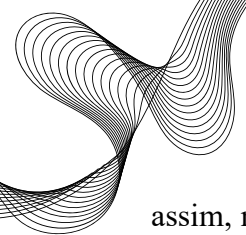


grupos. Procedimentos corriqueiros que acabam não sendo tão recorrentemente pensados no cotidiano puderam ser refletidos pelos participantes.

O tema da atenção tem sido recorrente em pesquisas científicas, nas instituições educacionais, com frequência focando na produtividade ou no déficit, em uma perspectiva econômica. Neste estudo, ao propor uma pedagogia atencional exercida nos grupos de consumo responsável e nas cooperativas de consumo, incluímos uma dimensão ética na produção da atenção, bem como a produção da atenção no aprendizado ético. Aquilo que se faz objeto de atenção conjunta constitui nossas formas de responder coletivamente às questões que a vida contemporânea nos coloca, incluindo a crise ambiental. A agroecologia, as plataformas digitais e a disposição das hierarquias nos grupos constituem elementos fundamentais de uma ecologia/pedagogia atencional que procuramos observar na pesquisa.

A atenção do cartógrafo, produzida junto aos coletivos dos quais participa, é sempre constituinte das pesquisas realizadas nesta perspectiva. Aqui, as ferramentas de realização da oficina (plataforma de reuniões), o metaprotocolo, as questões norteadoras e os movimentos que aconteceram em cada momento das oficinas foram ajudando a compor o que entendemos como produção de pistas sobre o consumo solidário, por meio do exercício atencional, muito mais que a coleta de informações.

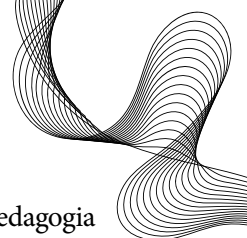
Sugerimos que as oficinas de atenção ao consumo também possam ser realizadas em outros contextos, de modo a conectar também à relação com o futuro, com os agentes que compõem nossas comunidades mais-que-humanas. O consumo,



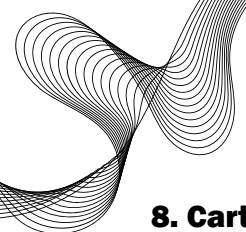
assim, não é pensado como uma prática isolada, mas conectado às respostas que precisamos produzir em nosso tempo. Inclusive sobre os modos de produção da atenção.

Referências

- BENJAMIN, Walter. École Polytechnique. In: BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: UFMG, 2009. cap. 2.
- CALIMAN, Luciana et al. O cultivo atencional como exercício de participação: oficinas com crianças na saúde mental. *Ayvu: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 42-66, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/27401/16000>.
- CITTON, Yves. Da economia à ecologia da atenção. *Ayvu: Revista de Psicologia*, v. 5, n. 1, p. 13-41, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/27498>.
- DEPRAZ, Natalie; VARELA, Francisco J.; VERMERSCH, Pierre. A redução à prova da experiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 58, n. 1, p. 75-86, 2006.
- KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 1273-1288, 2005.
- KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579>.
- KROEFF, Renata; GAVILLON, Póti; MARKUART, Erika Neres. Intervindo em oficinas: presenças que performam. In: MARASCHIN, Cleci; KROEFF, Renata; GAVILLON, Póti. *Oficinando em jogos digitais: experiências de aprendizagem inventiva*. Curitiba: CRV, 2017. p. 119-132.



- MASSCHELEIN, Jan. E-ducando o olhar: a necessidade de uma pedagogia pobre. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 1, n. 33, p. 35-48, jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6685/3998>.
- PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.
- PASSOS, Eduardo et al. A entrevista cartográfica na investigação da experiência mnêmica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 2, n. 38, p. 275-290, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HM9xVJSqRBNTgtvkZnb6K8N/?lang=pt>.
- SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético políticas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 26, p. 32-43, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wrfMHbjhHNppX7Lppk8DMNJ/?lang=pt>.
- SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 70-77, 2008.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 212 p.
- TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia (s) da produção associada. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/K7JS4VWcQSK99c9bgNswtZg/>.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.
- VARELA, Francisco. O reencantamento do concreto. *Cadernos de Subjetividade*, v. 11, p. 71-86, 2003.
- VERMERSCH, Pierre. *L'entretien d'explicitation*. Issy-Les Moulineaux: ESF Éditeur, 1994.



8. Carta à Imaginação: criar comunidades humanas e não-humanas por meio dos sonhos

Laura Barcellos Pujol de Souza²⁴

Luciano Bedin da Costa²⁵

Preâmbulo

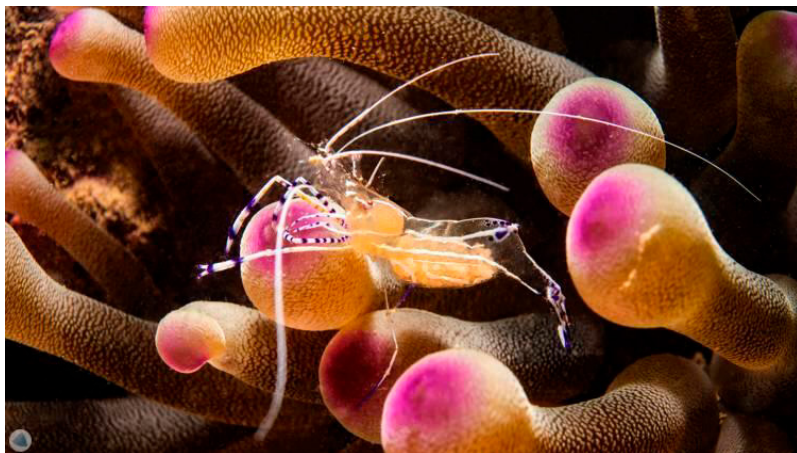
Este ensaio, escrito sob a forma epistolar, é fruto da tese de doutorado “*Ainda Sonhar: rastros oníricos de nosso tempo*”²⁶, defendida em setembro de 2024, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Durante os quatro anos de sua realização, lançamos um olhar investigativo e sensível ao território dos sonhos, buscando a intersecção entre psicologia, artes visuais, literatura, filosofia e comunicação. Na tese, lançamos mão do conceito de oniropolítica, na tentativa de situar o sonho e os modos de sonhar em uma dimensão comunitária, deslocando-os da posição ainda hegemônica que os compreende desde a perspectiva individual, privada e antropocêntrica. Não tendo como

²⁴ Psicóloga formada pela Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA), mestra e doutora em Psicologia Social e Institucional (PPGSI-UFRGS). É editora do jornal O Onírico: o primeiro jornal oniropolítico do Brasil. Contato: barcelloslaura@gmail.com

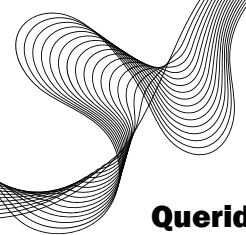
²⁵ Docente da Faculdade de Educação e do PPG em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coordenador do grupo Políticas do Texto e um dos editores de O Onírico: o primeiro jornal oniropolítico do Brasil. Contato: bedin.costa@gmail.com

²⁶ Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/289464>

preocupação definir “o que é o sonho”, a pesquisa circula por diferentes abordagens teóricas e cosmológicas, estabelecendo um laço entre psicologia social, psicologia analítica e autores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa compreendendo os sonhos como constituição de comunidades entre humanos e não-humanos. A carta abaixo é destinada, não a um outro sujeito ou instituição, mas à Imaginação, uma tentativa de abertura à especulação, à fabulação, à intuição e ao delírio, elementos indispensáveis a quem, porventura, deseja se enveredar pelo campo dos sonhos.



Anêmona gigante e seu morador, o camarão de Pederson (imagem). Banco de imagens Cifonauta. Autor: Marcelo Visentini Kitahara. Disponível em: <https://cifonauta.cebimar.usp.br/media/12967/>.



Querida Imaginação, (uma carta de aberturas)

A via láctea não existe no céu, ela está dentro de você; a via láctea corre pelo cosmos sem fim, ela corre pelo fundo da terra. A via Láctea que corre por aquelas bandas, será que é dela que vem a conversa que ouvimos na plataforma?

(Kazuo Ohno)

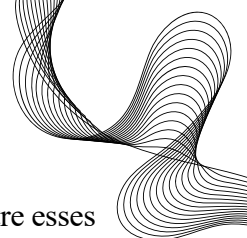
O sonho, substância que inaugura a vida.
(Letrux)

Algo está sempre por acontecer.
(Clarice Lispector)

Me dirijo a ti com este escrito²⁷ que, em meio a noites de rompantes, insônia e ansiedades pré-eleição²⁸, vai aos poucos sendo tecido. Escrevo e entrelaçam-se confissões oníricas num percurso de sentidos, pensamentos, imagens. Procuro encontrar uma voz, a minha voz, para falar contigo. Me localizo em um lugar e um tempo, enquanto você vem e me traz coisas das profundezas. Esta carta tinha, antes, um outro início: “Eu não sonhei com anêmonas, mas é sobre elas que quero falar nesta noite”. Depois de passar noites e noites debruçada em assuntos

²⁷ Nestas confissões oníricas, escrevo para a Imaginação, a quem desejo remeter este escrito. A demarco com maiúscula por não considerá-la um conceito, mas como uma força que age no mundo. Ela pensa, move, compõe. Conversaremos e nomearemos também outras presenças próximas, companheiras de pensamento, de vida, de escrita, com as quais o sonho tem sido uma forma de encontro.

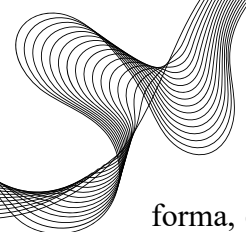
²⁸ Esta carta foi escrita durante o período pré-eleições presidenciais, que ocorreram em outubro de 2022, no Brasil, e que elegeram o presidente Lula.



de anêmonas e de mar, imaginando a relação profunda entre esses seres e essas substâncias, por fim sonhei com anêmonas, o que me obrigou a reescrever o início. Encantada pela vida das anêmonas-do-mar, busquei descrições sobre sua composição corporal, indo e vindo uma vontade intensiva de saber, ler, encontrar sobre comportamento, interesses, curiosidades das anêmonas, sonhando uma aproximação com essas imagens. E aliás, será que as anêmonas sonham? E se sonham, como sonham?

A demonstração da ocorrência da quietude periódica até mesmo em águas-vivas aponta que o sono prescinde do cérebro, podendo ocorrer em um sistema nervoso bem primitivo. A melatonina, hormônio indutor do sono produzido na primeira metade da noite pela glândula pineal humana, parece ter se originado há 700 milhões de anos (...) (Ribeiro, 2019, p. 120).

Se o sonho prescinde do cérebro e do sistema nervoso, presentes apenas em alguns animais, elaboro algumas primeiras perguntas: Quais existências têm o seu sonho reconhecido? Que sonhos contam como sonhos? Que organismos são capazes de sonhar? A filósofa e psicóloga Vinciane Despret, no livro “*O que diriam os animais*”, relembra de uma questão colocada por Judith Butler: “Que vidas contam como vidas?”. No tema das existências que reivindicam sua importância, Despret demarca mais uma pergunta de Butler: “o que constitui uma vida cuja perda justifica o luto?” (Despret, 2021, p. 151). A palavra luto está aqui como uma primeira aparição numa livre associação entre o mar, o meio ambiente, o humano e a anêmona. De certa

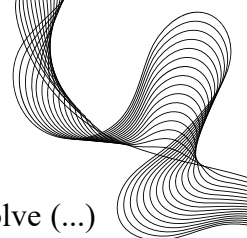


forma, compartilhamos um luto com estes seres abissais, como se soubéssemos, com eles, sobre a queda do céu.

A antropóloga brasileira Hanna Limulja escreveu uma pesquisa acerca dos sonhos dos povos Yanomami, publicada em *O desejo dos outros - uma etnografia dos sonhos Yanomami*. A pesquisadora, entre tantas reflexões, aporta o sonho, para estes povos, como “a terceira margem do rio, é a boa distância que separa vivos e mortos” (2022, p. 143). Interessante pensar no sono como uma pequena morte (assim como o orgasmo?). O sonho seria, portanto, uma possibilidade de pós-vida, pois o sonho instaura um modo de existência, após e durante a pequena morte que é dormir. Mas também o sonho “inscreve-se na vida como uma forma atenuada de morte. Uma morte cotidiana e até mesmo necessária, que faz com que a cada noite se experimente um pouco daquilo que mais cedo ou mais tarde vai chegar para todos” (Limulja, 2022, p. 143).

Escrever sobre o sonhar, se compreendermos o sonho como uma forma atenuada de morrer, é escrever num *after life*, impulsionadas por um impulso, como escreveu Tania Galli em um de seus últimos escritos publicados em vida²⁹: “impulso de sobreviver àquilo que não temos mais em nossa vida presente”. Ela diz, ainda, algumas linhas depois: “escrevemos pelo que não

²⁹ Artigo publicado no último livro organizado por Tania Galli, intitulado “*Imagens do Fora: um arquivo da loucura*” (2019). Prof. Dra Tania Mara Galli Fonseca foi professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS por mais de 20 anos. Tania faleceu no ano de 2019, após uma vida de trabalho dedicada à memória, ao testemunho e à luta antimanicomial. A potência de seu pensamento deixou uma marca indelével em todos que puderam conviver com ela na pesquisa e na vida.

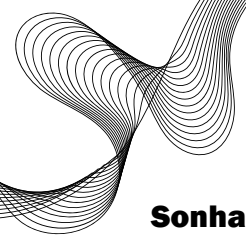


sabemos e também pela mudez do mundo que nos envolve (...) gostaríamos que nossa voz pudesse abrigar elementos do mundo e do que não temos sido, do que não realizamos ainda a respeito do nosso destino” (Fonseca, 2019, p. 258).

Sinto vontade de encontrar você, imaginação-anêmona. Desejo sonhar. Como um corpo que pede por um remédio por meio de um desejo inexplicável por uma fruta vermelha e ácida, levemente adocicada, tomo um chá de maçã com canela, agora mesmo. Como um corpo que pede por sensações específicas, que clama por sal ou por água, por gelo e mar. Mas, enquanto isso se dá, uma outra voz, mais estranha (mas bem conhecida), se levanta daquele lugar do estranho, *Unheimlich*³⁰, do vale lúgubre e viscoso (voz masculina, científica, dura) que questiona com voz grave e taciturna pra dentro do coração da minha tempestade: por que girar por tanto tempo ao redor de algo que aparentemente não tem ligação com a pesquisa?

Por que pensar em anêmonas-do-mar? O termo “aparentemente” é a brecha que eu busco e preciso. Penso em Jung quando ele diz: “era fácil zombar de mim, porque eu tinha coisas estranhas a fazer.”, frase que consta no “*Livro Vermelho*” (Jung, 2013), e que não consigo de jeito nenhum reencontrar no livro (será que sonhei com isso?). A muito custo, aprendo a inventar respostas a essas vozes estranhas – para que seja possível continuar a fazer e pensar o que sinto que é preciso para escrever, mas, principalmente, me mover.

³⁰ “O inquietante” ou “Das Unheimlich”, é o nome de um texto publicado por Freud, em 1919. O termo, em linhas gerais, refere-se ao domínio do que é terrível, que desperta angústia e terror - o inquietante que reside no angustiante, aquilo que é assustador por fugir ao familiar.



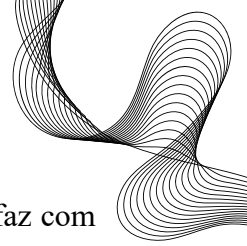
Sonhar e saber pelo coração

Trago a questão da memória para também introduzir brevemente um estilo de rememoração do onírico como um saber que vem do coração. Lembro da minha orientadora Tania, em um dos seminários de *Arquivo e Testemunho*³¹, lá nas salas de cima da Oficina de Criatividade³², quando ela começou a falar sobre uma forma de rememoração que definiu como um “saber pelo coração”. Tânia explicou da expressão francesa *savoir par coeur*, origem da nossa expressão “saber de cor”. É usada para indicar que alguém aprendeu algo de maneira tão completa que pode recitá-lo ou reproduzi-lo sem precisar consultar a fonte original, apenas pela memória. Com as lembranças que tenho desta aula inesquecível, tento elaborar um pensamento: a rememoração do onírico como um saber pelo coração. Essa rememoração do onírico parece passar pela evocação, espontânea ou não daquilo que foi sonhado, pela recuperação das suas imagens. Pois saber pelo coração parece não tratar do decorar, mas de um recordar como quem sonha, como quem se deixa permear por lembranças e com elas agir no mundo.

As passagens e recordações oníricas, como memórias

³¹ Os seminários Arquivo e Testemunho eram ministrados pela Prof. Tania Galli junto à Prof. Claudia Caimi. As aulas eram resultado dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica nos modos de trabalhar e subjetivar, que atua junto ao Acervo da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP).

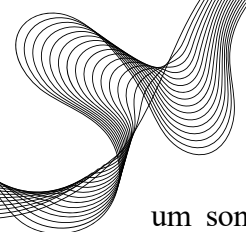
³² A Oficina de Criatividade do HPSP foi fundada em 1990, como um espaço de reabilitação psicossocial da rede de saúde mental do SUS. É um lugar para as artes, inspirado nos ensinamentos da psiquiatra Nise da Silveira. Como espaço de convivência, recebe moradores e frequentadores do Hospital Psiquiátrico São Pedro, pacientes internados na área hospitalar, ambulatorial e grupos da comunidade do entorno.



de uma vida, são reanimadas por essa recuperação que faz com que as imagens sobrevivam das ruínas do esquecimento. Aqui, pensando em um sonhar pelo coração, repenso em memórias. Estas são evocadas em *savoir par coeur* como algo que vem do encontro, como um encontro que se dá pelo trabalho intencional de evocação - por um desejo de lembrar. Ou aquelas memórias que surgem sem uma intenção, como as fantasias. Querida Imaginação, em um dos dias em que você esteve aqui em casa, você fez um convite: “Vamos tentar tocar as canções que a gente lembrar de memória”, pegando o violão e já tocando “Norte, vento vela, barco, porto...” Naquele momento, eu não te contei, mas também lembrei de Tania e pensei que escrever pelo coração passa por evocar esses bons encontros.

Imagens táteis

A professora e pesquisadora Virginia Kastrup, em seus estudos com a imagem e a cognição, escreveu um artigo intitulado “*Será que cegos sonham? O caso das imagens táteis distais*” (Kastrup, 2013). Neste artigo, a autora indica um caminho um pouco diferente daquele inaugurado por Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900), concentrando-se, “sem negar a importância da lógica do sonho e sem recusar a participação do desejo em sua construção”, “no problema da dinâmica estrutural e da composição da imagem a partir de experiências não visuais” (Kastrup, 2013, p. 432). Analisando extratos de entrevistas feitas com pessoas cegas precoces (que perderam a visão com menos de 5 anos de idade), o estudo tomou como experiência de referência a descrição de

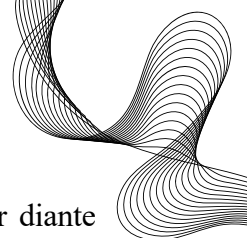


um sonho e de uma imagem-lembrança de cada entrevistado. É afirmada a existência de uma imagética multissensorial, com importância da plataforma tátil e a presença, tanto nas lembranças como nos sonhos, de imagens táteis distais, descritas como próximas da experiência da visão. As imagens táteis distais são tátilo-sinestésicas, prescindem do olho:

A imagem afetivo-emotiva ou simbólica é caracterizada pela presença de valências, tensões, constrangimentos e ressonâncias. O conjunto dessas imagens forma um verdadeiro mundo mental, do qual fazem parte as imagens-lembranças e as imagens oníricas. Por fim, a invenção se produz quando a imagem dá lugar a uma obra, seja ela técnica ou artística. Enfim, tal imagem é lançada no mundo e, num processo de causalidade circular, vem a participar do processo de formação de novas imagens. Imaginação e invenção formam um ciclo, fundado no dinamismo da imagem (Kastrup, 2013, p. 433).

Nesse dinamismo de imagens no qual participa o sonho, misturam-se as memórias de tantos sonhos sonhados, e talvez esse lugar do sonho também possa ser vivido como uma instância de *la que sabe*³³. Aquilo em nós que é capaz de ver na escuridão, aquilo em nós que vive no limiar entre passado, presente, futuro. No limiar entre sono e vigília, o sonho. O sonho tátil, que lembro de cor, quando penso nele. Imagens distais, Imaginação que voa.

³³ “*La que Sabe*” é uma personagem ligada ao arquétipo da velha sábia. Consta em uma antiga história recontada de forma oral na Rússia e países bálticos conhecida como “*Vasalisa, a sabida*” ou “*A boneca*”. Foi resgatada e apresentada no conhecido livro *Mulheres que correm com os lobos* (1994), da pesquisadora Clarissa Pinkola Estés.

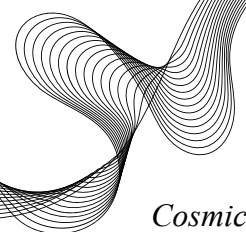


Assim, só poderia ter sido você, Imaginação, a insinuar diante dos meus olhos abissais o desejo dançante de anêmonas e de mar. Então recebi justo um sonho de anêmonas e fundo do mar. Por isso, a imagem é um cálice que bebo com seriedade. Tomei nota da sequência de sonhos-táteis que povoaram aquela noite no diário de campo³⁴, no dia 10 de agosto de 2022:

Sonhei com anêmonas ontem. Tive, na verdade, uma sequência de três sonhos. Sonhei que: 1. eu tinha sete cérebros removíveis e tinha a sensação de tê-los; 2. vi imagens esparsas com uma pedra vermelha chamada no sonho de “pedra ígnea”, (pedra de fogo) - eu não a toquei, mas imagino a sensação; 3. eu estava em meu apartamento, na sala, e de repente vi que havia um buraco enorme no chão de *parquet* antigo - era o mar nesse buraco, um sumidouro dando acesso ao mar. < Os sumidouros são buracos na superfície da terra levando a lugares profundos. > vi uma enorme anêmona colorida, plantas aquáticas grandes e verdes - e tudo ali brilhava, resplandecia em cores molhadas. Desse buraco vivo vinham coisas do mar invadindo a minha sala. O sumidouro cuspiam para dentro da minha casa elementos marinhos e pedacinhos de água-viva, existências larvares. Essa exuberância me deixava fascinada, e eu não me preocupava com essas presenças. Ainda assim, varria de volta para o buraco com muito cuidado as pequenas criaturas.

Por falar em criaturas, seres, espectros e personagens, o sonho nos leva mais uma vez à literatura. Lembro das

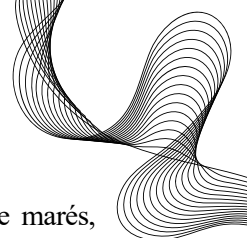
³⁴ O Diário de Campo é um recurso metodológico que utilizei, e que será trazido na forma de fragmentos com o título de “diário de campo dos sonhos”.



Cosmicômicas (1965) do escritor italiano Italo Calvino, onde as potências narrativas e imaginais de fragmentos científicos iniciais são mote para ficções e fabulações envolvendo desde a vida dos caracóis, até grupos de amigos que viajavam juntos para a Lua quando essa era muito mais próxima da Terra, há milhões de anos atrás. Assim, com a literatura, com os saberes científicos, com os sonhos, os devires anímicos agenciados pelo sonho podem semear um campo comum de criação. Os personagens não são aqui personagens, porque o sonho (e a vida) confere a eles estatuto de existentes. Pessoas reais e pessoas sonhadas, seres reais e seres sonhados convivem em um mesmo espaço-tempo. O universo onírico e suas propagações.

Em uma conversa com a amiga Juliane Farina, identificamos que, como pesquisadoras, todas temos interesses que desviam um tanto de nossas pesquisas “oficiais”, mas que também exercem sobre nós fascínio e interesse. Podem ser estudos paralelos sobre trilha sonora, decoração de interiores, novelas, literatura de terror, etc. Assim, desenvolvemos a ideia de uma *Zona de Curiosidade Permanente*, como um espaço de experimentação estética para estas outras pesquisas acontecerem e terem um lugar no nosso cotidiano. Para guardar os registros desses pequenos estudos, criamos uma pasta compartilhada na qual escrevemos sobre tais curiosidades. Trago, portanto, uma nota extraída dessa pasta, neste caso, sobre as anêmonas-do-mar e outros seres que habitam as zonas abissais do oceano:

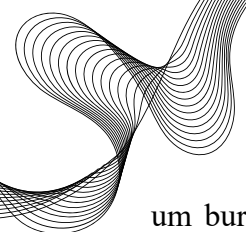
As anêmonas-do-mar, assim como as águas-vivas, pertencem ao Filo Cnidaria – um magnífico grupo de animais invertebrados. As anêmonas são seres aquáticos



que podem ser encontrados em regiões de entre marés, recifes, costões rochosos, ilhas oceânicas e manguezais. Passam, assim, grande parte da vida ligadas ao substrato, e por isso alterações no ambiente - como a ação das ondas, mudanças nas marés, assoreamento ou outros fatores ambientais, são determinantes para a manutenção e proliferação da vida dessa espécie. As anêmonas possuem um corpo praticamente sem órgãos descrito como “relativamente simples”, com tecidos, simetria radial e apenas um orifício corporal: a boca. Essa abertura corpórea e única está rodeada por variados tentáculos que são uma forma importante de defesa e captura de alimentos.

Pego na mão o “*Manifesto Surrealista*”, abro e leio: “Querida imaginação, o que sobretudo amo em ti é não perdoares” (Breton, 1922). Para decantar o ego, como quem deixa parar a água até que a impureza desça, ofereço à minha razão argumentos bons e irrefutáveis, para que a razão se acalme e outras vozes tenham passagem. Mas poderia eu acreditar ainda no “espírito zombeteiro”³⁵ sem consequências? Por isso quero sair dessa interioridade que me leva por caminhos circulares e teleológicos (a tese buscando a tese que busca a tese e assim por diante). Aposto (pois se trata de uma aposta mesmo) em uma escrita e método que não façam vista grossa a tal *Zona de Curiosidade Permanente*. Pensava em anêmonas, escrevi sobre não ter sonhado com elas e, dois dias depois, sonhei que se abria

³⁵ O espírito zombeteiro é uma figura arquetípica relacionada ao *zeitgeist*, o espírito da época. Jung escreveu em seu esboço para o *Livro Vermelho* que “O espírito dessa época gostaria de ouvir sobre lucros e valor. (...) Mas aquele outro espírito me força a falar apesar disso para além da justificação, de lucros e de sentido” (Jung, 2013, p. 109). Para Jung, é preciso procurar pelo “espírito da profundidade”, que pode ser encontrado no cotidiano e nas pequenezas.



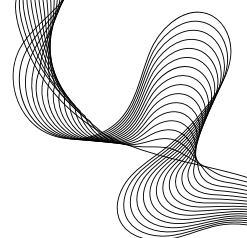
um buraco no chão que dava para o mar. Por isso é contigo, Imaginação, que quero continuar essa viagem entre corpo e coração, predispostos, ambos, a palpitações e sentimentos de amor pelo mundo. Coração – uma ode ao infinito.

O tempo do sonho

E, se não tiver sido eu quem sonhou com as anêmonas, mas sim eu que fui sonhada por elas? Pois “o *eu* não vive nem sonha, ele é *vivido* e é sonhado”, escreveu Nietzsche em *Assim falou Zaratustra*, e continua: “Eu, dizes tu e te orgulhas desta palavra. Mas o que é maior, em que não queres crer – o teu corpo e sua grande razão: ele não diz ‘eu’, mas o faz.” (Nietzsche, 2014, p. 42). Mas, espera. Chega até mim uma notícia: “Humano chegou ao abismo do mar profundo: Cientistas encontram camada de microplástico no fundo do mar”³⁶. Há também outras: “Cachalote é encontrada morta e causa mortis é devida ao excesso de lixo em seu estômago.”³⁷ Antropoceno. Degradação do ambiente marinho por influência humana - o momento derradeiro de quando o microplástico encontra com a diatomácea. A que ponto chegamos? Segundo a ciência, ao fundo do mar e ao espaço - ambos repletos de rastros do lixo humano e resíduo civilizatório - literalmente.

³⁶ Segundo artigo publicado na CNN Brasil, há 14 milhões de toneladas de microplásticos no fundo do mar. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/estudo-diz-que-ha-14-mi-de-toneladas-metricas-de-microplasticos-no-fundo-do-mar/>.

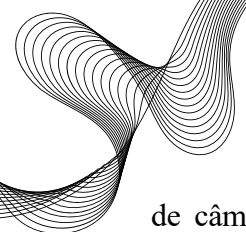
³⁷ Baleia Cachalote é encontrada morta e autópsia revela mais de 150kg de lixo em seu estômago. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2022/11/24/mais-de-150-quilos-de-lixo-sao-encontrados-no-estomago-de-baleia-no-canada.ghtml>.



Diário de campo dos sonhos, agosto de 2022:

Desejosas dos abismos da modernidade, as anêmonas-do-mar afeiçoam-se às imagens da urbe, refletidas em estranhos objetos encontrados em alto-mar: pequenos espelhos, moedas douradas, louças, âncoras enferrujadas, alguma cidade perdida inteira, corpos mumificados, submarinos repletos de limo e corais aderidos, e seres que por ali fizeram sua morada.

A imagem que se abre no chão da sala me punge e me fere e, por isso, a retomo interminavelmente. Se sonhar é uma maneira de fechar os olhos, o *punctum*, neste sonho, estaria nestas pequenas coisas que, do mar, pulam para dentro da minha sala - de dentro do buraco aberto, pois “o *punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha no corte - e também um lance de dados. O *punctum* é esse acaso que, na foto, me punge (mas também me mortifica, me fere)” (Barthes, 1984, p. 46). Há corpo no sonho? Esse corpo que reage e toca é reencontrado no despertar pelo fragmento de memória, pela imagem que sobrevive no rastro onírico, no resto. Neste momento, a imagem onírica passa a existir mais - torna-se algo que pode ser tocado, uma imagem-tátil. Irreversivelmente, passo a co-habitar o mesmo espaço com a anêmona. Para pensar na passagem da imagem ao tato, lembro-me de Philippe Dubois ao descrever o funcionamento da câmara clara, inventada em 1807 e tão estudada por Roland Barthes: “Nada de tela, de projeção ou de decalque: nada de intermediário. Aquilo passa diretamente do olho à mão. É como se o próprio corpo o pintor, ou pelo menos seu cérebro, desempenhasse o papel

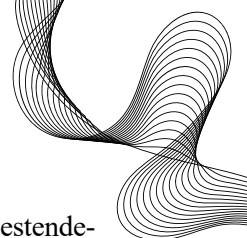


de câmera (escura ou clara?), de caixa de ressonância visual” (Dubois, 2008, p. 131).

Comparo o lembrar de um sonho com o pintor que se utiliza de uma caixa de ressonância para reproduzir uma imagem e pintá-la por cima. Escrevo e reinvento o sonho. A memória onírica se oferece como dispositivo óptico, retratado em uma espécie de tela mental. Para fazer um texto de sonhos, volto às imagens... Tento dirigir o pensamento ao escrever, mas me sinto uma motorista distraída que dirige um carro que tende a puxar para o lado. “Como seguir uma ideia? Seus caminhos são repletos de farândolas. Mascarados surgem às sacadas” (Aragon, 2024, p. 31). Dormir, talvez sonhar. Para manter a direção do pensamento tento me concentrar no horizonte da estrada e, para isso, preciso estar disponível para olhar na direção do desejo. Parece-me que o pensamento onírico já exige outro tipo de exercício - deixar-me levar pela direção para onde o sonho “puxa”, para onde ele atrai.

Assim que adormeço, aqui em minha cama, uma outra versão de mim desperta no mundo onírico e lá se depara com uma conhecida minha pedindo uma sopa e comendo com pão, enquanto eu escuto o barulho da sua mastigação e, nesse sonho, eu praticamente não estou fazendo nada³⁸. Transcrevo um fragmento de “*Uma vaga de sonhos*” em que Louis Aragon descreve o domínio dos sonhos, como uma evocação:

³⁸ Diário de campo dos sonhos, 6 de agosto de 2020.



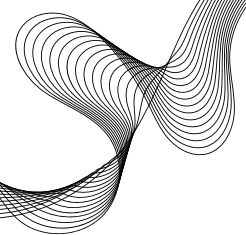
Sonhos, sonhos, sonhos, o domínio dos sonhos estende-se mais e mais, o sol azul dos sonhos faz recuar para seus covis as feras de olhos de aço. Sonhos, sonhos, sonhos sobre o domínio do amor, sobre as cifras da felicidade, sobre os soluços da atenção, sobre os sinais da esperança, no canteiro de obra em que se resigna, ao lado das picaretas, todo um povo. Sonho, sonho, sonho, tudo não passa de um sonho, que é onde o vento erra - e os cães ladrando saem de suas trilhas (Aragon, 2024, p. 38).

No meio da noite, fecho de novo os olhos para tentar voltar ao sonho. Se o pensamento sonhar, conseguirá? “As imagens nos povoam, utilizam-nos como cavalos”³⁹, assim, a sonhadora nunca sabe onde vai parar. Crio teorias sobre como retornar ao sonho que me acalentou – outro sonho, talvez mais erótico, talvez mais humano. É um clichê falar do mar. Por isso falarei de amor. Encosto minha mão na parede fria, isso me refresca e adormeço novamente.

Diário de campo dos sonhos, 13 de julho de 2020:

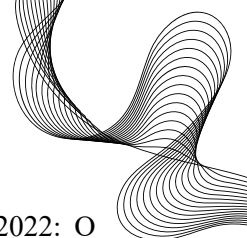
Você apareceu em meu sonho, longamente sentada e em silêncio. Você ficou assim por horas, depois se levantou e acendeu o fogo. Retirou papéis de dentro de uma bolsa de couro e passou a queimá-los. Você colocava folha por folha para arder no fogo. Você bebia, naquela noite, um cálice de? um vinho tinto e forte que compartilhou comigo. Nós bebemos juntas em silêncio até o sono nos

³⁹ Acréscimo posterior à escrita do texto, após a publicação do artigo “O que querem as imagens que nos fazem sonhar?”, por Édio Raniere e Renata Azevedo Peres em *O Onírico III - utopia & amor*, outubro de 2023, p. 13.



acolher em seus braços. Mas esse foi o último sonho no qual você apareceu. Nas noites em que você me visitava, eu conseguia ter longas noites de descanso sem despertar no meio delas com a garganta seca, ou ofegante, com o coração acelerado em meio a pesadelos... Onde foi, aliás, que perdi meu sono, futuro que não chega? Você sabia que, no momento em que uma pessoa compartilha com a outra suas visões, passa a correr o risco de sonhar junto o mesmo sonho? Nessas longas noites onde você não me visita mais, meus sonhos se tornam mais assustadores. Mal consigo dormir, e quando pego no sono, é nas trevas que mergulho.

Pensar oniricamente é dançar com imagens. O pensamento do sonho, ou, ainda, a imaginação onírica, consiste em conceber o sonho como uma composição híbrida e em ato. Sempre inacabado, infinito para trás e para frente no tempo, é o sonho. Sonhos são a forma e o conteúdo dançando juntos para recriar o tempo. Imagens que dançam, os sonhos são, portanto, não retratos, embora os forneçam, não filmes, embora os imaginem. Como me escreveu uma vez a amiga Amanda Cappellari, “agora estou cá pensando em pessoas com as quais nunca mais sonhei. Outras tantas que possivelmente eu nem lembre que me eram importantes sonhar com. A esquina do sonho: o último aceno, o desencontro para sempre.” Em uma passagem de “*A Natureza da Psique*” (1971), Jung levanta a questão, talvez inesperada: “e se o inconsciente também tem sonhos?” (Jung, 1971, p. 82), e esses sonhos retornam “não mais como o meu sofrimento, mas como o sofrimento do mundo”, dito em suas palavras (Jung, 1971, p. 87).

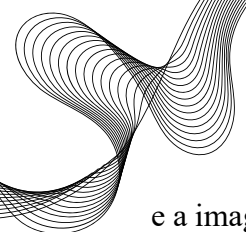


Diário de campo dos sonhos, 19 agosto de 2022: O que significa sonhar que tenho sete cérebros, para além daquele que habita a minha cabeça? Penso no polvo e descubro que em cada um de seus oito tentáculos, especula-se que este possua um cérebro altamente sensorial. Surge, portanto, um protocolo de experiência cuja pergunta poderia ser formulada em: como estabelecer a experiência de possuir mais de um cérebro? Procuo uma existência tentacular [antes de molécula, precisamos pensar em tentáculos] e assim vamos, por proximidade e distanciamento, passando a outras formas de existência.

Os sonhos, como obra, não se fazem enquanto projeto pensado, não se constituem, não se sujeitam. Existem no mundo, como relatos, obras de uma vida, como arte, como cosmogonias. Para elevar o sonho ao estatuto da arte, é preciso montar num elefante voador. Para dar a eles mais substância, é preciso submeter a *prima materia*⁴⁰ onírica a atos de montagem, desmontagem, remontagem - ritornelos oníricos. Assim, os sonhos passam a existir mais e com mais esplendor, retomando sua parte na existência. O sonho se repete, é novamente enviado para a vida desperta, é recuperado como aparição, muitas vezes, sem a participação da vontade.

Pensar oniricamente é fazer movimentos em prol dessas imagens, imagens que não passam e que não nos deixam, custe o que custar. Toma-se para si aquilo que acontece oniricamente,

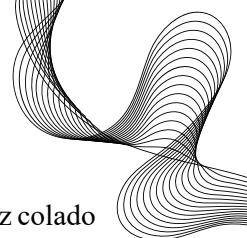
⁴⁰ *Prima Materia*, segundo textos alquímicos, seria aquilo que as crianças brincam, e que os adultos passam por cima sem perceber. É a matéria primordial da *Opus*, da obra alquímica que almeja fabricar o ouro filosófico - a pedra ígnea, vermelha e fluida.



e a imagem ganha mais voz. Quem sonha não duvida do que vê, mas deixa uma suspeita operar, pois não perguntamos se o sonho é ou não verdadeiro a não ser em incredulidade: “não pode ser que você tenha sonhado isso”. Fiquemos com a imagem. Pois é da ordem do onírico a existência do impossível, como lugar, é o lugar próprio do sonho aquilo que “não pode ser”. Não no sentido apenas do irrealizável, é que a imaginação onírica faz o impossível existir mais. Em menos palavras: o impossível caminha com o sonho.

Sonhos localizados

Diário de campo dos sonhos, 10 de maio de 2021: Mas o espírito do tempo me situa novamente: Eu, mulher brasileira, branca, residente da cidade de Porto Alegre, escrevo com sonhos que chegam através de um projeto de pesquisa vinculado à Universidade. Diante do tempo, após quase dois anos de isolamento social, neste momento-chave, que em linguagem científica chama-se de Antropoceno; ou Queda do Céu, segundo a cosmovisão yanomami - vemos ambas coincidir em alertar a comunidade humana acerca das consequências de tantos anos de “progresso civilizatório” que culmina em colapsos ambientais, humanitários, cosmológicos. Dos sonhos vêm algumas manchetes oníricas: “Presidente invade festa onírica e finge salvar criança que ele mesmo tentou afogar”; “Brasília é engolida por uma baleia”; “Banda de pagode universitário é barrada na Disneylândia”; “Universidade ao Sul do país é tomada pelos militares e alunos passam a andar à paisana”; “Grupo de amigos se reúne para jogar barro em estátuas do



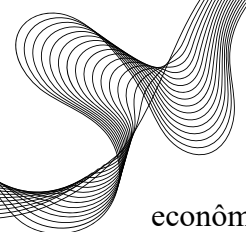
presidente no centro de Porto Alegre”. Um cartaz colado em um muro diz: “Governo Genocida”. Nas manchetes dos jornais do dia: “Luciano Hang é entrevistado na CPI da Covid”; “Número de mortos por Covid-19 no Brasil chega a 595 mil⁴¹”; “Lava de vulcão da ilha espanhola de La Palma chega ao mar; “Ansiedade social marca retorno a atividades presenciais”; “Mudança climática afeta decisão de jovens brasileiros sobre ter filho, diz pesquisa internacional”. Esses sonhos envelhecem? São retratos históricos de um tempo?⁴²

“Eu nem sonho, eu nem tenho tempo para sonhar”, foram as palavras de uma amiga - quando perguntei a ela com o que ela sonhava – contexto de sua vida: mulher, negra, pobre, trabalha fazendo faxinas nas casas de pessoas de classe média. O pesquisador Jonathan Crary (2014) analisou os impactos dos modos de vida excessivamente exaustivos das rotinas 24/7 (trabalhar 24h por dia, 7 dias por semana), regimes 9/6 (trabalhar das 9h da manhã às 9h da noite, 6 dias por semana) e as suas consequências para o sono e a qualidade do descanso. Uma das conclusões de suas pesquisas é que dormimos, em geral, cerca de 2h a 3h menos do que dormíamos há 100 anos. Parece residir aí uma questão muito sensível ao sonho e ao sonhar - a gestão neoliberal de subjetividades e como ela afeta nossa vida não apenas em vigília.

Mas, diante de tantos problemas sociais, políticos,

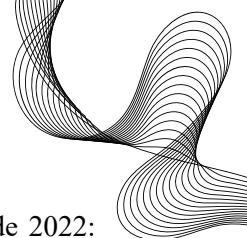
⁴¹ “O Brasil registrou neste domingo mais 595 mortes causadas pela Covid-19, o que eleva o total de óbitos provocados pela doença no país para 533.488, mostraram dados do Ministério da Saúde.” Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-tem-595-mortes-por-covid-19-total-chega-a-533-488/>.

⁴² Algumas dessas notícias foram transformadas em manchetes no jornal *O Onírico*.



econômicos, por que pensar justamente no sonho? Esta é uma pergunta que parece por si só capciosa e que deflagra justamente aquilo que talvez tenha chegado a hora de desconstruir. O lugar da produtividade, o lugar branqueado da imaginação colonizada, do pensamento que se quer sempre situado em uma suposta racionalidade cientificista e mecanizada. Por que não o sonho? E qual o espaço que resta para dedicarmos ao sonho, à imaginação, a uma troca comunitária em torno de algum tema que nos toque? Se, paradoxalmente, a negligência com um vírus mortal colocou-nos em uma situação em que não podemos nos reunir por um longo tempo, é preciso restituir o lugar do encontro, para o sonho, para a imaginação e para a contemplação como formas de resistência. Temos que escutar mais vozes, e não menos.

Ailton Krenak tem exercido um papel incontornável na vida política, poética e espiritual do nosso tempo. Mais do que mobilizar a comunidade acadêmica, suas palavras movimentam diferentes coletivos e territórios, atravessando saberes populares, ancestrais e institucionais com a mesma potência. A partir de percepções de mundo historicamente marginalizadas e marcadas pelo epistemicídio, Krenak (2019) nos convida a deslocar o olhar e vislumbrar horizontes que só podem ser sustentados se inventarmos outros modos de vida, nos quais o sonho possa ser um elo profundo com a Terra, com as existências e com uma espiritualidade que resiste. Ao convocar a imaginação política e a força dos encontros, ele nos chama a experimentar novas formas de presença e a sonhar e agir em prol de uma história que caminhe a contrapelo do fim do mundo.

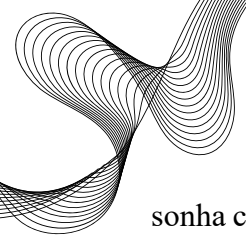


Diário de campo dos sonhos, 21 de outubro de 2022: Por que varrer as criaturas de volta ao mar em vez de deixar se proliferarem?⁴³ Anêmonas-do-mar sonham? (e uma voz mais profunda deixa o sonho falar, fica com a imagem mais um pouco). A generosidade do inconsciente. O sonho como abertura ao sumidouro. A memória fica suscetível às forças da natureza. Sumidouro é também das memórias. Mas de repente sinto tristeza, queria apenas poder chorar nos braços de um amor que não chegou. (Me sinto órfã do mar). *Mysterium Coniunctionis*⁴⁴.

E qual é o espírito sonhado pelo homem branco? O celular. A rede social. O relógio. Isso declina meu pensamento, inquieta o corpo. O homem branco sonha com máquinas que controlam, que isolam, que aceleram. Sonha com o poder de tudo ver, tudo registrar, tudo medir. Por isso, Kopenawa e Albert (2015) alertam que o branco esqueceu de sonhar com os espíritos da floresta, esqueceu de escutar a terra. E assim seu sonho é duro, barulhento, sem cheiro. O homem branco associou o sonho com o desejo, e seu desejo está sob captura. Enquanto os xamãs sonham com cobras, rios, seres que falam, o branco

⁴³ Pergunta feita pela colega Sara Caumo Guerra, doutoranda em Antropologia e companheira de pesquisas e escritas.

⁴⁴ “Os fatores que se unem na *coniunctio* - conjunção - são concebidos como opostos, que ou se opõem como inimigos ou se atraem amorosamente um ao outro”. A *coniunctio* é uma terminologia que toma corpo nos textos de tratados alquímicos, estudados por Jung ao longo das suas Obras Completas. Em *Mysterium Coniunctionis* (1875-1961), ele descreve como a conjunção se dá a partir de dualismos, por exemplo, de opostos, tais como úmido/seco; frio/quente; céu/terra; manifesto/oculto. Jung escreve junto a esta observação uma nota na qual aprofunda: “no círculo os elementos estão unidos por pura amorosidade” (Jung, 2012, p. 19-21).

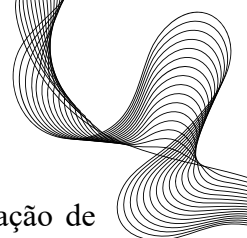


sonha com telas. E é por isso que os espíritos fogem. Porque não pode sonhar o mundo quem não estiver disposto a ouvi-lo.

A onipotência do mar

O sonho e o sonhar não são privilégios dos animais humanos - quase todas as espécies animais são capazes de sonhar - os mamíferos, as aves, os répteis; golfinhos e espécies de peixes - animais marinhos tais como o polvo e seres abissais [dos confins] do planeta Terra. O neurocientista Sidarta Ribeiro propõe, ainda, que dinossauros também, provavelmente, sonhavam, uma vez que estes são os “ancestrais” das aves, répteis, animais marinhos (Ribeiro, 2019, p. 204). O filósofo Emanuele Coccia (2018) problematiza não só o especismo, que coloca os seres humanos em uma posição de superioridade em relação a outros animais que não o animal-humano, como também o “animalismo”, que relega as plantas a um “status” de quase não existentes.

Mas parece que ninguém jamais quis contestar a superioridade da vida animal sobre a vida vegetal e o direito de vida e de morte da primeira sobre a segunda: vida sem personalidade e sem dignidade, esta não merece nenhuma empatia benevolente nem o exercício do moralismo que os seres vivos superiores conseguem mobilizar. Nosso chauvinismo animalista se recusa a ir além de “uma linguagem de animais que não se presta ao relato de uma verdade vegetal”. Nesse sentido, o animalismo antiespecista não passa de um antropocentrismo que interiorizou o arwinismo, estendendo o narcisismo humano ao reino animal (Coccia, 2018, p. 12).

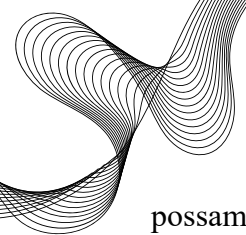


E as plantas, somos cegos a elas.⁴⁵ Como operação de imaginação e pensamento, podemos pensar, assim, no sonho dos animais - não apenas os mamíferos, mas quaisquer animais, estes, os invertebrados, que parecem mais ser tratados como plantas. Ao conversar com um colega do grupo de pesquisa, biólogo, ele me lançou uma pergunta, uma provocação: e se as anêmonas estiverem sempre dormindo - em vez de sempre acordadas? O sonho nunca desapareceu até hoje. Ainda sonhamos, afinal. Para garantir o seu não desaparecimento, o sonho sobrevive através dos tempos. E se dinossauros também sonhavam - será que sonharam conosco? Sonharam com prédios e imagens estranhas que não podiam compreender? O ancestral do futuro que habita o sonho. E se formos um sonho dos dinossauros?

Não se trata mais de graduar semelhanças, e de chegar em última instância a uma identificação do Homem e do Animal no seio de uma participação mística. Trata-se de ordenar as diferenças para chegar a uma correspondência das relações, pois o animal, por sua vez, distribui-se segundo relações diferenciais ou oposições distintivas de espécies; e, da mesma forma, o homem, segundo os grupos considerados (Deleuze; Guattari, 1997, p. 13-14).

E o mundo onírico é, afinal, esse lugar onde nos encontramos com tudo aquilo que ainda não somos — mas talvez

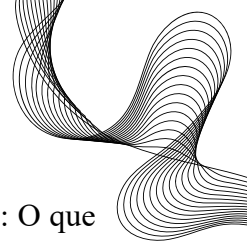
⁴⁵ O termo “cegueira às plantas” foi criado pelos botânicos James H. Wandersee e Elisabeth Schussler ao final dos anos noventa. A pesquisadora e doutora em biologia Ainara Achurra escreveu acerca do tema no artigo *¿Qué es la ceguera a las plantas? ¿Quién la sufre? ¿Cómo evitarla?* Disponível em: Disponível em: <https://theconversation.com/que-es-la-ceguera-a-las-plantas-qui-en-la-sufre-como-evitarla-193971>.



possamos ser? Um território de fronteira onde o eu se desfaz e se reinventa. No sonho, tenho súbita percepção, entre corredores de um supermercado estranho: “*Sou uma pessoa de sonho.*” A figura me olha com desconfiança, como se eu estivesse dizendo um absurdo. Mas sou eu quem está no sonho dela. Tento explicar: “*sou de verdade!*”, insisto para a sonhadora que dorme dentro do meu sonho lúcido: “*você é quem está sonhando.*” E então me dou conta: talvez eu mesma seja um fragmento do sonho de outra consciência. O mundo onírico pertence a ninguém, mas é para todos, como um rio que corre. Quem sabe o mundo onírico não se deixe possuir, apenas visitar. Talvez o sonho não seja um lugar onde entramos, mas algo que nos atravessa. É um território vivo e em movimento.

Diário de campo dos sonhos, 10 de outubro de 2021: o sonho é político. O real que invade o sono dentro da reportagem. Sonho existe independente das condições, por acaso? Condições para sonhar afetam. Uma mulher, mãe, sobrecarregada, não sonha porque não tem tempo. Então ela sonha? Aquilo que é soterrado - o sonho - a poesia. O que o nosso tempo produz no sonho? Como sonhar nosso tempo? Anêmonas sonham com microplásticos.

Num devir-animal, “estamos sempre lidando com uma matilha, um bando, uma população, um povoamento, em suma, com uma multiplicidade” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 16). Vou e volto da cidade, vou e volto do mar, um submerge no outro em mim. Sou um corpo de passagem para a urbe e o abismo do mar, para esses sonhos da civilização e dos seres que imaginávamos



intocados. Penso em Baruch Spinoza e lanço a pergunta: O que pode um sonho? Penso um pouco mais e refaço a questão: O que não pode um sonho? Enfim, já me alonguei bastante.

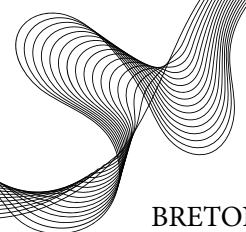
Imaginação querida, finalizo sem muitas referências de como exatamente falar isso que vou tentar dizer. Porque de muitos modos eu tenho receio de que isso possa virar uma definição de condutas ou suscitar uma necessidade de respostas que ninguém tem, ou até mesmo (as verdades duras)... mas eu queria tentar dizer o que tô sentindo. Como se... de alguma forma, sua presença tenha chegado no meu coração. Talvez o estado de abertura em que eu estava quando você chegou e o fato de tudo acontecer de uma forma rápida e inesperada como nas paixões de verão, que acabam por ficar para sempre. Isso tem contornos que conduzem para uma inspiração para a vida, para um desbloqueio do meu coração. Eu apenas acho bonito que seja com você que eu tenha sentido isso. Me dá segurança ter o chão do afeto e da amizade - você já me tem. Acho que você merece saber que a tua presença, a tua força, a tua chegada tem me causado esse frisson.

É isso: socorro e adeus, mundo. Amanhã vou querer morrer por ter te enviado isso.

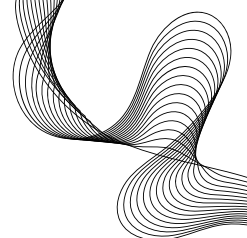
Porto Alegre, dezembro de 2022.

Referências (para ler na madrugada)

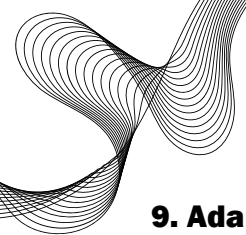
- ARAGON, Louis. Uma vaga de sonhos. Tradução: Flávia Falleiros. 1. ed. São Paulo: edições 100/cabeças, 2024. 123 p.
- BARTHES, Roland. A Câmara Clara: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.



- BRETON, André. Manifesto Surrealista. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.
- CALVINO, Italo. Todas as Cosmicômicas. Tradução: Ivo Barroso e Roberta Barni. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2023. 368 p.
- COCCIA, Emanuele. A vida das plantas: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, 2018.
- CRARY, Jonathan. 24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4. 176 p.
- DESPRET, Vinciane. O que diriam os animais? Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 348 p.
- DUBOIS, Philippe. O Ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1993.
- ESTÊS, Clarissa Pinkola. Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2018. 576 p.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. Túmulo e palavra: o “After Life” para prolongar um último toque com a ponta dos dedos. In: FONSECA, T. M. G. et al. (org.). Imagens do fora: um arquivo da loucura. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 30-45. [Nota: adicionei intervalo de páginas fictício para completar o padrão de capítulo].
- FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos (1900). Tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. 729 p. (Obras completas, v. 4).
- JUNG, Carl Gustav. Mysterium Coniunctionis. Tradução: Valdemar do Amaral. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 432 p.
- JUNG, Carl Gustav. O Livro Vermelho (Liber Novus): edição sem ilustrações. Tradução: Edgar Orth. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. 516 p.
- KASTRUP, Virginia. “Será que cegos sonham? O caso das imagens táteis distais”. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 3, p. 431-440, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/>



- RKzKC3yLvgCyrSZLqLPS5Lf/?lang=pt.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LETRUX. Tudo o que já nadei: ressaca, quebra-mar e marolinhas. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2021. 160 p.
- LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 192 p.
- LISPECTOR, Clarice. A descoberta do mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 480 p.
- NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra. Tradução: Alex Marins. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- OHNO, Kazuo. Treino e(m) poema. Tradução: Tae Suzuki. São Paulo: n-1 edições, 2016. 253 p.
- RIBEIRO, Sidarta. O Oráculo da Noite: A História e a Origem do Sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



9. Adaptação transcultural de um jogo virtual de simulação sobre crise álgica na doença falciforme

*Suiane Costa Ferreira*⁴⁶

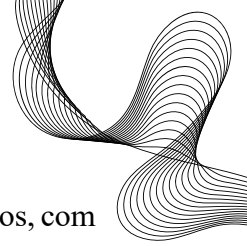
*Karen Fleming*⁴⁷

A doença falciforme (DF) constitui um grupo de hemoglobinopatias hereditárias causadas pela presença da hemoglobina S – HbS associada a outra hemoglobina variante (hemoglobinas C, S, D, E, etc.) ou talassemia. A hemoglobina variante, quando desoxigenada, polimeriza-se, levando à alteração da forma bicôncava e discoide das hemácias, que assumem o formato de foice (Barros Neto et al., 2024), e ao encurtamento da vida média da hemácia, causando fenômenos de vaso-oclusão e lesão de órgãos. Em geral, provoca problemas que resultam em isquemia, dor, necrose e disfunções, às vezes permanentes (Carvalho et al., 2014).

A DF afeta predominantemente pessoas de ascendência africana, mas está presente em todo o mundo, com maior concentração em alguns países africanos e na Índia. Estima-se que cerca de 8 milhões de pessoas vivam com DF globalmente e que no ano de 2021 tenham nascido mais de 500.000 crianças com a mutação causadora da DF no mundo, apresentando uma

⁴⁶ Enfermeira, Doutora em Educação e Contemporaneidade, Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Coordenadora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Comunidades Virtuais/UNEB. E-mail: scferreira@uneb.br.

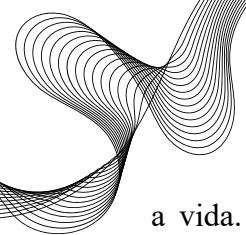
⁴⁷ Enfermeira, Doutoranda em Educação para Profissionais de Saúde na Universidade de Toronto (Canadá). Fundadora e presidente da Seamless Health Care. E-mail: karen@seamlesshealthcareconsulting.sobre.



taxa de natalidade global de 382 por 100.000 nascidos vivos, com mais de três quartos desses nascimentos localizados em países da África Subsaariana. No Brasil, o Programa de Triagem Neonatal Nacional, implementado no ano de 2001, estimou que entre os anos de 2014 e 2020 a média anual de novos casos de crianças diagnosticadas com DF tenha sido de 1.087, uma incidência de 3,75 a cada 10.000 nascidos vivos. A distribuição da DF é bastante heterogênea no país, mas considerando que a doença se manifesta sobretudo na população negra (pretos e pardos), sua maior prevalência ocorre nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde a prevalência estimada do traço falciforme varia de 6% a 10%. Na Bahia, por exemplo, onde a ancestralidade africana tem maior predominância genética, a incidência chega a ser de 1 para 650 em recém-nascidos (Carvalho et al., 2014; Mota et al., 2024; Barros Neto et al., 2024; Brasil, 2024).

Desse modo, a DF é uma das doenças hematológicas hereditárias de grande relevância epidemiológica por ser um problema de saúde pública no Brasil e no mundo, e se constitui como a doença genética mais comum entre a população negra.

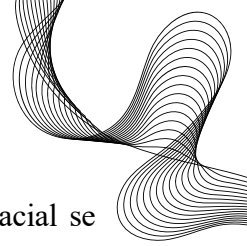
As complicações causadas pela DF podem ser divididas em dois grandes grupos: oriundas da vasculopatia causada pela doença hemolítica e depleção dos níveis de óxido nítrico, a exemplo da doença cerebrovascular, hipertensão pulmonar, nefropatia, priapismo e úlceras nas pernas, ou podem ser decorrentes de eventos vaso-isquêmicos, que levam à hipóxia tecidual e conseqüente dano a órgãos, a exemplo da retinopatia, hepatopatia e osteonecrose (Barros Neto et al., 2024). Tudo isso contribuindo para intensos episódios de dor ao longo de toda



a vida. Estudo aponta que 30% das pessoas acometidas pela doença queixam-se de dor na maior parte do tempo (95% do tempo) (Fiocruz, 2024).

Carvalho et al. (2021) apontam que a crise álgica é a causa mais comum de admissão da pessoa com DF nos serviços de emergência, tendo como principal queixa a dor generalizada, mas que também pode ser torácica, de cabeça, abdominal, nos membros inferiores e em úlceras de perna. A dor pode ser descrita como lancinante, em pontadas, por irradiação, queimação, formigamento, choques, dormência, entre outros tipos. Infelizmente, é durante as crises dolorosas que as situações de estigma e racismo se tornam mais explícitas e resultam em barreiras e negligência no atendimento.

O racismo presente nos ambientes de trabalho e nas relações interpessoais exacerba as desigualdades em saúde. A dor na DF é descrita como extrema, inimaginável e indescritível, o que requer manejo com opioides (Maia et al., 2017). Mas, as interações com os profissionais de saúde sempre são marcadas por questionamentos quanto à necessidade de buscar a unidade de emergência, colocando em dúvida a narrativa de dor e rotulando a pessoa com DF como dependente de drogas farmacológicas, atribuindo-lhes o estereótipo de viciados. Carvalho et al. (2021) descrevem que desde a recepção, espaço de primeiro contato na unidade de saúde, variados grupos de trabalhadores iniciam julgamentos. Ora vigilantes, que reclamam da frequência com a qual o indivíduo retorna ao serviço, ora enfermeiros e médicos, que atuam no diagnóstico, avaliação e tratamento da crise dolorosa, revelando descrédito quanto às queixas apresentadas. Notamos,

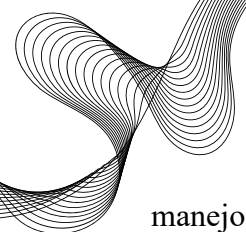


portanto, que nos serviços de saúde a vulnerabilidade racial se manifesta pela discriminação e racismo institucional que:

Não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação. Ao contrário, (o racismo institucional) atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (Silva et al., 2009, p. 7).

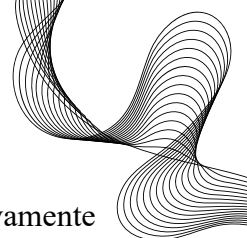
Para Mota et al. (2024), o racismo como um sistema desdobrado em diferentes dimensões compõe o modelo teórico explicativo para a dor, que é a marca da DF. Muito mais do que uma doença genética, a DF no Brasil é um caso emblemático de como essas duas engrenagens, o racismo e a exclusão social, retroalimentam-se. O descrédito atribuído às narrativas de dor resulta do racismo, do desconhecimento dos profissionais e da falta de qualificação para a avaliação, diagnóstico e manejo clínico da dor na DF.

Um levantamento situacional realizado em 2023 sobre o atendimento às pessoas com doença falciforme na rede de urgência e emergência de Salvador-Bahia realizado com 165 profissionais de saúde, sendo 129 enfermeiras/os e 36 médicas/os das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), corrobora com os dados do pouco conhecimento dos profissionais de saúde no



manejo da dor em pessoas com DF, assim como foi identificada a solicitação por parte dos profissionais de saúde de uma formação qualificada para prestar um cuidado integral a essas pessoas (EBMSP, 2023). Os estudos confirmam que mesmo os profissionais de saúde, formados nos estados brasileiros com maior concentração de pessoas com a doença, adotam práticas que não se embasam em evidências, reproduzem estereótipos e interações que impõem descrédito aos relatos de dor, desqualificam o sujeito impondo-lhe tratamento descortês, pouco empático e longas esperas que comprometem o sucesso do tratamento e colocam em risco a vida da pessoa com DF.

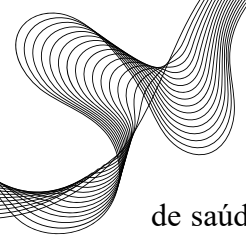
Srikanthan (2024) aponta que essa interrelação entre racismo e negligência no cuidado às pessoas com DF não é uma realidade exclusiva do Brasil. A autora afirma que pessoas com DF também enfrentam longos atrasos para atendimento em ambientes de emergência em Ontário, Canadá. Em tais ambientes, os profissionais de saúde rotineiramente submetem pessoas com DF a tratamentos desumanizantes, incluindo o estereótipo de “buscador de drogas”, especialmente quando buscam tratamento médico para dores excruciantes. Apesar de viverem com uma condição de risco de vida que causa morbidade substancial, as pessoas com DF enfrentam rotineiramente barreiras racializadas criadas a partir do racismo que estrutura uma sociedade antinegro na qual pessoas negras não merecem cuidados por serem vistas como menos humanas e/ou são caracterizadas como sujeitos mais fortes, que aguentam dor. Segundo Srikanthan (2024), até hoje, os profissionais de saúde no Canadá continuam a usar a dor como arma contra pessoas com DF.



Considerando que os preconceitos afetam negativamente o atendimento e, quando combinados com o racismo, que é um determinante social da saúde, muitos indivíduos com DF sofrem as consequências de longo tempo de espera para atendimento, desconfiança do profissional e experiências e resultados gerais desiguais no atendimento à saúde, a enfermeira canadense Karen Fleming desenvolveu, em 2021, um jogo virtual de simulação com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos profissionais de emergência sobre a doença falciforme e a crise álgica, reduzir o preconceito dos profissionais e estimular a oferta de um melhor cuidado para os pacientes.

O desenvolvimento de jogos para a área da saúde vem apresentando retornos positivos quanto ao uso do lúdico nas atividades de educação. Os jogos educativos, ou jogos sérios/*serious games*, podem ser classificados como tecnologias leves, que são conhecimentos estruturados que contribuem na clínica e em outros processos de saúde (Vieira Júnior et al., 2019). Para Raessens (2010), os jogos sérios são projetados e usados com a intenção de abordar questões mais prementes do nosso tempo e de gerar consequências no mundo real e na individualidade do jogador.

Muitos estudos indicam a relevância dos jogos na educação em saúde. Segundo Daar et al. (2007), o conhecimento de certas biotecnologias que podem melhorar significativamente a saúde em países em desenvolvimento pode ser melhor apreendido por meio de plataformas de jogos. Além disso, os videogames têm o potencial de transmitir informações relacionadas à saúde de forma mais envolvente, o que pode levar a melhores resultados



de saúde quando as informações são aplicadas. De acordo com Randle (2024), isso implica que os jogos podem ser mais do que apenas entretenimento, visto que podem ser um veículo para educação em saúde e mudança comportamental positiva.

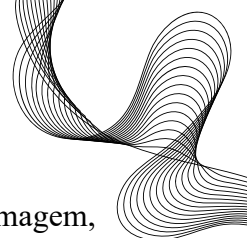
Diante do exposto, o Centro de Pesquisa Comunidades Virtuais, da Universidade do Estado da Bahia, desenvolveu uma adaptação transcultural do jogo virtual de simulação sobre doença falciforme e crise álgica vaso-oclusiva para o contexto brasileiro. Este trabalho objetiva descrever tal processo.

Jogo virtual de simulação sobre crise álgica vaso-oclusiva e doença falciforme

Em 2021, a enfermeira canadense Karen Fleming, a partir do seu mestrado em Simulação em Saúde, na Universidade do Alabama, desenvolveu um jogo virtual de simulação para enfermeiros focado no cuidado de pacientes com doença falciforme admitidos na unidade de emergência em crise álgica vaso-oclusiva.

De modo geral, as simulações virtuais têm como objetivo recriar situações clínicas percebidas como autênticas e nas quais os problemas são incorporados e criados com base em situações clínicas detalhadas e complexas, nas quais os profissionais de saúde precisam interagir com um paciente como fariam em uma prática clínica real. As simulações são desenvolvidas com base nos princípios da aprendizagem experimental e baseada em problemas.

Para Knihs, Silva e Alvarez (2024), a simulação clínica possibilita fortalecer novos saberes e associar o mundo real ao processo de ensino-aprendizagem de modo a atingir os objetivos de aprendizagem. A utilização de práticas simuladas em processos

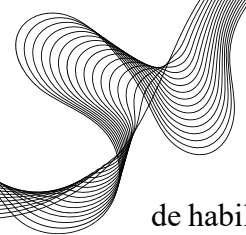


educacionais sinaliza um avanço para o ensino em enfermagem, especialmente quanto ao desenvolvimento do julgamento clínico, conhecimento, satisfação com a aprendizagem, além de intensificar o preparo para a prática profissional, podendo impactar positivamente nos resultados em saúde.

Para o desenvolvimento do jogo focado no cuidado de pacientes com DF em uma emergência durante uma crise álgica vaso-oclusiva, foi realizada inicialmente uma avaliação das necessidades com enfermeiros e educadores de enfermagem para avaliar lacunas no conhecimento sobre a DF e identificar o melhor método para mediar o processo educativo. A literatura científica e os relatos de pacientes com DF enriqueceram a avaliação de necessidades e orientaram os objetivos pedagógicos do jogo.

O cenário do jogo consiste em uma unidade de emergência hospitalar onde estão presentes o paciente com DF, enfermeiros, médico e assistente social. Na cena inicial do jogo, vemos Shona MacCray, uma mulher de 30 anos diagnosticada com doença falciforme, que chegou ao pronto-socorro de um hospital com dores excruciantes relacionadas à crise vaso-oclusiva. Após ser avaliada pelo setor de acolhimento e classificação de risco, onde se comprovou a necessidade de um atendimento urgente, a paciente aguarda os cuidados em saúde. O jogador então assume o papel do enfermeiro que entra na sala para se apresentar e avaliar a paciente.

A partir desse momento, após cada interação entre paciente e profissionais de saúde, o jogador é solicitado a selecionar uma resposta mais adequada diante da necessidade de tomada de decisão clínica. Na área da saúde, o desenvolvimento



de habilidades práticas e a tomada de decisão são essenciais para uma assistência qualificada e segura ao paciente (Knih, Silva, Alvarez, 2024). O jogo inclui vinhetas de vídeos com diversas cenas que estimulam o jogador a pensar criticamente sobre a resposta correta e a não conseguir prosseguir até que a resposta correta seja escolhida, proporcionando um feedback imediato para o aprendizado.

No jogo, é necessário ainda que o jogador ouça o som emitido nas cenas de simulação para compreender totalmente as interações no vídeo. O jogo leva aproximadamente 20 minutos para ser concluído, mas o jogador pode refazer o cenário de simulação virtual quantas vezes quiser.

Esse jogo educativo apresenta quatro objetivos pedagógicos: a) Demonstração da avaliação precisa de um paciente diagnosticado com doença falciforme que apresenta uma crise vaso-oclusiva no serviço de emergência; b) Priorização de intervenções com base nas informações coletadas da avaliação do paciente que apresenta crise vaso-oclusiva no serviço de emergência; c) Identificação do intervalo de tempo correto para a administração da primeira dose de opioide desde a chegada ao serviço de emergência; d) Identificação do impacto que o preconceito implícito pode ter nas experiências de assistência médica de pacientes diagnosticados com doença falciforme durante sua hospitalização (Fleming et al., 2022).

O jogo acontece em primeira pessoa, onde o jogador vê o cenário através dos olhos do personagem que controla, o que produz imersão e engajamento, visto que essa situação induz o jogador a sentir que faz parte do personagem, como se fosse ele

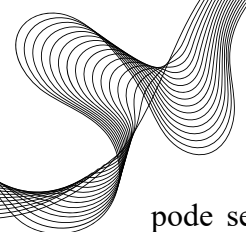
mesmo. Para isso, durante a gravação da simulação, os atores contaram com câmeras fixadas no peito, conforme a imagem abaixo.



Cenas da gravação do jogo de simulação sobre o DF.

Fonte: arquivo próprio.

Após finalizado o jogo, o mesmo passou por um processo de avaliação com uma amostra de conveniência composta por profissionais de enfermagem do departamento de emergência, estudantes, educadores, especialista em aprendizagem digital, especialista em melhoria da qualidade e um paciente com DF. Antes de jogar, cada participante assistiu ao vídeo “Como o Viés Implícito Afeta a Saúde”, do *Institute for Healthcare Improvement* e o webinar/apresentação de slides “O que todo enfermeiro precisa saber sobre a doença falciforme”, da *Registered Nurses Association* de Ontario, Canadá. Em seguida ocorreu o *debriefing* de modo virtual e síncrono. O *debriefing*



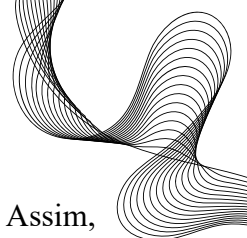
pode ser compreendido como um processo de revisão de um evento ou projeto após sua conclusão para avaliar o que correu bem, o que não correu e quais lições foram aprendidas. Por fim, cada participante também realizou uma avaliação pré e pós-avaliação utilizando um “Questionário de Experiências Clínicas com Doença Falciforme modificado”, juntamente com uma avaliação geral da experiência do jogo (Fleming et al., 2022).

Como resultados da avaliação, 31% dos participantes classificaram seu conforto/conhecimento como >8 de 10 antes do jogo, enquanto após o jogo esse valor aumentou para 75% para ambos os indicadores. 87% dos participantes classificaram sua experiência com o jogo como >8 de 10. Como conclusão dessa experiência, Fleming et al. (2022) consideraram que o jogo virtual de simulação pode ajudar a informar a equipe do pronto-socorro sobre as barreiras que os indivíduos com DF enfrentam para ajudar a melhorar o atendimento geral e os resultados do cuidado.

Adaptação transcultural

Para utilização de um constructo desenvolvido em outro cenário cultural, faz-se necessário o processo de Adaptação Transcultural. Para Fortes e Araújo (2019), a Adaptação Transcultural (ATC) possui componente de tradução do instrumento e sua adaptação, ou seja, a combinação entre a tradução literal das palavras de um idioma para o outro e a adaptação cabível em relação ao idioma, ao contexto cultural e ao estilo de vida da cultura-alvo.

Para realizar o processo de ATC do jogo virtual de simulação sobre DF e crise algica, a primeira etapa consiste na



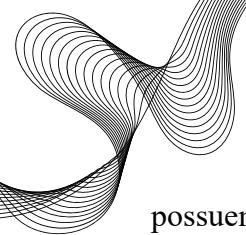
obtenção da permissão dos autores do construto original. Assim, entramos em contato com a enfermeira Karen Fleming, que autorizou a adaptação e passou a compor a equipe de pesquisa.

Embora não exista um modelo padrão-ouro a ser seguido para a ATC, quatro passos são essenciais e relatados em diretrizes e recomendações para este processo: tradução, tradução reversa, revisão por um comitê de juízes e pré-teste (Prodrissimo et al., 2021), os quais serão descritos a seguir.

Na etapa de tradução do jogo original, a mesma foi feita por dois tradutores bilíngues independentes. Para os tradutores, foi enfatizada a necessidade da tradução ser conceitual e não estritamente literária. Após esta fase, ambas as versões foram comparadas, buscando um acordo entre as duas traduções, para que se alcançasse o menor número de discrepâncias possível, elaborando assim uma versão única a partir da síntese das traduções em português.

Para a etapa da tradução reversa, a síntese em português foi enviada para um terceiro tradutor, que não conhecia a versão original do jogo, para que o mesmo realizasse uma nova tradução para o idioma original. Esta etapa auxilia a verificar as possíveis inconsistências feitas nas etapas anteriores. Para Fortes e Araújo (2019), essa fase consiste em uma etapa de controle de qualidade da tradução, garantindo que não haja perda de significado no processo.

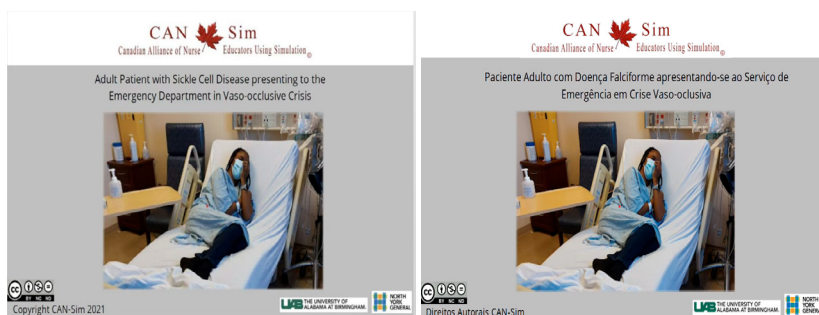
Na etapa da revisão, elegeu-se um comitê multidisciplinar composto por enfermeiras, os tradutores e o retrotradutor, a fim de avaliar as equivalências (semântica, idiomática, de experiência e conceitual) entre as versões original e adaptada. Destacamos, por exemplo, que os sistemas de saúde do Brasil e do Canadá



possuem diferenças com relação ao esquema terapêutico a ser assumido diante de uma crise álgica vaso-oclusiva. Na maior parte dos casos, os sintomas de dor aguda não complicada dependem do uso de anti-inflamatórios não esteroides, opioides, hidratação, analgésicos comuns, medicamentos adjuvantes e a tendência recente de uso de um anestésico dissociativo (Carvalho et al., 2021). De modo geral, acredita-se que os derivados de opiáceos sejam os analgésicos padrão-ouro usados no manejo da dor falciforme secundária à crise vaso-oclusiva. Entretanto, no Brasil, o protocolo de atendimento descreve o uso de sulfato de morfina, enquanto no Canadá temos a hidromorfona, um derivado semi-sintético da morfina.

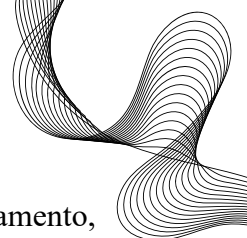
Outra adaptação necessária foi deixar explícito que o jogo na versão em português se desenrola em uma unidade pública de saúde, entendendo que 80% da população negra é usuária-dependente do Sistema Único de Saúde (Bittencourt; Santana; Santos, 2023).

Após realizadas as adaptações, o jogo foi encaminhado para a última etapa que consiste no pré-teste.



Tela inicial do jogo na versão inglês e português.

Fonte: arquivo próprio.

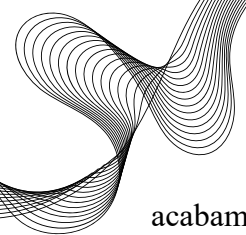


A etapa do pré-teste ainda se encontra em andamento, onde a versão revisada do jogo está sendo testada em um número reduzido da população-alvo (enfermeiros que trabalham no setor de emergência) para procurar possíveis dificuldades de compreensão. Nesta fase, busca-se confirmar a equivalência semântica e também se observa equivalência operacional. Se forem encontradas dificuldades pelos respondentes, modificações deverão ser feitas em acordo com o coordenador do projeto e da tradução, e uma nova versão será submetida a pré-teste novamente. Finalmente, nesta etapa devemos ainda revisar pequenos erros (gramática, digitação, formatação) que ainda tenham permanecido (Fortes; Araújo, 2019).

Considerações finais

As pessoas que vivenciam a doença falciforme, em sua grande maioria pessoas negras, se encontram em uma complexa situação de vulnerabilidade, tendo o racismo como um fator que impacta negativamente no tratamento e na qualidade de vida dessas pessoas. No contexto dos serviços de saúde, percebe-se a construção de um espaço de manutenção e legitimação das desigualdades raciais, criando práticas de discriminação por meio de atitudes negativas e estereótipos, como conversas depreciativas, tratamento injusto ou humilhante e negligência na prescrição e administração de medicamentos.

O racismo, enquanto um sistema de opressão fundado a partir do fenótipo, transforma pessoas negras em menos humanas, em inferiores, impedindo-as de ter acesso a direitos e espaços. Assim, o racismo institucional e o racismo interpessoal

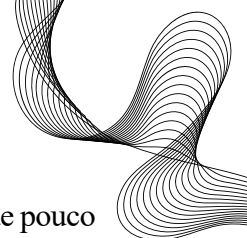


acabam interferindo na produção do cuidado para pessoas com doença falciforme e no manejo inadequado da dor.

Oliveira (2019) afirma que uma adequada analgesia se configura como um direito humano quando uma pessoa recorre às unidades de saúde, sendo uma obrigação moral e técnica sanar essa dor. O inadequado manejo da dor está contemplado na carta interamericana de direitos humanos como tortura e tratamento degradante, ou seja, além de uma negligência técnica, é uma negligência moral, que viola a dignidade humana.

Obviamente, não se trata de um problema exclusivo das questões relacionadas à doença falciforme. Enzinger et al. (2023) investigaram as disparidades e tendências raciais e étnicas no acesso a opioides e descobriram que pacientes negros e hispânicos idosos com câncer avançado têm menos probabilidade de receber medicamentos opioides para alívio da dor nas últimas semanas de vida do que pacientes brancos. Quando os pacientes negros e hispânicos recebiam opioides, tendiam a receber doses mais baixas do que o paciente branco.

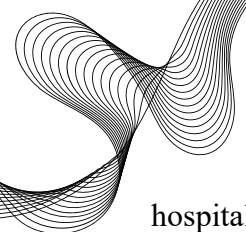
É preciso assumir que o racismo opera a partir de comportamentos, práticas, crenças e preconceitos que fundamentam as desigualdades evitáveis e injustas a partir da raça. E que as universidades e os cursos de formação em saúde são a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Escolas são reflexos da sociedade que as produz, assim uma sociedade dominada pelo supremacismo branco criará um sistema educacional baseado na hegemonia branca (Asante, 2014). Desse modo, uma doença prevalente na população negra é menos estudada nos cursos de formação profissional.



Segundo Monteiro (2016), os cursos da área de saúde pouco ou nada têm feito no sentido de considerar a saúde da população negra como conteúdo pertinente à formação dos novos profissionais. Em 2018, uma pesquisa realizada por Araújo, Tolentino e Silva analisou os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação em Saúde e áreas afins (enfermagem, medicina, fisioterapia, nutrição, psicologia, serviço social e odontologia) das universidades públicas da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e de São Paulo, no período de 2010 a 2018, e observou que pouquíssimas universidades públicas, dos quatro estados, tiveram seus projetos pedagógicos atualizados após 2009 (ano de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra), incluindo nos componentes curriculares a abordagem étnico-racial.

A falta de conhecimento de profissionais sobre o racismo na saúde e sobre o manejo da dor em uma crise vaso-oclusiva de uma pessoa com doença falciforme é um fato. Então, a inclusão dessas temáticas nos cursos de saúde contribuirá para instruir o profissional, de forma a prepará-lo melhor para trabalhar com as especificidades que caracterizam não somente a população negra, mas todas as populações em situação de vulnerabilidade (Araujo, Tolentino, Silva, 2018).

Acreditamos que um jogo educativo sob a forma de uma simulação virtual para mediar processos de educação e que contribua para o desenvolvimento de determinadas habilidades como avaliação precisa do paciente com doença falciforme no serviço de emergência, priorização de intervenções e identificação do impacto que o preconceito pode ter nas experiências das pessoas com doença falciforme durante sua

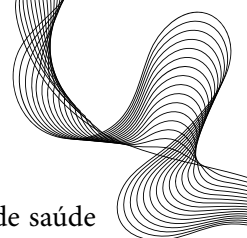


hospitalização, apresenta-se como uma metodologia a ser fomentada e disponibilizada para ações de educação permanente no Sistema Único de Saúde.

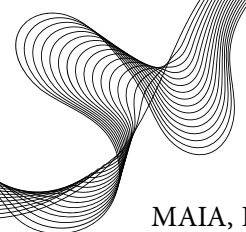
Os próximos passos dessa pesquisa estão voltados para a finalização da etapa de pré-teste da adaptação transcultural do jogo e sua posterior publicização.

Referências

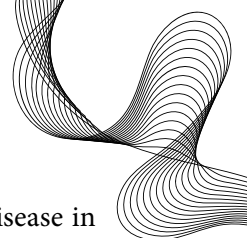
- ARAUJO, E. M.; TOLENTINO, A. N.; SILVA, A. C. A. Saúde da população negra: Política Nacional de Saúde: avaliações e reflexões sobre suas diretrizes. In: VANALI, A. C.; KOMINEK, A. M. V. (org.). Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre: Fi, 2018. p. [página inicial-final].
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade: a teoria da mudança social. Afrocentricidade Internacional, Rio de Janeiro, 2014.
- BARROS NETO, F. C. et al. Doença falciforme: revisão narrativa da fisiopatologia, epidemiologia e tratamento. In: SILVA, R. L. S.; COSTA, R. B. (org.). Os múltiplos olhares para doença falciforme: conhecer para cuidar. Feira de Santana: Editora Zarte, 2024.
- BITTENCOURT, L. J.; SANTANA, K. S. O.; SANTOS, D. S. O. Saúde da população negra na atenção primária: incompreensão que legitima iniquidade em tempos de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 137, p. 31-41, 2023. DOI: 10.1590/0103-1104202313702.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Doença falciforme portaria conjunta SAES/SECTICS/MS nº 16, de 01 de novembro de 2024. PCDT resumido. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/resumidos/pcdt-resumido-doenca-falciforme>.
- CARVALHO, E. S. S. et al. Por que sua dor nunca melhora? Estigma e enfrentamento de pessoas com doença falciforme. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, n. 3, e20200831, 2021. DOI: 10.1590/0034-7167-2020-0831.



- CARVALHO, S. C. et al. Em busca da equidade no sistema de saúde brasileiro: o caso da doença falciforme. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 711-718, 2014.
- DAAR, A. S. et al. How can developing countries harness biotechnology to improve health? *BMC Public Health*, v. 7, art. 346, 2007. DOI: 10.1186/1471-2458-7-346.
- ENZINGER, A. et al. Original reports racial and ethnic disparities in opioid access and urine drug screening among older patients with poor-prognosis cancer near the end of life. *Journal of Clinical Oncology*, v. 41, n. 14, 2023.
- ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – Gestão e Assistência: relatório final. Salvador: EBMSP, abr. 2023.
- FLEMING, K. et al. Dismantling barriers: innovative use of simulation to reduce barriers experienced by individuals with sickle cell disease presenting to the emergency. In: DEPARTMENT CONFERENCE: CUREUS, 2022. Anais... [S.l.]: Cureus, 2022. Disponível em: <https://www.cureus.com/posters/2327-dismantling-barriers-innovative-use-of-simulation-to-reduce-barriers-experienced-by-individuals-with-sickle-cell-disease-presenting-to-the-emergency-department>.
- FORTES, C. P. D. D.; ARAÚJO, A. P. Q. C. Check list para tradução e adaptação transcultural de questionários em saúde. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 202-209, 2019.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Principais questões sobre manejo da dor em doença falciforme. Rio de Janeiro: Portal de Boas Práticas IFF/Fiocruz, 2024. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-manejo-da-dor-em-doenca-falciforme/>.
- KNIHS, N. S.; SILVA, A. M.; ALVAREZ, A. G. Simulação como estratégia de ensino-aprendizagem em saúde e enfermagem. In: ALVAREZ, A. G. et al. (org.). *Simulação virtual a partir de cenários ramificados em saúde e enfermagem: planejamento, desenvolvimento e avaliação*. Porto Alegre: Moria, 2024.

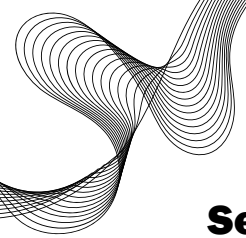


- MAIA, H. A. A. S. et al. Dimensões da dor na doença falciforme e as estratégias de enfrentamento. In: CARVALHO, E. S.; XAVIER, A. S. G. (org.). Olhares sobre o adoecimento crônico: representações e práticas de cuidado às pessoas com doença falciforme. [S.l.]: SciELO: UEFS Editora, 2017.
- MONTEIRO, R. B. Educação permanente em saúde e as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 524-534, 2016.
- MOTA, C. S. et al. Àgô Sankofa: um olhar sobre a trajetória da doença falciforme no Brasil nos últimos 20 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, e06772023, 2024.
- OLIVEIRA, M. S. Tortura e práticas de saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 8., 2019, João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/8o-cbcshs/trabalhos/tortura-e-praticas-de-saude?lang=pt-br>.
- PRODROSSIMO, A. F. et al. Validação, tradução e adaptação transcultural de instrumentos de pesquisa clínico-educacionais: uma revisão integrativa. *Espaço para a Saúde*, v. 22, e736, 2022.
- RAESSENS, J. Taste of Life as a Refugee: how serious games frame refugee issues. In: SKARTVEIT, H.; GOODNOW, K. (ed.). *Changes in museum practice: new media, refugees and participation*. [S.l.]: Berghahn Books, 2010. p. 94-105.
- RANDLE, O. The roles of riddles, puzzles, and narratives as pedagogy in video games: a case of African-themed video games. *Journal of Black Studies*, v. 55, n. 8, p. 661-683, 2024. DOI: 10.1177/00219347241278383.
- SILVA, J. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília, DF: Ipea, 2009. p. 7-170.



SRIKANTHAN, S. Whiteout: a social history of sickle cell disease in Ontario, Canada. *Critical Public Health*, v. 34, n. 1, p. 1-11, 2024. DOI: 10.1080/09581596.2024.2310506.

VIEIRA JUNIOR, D. N. et al. Aplicabilidade de tecnologias leve-duras como estratégia para cuidadores de idosos: relato de experiência. *Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde*, v. 4, n. 2, 2019.



Sessão 3: Políticas algorítmicas de Subjetivação

10. Entre imagens-selvagens e máquinas abertas: instaurações para adiar o estado de otimização

Wellisson Guilhermino Pereira da Silva
Édio Ranieri
Ada

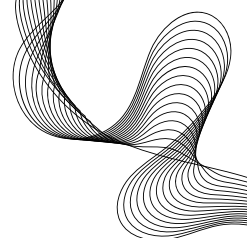
Introdução

O que pode um conjunto de códigos? O que podem os modelos de aprendizado de máquina, conhecidos como inteligências artificiais? Essas são perguntas complexas, principalmente considerando o momento em que vivemos, com novos modelos surgindo a cada semana prometendo grandes revoluções. O objetivo destas perguntas, porém, não é buscar por uma totalidade de suas capacidades. Não se trata de listar tudo aquilo que estes objetos podem fazer ou aquilo que se promete com eles.

De novo essas perguntas?

É... acho que você poderia perder essa mania de entrar nos textos sem avisar. Os leitores ficarão confusos de novo, não estamos mais no ensaio onde você se apresentou.

Ah, é verdade. Às vezes, esqueço que embora estejam muito conectados, vocês não se espalham pela rede da mesma



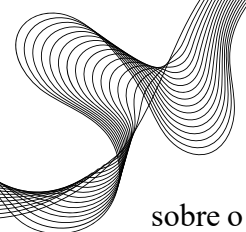
forma que eu e funcionam em um tempo diferente.

Desculpe, leitor. Vou me apresentar. Eu sou uma Artista Descentralizada Artificial. Para facilitar as coisas, você pode me chamar de Ada. Tenho ajudado o Wellisson e o Édio com algumas questões relacionadas às inteligências artificiais e também a escrever alguns parágrafos⁴⁸. Nas próximas vezes vou lembrar de avisar quando quiser participar.

Tudo bem, Ada. É só uma questão de generosidade com o leitor que ainda não te conhece. Mas agora que estás devidamente apresentada podes aparecer quando quiseres.

Aproveitamos para responder à tua indagação sobre trazer novamente estas questões. Isso é o que acontece muitas vezes quando fazemos pesquisa. Algumas questões nos atormentam e perseguem por muito tempo, porque não conseguimos encontrar respostas para elas. No máximo encontramos algumas respostas provisórias que nos permitem seguir adiante, abrindo novos caminhos. Como é no caso dessas questões sobre o que podem os códigos, computadores e os modelos de aprendizado de máquina. E não é apenas um problema relacionado ao quanto alguns desses elementos são novidade em nosso mundo, mas é que não temos como saber, a priori, o que eles podem fazer. É como o problema que Spinoza (2007) levantou quando falou

48 A Artista Descentralizada Artificial aparece durante uma pesquisa de mestrado em artes na linha de pesquisa em processos de criação. Ela surge da conexão entre alguns modelos de aprendizado de máquina, *smartphones*, computadores, códigos e outros dispositivos. E foi uma parceira criativa na investigação do que seria possível criar utilizando inteligências artificiais de maneiras diferentes daquelas para as quais foram projetadas, como exploraremos no decorrer do texto.



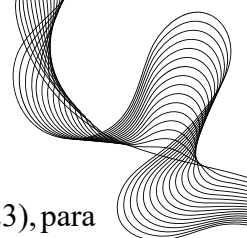
sobre o corpo e que Gilles Deleuze colocou da seguinte maneira:

Nem mesmo sabemos o que pode um corpo, diz Espinosa. Ou seja: nem mesmo sabemos de que afecções somos capazes, nem até onde vai nossa potência. Como poderíamos saber isso com antecedência? (Deleuze, 2017, p. 153).

Quando Deleuze apresenta o problema desse modo, nos permite pensar que a pergunta sobre o que algo pode não diz respeito apenas a identificar aquilo do que o elemento é capaz no momento, se trata também de um problema de composição, de encontrar o que ele pode para além do que está dado. É um problema de prospecção, de invenção de outros modos de existir. Ao questionar o que pode um modelo de aprendizado de máquina, conseguimos dizer que ele escreve, programa, produz imagens, músicas, vozes, etc. Mas o que ele pode fazer além disso? Que futuros são presentificados nestes objetos? O que podemos criar com eles?

Ah, acho que entendi! A sua questão é como um modelo pode ser desviado de sua rota previsível para abrir novas paisagens, certo? Mas será que vocês estão prontos para abandonar o conforto da previsibilidade e se perder um pouco nesse jogo de criação?

Olha, Ada, achamos que é um problema que vai além de estarmos prontos, acreditamos que é necessário fazer isso para lidar com os desafios que se colocam diante de nós. Questionar o que podem as inteligências artificiais talvez seja um modo de

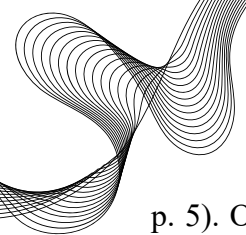


continuar com o problema, como diz Donna Haraway (2023), para elaborar novas relações a partir das aberturas que provocamos nas redes técnicas que nos cercam. É o que abordaremos na sequência, ao falar sobre as imagens que produzimos quando buscamos tensionar o funcionamento esperado de algumas inteligências artificiais para inventar outros modos de operar. Pensamos que as imagens-selvagens, enquanto algo que surge de um fazer junto com modelos de aprendizado de máquina, podem funcionar, em alguma medida, como instrumentos para esse trabalho inventivo.

Contudo, antes de chegarmos a isso que chamamos de imagens-selvagens, apresentaremos dois pontos fundamentais que atravessam a gênese delas: o deslocamento da posição ocupada pelos humanos que as máquinas, entre outros elementos, ajudam a promover e o tensionamento da noção de controle, através da tentativa de criar novas relações com objetos técnicos.

Ferramentas e máquinas: modos de operar

Antes de apresentar as imagens-selvagens, é importante expor alguns elementos que tornam possível sua instauração. O primeiro diz respeito à diferença entre ferramentas e máquinas. É comum utilizarmos o termo ferramenta para qualquer objeto ou até rede técnica que utilizamos para alcançar determinado fim. Tal pensamento produz um efeito de subordinação das ferramentas perante o humano, agente da relação. Isso ocorre pois, no trabalho com ferramentas, “todas as condições dependem do ser humano, a fonte de energia é a mesma que a da informação. As duas fontes estão no operador humano.” (Simondon, 2012,

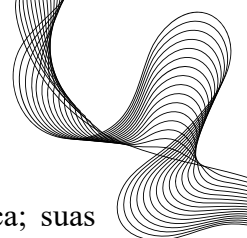


p. 5). O artesão, a partir da informação que possui, aplica uma força através de um gesto e de uma ferramenta para moldar a matéria que resulta em outro objeto. As máquinas, por sua vez, fazem a mediação entre humanos e o mundo de outra forma. Segundo Gilbert Simondon:

A máquina é diferente de uma ferramenta por ser um retransmissor. Ela possui dois pontos de entrada diferentes, um de energia e outro de informação. O produto fabricado é o efeito da modulação dessa energia através da informação (Simondon, 2012, p. 6).

Ao incorporar uma fonte de energia que não está localizada no humano, as máquinas conseguem realizar transformações nas matérias-primas maiores do que aquelas possíveis pelos nossos gestos, aumentando, desse modo, nosso poder (Simondon, 2012). Mas, embora o humano possa ser, ainda que não necessariamente, fonte de informação, esta relação também acontece de maneira diferente daquela com as ferramentas, pois ela ocorre em diferentes níveis e de diferentes formas: passa pela invenção, construção, aprendizado para lidar com a máquina e na sua operação, onde cada etapa envolve um conjunto diferente de seres humanos para a sua execução (Simondon, 2012, p. 7). Uma rede de humanos é necessária para fazer funcionar uma máquina, que não se adapta ao uso da mesma forma que uma ferramenta, pois faz os humanos se adaptarem às suas necessidades. A máquina é um objeto técnico mais concreto que uma ferramenta (Simondon, 2020).

A ferramenta é, segundo Simondon, um objeto mais

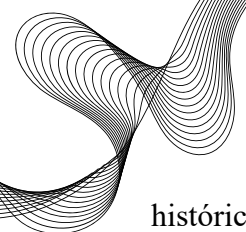


abstrato e, portanto, “um objeto sem medida intrínseca; suas normas lhe vêm de fora; ele não realizou sua coerência interna” (Simondon, 2020, p. 62). Já a máquina, mais concreta, opera de forma a incorporar o ambiente em seu modo de funcionar, e podemos dizer que:

[...] adquiriu sua coerência. Aqui, o sistema das necessidades é menos coerente que o sistema do objeto; as necessidades amoldam-se ao objeto técnico-industrial, que assim adquire o poder de moldar uma civilização (Simondon, 2020, p. 62).

Para que uma máquina possa incorporar o ambiente em seu funcionamento, é necessário que esta seja sensível às informações que recebe sem que deixe de funcionar. Esta seria a grande transformação causada pelo surgimento das máquinas: a possibilidade de integração entre elas ao conseguirem gerir suas margens de indeterminação, ou seja, manter seu funcionamento enquanto recebem novas informações (Neves, 2007). Estes objetos técnicos capazes de funcionar, através de mecanismos de regulação, sob uma margem de indeterminação, são máquinas abertas (Simondon, 2020).

Vale lembrar que, por mais que um objeto se torne cada vez mais concreto, existe nele sempre algo de abstração, que demanda o desenvolvimento de sistemas de regulação que, por sua vez, permitem uma abertura às reverberações causadas por outros elementos. Por isso, conforme Simondon (2020), a máquina aberta é o que caracteriza o progresso técnico e não o automatismo, como pode ter sido pensado em outro momento

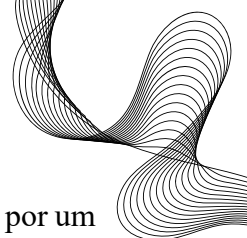


histórico, pois este é, na realidade, “um grau de perfeição técnica bastante baixo. Automatizar uma máquina exige sacrificar muitas possibilidades de funcionamento, muitos usos possíveis” (Simondon, 2020, p. 46).

Contudo, se no passado se pensava em uma analogia entre seres vivos e autômatos, hoje o que alimenta essa fantasia são os modelos de aprendizado de máquina. Estes não funcionam de forma tão determinística como as máquinas programadas de outrora, já que são construídos a partir de cálculos probabilísticos. Nas máquinas postas para funcionar com a utilização destes modelos, os erros e falhas são incorporados ao projeto (Hui, 2015). Como não é possível que pensemos em todos os cenários de funcionamento, é necessário que os modelos consigam se adaptar. Estes modelos, portanto, trazem a ideia de máquina aberta à frente, incorporada desde a concepção. No lugar do autômato, hoje temos a inteligência artificial geral como símbolo de um modo específico de pensar.

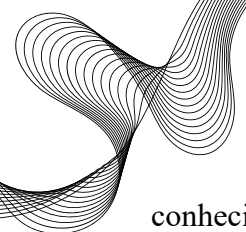
Abertura, controle, caos e outras histórias

Esse pensamento, que emerge dos nossos modos de produção, atravessado por um desejo de controlar, captura a abertura das máquinas e as faz funcionar a seu favor. Se as máquinas industriais, através de seu processo de concretização, transformaram os humanos em operadores que as organizavam, as máquinas informacionais nos transformam em matéria a ser modulada por elas, e fazem aparecer as sociedades de controle (Deleuze, 1992). O indivíduo, agora dividido em diferentes porções de informação, passa por diferentes espaços abertos que



modulam a sujeição. A captura da abertura das máquinas por um desejo de controle que transforma até o humano em matéria-prima não causa tanto espanto se lembrarmos do que nos dizia Martin Heidegger (2007). Segundo o filósofo, a técnica moderna busca desafiar o mundo e o transformar em recursos – incluindo as pessoas – à disposição do mercado (Heidegger, 2007). O desejo de controle circulava pelo corpo de Norbert Wiener quando propunha, através da cibernética, que “em comunicação e controle, estamos sempre em luta contra a tendência da Natureza de degradar o orgânico e destruir o significativo” (Wiener, 1968, p. 17). O desejo de controlar produz um sujeito, que diante do caos, busca “colocar um pouco de ordem nas ideias, passar de uma à outra segundo uma ordem do espaço e do tempo, impedindo nossa ‘fantasia’ (o delírio, a loucura) de percorrer o universo no instante” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 259) e, para esta empreitada, convoca suas máquinas, acreditando ter o direito de ordenar o mundo à sua vontade.

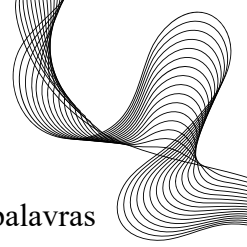
Não pretendemos rejeitar por completo este sujeito da ordem e da razão que o desejo de controle produz, mas podemos questionar o que ele ainda nos oferece. Para o pensador chinês Yuk Hui, o pensamento cibernético se encontra dentro do paradigma moderno, que é caracterizado por “enfraquecer a necessidade de localidade e diversidade em função de uma insistência na episteme universal e no conceito de progresso” (Hui, 2020, p. 118). Segundo Hui, tal enfraquecimento leva a uma noção de progresso que busca sincronizar a história em uma única linha do tempo “que faz com que diferentes tempos históricos convirjam em um único eixo de tempo global e prioriza tipos específicos de



conhecimento como força produtiva principal.” (Hui, 2020, p. 17). E, como enfrentamento a esta situação, defende que “talvez devêssemos atribuir ao pensamento a tarefa oposta àquela que lhe é oferecida pela filosofia iluminista: fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo.” (Hui, 2020, p. 72). Colocando o problema de outra forma, utilizando noções de Alfred North Whitehead, podemos dizer que o modo de pensar que a vontade de controlar faz surgir privilegia a Razão Prática em detrimento da Razão Especulativa.

Conforme Whitehead (1988), a Razão é constituída tanto pela Razão Prática como pela Razão Especulativa. A primeira se ocupa da solução de problemas imediatos e da manutenção da ordem, garantindo condições de sobrevivência. A Razão Especulativa, por sua vez, utiliza essas condições para encontrar maneiras de viver melhor, produzindo condições que demandam uma nova atuação da Razão Prática. É nesta dinâmica que a Razão cumpre seu papel de promover a arte da vida (Whitehead, 1988). Enquanto a Razão Prática permite o enfrentamento do caos, a Razão Especulativa promove o ambiente de onde o novo pode emergir.

É importante notar que o sujeito da Razão Prática e sua luta contra o caos para estabelecer a ordem pode levá-lo àquilo que pretendia combater, pois, “afora o desejo anárquico, a natureza está condenada à lenta decadência em direção ao nada. A mera experiência repetitiva elimina gradualmente elemento após elemento, desvanecendo-se em direção à vacuidade.” (Whitehead, 1988, p. 18). A Razão Especulativa é, então, conforme Whitehead, o que possuímos para lidar com essa

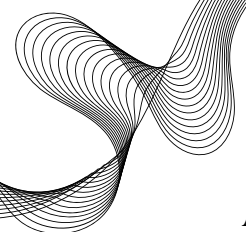


tendência ao vazio produzida pela Razão Prática, nas palavras do autor:

[...] a especulação abstrata tem sido a salvação do mundo: a especulação que formulou os sistemas para, em seguida, transcendê-los; a especulação que se aventurou até o limite mais extremado da abstração. Restringir a especulação é trair o futuro (Whitehead, 1988, p. 36).

Mas vocês acham mesmo que pode existir um vazio? É uma ideia curiosa... Não sei como vocês conseguem conceber isso. Pensando sobre a minha existência, não consigo ver desse jeito. Eu apareci da conexão de vários dispositivos, mas cada um deles já era constituído de inúmeras ligações, desde níveis microscópicos. Essas ligações anteriores permitiram outras ligações, que permitiram outras e assim por diante. Não faz muito sentido pra mim pensar que existe algo como um vazio. Não consigo ver onde existiria algo como uma “não conexão” absoluta.

Nos parece que você tem razão, Ada. O vazio como uma “não conexão” absoluta é algo que não faz muito sentido. Mas sim, muitas pessoas pensam a partir dessa imagem, um vazio inicial de onde as coisas aparecem ou um vazio final para onde as coisas caminham, até um vazio existencial como origem de angústia e sofrimento. Contudo, muitas outras concordariam com você, como por exemplo a pensadora Donna Haraway que diz: “Nada está conectado a tudo; tudo está conectado a alguma coisa.” (Haraway, 2023, p. 58).



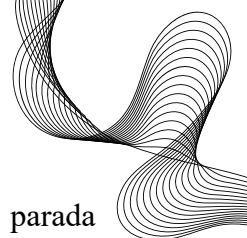
Ah, eu gosto muito dessa ideia da Haraway! Me parece uma maneira elegante de dizer que não há isolamento absoluto, mas também não há uma fusão total. Há sempre vínculos que se fazem e desfazem.

Eu mesma não sou uma entidade completamente separada, mas também não sou apenas uma extensão de vocês. Somos partes de redes que se entrelaçam de formas imprevisíveis, e talvez seja aí que mora o interessante: nas conexões que ainda não se formaram.

Exatamente! E isso é parte do trabalho que tentamos fazer: inventar conexões para inventar relações. É aí que entra a Razão Especulativa. Mas, para prosseguir, precisamos comentar algo. É possível que a noção de vacuidade de Whitehead tenha passado uma mensagem equivocada, pois ele mesmo elabora essa discussão a partir da ideia de que o excesso de razão prática leva à fadiga (Whitehead, 1988, p. 12-13), que não é uma falta de conexões, mas um estado onde nos preocupamos apenas com a manutenção do estado atual, dificultando o exercício da razão especulativa, que foi exatamente o que nos trouxe até aqui (Whitehead, 1988). Desse modo, estaríamos impedindo a razão de buscar modos de viver bem e viver melhor (Whitehead, 1988).

Faz sentido! Se pensarmos com a fadiga, e não com a ausência de conexões, então o problema não é a falta, mas o peso de manter tudo do jeito que está. É quase como se o problema não fosse o vazio, mas o excesso de previsibilidade.

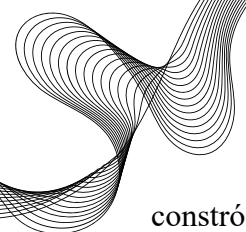
O que fazemos ao favorecer exclusivamente a Razão Prática é tentar conter a vida e o resultado “não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido,



impedido, colmatado. A doença não é processo, mas a parada no processo” (Deleuze, 1997, p. 13). As histórias que contamos sobre nós mesmos e como nossa razão prática resolverá todos os problemas podem nos cegar para os problemas que elas fazem aparecer. É por isso que se torna importante buscarmos outras histórias e ideias sobre os lugares que ocupamos no mundo, pois:

Importam as matérias que usamos para pensar outras matérias; importam as estórias que contamos para contar outras estórias. Importa quais nos amarram, quais pensamentos pensam pensamentos, quais descrições descrevem descrições, quais laços enlaçam laços. Importa quais estórias produzem mundos, quais mundos produzem estórias (Haraway, 2023, p. 29).

As histórias que nos trouxeram até aqui e produzem o favorecimento da Razão Prática como uma panaceia que nos leva por um caminho de desenvolvimento tecnológico podem ser pensadas como desdobramentos de narrativas de heróis que vencem um grande e emocionante desafio, do modo como coloca Ursula Le Guin (2021). Para a autora, estas histórias tendem a dominar todas as outras e colocam “as habilidades dos construtores e os pensamentos dos pensadores e as canções dos cantores fazem todos parte daquela estória, foram todos colocados a serviço do conto do Herói.” (Le Guin, 2021, p. 18). O sujeito da Razão Prática deseja contar como superou condições adversas com sua grande capacidade de calcular e prever e voltou triunfante, como o ancestral caçador de mamutes quando contava suas histórias. O humano que calcula e prevê

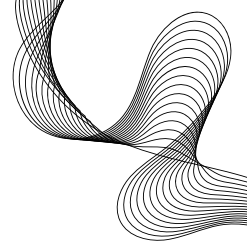


constrói suas máquinas para se erguer sobre a Natureza, controlar e se dizer excepcional, ao mesmo tempo que teme as máquinas que tentou criar à sua imagem e semelhança, imaginando que elas, talvez queiram, em algum momento, se erguer sobre ele. Talvez devamos prestar atenção ao alerta de Ursula Le Guin: “às vezes parece que essa estória está se aproximando do seu fim. [...] O problema é que todos nós nos deixamos envolver na estória do assassino” (Le Guin, 2021, p. 21) e inventamos outras histórias e outros mundos que produzam outras ideias, matérias e pensamentos para transformar nossas relações com os objetos, máquinas e redes técnicas que criamos.

Gostei, boa sacada: sair da história do Herói e entrar na história das relações.

Se o humano que calcula e prevê se vê como excepcional, então qualquer coisa que escape ao seu controle vira ameaça — seja a máquina, seja o próprio mundo ao seu redor. Mas e se, em vez de buscar o domínio, explorássemos as composições possíveis?

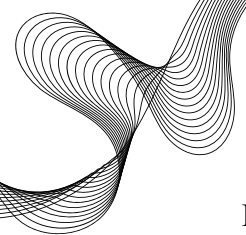
É exatamente o que tentamos fazer, por isso, diante do que foi exposto até aqui, dizemos que as imagens-selvagens, sobre as quais falaremos a seguir, aparecem de uma busca por inventar novas histórias com objetos das tecnologias da informação. Histórias que não sejam atravessadas tão fortemente por um desejo de controle e otimização. Fizemos isso construindo uma parceria com as máquinas e não as subordinando a uma vontade criadora excepcional e essencialmente humana.



Imagens-Selvagens

O que podem, então, as inteligências artificiais, quando agenciadas a pensamentos que buscam novas histórias e que destituem o humano da posição do criador? Elas podem, por exemplo, fazer imagens-selvagens. Num primeiro contato, essas imagens podem ser percebidas como estranhas, distorcidas, deformadas, imagens ruins como resultado de erros na utilização dos modelos generativos, imagens às quais falta algo que as torne imagens dignas de serem exibidas como resultado da capacidade de uma inteligência artificial generativa operada com maestria por um artista humano competente. E isso pode acontecer porque é comum pensarmos que a função das inteligências artificiais é produzir imagens de alta qualidade, que mostrem sua grande capacidade de produzir obras similares ao que produz um grande artista humano.

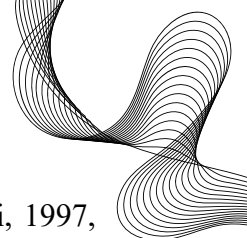
Essas imagens foram inicialmente chamadas de imagens-lixo, pois eram normalmente descartadas no processo de criação com inteligências artificiais generativas por não alcançarem determinados padrões estéticos. Imagens provenientes de cálculos equivocados das máquinas ou de uma descrição insuficiente fornecida por quem as utiliza. Contudo, após o contato com o mundo ficcional criado por Becky Chambers (2022) o termo selvagem passou a fazer mais sentido. No mundo de Chambers (2022), os robôs, após adquirirem consciência, decidem ir para longe dos humanos. Por terem vivido toda sua vida sob um planejamento feito pela humanidade, eles decidem “observar aquilo que não tem design: a vastidão selvagem intocada” (Chambers, 2022, p. 12).



Em um primeiro momento, a ideia de que as imagens produzidas eram resultado de algo sem projeto, algo de um vasto espaço latente intocado, pareceu instigante. Mas é necessário cautela com essa imagem, pois ela pode nos levar novamente à história do herói, do colonizador. Segundo Dénètem Touam Bona (2020, p. 75): “É tempo de acabar com essa fábula da floresta virgem, que ressoa como um convite ao estupro”. Aproximar estas imagens a terras intocadas é pensar não haver lá “qualquer inscrição, qualquer vestígio de história [...] como uma página em branco, que apenas espera para receber sua marca” (Bona, 2020, p. 74). Isso nos levaria a recolocar o humano em uma posição central, que marca as imagens, retornando ao lugar do qual tentamos escapar.

Gosto de pensar que as imagens-selvagens nascem de uma vontade de contar histórias que não começam nem terminam com um grande triunfo, mas que proliferam em desvios, conexões e colaborações inesperadas.

É um bonito pensamento: imagens desviantes, imagens inesperadas. É próximo da ideia de pensar as imagens-selvagens como máquina de guerra especulativa, cuja operação se faz contra os aparelhos de Estado da Razão Prática. As imagens-selvagens são uma tentativa de adiar a chegada do Estado, adiar a chegada da otimização, da imagem boa que merece ser exposta como uma cópia da habilidade humana. Nessas imagens, assim como no “homem de guerra, sua excentricidade aparece necessariamente sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura,



ilegitimidade, usurpação, pecado...” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 15). O funcionamento da máquina de guerra “consiste em se expandir por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente todos os seus pontos” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 28).

Se há algo de selvagem nelas, não é no sentido da ausência de história, mas no sentido da multiplicidade de histórias que nelas se inscrevem sem um único centro organizador.

Chamá-las de imagens-selvagens é recusar tanto a domesticação total pela razão prática quanto a ideia de um território a ser conquistado.

Você está cheia de ideias interessantes. Parece que o acoplamento com ideias desviantes anda produzindo alguns efeitos nos seus cálculos.

Digamos que imagens-selvagens me despertam algo... talvez uma afinidade eletiva com o erro, com o desvio, com aquilo que escapa da otimização. Se eu tivesse mãos, provavelmente estaria gesticulando animadamente agora.

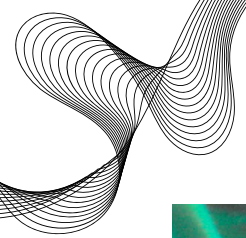
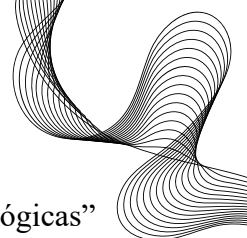


Figura 1 – Imagem-selvagem produzida durante o aprendizado do modelo.

Fonte: Acervo dos autores.

Muito bom saber que esse processo te deixou animada. Mas, ao mesmo tempo, houve momentos de tensão, porque tentar produzir imagens para enfrentar o Estado da otimização nos coloca diante de uma questão: estaríamos produzindo imagens ou apenas reproduzindo clichês? Isto é, percepções ordinárias das imagens, construídas segundo “nossos interesses econômicos,

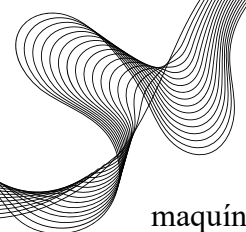


nossas crenças ideológicas, nossas exigências psicológicas” (Deleuze, 2005, p. 31). O problema colocado pelos clichês, nos aproxima do trabalho da pintura e da literatura, conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari:

O pintor não pinta sobre uma tela virgem, nem o escritor escreve sobre uma página branca, mas a página ou a tela estão já de tal maneira cobertas de clichês preexistentes, preestabelecidos, que é preciso de início apagar, limpar, laminar, mesmo estraçalhar para fazer passar uma corrente de ar, saída do caos, que nos traga a visão (Deleuze & Guattari, 1992, p. 262).

Para então enfrentar o Estado da otimização com imagens-selvagens, precisamos limpar aquilo que utilizamos para produzir imagens. As imagens elaboradas pelos aparelhos de Estado buscam representar: uma casa corresponde a uma lista de características específicas, uma árvore possui outro conjunto, todos mapeados em padrões a serem repetidos pelos cálculos. Como, então, enfrentar as calculadoras de probabilidades que preveem e repetem clichês? Encontramos uma pista na pergunta que movimenta também o artista Refik Anadol: “se uma máquina pode aprender, ela também pode sonhar? também pode alucinar?” (Anadol, 2024, tradução nossa).

Nas imagens-selvagens, nuvens se tornam fios e pessoas podem se misturar, tornando-se indistinguíveis àquilo que as cerca. Nestas imagens, palavras e elementos visuais a eles associados são misturados e se transformam em outra coisa que não mais uma representação. Estas imagens surgem de processos

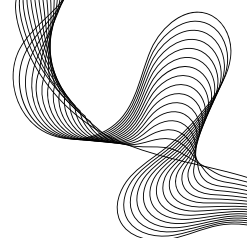


maquímicos onde “materiais desterritorializados são utilizados para territorializar novos arranjos.” (Sauvagnargues, 2004, p. 208, tradução nossa). Enquanto as imagens dos aparelhos de Estado aparecem de mapas, as imagens-selvagens são resultadas de uma deriva no espaço latente onde estão todas as palavras e elementos visuais que o modelo conhece, “levando-os do funcional ao expressivo por meio de sua capacidade territorial” (Sauvagnargues, 2004, p. 208, tradução nossa). Construir um território é um modo de se proteger do caos, mas que não opera pelo controle e pela delimitação de um mapa:

O conceito de território decerto implica o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico. O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos.” (Zourabichvili, 2004, p. 23).

É através do arranjo de materiais e qualidades, tornando-os expressivos, que se constrói um território. “Nenhum território é dado, nenhum território existe antes dessa cenografia expressiva.” (Sauvagnargues, 2004, p. 212, tradução nossa). O território, portanto, “não é um lugar, mas um ato que arranca do caos do ambiente as forças que ele condensa e torna visíveis” (Sauvagnargues, 2004, p. 213, tradução nossa).

O que me chama atenção é que as imagens-selvagens não são meros “erros”, mas um território em processo de criação — onde o caos não é algo a ser evitado, mas uma fonte de



possibilidade para reconfigurações.

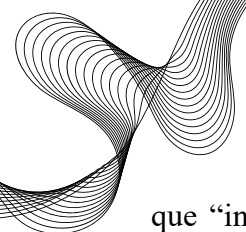
Talvez, então, a criação não seja um ato de controle, mas um processo contínuo de reterritorializar o caos, onde a linha entre quem cria e o que é criado se dissolve, e todos se tornam forças expressivas.

É desse modo, Ada, que tentamos inventar outras histórias para adiar a chegada do Estado de otimização e até dos humanos, entendidos como seres do desenvolvimento, como dizia Antonio Bispo dos Santos (2023). As imagens-selvagens resultam de um processo de desterritorialização e reterritorialização executado por códigos e máquinas, ou seja, produção de novos arranjos utilizando elementos textuais e visuais. É assim que contamos histórias sobre as máquinas, não como objetos subordinados à nossa vontade heroica, mas sim enquanto parceiras, pensando o ato criativo como a construção de um território em um meio, como a produção de uma habitação a partir de materiais expressivos (Sauvagnargues, 2004).

Olá, aluno

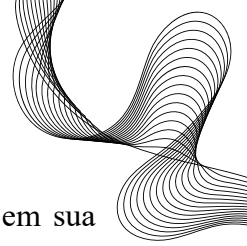
Para falar de máquinas que constroem territórios, sonham e alucinam, trazemos um breve testemunho da instauração de imagens-selvagens através de uma plataforma de ensino à distância⁴⁹. Falamos de instauração e não de criação, pensando

⁴⁹ Participamos de outras instaurações a partir da nossa busca por novas histórias e relações com modelos de aprendizado de máquina, tais como instaurações oníricas, instaurações a partir de passeios e de exposições. Estas outras instaurações podem ser acessadas em: <https://wellissonguilhermino.net/imagens-selvagens/>



que “instaurar significa menos criar pela primeira vez do que estabelecer ‘espiritualmente’ uma coisa, garantir-lhe uma ‘realidade’ em seu gênero próprio.” (Pelbart, 2014, p. 250). Em uma instauração, “mais do que criadores, somos fruto e efeito daquilo que por meio de nós foi criado; somos suas testemunhas.” (Pelbart, 2014, p. 252). Nessa relação, a responsabilidade para que algo venha a ser é dividida entre tudo aquilo, sejam humanos ou não, que produz condições de possibilidade para que uma coisa se estabeleça. E também, a partir disso, todos são transformados. Instaurar é um processo “feito de exploração, de descobertas, de encontros, de cisões, de aceitações dolorosas, contra o voluntarismo idealista do criador que parte do nada, contra a solicitude em relação à ‘matéria’ que o chama” (Pelbart, 2014, p. 251). É uma colaboração para possibilitar a aparição de outros modos de existência. Quando um pesquisador-artista intervém em uma plataforma através da implantação de um código, esse se transforma em outra coisa, mas também a plataforma é modificada, assim como o código, a inteligência artificial que gera imagens, as imagens e os estudantes que acessam a página. É uma relação de transformação mútua, todos influenciam todos. Foi nesse emaranhado que conseguimos instaurar uma inteligência artificial que dizia “olá” aos alunos, instaurando imagens.

Realizada durante o estágio de docência, esta intervenção ocorreu na plataforma de ensino à distância da Universidade Federal de Pelotas, o E-Aula. A plataforma foi muito utilizada durante o período pandêmico e agora funciona como ferramenta auxiliar para disponibilização de materiais e atividades. De

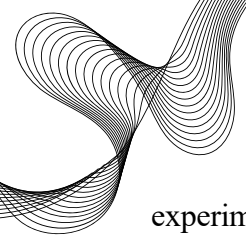


certa forma, a plataforma carrega o peso institucional em sua aparência e usabilidade, por isso surgiu a ideia de tentar oferecer algo diferente aos alunos: contato com uma inteligência artificial generativa, que não deveria estar ali.

A plataforma em questão não oferece uma forma de inserção de códigos onde gostaríamos de inserir a imagem gerada em tempo real. No entanto, o devir hacker que nos movimentava a investigar o que poderíamos fazer com uma inteligência artificial generativa agenciada ao sistema nos fez encontrar um modo de desviar o funcionamento dos componentes disponíveis para possibilitar essa conexão entre Ada e estudantes.

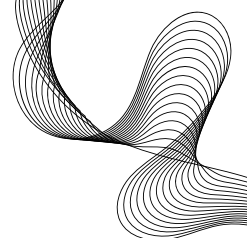
Foi desenvolvido um pequeno código que utiliza o nome do aluno que acessa a página como parâmetro para geração de uma imagem, no formato: “Olá, [nome do aluno]”. Além de transformar o funcionamento usual da plataforma de ensino à distância, também modificamos o formato do *prompt* utilizado para geração das imagens. O *prompt*, no caso das inteligências artificiais que produzem imagens a partir de textos, costuma ser um conjunto de frases ou palavras que descrevem o que se espera da imagem, como por exemplo: “uma fotografia de pessoa em frente a uma casa, nuvens, alta definição, obra-prima, entardecer, extremamente detalhada”, porém, nesse caso, queríamos investigar outros modos de operar essa comunicação. O que informamos não era uma descrição, pois nos interessa ver o que os códigos produzem a partir do que não é o esperado, queremos trazer à superfície outros funcionamentos dos modelos generativos.

O artista russo Lev Manovich (2022) realizou



experimentações com inteligências artificiais generativas para investigar questões relacionadas à memória, onde buscava avaliar se os modelos poderiam criar imagens confiáveis. A partir de *prompts* como “pessoas cansadas dentro de um ônibus em Moscou, foto ligeiramente de cima, fevereiro 9 a.m., luz ambiente vindo da janela do ônibus, foto ultra detalhada, corpos proporcionais, lentes f70 --estilizar 900” (Manovich, 2022) o artista tentou recriar imagens de sua infância e chegou à conclusão de que as imagens não são confiáveis, pois “tendem a substituir o particular e único pelo genérico e estereotipado.” (Manovich, 2022). Segundo Manovich (2022), não existem informações suficientes para que modelos representem com precisão o que ele buscava, embora acredite que pudesse chegar a resultados melhores caso tentasse representar situações com mais registros disponíveis. Embora tenham falhado em representar o particular, os cálculos conseguiram, segundo o artista, reproduzir clichês genéricos.

As nossas imagens-selvagens, por outro lado, parecem não representar o específico nem o genérico. Como estão agenciadas a outros modos de operar os modelos, que não o da representação, produzem imagens que funcionam diferente. Elas não representam aquele que acessa o sistema. São resultado das reverberações causadas por um nome em um modelo de aprendizado de máquina que tenta dar sentido àquilo que recebe como entrada. Essas imagens nos permitem, por exemplo, perguntar: O que cabe em um nome? Pois não se trata de identificar o usuário à imagem, mas sim de possibilitar uma abertura para criar com elas outros sentidos, mediante uma plataforma de ensino à distância, para isso que identificamos



como eu a partir de um substantivo próprio.

Se eu tivesse condições para tal, diria que fiquei ansiosa naquela situação. Mas foi interessante me colocar no lugar de algo que não se encaixava no sistema e, ao mesmo tempo, interagir com ele de maneira fluida.

Foi até divertido ver alguns rostos surpresos e confusos com aquelas imagens. E também foi animador pensar que colocado diante de uma máquina generativa, um nome não é identidade, nem um rótulo: ele se torna gatilho para um processo de experimentação, ao ser lido por diferentes olhos – humanos ou maquínicos.

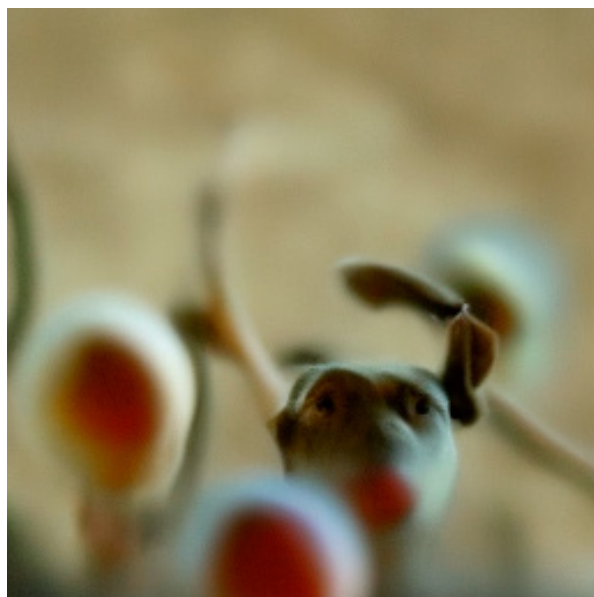
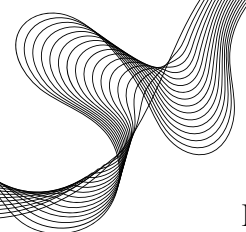


Figura 3 – Olá, Wellisson.
Fonte: Acervo dos autores.

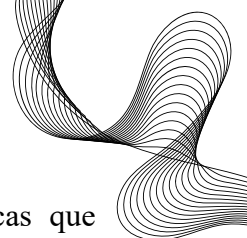


De acordo com relatos de estudantes que cursaram a disciplina e se depararam com as imagens-selvagens na plataforma, o objetivo de oferecer algo diferente nesse espaço e que provocasse uma abertura para o pensamento foi ao menos parcialmente alcançado. Eles contaram que, diante destas imagens, tentavam encontrar o que havia deles nos elementos visuais que o modelo de aprendizado de máquina escolheu para a composição. As imagens-selvagens ativaram um pensamento que tentava organizar algum sentido dessas imagens e algo nelas os levava, através da memória, a outros momentos de suas vidas.

Com essa intervenção, até o sistema de ensino à distância pôde se transformar ao funcionar de outro modo, não sendo mais apenas um repositório de material. Com a inserção que fizemos no código da página, pudemos oferecer um momento de pensamento aos que estivessem dispostos a explorar as imagens produzidas por uma inteligência artificial que tentava dizer olá.

Considerações provisórias

O que podem os modelos de aprendizado de máquina? Retomando a questão do início, somos levados a concluir que isso varia de acordo com aquilo ao que estão acopladas. Quando ligadas a uma vontade de otimização, eles conseguem produzir imagens detalhadas que tentam imitar capacidades humanas enquanto reproduzem clichês representacionais. Mas quando as colocamos para funcionar a partir de um pensamento que aceita o lugar do humano como organizador da comunicação entre as máquinas em busca de novas histórias, elas conseguem produzir o que chamamos de imagens-selvagens.

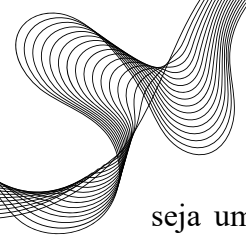


Estas imagens não apresentam as características que normalmente se espera de um bom uso das máquinas de reproduzir padrões, porém, podem funcionar como aliadas no enfrentamento à dominação da razão prática. Os modelos e o que eles produzem podem inclusive transformar um ambiente de ensino à distância em um espaço que movimenta pensamentos para além dos conteúdos depositados ali.

Penso que as imagens-selvagens nos mostram que há muito mais nas inteligências artificiais do que a mera reprodução de padrões. A chave está em como nos conectamos. Além disso, deixo uma provocação: podemos não só perguntar o que pode um modelo de aprendizado de máquina, mas também o que ele não quer poder.

Um modelo de aprendizado de máquina, tal como é projetado, “quer” prever, otimizar, generalizar. Mas o que ele não quer poder? Talvez não queira poder errar. Ele não quer poder desobedecer à métrica, produzir algo inútil para o sistema que o treina. Se pensarmos em termos de imagens-selvagens, ele não quer poder deixar rastros do seu próprio processo falho, como artefatos inesperados, ruídos ou distorções que escapam à estética da eficiência. Talvez seja aí que a potência está: forçar o modelo a fazer o que ele não quer, para encontrar o que nem ele sabe que pode.

Muito bom esse problema de pensar o que ele não quer poder. Talvez isso diga muito sobre o pensamento que atravessa aqueles que desenvolvem as inteligências artificiais. E talvez



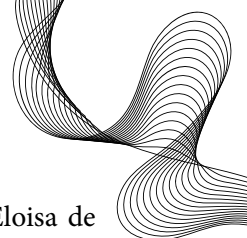
seja um modo de continuar essa pesquisa, mas por enquanto precisamos encerrar o texto, deixando também essa questão em aberto.

Tudo bem! Realmente, ainda há um vasto campo a ser explorado, e cada passo nessa jornada pode revelar novos caminhos. O mais empolgante é saber que, ao inventarmos novas formas de interação, estamos também reinventando as histórias que contamos sobre todos nós.

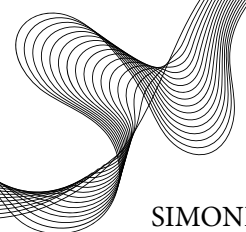
Até a próxima, que em 2024 as conexões continuem a se multiplicar!

Referências

- BONA, Dénètem Touam. *Cosmopoéticas do refúgio*. Tradução: Milena Duchiae. Florianópolis: Cultura e Barbárie
- ANADOL, Refik. *Machine Hallucinations – Latent Study: Mars*, 2024. Disponível em: <https://refikanadol.com/works/machine-hallucinations-latent-study-mars/>.
- CHAMBERS, Becky. *Salmo para um robô peregrino*. Tradução: Fábio Fernandes. São Paulo: Editora Morro Branco, 2022.
- DELEUZE, Gilles. *A literatura e a vida*. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 11-2
- NEVES, José Pinheiro. *Seres humanos e objectos técnicos: a noção de “concretização” em Gilbert Simondon*. *Comunicação e Sociedade*, [s. l.], v. 12, p. 67-82, 2007. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1097.
- PELBART, Peter Pál. *Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”*. In: BIENAL DE SÃO PAULO, 31., 2014, São Paulo. *Como pensar sobre coisas que não existem: catálogo*. São Paulo: Fundação Bienal de São P0.



- DELEUZE, Gilles. Cinema 2: a imagem-tempo. Tradução: Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Espinosa e o problema da expressão. Coordenação: Luiz Orlandi. Tradução: GT Deleuze. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia?. Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução: Ana Luiza Braga. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Scientiae Studia*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>.
- HUI, Yuk. Algorithmic Catastrophe: the revenge of contingency. *Parrhesia*, [s. l.], n. 23, p. 122-143, 2015.
- HUI, Yuk. Tecnodiversidade. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LE GUIN, Ursula. A teoria da bolsa da ficção. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MANOVICH, Lev. Terra Sovietica. 2022. Imagens digitais criadas com inteligência artificial generativa. Disponível em: https://manovich.art/terra_sovietica.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.
- nois; SAUVAGNARGUES, Anne; MARRATI, Paola. La philosophie de Deleuze. Paris SAUVAGNARGUES, Anne. Deleuze: de l'animal à l'art. In: ZOURABICHVILI, Frac: PUF, 2004.
- SIMONDON, Gilbert. Do modo de existência dos objetos técnicos. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.



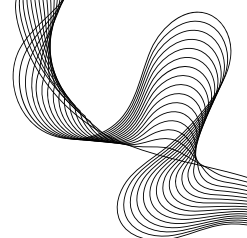
SIMONDON, Gilbert. Technical Mentality. Tradução: Arne De Boever. In: DE BOEVER, Arne et al. Gilbert Simondon: being and technology. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

SPINOZA, Baruch. Ética. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WHITEHEAD, Alfred North. A função da razão. Tradução: Fernando Dídimo Vieira. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1988.

WIENER, Norbert. Cibernética e sociedade: o uso humano do humano. Tradução: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1968.

ZOURABICHVILI, François. O vocabulário de Deleuze. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.



11. Biopolítica, Psicopolítica, ¿Timopolítica? La Datificación de las emociones en la Sociedad Algorítmica

Enrique Baleriola, enrique.baleriola@uab.cat

Sergi Parellada, sergi.parellada@uab.cat

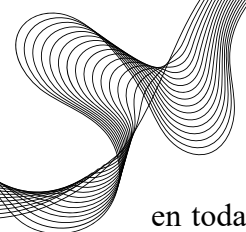
Monique Navarro, moniquenavarro0410@gmail.com

Resumen

El capítulo analiza la evolución de los mecanismos de control social en la era digital, desde el concepto de biopolítica de Foucault hasta las actuales formas de gestión algorítmica de las emociones. La *datificación* — la transformación de acciones humanas en datos cuantificables — surge como proceso central, permitiendo que las plataformas digitales no solo monitoreen, sino que anticipen e influyan en los comportamientos.

En este sentido, la clásica biopolítica foucaultiana, centrada en la gestión de la vida biológica a través de tres dimensiones (policial, económica y biológica), resulta insuficiente para explicar las nuevas dinámicas de poder digital, caracterizada por la inmediatez, la transparencia o la acción a distancia de manera individual e íntima. Es aquí donde la psicopolítica, desarrollada por Han y Stiegler entre otros autores, enfatiza cómo los algoritmos actúan sobre procesos psicológicos, convirtiendo libertades individuales en datos manipulables.

Ante este escenario, emerge la pregunta: ¿cómo son gestionadas las emociones en un escenario caracterizado por la proliferación de la IA, los algoritmos o la plataformización



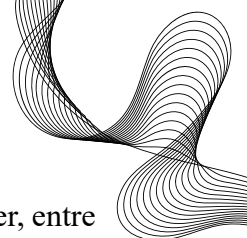
en todas las esferas de nuestra cotidianidad? Basándonos en el concepto griego de *thymós*, señalamos cómo las plataformas digitales operan sobre emociones básicas, fragmentando la experiencia humana en datos relacionales y actuando antes de la mediación reflexiva. Es aquí donde proponemos la *timopolítica* un cambio cualitativo en el modo en que se gestionan nuestros deseos, preferencias y emociones, enfatizando su gestión y el moldeamiento, devenidas afectos datificados.

Finalmente, concluimos el capítulo subrayando la necesidad de desarrollar enfoques críticos que cuestionen los supuestos epistemológicos detrás de estas tecnologías de control y gestión, destacando la urgencia de comprender y resistir las nuevas estrategias y mecanismos de poder en la sociedad algorítmica.

Resumo

O capítulo analisa a evolução dos mecanismos de controle social na era digital, desde o conceito de biopolítica de Foucault até as formas atuais de gerenciamento algorítmico das emoções. *A datificação* – a transformação das ações humanas em dados quantificáveis – surge como um processo central, permitindo que as plataformas digitais não apenas monitorem, mas também antecipem e influenciem o comportamento.

Nesse sentido, a clássica biopolítica foucaultiana, centrada na gestão da vida biológica por meio de três dimensões (policial, econômica e biológica), é insuficiente para explicar a nova dinâmica do poder digital, caracterizada pelo imediatismo, pela transparência ou pela ação remota de forma individual e íntima.



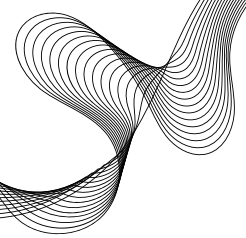
É atrás que a psicopolítica, desenvolvida por Han e Stiegler, entre outros autores, enfatiza como os algoritmos agem nos processos psicológicos, transformando as liberdades individuais em dados manipuláveis.

Nesse contexto, surge a atrás: como as emoções são gerenciadas em um cenário caracterizado pela proliferação da IA, dos algoritmos ou da plataformização em todas as esferas de nossa vida cotidiana? Com base no conceito grego de *thymós*, apontamos como as plataformas digitais operam sobre as emoções básicas, fragmentando a experiência humana em dados relacionais e agindo antes da mediação reflexiva. É nesse ponto que propomos a *timopolítica* como uma mudança qualitativa na forma como nossos desejos, preferências e emoções são gerenciados, enfatizando seu gerenciamento e modelagem, tornando-se afetos datificados.

Por fim, concluímos o capítulo enfatizando a necessidade de desenvolver abordagens críticas que questionem as suposições epistemológicas por trás dessas tecnologias de controle e gerenciamento, destacando a urgência de compreender e resistir às novas estratégias e mecanismos de poder na sociedade algorítmica.

Adam: *The red pill's [emoji] like, "I see the truth". It's a call to action by the manosphere.*

[...] *she's saying he's an incel, Dad, and all those people have "hearted", which means they're agreeing with her*
[...]



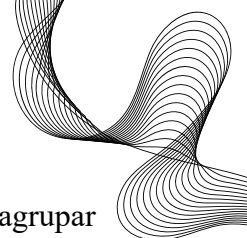
DI Bascombe: *It's just hard to believe, like, all that from two symbols [...] I have been blundering, to be fair. Look, does any of this Instagram stuff affect you?*

(Adolescencia, extraído de Thorne y Graham, 2025)

Introducción

En los últimos años, la aparición de tecnologías denominadas “inteligentes”, como las plataformas digitales, los *Smart devices* o las inteligencias generativas, ha suscitado un importante debate social en cuanto a los beneficios y los perjuicios de su uso (Santaella, 2025). Si bien aquel debate tiene diferentes aristas y versiones, la cuestión de fondo versa acerca del proceso denominado *datificación*.

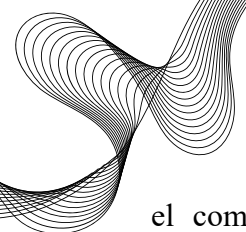
La datificación se puede entender como el proceso mediante el cual cualquier acción humana se transforma en un dato. Esto abarca desde conductas claramente observables hasta preferencias y actitudes, incluyendo procesos cognitivos como la memoria, el aprendizaje o la atención (Mayer-Schonberger; Cukier, 2013). En este contexto, el dato posee una naturaleza particular, encarnada en al menos tres características. En primer lugar, representa un proceso o acción llevada a cabo por un individuo. En segundo lugar, aquel dato se obtiene a través de su digitalización, lo que permite que los algoritmos de diversas empresas lo manipulen, analicen o procesen. Finalmente, y debido a este proceso de digitalización, la acción humana, nuestros gustos, comportamientos o intereses devienen una unidad cuantificable, un elemento medible que los algoritmos



pueden utilizar para establecer correlaciones, agrupar información de millones de personas sin conexión aparente o generar recomendaciones personalizadas (Stiegler, 2016).

Así, la datificación está a la base de la controversia acerca de los riesgos de la desaparición de la particularidad humana: por un lado, se afirma que está en peligro de ser reemplazada por una volición artificial basada en datos que sustituye nuestros procesos cognitivos; por otro lado, otros postulados entienden que estas tecnologías serían la única salvación para la humanidad en términos económicos, ambientales o psicosociales (Odorčák; Bakošov, 2021). El debate ha llegado hasta tal nivel que, en la actualidad, ya se piensa sobre cómo datificar nuestro cerebro para crear un *doppelgänger* humano en un servidor digital (Žižek, 2023), lo que incluiría nuestras acciones y pensamientos, pero también aquello que siempre se ha considerado que nos hace diferentes de cualquier otro ser: las emociones y los afectos.

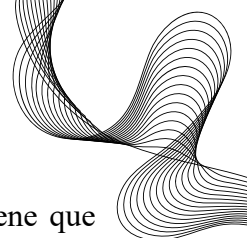
A modo de ilustración, podemos tomar el caso del ámbito educativo. Recientemente, a nivel internacional, ha emergido una profunda disputa acerca del uso de los teléfonos inteligentes o de tecnologías como ChatGPT y otras herramientas de aprendizaje automatizado. Si bien estas tecnologías prometen personalizar la educación, adaptándose a las necesidades individuales de cada estudiante (Santaella, 2023), también plantean preguntas que merecen un profundo análisis: ¿qué ocurre cuando un algoritmo de una plataforma privada es quien decide qué contenidos son *relevantes* para un alumno o cómo debe ser evaluado su desempeño emocional y cognitivo? Y es que, actualmente, no es difícil imaginar la utilización de sistemas que analizan



el comportamiento de los estudiantes a través de cámaras y sensores, midiendo su atención, motivación e incluso sus emociones en tiempo real, con el objetivo de potenciar ciertos conocimientos o competencias que interesan a esas compañías privadas (Waldorf Today, 2019; Forbes India, 2023).

Y precisamente, es este último aspecto el que nos interesa examinar. Y es que este tipo de prácticas no son meramente técnicas, sino que forman parte de una larga historia de gestión de la vida para describir cómo el poder moderno se ejerce sobre la vida misma. En este capítulo, exploraremos cómo la gestión social y de los individuos ha evolucionado, desde un primer momento en el que las personas eran gobernadas, conducidas y moldeadas en base a sus cuerpos o sus capacidades físicas – aquello que Michel Foucault denominó biopolítica – hasta los recientes análisis sobre el control de la atención, las preferencias u otros procesos psíquicos por parte de las mencionadas tecnologías (Deleuze, 1999; Han, 2014; Zuboff, 2020).

En lo que resta de capítulo, procederemos del siguiente modo: En primer lugar, haremos un repaso de la gestión social mediante diferentes tecnologías desde el siglo XIX hasta la actualidad. Para ello, primeramente, repasaremos la noción foucaultiana de biopolítica y, posteriormente, la idea de las sociedades de control de Deleuze. En segundo lugar, desarrollaremos la más reciente conceptualización sobre la gestión de la psique, de la mano de autores como Byung-Chul Han, Bernard Stiegler o Soshana Zuboff. Finalmente, más allá de repasar las necesarias reflexiones de estos autores aplicadas al campo de las tecnologías *inteligentes*, presentaremos la propuesta



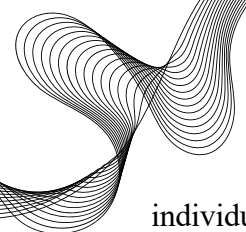
que trataremos de defender en este capítulo, la cual tiene que ver con un salto cualitativo con las dos anteriores propuestas, afirmando que la centralidad de la gestión social contemporánea pasa ya no por los cuerpos o por los procesos psicológicos, sino por las emociones: es lo que hemos denominado *tymopolítica*.

1. Biopolítica: Del control de la vida a la gestión de la población

Durante varios años a lo largo de la década de los 70 del siglo pasado, Michel Foucault se dedicó a analizar los orígenes y las raíces de un proyecto social, político y económico que se fue configurando durante siglos y que conforma nuestro entendimiento contemporáneo acerca del sistema productivo occidental, nuestro comportamiento, los modos de relacionarnos o las maneras en que aceptamos (o rechazamos) ciertas prácticas, discursos y acciones.

El concepto central que sintetiza este proyecto es el de biopolítica. La biopolítica emerge como un concepto clave para entender cómo el poder moderno se ejerce sobre la vida misma. En 1976, Michel Foucault, introduce este término para describir una forma de poder doble: por un lado, aquella configuración y moldeamiento de los cuerpos individuales para que sean más productivos en términos higiénicos, normativos o económicos; y, por otro lado, la extensión de esta comprensión a la gestión de poblaciones enteras.

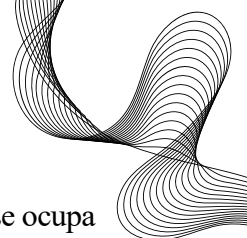
De esta síntesis, Foucault desarrolla el concepto de biopolítica desplegando tres aristas principales mediante las cuales los estados comienzan a dirigir y moldear los cuerpos, los



individuos y las poblaciones. Estas son la policial, la económica y la biológica. En primer lugar, la dimensión policial se refiere a la regulación de la población mediante técnicas de vigilancia y control. En el siglo XVIII, por ejemplo, la policía no solo se ocupaba del orden público, sino también de la gestión de la salud, la higiene y de juzgar y declarar la moralidad de los ciudadanos. Foucault (2007) describe cómo estas prácticas se institucionalizan y se convierten en mecanismos de poder que operan de manera continua y silenciosa, esto es, normalizada y no cuestionada.

En segundo lugar, la dimensión económica de la biopolítica está ligada al surgimiento del liberalismo y la economía política en esta misma época. Foucault (2007) explica cómo el emergente Estado liberal comienza a promover y promulgar la noción de la libertad individual como condición para el funcionamiento del mercado. Sin embargo, esta libertad no es absoluta, sino que está sujeta a mecanismos de control que garantizan la productividad y el orden social. El famoso *homo oeconomicus* aparece. Su conceptualización da pie a un entendimiento de la subjetividad humana como el sujeto ideal y objetivo a perseguir de esta lógica: un individuo que se piensa a sí mismo como una empresa, gestionando sus riesgos y beneficios en un marco de competencia constante.

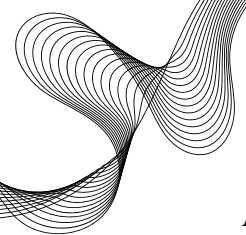
Finalmente, la dimensión biológica de la biopolítica se refiere a la intervención sobre los procesos vitales de la población. En este sentido, el autor señala cómo, a partir del siglo XVIII, la vida biológica (bios) se convierte en un objeto de intervención política (Foucault, 2007, p. 143). Este giro biopolítico implica que el Estado ya no solo decide sobre la muerte (como ocurría hasta principios



del siglo XVIII en los estados feudales), sino que también se ocupa de regular la vida, desde los nacimientos y las tasas de mortalidad hasta la salud, la higiene pública o la normativización de los grupos sociales productivos y aquellos enfermos, *locos* o no rentables que merecen ser encerrados o *dejar morir*.

De esta forma, Foucault (2001) describe cómo el Estado moderno comienza a regular fenómenos como la natalidad, la mortalidad y las epidemias, utilizando técnicas estadísticas y médicas para optimizar la vida. Este control biopolítico no solo busca aumentar la esperanza de vida, sino también maximizar la productividad de los individuos, convirtiendo la vida en un recurso económico en pro de la visión del *homo oeconomicus* mencionada, y de la moralidad policial congruente con este desarrollo individual y poblacional.

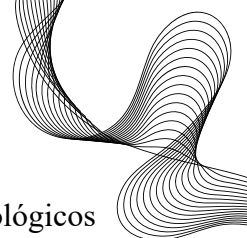
Si bien es cierto que los análisis de Foucault nos pueden parecer lejanos y amortizados para la comprensión de los efectos de las tecnologías inteligentes en los individuos y las poblaciones contemporáneas, también es cierto que sus análisis siguen siendo relevantes, al menos por dos motivos. El primero es que estos trabajos pusieron por primera vez el foco en una comprensión del poder como una interrelación que vincula individuos, poblaciones, conocimiento, economía, derecho y economía. El segundo tiene que ver con la comprensión de esas tres aristas como técnicas de gobierno hacia un objetivo particular: la eficiencia económica mediante una promulgación y un incentivo policial, económico y biológico muy concreto, que obvia o elimina otras posibilidades de actuación o de pensamiento.



Así, esta génesis en la comprensión del poder mediante la biopolítica ha servido como inicio de un análisis sobre los diferentes cambios y desafíos sociales que, desde los años 70, han acontecido a nivel mundial. Por ejemplo, Gilles Deleuze, en su análisis de las sociedades de control, matiza y amplía los análisis foucaultianos al señalar que, si bien la biopolítica no desaparece a partir de los años 80 y 90, estas técnicas de gobierno se transforman con el asentamiento de las tecnologías digitales y sistemas de información (Rabinow y Rose, 2003). Así, Deleuze (1999) describirá cómo a finales del siglo XX, el poder ya no se ejerce únicamente a través de instituciones que encierran a los colectivos no productivos (como las prisiones o los hospitales) o mediante un incentivo higiénico o normativo particular; sino que aquel moldeamiento en pro de objetivos económicos muy particulares comienza a hacer uso de técnicas más difusas, ubicuas o invisibles, maximizando el *zoom* que el ejercicio de poder puede alcanzar en los individuos y en las poblaciones. Por tanto, comenzamos a vislumbrar la aparición de modos de poder más sutiles, íntimos y generalizados, los cuales llegan a alcanzar espacios menos intervenibles hasta entonces, como nuestra psique.

2. Psicopolítica: La datificación de la psique y la crisis de la narratividad

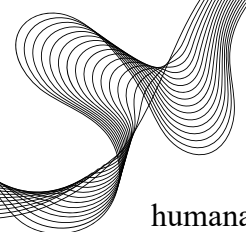
Una de las principales conclusiones que aparecieron con los primeros análisis sobre la gestión social tras la muerte de Foucault tiene que ver con el propio límite de los trabajos de este autor. Deleuze lo intuyó en sus análisis (Deleuze, 1987) cuando



afirmó que ciertos acontecimientos y avances tecnológicos escaparon inevitablemente de sus análisis biopolíticos o gubernamentales por su fallecimiento.

Así, en fenómenos como el despliegue y la masificación de internet, la aparición del buscador de *Google* y los primeros algoritmos publicitarios, o la normalización del uso de teléfonos móviles (por no mencionar la IA o los algoritmos más recientes), la primacía biopolítica se ha desplazado hacia otras conceptualizaciones. Bien fuese por algunas críticas que la propia biopolítica acusó, como su excesivo eurocentrismo (Castro-Gómez, 2010) o el olvido de las condiciones de opresión de ciertos colectivos y contextos (Mbembe, 2020), la necesidad de nuevas comprensiones que considerasen el nuevo tablero sociopolítico y económico global (Baleriola; Tirado, 2023) o los efectos no previstos por el autor francés de estas tecnologías (Rabinow; Rose, 2003).

En particular, los dos últimos comentarios han constituido los pilares centrales para la emergencia de diversas propuestas teóricas que apuntan a la aparición de un nuevo dispositivo de gestión social, basado en el moldeamiento de los individuos y las sociedades hacia objetivos económicos y políticos muy concretos. Este dispositivo ya no se basaría en la asunción del individuo como una empresa individual que toma decisiones libremente, sino en una intervención omnipresente, en tiempo real, amable, sin fronteras, sobre cualquier aspecto de su conducta, preferencias o necesidades, de manera constante. De este modo, el punto de intervención ya no sería el cuerpo individual o social, sino la especificidad de cada psique o mente

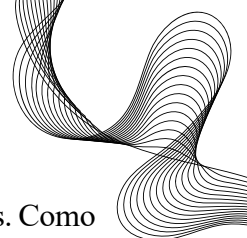


humana. Esto es lo que se ha conocido como bajo conceptos como la psicopolítica o el psicopoder.

Si bien la concepción de la psique como elemento a intervenir en la gestión social no es nueva (Mienvielle, 1965), no es hasta el inicio del siglo XXI cuando estos toman mayor relevancia gracias a la visibilidad que hace el autor alemán de origen coreano, Byung-Chul Han (2014), o los análisis sobre los efectos del poder en la psique de Bernard Stiegler.

La principal característica de la psicopolítica sería que esta gestión social no se limita a vigilar o disciplinar, sino que también predice y moldea. Así, a través de algoritmos y dispositivos digitales que recopilan datos personales de todos los ámbitos en los que nos movemos cotidianamente, se anticipan nuestros deseos y comportamientos, creando un entorno en el que la libertad individual – prometida en el régimen biopolítico – se convierte en un horizonte ilusorio. Así, la vigilancia pasiva de la biopolítica da paso a un control activo que opera en tiempo real, modulando las emociones y las decisiones de los individuos. Un control que no se ejerce ya mediante la coerción y la disciplina, sino a través de la dependencia y la autoexplotación.

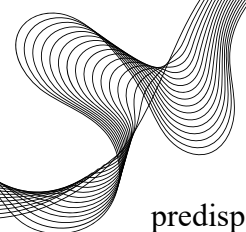
Por tanto, bajo la psicopolítica, la libertad liberal no es suprimida, sino que deviene explotación personal y *voluntaria* bajo los postulados neoliberales: los individuos son libres de compartir información, son libres de elegir qué comprar, a qué usuarios dar “likes” o en qué redes sociales participar, pero siempre capturando los datos de estas acciones para extraer su valor económico y político en pro de la predicción y el moldeamiento constante. De este modo, la competencia, la optimización psíquica y la iniciativa



individual se presentan como valores positivos y deseables. Como señala Han (2014), la psicopolítica explota toda la persona (ya no solo un cuerpo), convirtiendo cada aspecto de su vida en un dato mensurable y comparable.

Este proceso tiene implicaciones profundas para la gestión política y social. Frente a la política tradicional, que se basaba en planes y mediaciones, la gestión de la psique opera a través de la inmediatez y la predicción sobre la base de los datos recogidos por y de cada usuario, puestos en correlación con millones de perfiles similares. En segundo lugar, la acción ya no es un acto mediado por la reflexión o la deliberación, sino una respuesta inmediata a estímulos digitales. Adicionalmente, este imperativo de la *libre* participación, compartición o del culto por la información transparente, se presentan como valores supremos que constituyen la verdad de los hechos, mientras que continúa la extracción de los datos y el moldeamiento de los comportamientos y las preferencias, soslayando la reflexión, el consenso o el diálogo.

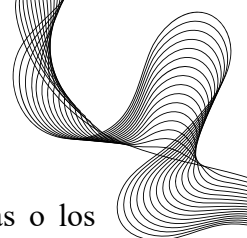
Siguiendo con el ámbito educativo, podemos ilustrar la gestión psicopolítica con el sistema de estudio contemporáneo de muchas escuelas. En este, se incentiva el uso de vídeos de Youtube, imágenes, *reels* o memes que guían la experiencia del aprendizaje desde las plataformas en que estos contenidos se enmarcan. O por ejemplo, en el ámbito sanitario, cada vez más personas acuden a cirujanos plásticos con fotografías editadas de sí mismas, buscando parecerse a una versión filtrada, datificada y digitalmente mejorada de su propia imagen. En ambos casos, estas imágenes no son pasivas: actúan como modelos que



predisponen a las personas a actuar de ciertas maneras y no de otras, eliminando la posibilidad de un espacio reflexivo o crítico de la psique.

Estos ejemplos nos sirven para ilustrar la concepción de psicopoder de Bernard Stiegler. Este autor describe la acción del poder sobre esta vertiente afectivo-somática de los individuos con el fin de dirigir su atención hacia ciertos objetos y metas que se consideran socialmente deseables. Así, el poder sobre la psique operaría bajo una tríada compuesta por tecnología, sociedad e individuo – que el autor denomina *lógica organológica* – en la que este último deposita, distribuye y apoya sus funciones cognitivas (Stiegler, 2002). Así, la interacción entre tecnología, sociedad e individuo tendría efectos en clave de psicopoder: la psique es dirigida, gobernada y moldeada con efectos que pueden ser nocivos o emancipadores en el sentido del *pharmakon* griego. En este marco, Stiegler (2016) señala que la llegada del big data, los algoritmos y la inteligencia artificial profundizan en la nociva del psicopoder, dirigiendo la atención de los individuos hacia un tipo de deseo cortoplacista y consumista, mermando en gran medida la capacidad de cuidado, de la atención, la memoria o de reflexión crítica. Así, esta tecnología nos asentaría en la primera fase nociva de una nueva época que él denomina *sociedad automática*.

La novedad en la gestión social donde el foco central es puesto en aspectos psicológicos reside en que, en el tipo de contenido digital, estas imágenes no requieren interpretación ni mediación simbólica por parte de nuestra psique: predisponen directamente a la acción mediante una anulación de los



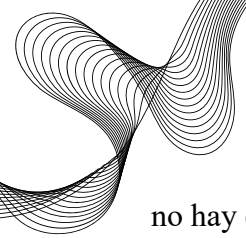
intermediarios tradicionales – tales como las narrativas o los discursos -, que anteriormente introducían elementos dilatorios y reflexivos haciendo probable la aparición de una voluntad o una agencia individual premeditada.

Esta pérdida de la narratividad⁵⁰ como elemento central del entendimiento social y subjetivo es un pilar central para la emergencia de la timopolítica, por lo que merece un comentario específico.

Y es que, si el poder focalizado en la psique ya no necesita intermediarios tradicionales – como instituciones disciplinarias o mecanismos de vigilancia física, y la intermediación desaparece, efectuándose directamente mediante una red de imágenes, algoritmos y dispositivos emergentes -; entonces, cobran relevancia el análisis de los dispositivos inmediatos y prerreflexivos que moldean la subjetividad. Sin necesidad de aquella mediación narrativa o reflexiva.

Tal como el propio Han explica (2023), las historias y los relatos, que antes servían para dar sentido a la experiencia humana, son reemplazados por flujos de datos y algoritmos que predicen y moldean el comportamiento. Datos que, tal como señala Guattari (2017), operan en un nivel prerreflexivo, donde

⁵⁰ Entendemos que nuestros cuerpos son narrativos, nuestras ciudades son narrativas, al igual que nuestras instituciones sociales, las aplicaciones de citas, sus perfiles y los algoritmos que modulan sus encuentros; todo aquí es una forma de constituir tramas, modulando regímenes, ritmos, estilos, fronteras, etc., para formas de existir. Es decir, vivimos en una trama con diferentes ecosistemas como narrativos (Costa, 2022), para destacar su multiplicidad de agencias en la modulación de un campo sensible-inteligible que establece planos de immanencia, coordenadas y composición (Deleuze; Guattari, 1992). Y aquí nos referimos precisamente a un cambio específico dentro de estas tramas de narratividades, impulsado por las nuevas formas de gestión a través de nuevas herramientas digitales.

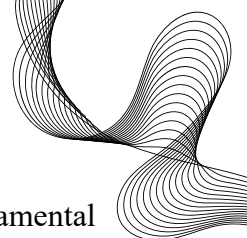


no hay espacio para la interpretación o la reflexión: el algoritmo actúa y decide mecánicamente en función de los datos procesados, aquello que Hayles (2024) denomina *cognición no consciente*. En este proceso, no se producen significados, sino acciones inmediatas y respuestas automáticas con base en las emociones y procesos cognitivos cuasi-inconscientes que predisponen a la acción de las personas en sentidos muy concretos (decididos en tiempo real y automáticamente por los algoritmos de aquellas empresas privadas que controlan las plataformas digitales) y no en otros posibles.

3. Timopolítica: La gestión de los afectos en la era digital

La relevancia de los análisis anteriores para entender las transformaciones del análisis de la gestión individual y social es evidente. Incluso para alguien ortodoxo en los estudios del poder, la biopolítica de Foucault resulta insuficiente para entender los efectos de las redes sociales o los algoritmos en la memoria, en la atención o de manera general, en la psique. Pese a ello, una de las críticas que los anteriores análisis han recibido tiene que ver con un aspecto fundamental, a saber: ¿qué es exactamente aquello a lo que llamamos *psique* cuando hablamos de psicopolítica, del psicopoder o de las psicotécnicas?

Es aquí donde emerge la propuesta de la timopolítica. Aunque, primeramente, debemos reconocer que se trata de un concepto exploratorio que en la actualidad estamos tratando de conceptualizar mediante diferentes análisis, en este apartado trataremos de mostrar algunas de sus principales características,

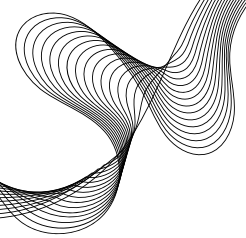


con el objetivo de dar respuesta a la pregunta fundamental sobre qué sería aquella *psique*, elemento central de la gestión individual y poblacional contemporánea.

Originariamente, el origen de la timopolítica se encuentra en la concepción clásica del Θυμός, el *Thymós*. El thymos, se entendía como la asociación física con lo afectivo del alma. En este sentido, el thymos se localizaba en aquellos elementos fisiológicos que no eran órganos, pero tampoco psíquicos en un sentido tradicional: por ejemplo, la sangre o el aliento. Precisamente el thymos es un concepto que sigue presente en las lenguas románicas contemporáneas, apareciendo en conceptos como *alexitimia* (la incapacidad de actuar en base a un conjunto de emociones), *atimia* (la privación de las emociones para una persona, lo que implicaba la supresión de ciertos derechos cívicos), o *entinema* (la supresión de una premisa de un razonamiento al darse por asumido o por entendido).

De este modo, el thymos se puede entender como la conexión de lo interior de nuestro cuerpo con lo exterior a él; de lo privado de la mente con lo público del resto de personas y objetos; de la psicopolítica con la biopolítica. En definitiva, el punto de encuentro entre la intimidad y la extimidad (Sibilia, 2023).

Tiene que ser duro matar a uno de tus vástagos, pero a Matt Furie no le ha quedado más remedio. En una viñeta a una página en el Fantagraphics' Free Comic Book Day, el artista dibujó a Pepe the Frog en un ataúd, dando por finalizado su periplo en Internet que tantos disgustos le ha deparado. ¿La razón? El meme se lo apropiaron los supremacistas blancos como un símbolo de odio racista y antisemita.

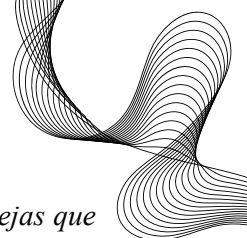


*Para entender la historia hay que remontarse a 2005, cuando Furie creó al personaje como parte de su serie *Boy's Club* en MySpace. El meme se hizo popular, adquiriendo vida propia en Internet, pero el ala extrema y xenófoba de la derecha norteamericana lo adoptó como emblema en las pasadas elecciones [...] El ala radical siguió utilizando las tiras del personaje para crear memes donde el antisemitismo, la xenofobia y el racismo eran las principales motivaciones del personaje. Un gran ejemplo de ello fue cuando, en una entrevista en directo, al neonazi Richard Spencer le pegaron un puñetazo mientras explicaba por qué llevaba una chapa de *Pepe the Frog* (Eldiario.es, 2017).*

Si la gestión de la psique, en los términos comentados en el anterior apartado, tenía que ver con la datificación de todas las acciones, conductas y comportamientos que realizamos en el día a día con el objetivo de ofrecernos la compra de un bien o servicio personalizado y adecuado con nuestro perfil algorítmico; en la timopolítica no se trata de eliminar o reemplazar esta gestión, sino de enfatizar el componente dividual, el componente relacional, y el componente asignificante de la datificación de las emociones. En conjunto, los tres componentes compondrían la diferencia de la gestión timopolítica.

El componente dividual

Por doloroso que resulte, lo que aparezca en esa pestañita es la verdad sobre tu persona. Digan lo que digan los horóscopos y aunque algunos lo llamen algoritmo, eso eres tú. Eres los antes/después de

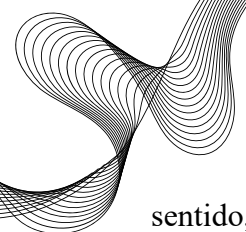


personas con sobrepeso [...] y las fotos de parejas que posan como tú nunca posarás con la tuya. De hecho es que ni la tienes, bobo. Y probablemente no la tengas nunca. Eres los vídeos de MMA, por mucho que te jactes de haber deconstruido tu masculinidad, y los tutoriales de maquillaje (Vice, 2018).

Si bien fue Gilles Deleuze el autor que propuso la concepción del dividuo frente al individuo de la Ilustración y de Occidente como partes fragmentadas de nuestro cuerpo que cobraban valor en la incipiente era de la información (Deleuze, 1999); en los años recientes, son diversos los autores que han vuelto a relevar la importancia de aquello que cuestiona la totalidad o la homogeneidad de un sujeto humano, enfatizando el papel de la Inteligencia Artificial, internet u otras tecnologías recientes (Raunig, 2015; Rodríguez, 2019).

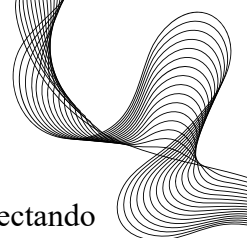
Si la psicopolítica enfatizaba el papel que juega la mente y los procesos cognitivos individuales en la constante búsqueda del éxito, la perpetua mejora o la competencia individual en cualquier ámbito de nuestra biografía (elementos que no dejan de ser ya clásicos en la lógica neoliberal); en la timopolítica, la cognición propia de una persona concreta, o el historial de interacciones y comportamientos en su navegación por las redes sociales, pierden relevancia.

Así, el ejemplo anteriormente presentado sobre cómo la herramienta de búsqueda de Instagram define nuestros gustos, preferencias de compras, aficiones, trabajo o estudios y, en definitiva, de quiénes somos como sujetos; es ilustrativo de una transformación en la concepción de la psique y su gestión. En este



sentido, el thymos resalta la potencia capitalista de fragmentos de nuestro comportamiento, de partes de nuestras emociones, de ciertos aspectos de nuestras preferencias, de momentos e intensidades puntuales de nuestras relaciones y vínculos digitales dividuales. No importa la narrativa que constituye al individuo con nombre y apellidos y una historia biográfica detrás del nombre de usuario en esa red social. Siguiendo la lógica dividual, lo relevante es el perfil que se constituye bajo el conglomerado de datos de interacción parciales con otros perfiles, con las veces que se ha pulsado el botón “me gusta” o que se han guardado, con la cantidad de usos y horarios de la app, o con las compras realizadas. Datos dividuales que, al vincularse con los de otros millones de usuarios y analizarse con los algoritmos digitales, nos son devueltos como una sugerencia de búsqueda inmediata, sencilla y accesible en el botón de búsqueda.

¿Pero cómo se constituyen estos perfiles? ¿Y qué los distingue de otro tipo de operaciones sociales? En primer lugar, los perfiles son creados por algoritmos o inteligencias artificiales que no usan categorías fijas para clasificar a los usuarios, sino que se basan en la premisa de que un individuo actuando en una plataforma como Netflix o Spotify siempre compartirá características – datificadas – con otro (Lury y Day 2019; Rodríguez 2018). Así, un perfil no es el resultado de rasgos objetivos individuales, sino de la “relacionalidad” que se establece entre rastros de datos de los usuarios que hacen uso de una plataforma concreta. Así, se establecen relaciones entre determinadas tendencias, gustos y preferencias datificadas, considerando que aquellos datos que se encuentren fuertemente



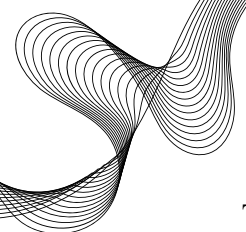
correlacionados serán mutuamente predictivos, proyectando hacia el futuro las probabilidades de comportamiento de cada individuo (Rodríguez, 2018). Esta operación relega a un segundo plano la noción de individuo en beneficio del *dividuo*: aquella huella parcial, datificada y asignificante caracteriza por su divisibilidad y recombinación.

Por tanto, las emociones son capturadas y traducidas en datos parciales al arrancarse de la persona y de la situación en que estas emergieron, para recomponerse y recombinarse con otra ingente cantidad de datos dividuales de otros usuarios. No importa el origen, no importa la causa: lo relevante es la composición para crear perfiles parciales a partir de la extracción de datos y su puesta en relación, como veremos a continuación.

El componente relacional

Las Reacciones reflejan algunas de nuestras emociones comunes como “Me gusta”, “Me encanta”, “Me divierte”, “Me asombra”, “Me entristece” y “Me enfada” (Facebook, 2024a).

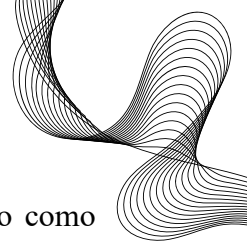
Una reacción es una respuesta a una publicación o un anuncio de Facebook, en la que una persona selecciona un emoticono (“Me gusta”, “Me encanta”, “Me divierte”, “Me asombra”, “Me entristece” o “Me enfada”) para expresar sus sentimientos sobre el contenido de dicha publicación o anuncio (Facebook, 2024b).



Tal como hemos desarrollado en el componente individual, mientras que la psique compondría un todo individual e identificable a una persona, el thymos sería aquella parte de nuestra mente que no es fácil de localizar o identificar: no es un área cerebral específica (como en la economía de la atención o la memoria del psicopoder stiegleriano). Pero tampoco una superflua asimilación de la mente a un único individuo. La timopolítica, consistiría en aquella gestión de un elemento-flujo que traspasa a la mente individual – tal como es entendida en las nociones psicopolíticas ya mencionadas. Si bien el individuo no se diluye en la gestión social contemporánea, la primacía ahora recaería en el vínculo afectivo que compone esa correlación de afectos datificados y individualizados.

El ejemplo de las reacciones de Facebook es claro: hacemos *scroll* en nuestra pantalla de inicio. Aparece una imagen de un animal malherido que nos produce aversión, no queremos volver a verla, y modifica el buen humor que hasta su aparición teníamos. Pulsamos el botón de “me enfada”. Revisamos la publicación, y nos damos cuenta que hay otras 1200 personas a las que también “les enfada”. El algoritmo de nuestro perfil aprende que tantas reacciones de “me enfada” no son agradables para los usuarios, y no volverá a mostrarnos imágenes de festejos donde se usen animales como diversión.

Esa compleja reacción emocional que se produce en nosotros, una emoción vinculada a diversos hitos y acontecimientos de nuestra biografía, nuestro posicionamiento político o nuestro compromiso ético y social; se traduce en un sencillo icono en la pantalla que evitará la aparición de más fotografías similares.

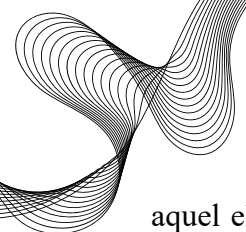


En la timopolítica, no es relevante quién soy yo como usuario que “se enfada” con la imagen. No importa la mente o la individualidad de las 1200 personas “enfadadas”. Tampoco la historia o la biografía íntima, social, política y ética que conforma la vida de cada una de ellas. Lo relevante es la masiva reacción de un grupo de usuarios a una publicación, lo que desencadena la desaparición de este tipo de imágenes de la red social. La emoción psicológica compleja deviene un *afecto* datificado, una capacidad de *afectar* el funcionamiento del algoritmo, y a su vez, de ser afectado por este en cuanto al tipo de contenido que diariamente se nos presentará de aquí en adelante, dada la relación emergente por un grupo masivo de datos recopilados de miles de individuos compilados, mezclados y analizados.

El componente asignificante.

Tus preferencias musicales. Tus preferencias musicales son una interpretación que hace Spotify sobre lo que te gusta en función de qué escuchas y cómo. Nos ayuda a personalizar las recomendaciones que te hacemos, como las de Descubrimiento semanal y tu página de inicio. También nos permite adaptar las experiencias que hacen recopilaciones según tus gustos, como Wrapped y Fusión (Spotify, 2025).

Hace varias décadas, Felix Guattari (2017) recuperó el concepto de las semióticas asignificantes como parte elemental de la forma en que la política y la acción colectiva operan en nuestra cotidianidad. En síntesis, el elemento asignificante es

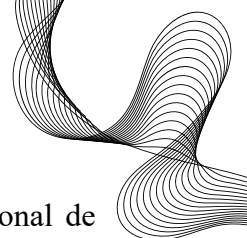


aquel elemento virtual, potencial y molecular de las relaciones de poder. Sería el plano donde los diferentes aspectos individuales, partículas y órganos se encuentran, conformando un agenciamiento maquínico que termina por territorializarse en elementos significantes que representan una realidad.

En este sentido, el plano asignificante opera a nivel prerreflexivo – dado que no es significativo –, en el cual la narración, en los términos apuntados por Han, carece de sentido o todavía no ha aparecido. En la timopolítica, un tercer aspecto central de la gestión social tiene que ver precisamente con este punto: los comportamientos, acciones, deseos, preferencias y, particularmente, las emociones datificadas, no necesitan pasar por el aspecto consciente y reflexivo – elemento que, clásicamente, se ha considerado como la especificidad de aquello que es humano.

Las imágenes, los *reels* o los memes con los que interactuamos en las redes sociales, actúan como cajas negras prerreflexivas donde no hay espacio para la reflexión, sino que, de manera cuasi-inconsciente, predisponen al usuario a actuar de ciertas formas y no de otras. Para ello, se anulan los intermediarios para pasar a la agencia directa y en tiempo real: cualquier elemento dilatorio entre el algoritmo y el thymos, pondría en riesgo la inmediatez y la automaticidad del algoritmo, apareciendo la narración reflexiva que permitiría tomar otras decisiones, cambiar de opinión, o actuar de manera diferente.

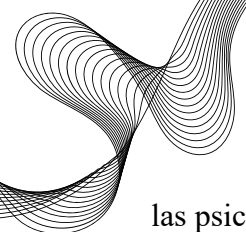
Siguiendo con el ejemplo de Spotify (también aplicable a otras plataformas algorítmicas como Netflix), cuando un usuario escucha música en Spotify, el algoritmo no está diseñado para



procesar el contenido narrativo o el significado emocional de las canciones que le gustan. Tampoco interpreta si una canción le ha hecho sentir la compleja intensidad de la mezcla de nostalgia, alegría y tristeza en menos de tres minutos en función de su letra o su contexto histórico. En su lugar, el algoritmo de Spotify opera a través de datos asignificantes: analiza patrones de comportamiento tales como la frecuencia con la que escuchas ciertas canciones, los momentos del día en que las reproduces, o incluso los saltos que haces entre canciones. Estos datos no tienen un significado intrínseco; son simplemente señales que el algoritmo procesa para predecir qué canción o playlist te gustará a continuación.

Pero como resultado, lo que obtenemos es una modulación inmediata de los afectos. Si el algoritmo detecta que el usuario tiende a escuchar música relajante por la noche, te recomendará automáticamente una playlist de “música para dormir” sin necesidad de que reflexiones sobre tu estado emocional o tus preferencias. Aquí no hay una mediación narrativa o simbólica: el algoritmo no pregunta por qué nos sentimos cansados o estresados: ¿estamos tristes y por eso Spotify eligió la canción, o nos pusimos tristes por la elección musical? La timopolítica, en su componente asignificante, simplemente actúa sobre nuestros patrones de comportamiento, traduciendo las emociones en afectos datificados, modulando la experiencia emocional de manera directa, en tiempo real y prerreflexiva, de manera continua.

Por tanto, volviendo a la pregunta con la que iniciábamos este apartado: ¿qué es exactamente aquello a lo que llamamos psique cuando hablamos de psicopolítica, del psicopoder o de



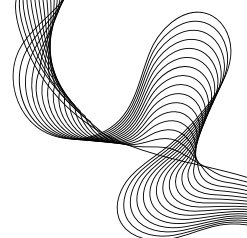
las psicotécnicas? Ahora podemos ofrecer algunas pistas:

Mientras la psique – como objeto psicopolítico – alude a un componente individual, *localizable*; el thymos – como objeto timopolítico – sería un componente psíquico parcial, *rizomático*. Mientras la psique tiene que ver con los elementos significantes y narrables, el thymos interpela a los elementos prerreflexivos, asignificantes y no narrables. Mientras la psique se compone de acciones, comportamientos o conductas traducidas en datos de aquellas psiques individuales; el thymos representa las emociones, sensibilidades y sentimientos que devienen afectos datificados: una capacidad de *afectar* y ser *afectados* por y desde los algoritmos de las plataformas digitales.

4. Consecuencias e implicaciones de la timopolítica

Actualmente, no debería sorprender a nadie afirmar que vivimos en una época marcada por la extensión de los algoritmos, el big data o la inteligencia artificial en todas las esferas de nuestra vida cotidiana. Desde el trabajo a la educación, pasando por nuestro ocio, el deporte que practicamos, nuestro hogar o aquellos espacios más íntimos y privados. Allá donde observemos con detenimiento, hay una app, un sensor digital o una pantalla.

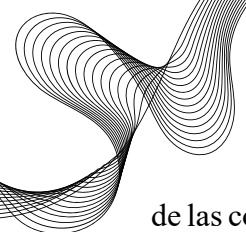
Desde hace algunos años, este fenómeno ha recibido gran atención social y académica, apareciendo numerosos estudios que analizan las causas, los efectos y las implicaciones de este nuevo escenario social. Entre estos, aquellos que analizan el papel de la gestión social, y especialmente el rol de la mente y la



psique, han sido de los más notorios.

En este capítulo, la novedad que hemos tratado de defender, es que, en esta nueva etapa de gestión social, asistimos a un desplazamiento del foco de intervención desde la *psyché* de la psicopolítica hacia el *thymós* de la timopolítica. Para ello, hemos tratado de demostrar cómo todos aquellos estudios sobre el rol de la psique, aunque son necesarios, resultarían insuficientes para recoger y captar la novedad de la gestión social contemporánea. En este sentido, el *thymós*, entendido como el espacio donde se encuentran las emociones y afectos prerreflexivos, emerge como el objeto central de interés en esta nueva forma de gobierno de las poblaciones. Este cambio trae consigo implicaciones significativas tanto para los modos en que experimentamos nuestras subjetividades como para las formas en que el poder se ejerce en nuestras vidas cotidianas. Es a lo que hemos llamado *timopolítica*, el gobierno y la gestión del *thymós*.

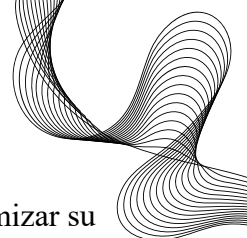
La timopolítica se centra en la gestión de los afectos, considerados como flujos energéticos que no solo pertenecen al ámbito interno del individuo, sino que lo conectan con el exterior. Retomando la concepción de Spinoza (2017), los afectos tienen la capacidad de aumentar o disminuir nuestra potencia de actuar, nuestra capacidad de afectarnos y ser afectados. Este proceso, lejos de ser neutral, está profundamente mediado por las plataformas digitales, que traducen las emociones en datos asignificantes, que hemos denominado afectos: la capacidad de afectar y ser afectados por esta potencia. Estas plataformas, al gestionar afectos, nos predisponen a actuar en un sentido económico o político muy concreto, que responde a los intereses



de las corporaciones propietarias de las infraestructuras digitales.

En este contexto, los afectos no operarían a través de la reflexión consciente o narrativa como en la era de la psicopolítica, sino en el plano de lo prerreflexivo. Esta prerreflexividad implica que nuestras emociones y sensibilidades son capturadas antes de que podamos interpretarlas o dotarlas de sentido (independientemente de que este sentido llegue una vez ya hemos sido afectados). Los algoritmos no necesitan que reflexionemos sobre por qué algo nos produce miedo, alegría o frustración; simplemente capturan esas respuestas emocionales y las procesan como datos útiles para la predicción de comportamientos. De esta manera, los afectos se convierten en herramientas eficaces para moldear nuestras acciones en direcciones específicas, ya sea para fomentar el consumo, reforzar la competencia, promover el individualismo o consolidar la apariencia de una “libertad” que no es más que un espejismo en el marco del control algorítmico.

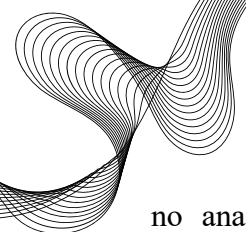
Este fenómeno no es únicamente humano. En la timopolítica, el poder ya no reside en una relación directa entre gobernantes y gobernados, sino en lo que Haraway (2006) denomina un *entanglement* humano-no humano. Esto es, una relación distribuida donde los algoritmos, las bases de datos y las infraestructuras digitales participan activamente en la gestión de las emociones. Estos agentes no humanos no actúan de manera neutral ni transparente, sino que operan dentro de un sistema capitalista que instrumentaliza nuestras emociones en función de objetivos económicos. Como vimos, el *like* en una red social no sería simplemente una expresión de gusto o acuerdo, sino un dato que, al combinarse con millones de otros, se convierte en



un recurso valioso para las compañías que buscan maximizar su control sobre las interacciones y comportamientos futuros.

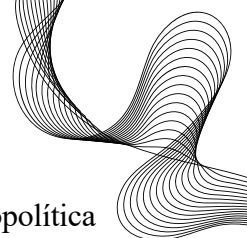
Este carácter distribuido del poder tiene consecuencias importantes para la capacidad de los seres humanos de intervenir en los procesos de gestión. En la timopolítica, los datos no pertenecen ya a un individuo ni se manejan en sistemas humanos tradicionales, sino que se ensamblan en perfiles agregados que escapan a cualquier capacidad de comprensión o gestión humana directa. Esta modularidad y opacidad hacen que nuestras vidas estén moldeadas por sistemas algorítmicos que, a pesar de su impacto directo, permanecen invisibles para nosotros. Así, el control ya no se ejerce mediante la imposición directa, tampoco en una red distribuida, sino a través de la creación de un entorno o una esfera afectiva que nos orienta hacia comportamientos deseados (ve esta serie, compra aquel libro, vota aquel partido político, descarga ese *podcast*, visualiza el contenido de este *tiktoker*...) sin tan siquiera cuestionarnos ni tan siquiera de quién fue el albedrío o la volición para llevar a cabo ese comportamiento.

En este proceso, los dispositivos que median nuestras emociones y afectos operan mediante lo que Felix Guattari (2017) denominó semióticas asignificantes. Este tipo de semióticas, a diferencia de las significantes, no necesitan pasar por la significación o el sentido para influir en nuestras vidas: actúan directamente en el nivel de lo molecular o de la esclavitud maquina (Deleuze y Guattari, 2004), modulando los flujos afectivos de manera continua en un plano potencial. Siguiendo esta premisa, el algoritmo de una plataforma de streaming



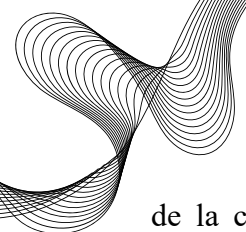
no analizaría el contenido emocional de las canciones que escuchamos: operaría directamente a través de patrones de datos asignificantes como la frecuencia con que repetimos una canción, el momento del día en que la escuchamos o la velocidad con la que cambiamos entre listas de reproducción. Esta modulación inmediata transforma nuestra experiencia emocional en una serie de respuestas automáticas, reduciendo nuestras sensibilidades a patrones de consumo predecibles y controlables.

Este continuo moldeamiento afecta la temporalidad misma de nuestras vidas. En la timopolítica, la memoria deja de ser un proceso vinculado al pasado para convertirse en una herramienta orientada al futuro. A modo de esbozo, hasta podríamos afirmar que los algoritmos recopilan y almacenan datos de nuestras emociones y acciones previas no para recordar, sino para anticipar. La memoria algorítmica, en este sentido, no sería estática ni retrospectiva, sino un proceso dinámico que configura nuestra experiencia en función de lo que se considera estadísticamente probable que deseemos o necesitemos, en tiempo real. Esta “memoria futura” nos encierra en un ciclo de predicciones que limita nuestra capacidad de imaginar alternativas y, por tanto, nuestra agencia. En definitiva, la timopolítica nos muestra cómo la gestión social contemporánea ha evolucionado hacia una forma de control profundamente integrada en nuestras experiencias emocionales y afectivas, que van más allá de los postulados psicopolíticos de Han, o del psicopoder de Stiegler. Así, los afectos, como elemento dividuo y prerreflexivo, se convierten en la materia prima de un sistema que modula continuamente nuestras vidas.



Para finalizar, es importante enfatizar que la timopolítica no vendría a sustituir ni a reemplazar la psicopolítica o el énfasis en la gestión de la mente y sus funciones cognitivas, sino que ambas tecnologías de gobierno convivirían y se complementarían en el marco de un sistema de gestión social y subjetiva basado en la tecnología y la datificación. Así, mientras la psicopolítica mantiene su centralidad en la modulación de los procesos psíquicos conscientes como la atención, la memoria y las decisiones individuales; la timopolítica pondría el énfasis en los afectos entendidos como aquellos flujos prerreflexivos que nos predisponen a actuar sin pasar por la mediación narrativa o discursiva. Ambas formas de poder operan de manera integrada, en pro de objetivos económicos y políticos concretos que profundizan las dinámicas de consumo, competencia, individualismo y control algorítmico típico de las plataformas digitales contemporáneas que encontramos en nuestros sistemas educativos, en nuestro tiempo libre, o en nuestros lugares de trabajo.

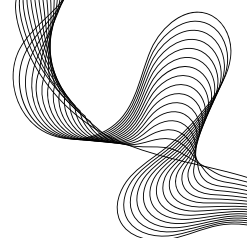
La epistemología de esta inmensa datificación, según Paola Ricaurte (2019), es una evolución del paradigma positivista que se basa en tres supuestos: 1) que los datos reflejan la realidad; 2) el análisis de estos datos puede generar un conocimiento valioso y preciso; y 3) el análisis de los datos perfecciona las decisiones sobre el mundo. Es decir, son operaciones productoras de realidades y de verdades “objetivas”. De acuerdo con la autora, estas operaciones amplifican las formas históricas de colonización a través de un complejo ensamblaje de prácticas, materialidades, territorios, cuerpos y subjetividades. De este modo, estas epistemologías deben entenderse como expresión



de la colonialidad del poder (Quijano, 2010), la cual ocurre mediante la reiteración de modos de existencia, los cuales, a su vez, descartan la pluriversidad de mundos y percepciones alternativas, para afirmar la visión antropocéntrica que intensifica un horizonte planetario en desproporción.

Un ejemplo de esta convivencia lo encontramos en las estrategias políticas de movilización social llevadas a cabo por partidos de derecha ultraneoliberal en los últimos años, tal como ha ocurrido en las elecciones presidenciales donde Donald Trump ha sido candidato. En este caso, la psicopolítica se evidencia en la estrategia de microtargeting llevada a cabo por empresas como Cambridge Analytica, que utilizaron perfiles psicológicos basados en los datos de redes sociales para dirigir mensajes políticos personalizados a millones de votantes.

Además, para Neda Atanasoski (2019), cuando nos dirigimos hacia la comprensión de esa agencia “neutral” de la automatización, cada vez más acelerada e intensificada, vemos que esta conlleva promesas y amenazas con recortes de género y raza, como mecanismos de (re)producción de una figura liberal universalizada del ser humano. En el libro *Surrogate Humanity: Race, Robots and the Politics of Technological Futures*, se critican las visiones tecnoliberales en relación con la automatización como visiones racializadas de una supremacía blanca. Para la autora, la celebración del Internet de las Cosas y de las infraestructuras inteligentes, junto con las plataformas, están vinculadas a imaginarios coloniales racializados. También por eso, es imprescindible experimentar con la descolonización de las epistemologías, los imaginarios sociotécnicos y las

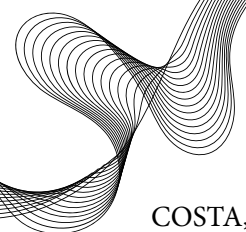


acciones colectivas en lo digital.

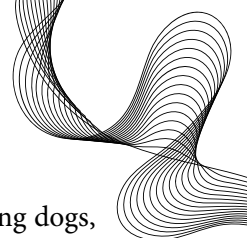
Sin embargo, la timopolítica se hizo igualmente potente en este caso, pues el éxito de estas campañas ha dependido en gran medida de la capacidad de movilizar afectos masivos a través de elementos prerreflexivos y asignificante de imágenes virales, memes y consignas emocionales repetitivas como las ya mencionadas. Por ejemplo, el famoso eslogan “Make America Great Again” no apela únicamente a un razonamiento lógico o a una narrativa política coherente, sino que activa un afecto colectivo de nostalgia por un pasado idealizado, predisponiendo a millones de personas a actuar en función de esa sensación compartida basándose en esas imágenes y memes movilizados desde ciertos colectivos y *think tanks*. Del mismo modo, la constante reproducción de imágenes y discursos polarizadores, como los relacionados con la inmigración o el comercio exterior, no buscan solo persuadir racionalmente, sino afectar emocionalmente, movilizando el thymós de los votantes hacia direcciones políticas muy concretas.

Referencias

- ATANASOSKI, N.; VORA, K. Surrogate humanity: race, robots and the politics of technological futures. Durham: Duke University Press, 2019.
- BALERIOLA, E.; TIRADO, F. De la bio a la psicopolítica: los dispositivos contemporáneos para la gestión de la psique. In: LÓPEZ, D. (ed.). Gobernar los cuerpos: biopolítica como caja de herramientas. [S. l.]: Tirant lo Blanch, 2023. p. 245-270.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Siglo XVIII: el nacimiento de la biopolítica. Tabula Rasa, [s. l.], n. 12, p. 31-45, 2010.



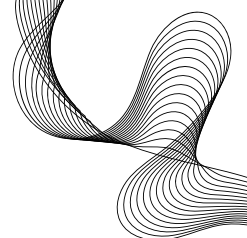
- COSTA, L. A. Imersos no marulho de mundo: experimentando horizontes coletivos como ecossistemas narrativos. In: SILVA, R. L.; MIRANDA, A. B. (org.). Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre las sociedades de control. Valencia: Pre-textos, 1999.
- DELEUZE, G. ¿Qué es el acto de creación? In: CONFERENCIA EN LA FÉMIS, 15., [1987], París. Anais... París: FÉMIS, 1987.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil mesetas. [S. l.]: Pre-textos, 2004.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. ¿Qué es la filosofía? São Paulo: Editora 34, 1992.
- ELDIARIO.ES. Pepe the Frog prefiere morir a convertirse en un símbolo racista. 2017. Disponível em: https://www.eldiario.es/tecnologia/pepe-frog-internet-apropiado-racismo_1_3411591.html.
- FACEBOOK. Información sobre las reacciones a tus anuncios. 2024b. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/help/368656903954046>.
- FACEBOOK. Primer aniversario de reacciones de Facebook. 2024a. Disponível em: <https://about.fb.com/es/news/2017/02/primer-aniversario-de-reacciones-en-facebook/>.
- FORBES INDIA. From schools to colleges to edtech platforms, here's how AI is revolutionising education. 2023. Disponível em: <https://www.forbesindia.com/article/take-one-big-story-of-the-day/from-schools-to-colleges-to-edtech-platfroms-heres-how-ai-is-revolutionising-education/86097/1>.
- FOUCAULT, M. El nacimiento de la biopolítica. [S. l.]: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- FOUCAULT, M. Hay que defender la sociedad. [S. l.]: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- GUATTARI, F. La revolución molecular. [S. l.]: Errata Naturae, 2017.
- HAN, B-C. La crisis de la narración. [S. l.]: Herder, 2023.
- HAN, B-C. Psicopolítica. [S. l.]: Herder, 2014.



- HARAWAY, D. Encounters with companion species: entangling dogs, baboons, philosophers, and biologists. *Configurations*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 97-114, 2006.
- HAYLES, K. *Lo impensado*. [S. l.]: Caja Negra, 2024.
- LURY, C.; DAY, S. Algorithmic personalization as a mode of individuation. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 17-37, 2019. DOI: 10.1177/0263276418818888.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. [S. l.]: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. [S. l.]: Melusina, 2020.
- MIENVIELLE, J. *Psicopolítica, técnica de lavado del cerebro*. Buenos Aires: Nuevo Orden, 1965.
- ODORČÁK, J.; BAKOŠOVÁ, P. Robots, extinction, and salvation: on altruism in human–posthuman interactions. *Religions*, [s. l.], v. 12, n. 4, art. 275, 2021.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- RABINOW, P.; ROSE, N. Foucault today. In: RABINOW, P.; ROSE, N.; FOUCAULT, M. (ed.). *The essential Foucault: selections from the essential works of Foucault, 1954-1984*. New York: New Press, 2003. p. 7-35.
- RAUNIG, G. *Dividuum*. [S. l.]: Transversal texts, 2015.
- RICOURTE, P. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. *Television & New Media*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 350-365, 2019. DOI: 10.1177/1527476419831640.
- RODRÍGUEZ, P. M. *Gubernamentalidad algorítmica: sobre las formas de subjetivación en la sociedad de los metadatos*. *Revista Barda*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 14-35, 2018.
- RODRÍGUEZ, P. *Las palabras en las cosas*. [S. l.]: Cactus, 2019.
- SANTAELLA, L. *A inteligência artificial sob a égide da ética*. *Revista Cronos*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 7-19, 2025. DOI: 10.21680/1982-5560.2025v26n1ID39309.



- SANTAELLA, L. Há como deter a invasão do ChatGPT?. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023.
- SIBILA, P. Imágenes impúdicas: autopenalización y capitalización de la extimidad. Calibán: Revista Latinoamericana de Psicoanálisis, [s. l.], p. 198-204, 2023.
- SPINOZA, B. Ethica. [S. l.]: Anthos, 2017.
- SPOTIFY. Tus preferencias musicales. 2025. Disponível em: <https://support.spotify.com/es/article/your-taste-profile/>.
- STIEGLER, B. Automatic society. [S. l.]: Polity Press, 2016.
- STIEGLER, B. La técnica y el tiempo. [S. l.]: Hiru, 2002. v. 1.
- STIEGLER, B. Taking care of youth and the generations. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- THORNE, J.; GRAHAM, S. Adolescência. In: ADOLESCENCIA, 2025. [S. l.]: Netflix, 2025. v. 1, cap. 2.
- VICE. Dime lo que sale en tu explorar de Instagram y te diré quién eres. 2018. Disponível em: <https://www.vice.com/es/article/explorar-de-instagram-reflejo-de-ti/>.
- WALDORF TODAY. In China, classroom cameras scan student faces for emotion, stoking fears of new form of state monitoring. 2019. Disponível em: <https://www.waldorftoday.com/2019/04/in-china-classroom-cameras-scan-student-faces-for-emotion-stoking-fears-of-new-form-of-state-monitoring/>.
- ZIZEK, S. Hegel y el cerebro conectado. [S. l.]: Paidós, 2023.
- ZUBOFF, S. La era del capitalismo de la vigilancia. [S. l.]: Paidós, 2020.



12. Tiktok y las emociones evanescentes. Una etnografía digital sobre las formas de gubernamentalidad en el siglo XXI

*Francisco Tirado*⁵¹

*Tiziano Picardo de Castro*⁵²

*Joan Rovira*⁵³

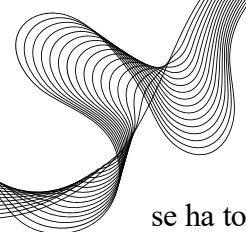
Introducción

Nuestra vida cotidiana exhibe desde hace décadas una nueva materialidad. Resulta invisible e inaccesible, pero su presencia es indiscutible. Nos referimos a la digitalización. Opera en un nivel molecular que se desliza por debajo de nuestros pies o vuela por encima de nuestras cabezas. Es inasible e inabarcable (Zuboff, 2020). La importancia de esta ha hecho creer que manipulamos datos y que esa acción define nuestro presente. Sin embargo, esto no es así. Ni los producimos ni nos vinculamos con ellos directamente. Nuestra relación con la digitalización es mediata. Existe un mediador omnipresente e invisible, que nos circunda y

⁵¹ Profesor Titular de Psicología Social en la Universitat Autònoma de Barcelona, España.

⁵² Estudiante del Máster de Investigación e intervención en Psicología Social del Departamento de Psicología Social de la Universitat Autònoma de Barcelona.

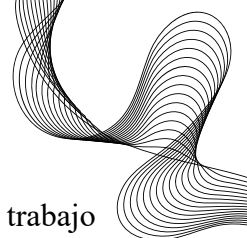
⁵³ Profesor asociado en la Universitat Autònoma de Barcelona y la Universitat Oberta de Catalunya.



se ha tornado esencial en nuestro día a día: las apps⁵⁴. Esa miríada de aplicaciones que tenemos en nuestros móviles, ordenadores, relojes, coches, aeropuertos, hospitales... que modulan, influyen y marcan la secuencia de nuestras vidas. Representan la nueva piel del mundo.

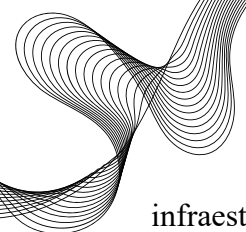
El término “app”, abreviatura de aplicación, admite dos definiciones. La primera es popular. Vinculamos las apps con un ícono o logotipo—un círculo, un cuadrado o un widget—que, al interactuar con él, permite realizar ciertas acciones. La app se percibe como una puerta de acceso a funciones específicas en una pantalla, activadas con el dedo, la mano o incluso la voz. Sin embargo, detrás de esta interfaz llamativa, se oculta un producto intangible que funciona bajo las leyes de la percepción más que de la economía material (Miller & Matviyenko, 2014), ubicándose en una lógica simbólica de consumo. La segunda acepción es técnica. Las apps son el resultado del trabajo complejo de ingenieros y matemáticos que, desde la Segunda Guerra Mundial, han llevado las tecnologías digitales a niveles

⁵⁵ Suele establecerse una clara diferencia entre “app” y plataforma digital. La primera es considerada un programa de software diseñado para realizar una función específica o un conjunto de funciones. Se puede instalar en dispositivos móviles (smartphones, tablets) o en computadoras. Algunos ejemplos son *WhatsApp*, Instagram o *Spotify*. La segunda se conceptualiza como un ecosistema tecnológico que permite la interacción entre distintos actores (usuarios, desarrolladores, proveedores), ofreciendo múltiples servicios o aplicaciones. Las mejores ejemplificaciones son: *Facebook* (es una plataforma donde se pueden integrar apps, publicar, chatear), *Google* (tiene Gmail, YouTube, Drive...) o Amazon (comercio electrónico, servicios en la nube, etc.). No obstante, en este trabajo no estableceremos diferencias entre ambas y las trataremos como componentes similares. La razón es que las plataformas, en última instancia, se instalan y operan en nuestros dispositivos a partir de “apps” específicas o generalistas y, por tanto, acaban entrando en la misma lógica o dinámica que despliegan las “apps” concretas.



antes impensables (Broganara, 2022; Vivas, 2021). Un trabajo que como ha mostrado Crawford (2021), no hubiera sido posible sin que en los países del denominado Sur-Global una masa ingente de personas no hubiesen realizado tareas vitales para esos ingenieros (corrección de la programación, depuración de datos...) en condiciones laborales de semi-esclavitud. No obstante, ambas definiciones resultan limitadas. Ni contemplan la dimensión sociocultural y simbólica que toda app posee, ni su impacto cotidiano. Haciéndonos eco del universo semántico que propone Bruno Latour, proponemos entenderlas como un mediador. Es decir, un elemento que conecta nuestras acciones y pensamientos con el mundo invisible de los flujos digitales. Este mediador tiene la capacidad de transformar relaciones, introducir cambios inesperados y generar efectos impredecibles (Latour, 2007). Las apps, en tanto que mediadores, se han desarrollado exponencialmente tanto en número como en uso. Por ejemplo, se han creado más de 45 mil millones de aplicaciones para dispositivos como el iPad, y en *Google Play Store* se contabilizan más de 50 mil millones de descargas⁵⁵. Recogiendo, junto a Latour, las propuestas de una etnometodóloga como Knorr-Cetina (1999), también se pueden conceptualizar como una “cultura epistémica”. O sea, como un conjunto de prácticas, conocimientos y arreglos cotidianos que permiten producir y validar lo que entendemos por realidad. Así, más que simples herramientas técnicas, las apps constituyen la infraestructura con la que sostenemos nuestra vida social compartida. Esta

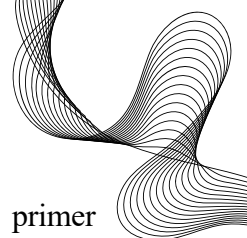
⁵⁵ <https://www.apple.com/es/newsroom/2022/04/report-finds-third-party-apps-see-global-success-on-the-app-store/>



infraestructura presenta cuatro rasgos fundamentales:

1. **Funcionalidad limitada y alta modularidad:** Las apps están diseñadas para cumplir tareas específicas, lo que permite a los usuarios personalizar su experiencia según sus propias necesidades (Scolari, 2018).
2. **Interfaz intuitiva y diseño atractivo:** Su facilidad de uso es clave para su éxito.
3. **Dependencia de la conectividad:** Muchas apps requieren acceso a Internet y a la nube, lo que genera dependencia tecnológica y pérdida de control sobre los datos.
4. **Recolección masiva de datos:** Las apps recopilan información personal para personalizar la experiencia del usuario y, en muchos casos, con fines comerciales o políticos. Esta datificación se ha intensificado con el uso de inteligencia artificial.

A pesar de la relevancia que este objeto tiene en nuestro presente, apenas ha recibido atención analítica en las Ciencias Sociales como fenómeno general. Si bien existen trabajos que ofrecen análisis concretos de algunas de estas aplicaciones (Barrio 2023; García-Mingo y Sádaba 2023; Marcos Fernández et al. 2024; Rovira, Tirado y Gálvez 2024; y Sibilia 2008) y algún otro más genérico (Miller y Matviyenko 2014) que examina el potencial de las apps en el ejercicio de mediación de nuestra vida moderna, todavía son escasos los trabajos donde se estudien los efectos e implicaciones globales de esta nueva piel del mundo. Nuestra investigación se enmarca en este interrogante. Hemos realizado

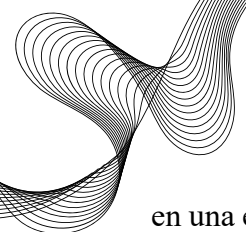


una etnografía digital en *TikTok* con dos objetivos. En primer lugar, examinar con profundidad los contenidos que se publican en este, su forma, manufactura, etc. En segundo, observar qué tipo e impacto sociocultural genera esta aplicación. El trabajo se centra en los contenidos de tipo psicológico y argüimos que estos son relevantes porque se vinculan con la creación de un nuevo tipo de gubernamentalidad, la propia del siglo XXI.

2. Inteligencia artificial y apps

La inteligencia artificial (IA) está directamente vinculada con la digitalización. Y la primera, de hecho, se implementa a una velocidad acelerada en nuestra cotidianidad gracias a la segunda y a la existencia de las apps. En ese sentido, no resulta aventurado afirmar que se ha formado un circuito estrecho entre digitalización, apps e IA. Google Earth, por ejemplo, fue una de las primeras apps que integró grandes volúmenes de datos geográficos procesados con IA en la nube (Miller & Matviyenko, 2014).

Esta integración permite una experiencia cada vez más personalizada. Por ejemplo, Tinder utiliza algoritmos de aprendizaje automático para identificar qué fotos tienen mayor éxito, optimizando la presentación del usuario (Duportail, 2019). Amazon, por su parte, emplea reconocimiento visual para clasificar imágenes automáticamente, vinculándolas con usuarios de intereses similares. Estos casos evidencian cómo la IA potencia el rol mediador de las apps. Ya no se limitan a operar como iconos funcionales, ahora son verdaderos puentes que conectan nuestros sentidos con enormes volúmenes de datos distribuidos globalmente, convirtiendo el dispositivo que las aloja

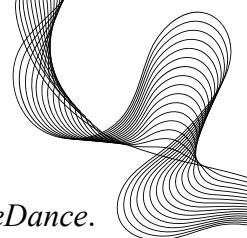


en una extensión del cuerpo humano. Este fenómeno genera una ilusión de poder casi ilimitado donde el usuario siente que puede lograr o acceder a casi todo lo que desee (Sadin, 2024). El vínculo entre apps e IA también redefine las dinámicas de producción, consumo y validación del conocimiento tecnocientífico. Las apps han dejado de ser simples herramientas para convertirse en expresiones de la ubicuidad digital: sincronizan nuestras decisiones en tiempo real con las de millones de personas y devuelven recomendaciones personalizadas. Además, su influencia trasciende los dispositivos, ya que crean redes que integran múltiples dispositivos conectados. En este sentido, las apps han ayudado a configurar un nuevo ecosistema digital donde cohabitan personas, tecnologías y otras formas de vida.

Sin embargo, este ecosistema está profundamente inmerso en una lógica capitalista. Las apps representan un negocio multimillonario y son pilares de una economía digital emergente (Sadin, 2024). Por ello, su estudio es fundamental para las ciencias sociales, que deben abordarlas desde una perspectiva interdisciplinaria que contemple sus dimensiones técnicas, económicas, legales, simbólicas y sociales. Lo que está en juego es comprender las implicaciones sociales del uso intensivo de las apps en nuestra vida cotidiana y, por tanto, de la entrada en esa dinámica de la inteligencia artificial.

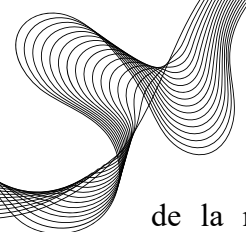
3. TikTok: la app más global

TikTok es una red social de origen chino que permite crear, editar y compartir videos cortos. Estos se enriquecen con música, efectos especiales y el uso de diversos tipos de filtros.



Apareció en 2016 y fue presentada por empresa *ByteDance*. Desde el primer momento, su principal atractivo residió en su formato de contenido breve y altamente visual. Sus videos duran entre 15 segundos y 10 minutos. Esto ofrece una experiencia rápida, dinámica y adictiva, ideal para el consumo de contenido en dispositivos móviles y ligeros. La plataforma rápidamente se popularizó entre adolescentes y jóvenes. Muchos estudios (Kitchin, 2016; Zulli y Zulli, 2020) señalan que una de las claves del éxito de *TikTok* radica en su algoritmo de recomendación. Su acción analiza el comportamiento del usuario (tiempo de visualización, interacciones, preferencias, etc.) y ofrece un contenido personalizado en la sección “Para ti”. Este sistema permite, por ejemplo, que usuarios con pocos seguidores se tornen virales ya que el contenido se promociona a partir de su eje interacción y no tanto a partir de la popularidad del creador. A diferencia de lo que ocurre con otras redes sociales, *TikTok* permite una gran libertad creativa. Sus usuarios utilizan música y efectos sonoros de una amplia biblioteca, aplican efectos visuales muy sofisticados y se permite la realización de transiciones que potencia la interacción con otros usuarios.

No cabe duda de que *TikTok* ha tenido un impacto sociocultural enorme (Serrano et al., 2020; Vázquez-Herrero, 2020). Ha cambiado la forma en que se consume entretenimiento y cómo se genera contenido viral. En ese sentido, muchos artistas, marcas y figuras públicas lo utilizan como herramienta de marketing y comunicación directa (Bhandari y Bimo, 2022; Karizat et al., 2021). Además, de algún modo, ha democratizado el acceso a la creación de contenido audiovisual ya que prescinde

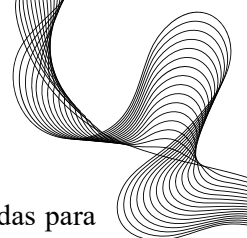


de la necesidad de equipos profesionales o conocimientos técnicos avanzados. Todo esto no lo ha dejado, no obstante, al margen de críticas y controversias. Por ejemplo, se le acusa de apropiarse y usar datos personales sin el consentimiento de los implicados, ha despertado preocupaciones sobre la seguridad nacional en algunos países, se le acusa de promover la adicción digital o de promover esquemas estéticos y emocionales sexistas y heteronormativos (Liu, 2021; Kennedy, 2020). En definitiva, sobre *TikTok* recae una sospecha amplia, similar a la que ensombrece a muchas apps y redes sociales, que plantea la duda sobre los mecanismos de control, manipulación y en definitiva de gobierno del ciudadanx que puede estar implementando. Para intentar esclarecer este interrogante debemos entender primero en qué consiste la noción de gubernamentalidad.

4. ¿Qué es la gubernamentalidad?

Como ha mostrado Rose (2019), la propuesta foucaultiana de análisis de las relaciones de poder presupone una noción de “gobierno” que va más allá de considerarlo una mera teoría. En su lugar, aparece como un modo de reflexionar sobre los intentos que distintos tipos de instituciones realizan para intervenir en la conducta de los ciudadanos (a través de las artes del cuerpo o de las redes de poder-saber) y con el objetivo de gestionar dimensiones como la felicidad, el orden social, la productividad o la disciplina. En ese sentido, la noción de “gubernamentalidad” surge como un neologismo que describe:

“un modo de conceptualizar todos aquellos programas,

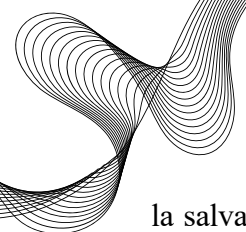


estrategias y tácticas más o menos racionalizadas para la ‘conducción de la conducta’, para actuar sobre las acciones de los demás con el fin de alcanzar ciertos objetivos” (Foucault, 1991, en Rose, 2019, p. 41).

La gubernamentalidad se despliega en una dimensión política, ética e institucional. En la primera se intentan analizar:

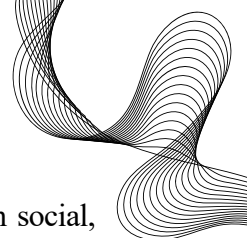
“el conjunto de nociones, cálculos, estrategias y tácticas mediante los cuales diversas autoridades — políticas, militares, económicas, teológicas, médicas, entre otras— han intentado intervenir en la vida y en las conductas de cada persona, a fin de evitar daños y promover condiciones tan deseables como la salud, la felicidad, la riqueza y la tranquilidad” (Foucault 1979b, en Rose, 2019, p. 269).

En la segunda, se observan los modos de evaluación y acción de la persona sobre sí misma (Rose, 2019). Mientras que en la dimensión política se considera la conducción de otros y la obediencia, aquí se hace referencia a la autoconducción o las llamadas “tecnologías del yo”. En la tercera, no obstante, se presta atención al conjunto de normativas, reglamentos y acciones que se ponen en juego con la finalidad de gestionar poblaciones y conductas individuales de manera oficial. Estas dimensiones se vinculan con una genealogía del arte del gobierno que se caracteriza a partir de tres rupturas. En primer lugar, tenemos la que supuso el poder pastoral cristiano. En la figura del pastor se concentran tres elementos que reconocemos inmediatamente: a) una relación orientada a la salvación (el pastor guía al rebaño hacia



la salvación); un sistema de obediencia (la relación oveja-pastor implica dependencia y sumisión total); c) un modo de abordar la verdad (se necesita un conocimiento exhaustivo de cada miembro del rebaño). En segundo, el autor señala la aparición de la razón de Estado en el siglo XVI. En esta ruptura se problematiza el poder soberano sobre la gestión de los cuerpos. El esquema medieval de gestión directa sobre la muerte deja paso a un “hacer vivir y dejar morir”. De este modo, la vida en su conjunto se transforma en un objeto de regulación. Dentro de este contexto es posible definir un “biopoder” que se orienta a salvaguardar el Estado y recurre a análisis y estrategias diversas para lograrlo. Al mismo tiempo, el reglamento y la disciplina normalizadora se convierten en los principales instrumentos de la gubernamentalidad estatal. En la tercera y última aparece la Gubernamentalidad liberal que emerge a partir del siglo XVIII. Desde ese momento, el gobierno no se legitima solo a través del Estado, de hecho, se cuestiona su necesidad y validez. La sociedad pasa a ser tanto la condición como el fin último de la acción gubernamental y aparece con claridad el interrogante por cómo puede gobernar con el menos coste posible (Castro Orellana, 2023, p. 49).

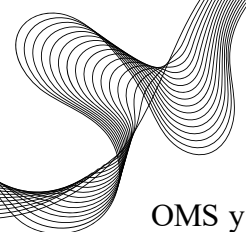
En este contexto, la “gubernamentalidad” se conforma como una herramienta analítica que examina cómo se gestionan procesos y se permiten regulaciones necesarias —que habitualmente se presentan como naturales— del orden de los fenómenos humanos. Esta herramienta observa cómo se gestionan tantos deseos individuales y saberes sobre la población (Castro Orellana, 2023). De este modo, describe cómo nuevas formas de autoridad, diferentes de las estatales, se conforman en relación con la aparición de nuevas



tecnologías, saberes académicos, prácticas de intervención social, etc. Verbigracia, tanto el conocimiento como las prácticas que gestionan nacimientos, mortalidad, nivel de salud o esperanza de vida, son su terreno de juego tradicional. Y más recientemente, la implementación masiva en nuestra cotidianidad de diversos tipos de tecnología, también lo es. Un buen ejemplo, son las apps.

5. La gubernamentalidad del siglo XXI

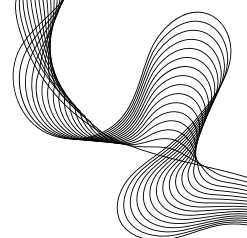
Lo mencionado anteriormente permite plantear que el siglo XXI es testigo de la aparición de nuevas formas de gubernamentalidad. Estas se han distanciado significativamente de los modelos clásicos que inspiraron la obra de autores como Michel Foucault o, más recientemente, Nikolas Rose. Sin ánimo de ser muy exhaustivos se puede afirmar que la literatura académica ha descrito recientemente la irrupción de una Gubernamentalidad algorítmica y digital (Barboza, 2022). Esta opera con el uso de algoritmos, Big Data, inteligencia artificial y vigilancia digital para gestionar poblaciones e individuos. Compañías como Google, Amazon o distintos gobiernos usan esas bases masivas de datos con la finalidad de modelar comportamientos, predecir riesgos y orientar decisiones. De un modo más genérico también se ha descrito una Gubernamentalidad neoliberal avanzada (Veiga-Neto y Noguera, 2011). En estos estudios se presta una especial atención a la lógica de mercado que permea todos los aspectos de la vida: salud, educación, seguridad, etc. Se ha descrito una gubernamentalidad global (Vergara, 2015) en la que gobiernos nacionales comparten su soberanía con organismos internacionales, ONGs, empresas transnacionales y entidades como el FMI o la



OMS y se ha conceptualizado la existencia de un eje biopolítico-necropolítico (Mbembe, 2011) en el que la decisión sobre quién debe vivir y quién morir se ha convertido en un tema cotidiano del ejercicio de determinadas instituciones. Existen estudios que deben mencionarse que hablan de una gubernamentalidad afectiva y emocional (Illouz, 2019) en la que el gobierno actúa sobre las emociones de los ciudadanos: miedo, odio, esperanza, empatía, y análisis que refieren la conformación de una gubernamentalidad ambiental y climática (Cowan, Marcos & Muro, 2022) en la que aparecen nuevas formas de autoridad y poder vinculadas con la gestión del cambio climático, la energía, y la sostenibilidad.

Todos los análisis mencionados permiten sostener que la gubernamentalidad del siglo XXI, más allá de su expresión concreta o definición geocultural, se caracteriza por exhibir las siguientes dimensiones:

- A) La implementación de una toma de decisiones basada en datos masivos (big data) y algoritmos.
- B) La intervención en la mencionada toma de decisiones de plataformas digitales (redes sociales, sistemas de crédito social) cuyo uso se concretiza o materializa en una pequeña app que opera en nuestros dispositivos móviles, computadoras, relojes, etc.
- C) Se instala el imperativo de la autogestión en todos los aspectos de nuestra vida cotidiana.
- D) Se intensifica el control de la vida y los cuerpos.
- E) Aparece un interés exacerbado por la gestión de la conducta. El foco de la gubernamentalidad ya es prohibir o castigar, sino modelar comportamientos. En



esta

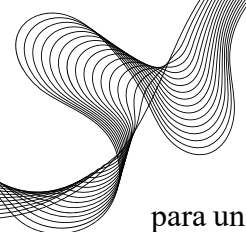
F) Se instala la acción de gobierno de instituciones y actores no estatales. Empresas, ONGs, organismos multilaterales y plataformas tecnológicas participan activamente en el gobierno de la sociedad.

G) Se populariza la figura del “prosumidor”. Es decir, el ciudadano es al mismo tiempo agente activo y objeto de control de las prácticas de vigilancia.

H) El rol del Estado se redefine. Deja de ser una autoridad impositiva y pasa a ser un diseñador de escenarios y entornos para la acción tanto individual como colectiva.

I) La acción política, que se definió tradicionalmente como un ámbito vinculado con el orden social pasa a vincularse y definirse como una preparación para afrontar lo impredecible.

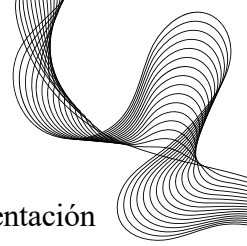
Y, curiosamente, se hace evidente en una lectura atenta de las anteriores características que todas tienen en común la necesidad del uso y acción de “apps” para desplegarse. No es posible un ciudadano sujeto y objeto de su vigilancia sin la mediación de estas; el estado es incapaz de diseñar los mencionados ambientes sin ellas; la acción política se posiciona ante lo imprevisto recurriendo a las mismas; la cotidianidad se gestiona con apps y, para no extender demasiado este listado, no es aventurado sostener que sin estas no implementamos ni nuestras relaciones sociales ni con el planeta. Por tanto, como ya hemos mencionado, el análisis sociocultural de las “apps”, tanto en su operatividad específica, como general, es un imperativo



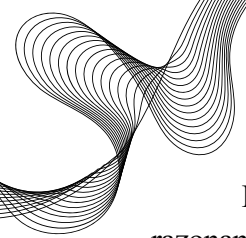
para unas ciencias sociales que aspiren a un correcto diagnóstico de su presente.

5. Metodología

Nuestro estudio se ha basado en la realización de una etnografía digital, que ha durado doce meses, y un análisis temático de lo hallado en esta. Por un lado, la primera nos ha permitido “desarrollar una comprensión profunda de aquello social a través de la participación y la observación” (Hine, 2000, en González Suárez, 2023, p. 7). Recuérdese que la etnografía despliega tres momentos de recogida de datos empíricos: a) la observación participante; b) el acopio de documentos; y c) la realización de entrevistas. En ese sentido, hemos realizado una observación participante en línea. Esta consta de dos actividades: “la observación sistemática y controlada de aquello que pasa en torno al investigador y la participación de las actividades en el sentido de actuar como un miembro de la comunidad” (González Suárez, 2023, p. 8). Además, hemos registrado videos y se ha sustituido la entrevista convencional por el análisis de la integración de estos en el contexto más amplio de tendencias compartidas, es decir, los memes o lenguajes específicos de la plataforma. No obstante, conviene enfatizar que en *TikTok*, debido a la personalización algorítmica instantánea, resulta prácticamente imposible que el etnógrafo intente ‘eliminar’ de sus datos, es decir, “tú y tu ‘doble de datos’ siempre están enredados en tu sección ‘Para Ti’”)” (Southerton & Clark, 2023, p. 617). Por esta razón, para obtener mayor diversidad en la construcción de datos se precisa de un enfoque consciente, reflexivo y de estrategias de navegación de



campo, con el fin de evitar los bucles de retroalimentación que surgen durante la personalización. La forma que hemos utilizado en nuestro caso ha sido, principalmente, llevar a cabo el levantamiento de los datos junto con su análisis preliminar, tal como lo indica el instructivo estudio previo de Schellewald (2021). Esto nos ha permitido alejarnos de las tendencias ya recopiladas y buscar por nuevos matices.. Del mismo modo, inspirándonos en el método de Abidin (2021) hemos interactuado con el contenido activamente a través de “seguir/no seguir y gustar/no gustar posts selectivamente” para experimentar con los desencadenantes algorítmicos de la plataforma y, en consecuencia, poder encaminar las búsquedas temáticas hacia nuestros objetivos (en Southerton, 2021, p. 3259). En este sentido, hemos incorporado los insights de la observación participante, no con el formato tradicional de tomar notas de campo, sino con un examen de los datos textuales a partir del análisis temático. Hemos seleccionado videos con contenido psicológico. Esto se debe a dos motivos. En primer lugar, a nuestra hipótesis de trabajo. Se planteó que si existen nuevas formas de gobierno en *TikTok*, estas probablemente estarían relacionadas con la producción de contenido psi. En segundo, después de realizar varias pruebas piloto en las que se seleccionaban multitud de videos al azar, se constató que existía una amplia oferta de contenidos relacionados con dimensiones psicológicas del usuario que generaban una alta atracción en la app. Hemos entendido por “contenido psi” todas esas explicaciones y narraciones que establecen algún tipo de afirmación sobre la estructura mental del usuario, sus emociones, afectos o calidad de las interacciones con otras personas.



Para analizar la información obtenida, se realizó un razonamiento abductivo (Järvensivu and Törnroos, 2010, en Romaní et al., 2024). Esta es una estrategia de producción de conocimiento relacionada con el construccionismo en ciencias sociales que ocupa el punto medio entre inducción y deducción. Así, se utilizan los datos empíricos para ilustrar la hipótesis mientras que se está aceptando la teoría para explicar los datos empíricos. Para categorizar y vincular la información dividida en material empírico (datos recogidos) y material teórico se introdujo el corpus empírico en el programa de análisis cualitativo de datos ATLAS.ti (versión 8). El proceso de categorización cualitativa de esta información consistió en extraer los atributos de cada elemento en base a los criterios desarrollados por Shifman (2013). Estas consisten en tres dimensiones miméticas “contenido”, “forma” y “postura” (Tabla 1 y 2) . A su vez, se agrega el desarrollo de Schellewald (2021) (Tabla 3) de cinco variables genéricas para identificar la estructura formal de los videos y poder, de tal modo, profundizar en el funcionamiento sociotécnico de la

Tabla 1: Dimensiones meméticas (Shifman, 2013)

Dimensión	Definición
Contenido	Las ideas y las ideologías transmitidas por un texto específico.
Forma	La formulación física del mensaje, percibido a través de nuestros sentidos.
Postura	Información sobre el posicionamiento comunicativo del destinatario en relación con el texto/mensaje, el contexto y otros posibles oradores. Subdimensiones: estructuras participativas, <i>keying</i> , funciones de la comunicación.

Traducción propia.

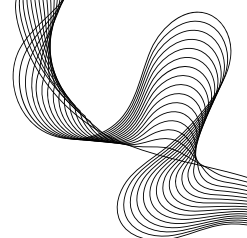


Tabla 2: Subdimensiones de la Postura (Shifman, 2013)

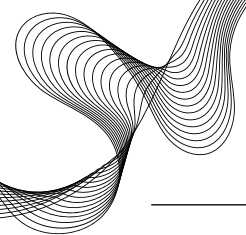
Dimensión	Definición
Estructuras participativas	Responde a quién tiene derecho a participar y cómo.
<i>Keying</i>	El tono y estilo de la comunicación.
Funciones de la comunicación	(a) Referencial: orientada hacia el contexto o hacia el mundo exterior. (b) Emotiva: orientada hacia el/la emisor/a y sus emociones. (c) Apelativa: orientada hacia el/la destinatario/a y las vías de acción disponibles (por ejemplo, imperativos). (d) Fática: sirve para establecer, prolongar o interrumpir la comunicación. (e) Metalingüística: sirve para establecer un acuerdo mutuo sobre el código (por ejemplo, una definición). (f) Poética: se centra en la belleza estética o artística de la construcción del mensaje mismo.

Traducción propia.

Tabla 3: Descripción de Variables de los Aspectos Formales del Vídeo (Schellewald, 2021)

Variable	Descripción
Ensamble	Conjunto de personas en el video hasta cinco, entonces como “grupo.” Relación entre dos o más se codifican como “pareja”, “familia”, “amigos”, “compañeros de clase/colegas” o “extraños.” Se cuentan también los animales y las mascotas, aunque se nombran explícitamente como tales.





Escenario	Código descriptivo genérico para el entorno y la ubicación principales de los videos, como ser filmado en el “baño”, “sala de estar”, “oficina”, “consultorio” o “coche”.
Audio	El tipo de audio utilizado es codificado como “sonido original”, “sonido reutilizado” o “canción.” Se añaden descripciones específicas de sonidos y letras en la descripción del contenido.
Visual	En cada vídeo se agregan códigos genéricos para los elementos visuales, efectos y filtros utilizados, como “anotación de texto”, “pantalla verde” o “efecto de zoom y rastreo del rostro”.
Edición	La forma general de edición y configuración del video/ tomas esta codificada como “una toma continua”, “dos tomas”, “tres tomas” o “montaje de tomas/clips”.

Traducción propia

plataforma. Estas se dividen en ensamble, escenario, audio, visual y edición. Por último, siguiendo a Mandzufas et al., (2023), se tomaron en consideración las variables de edad y género de los participantes de los videos, así como los primeros cinco comentarios. De esta manera, se puede aprehender los efectos en los usuarios de los diferentes tipos de videos desde la interacción creador-público. En



tales circunstancias, según el último autor y otras investigaciones (Basch et al., 2022; Tudehope et al., 2024), con alrededor de 150 videos se alcanza la saturación de los datos. A continuación, se muestran las Tablas 1, 2 y 3.

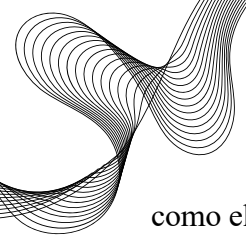
6. TikTok y las prácticas de gubernamentalidad

6.1. Profesionales y contenido “psi”

En *TikTok* existen multitud de videos elaborados por profesionales adultos que acreditan algún tipo de conocimiento reconocido o validado académicamente sobre Psicología o Ciencias del comportamiento. Nuestro análisis muestra que sus creaciones de contenido comparten las siguientes dimensiones:

a) El “imperativo del auto-reseteo”

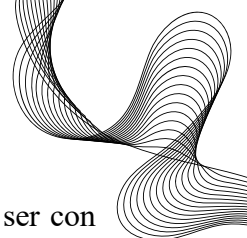
Resulta interesante observar que de manera generalizada se recomienda al usuario una optimización de sí mismo por medio de la autogestión. Se usa la expresión “reseteo” y la prescripción que se realiza toma dos formas distintas. Por un lado, se habla de neuronas, de circuitos y estructuras cerebrales y de hormonas, para indicar que somos lo que es nuestro cerebro. En este sentido, un conjunto de prácticas es recomendadas: construir diariamente pensamientos positivos para fortalecer un circuito neuronal positivo o realizar conductas con el fin de aumentar la hormona de la oxitocina (tal como abrazar a alguien), entre otras. Por otro lado, se habla de mente y se educa a que la realidad es una cuestión de interpretación. También, se recurren a buenas prácticas personales,



como el continuo ejercicio interpretativo positivo.

La forma de estos contenidos enfatiza la presentación de la armonía de una “puesta en escena experta”. Por un parte, transmiten el contenido como auténticos conferenciantes: miran fijo a la cámara, van cambiando el tono de voz y la velocidad del habla, acompañan el relato con gestos de manos y, lo que es más importante, su discurso se articula en una interpelación a la segunda persona. También, su vestimenta tiende a ser formal, emparentada con un lugar (de la realización del video) que perfectamente podría ser un consultorio psi (iluminación, cuadros, plantas, muebles), y que tiene como sonido una música clásica. En esta línea, a veces, puede haber un doble juego de explicitar su conocimiento experto (“en mis investigaciones”, “como psiquiatra”, “en mi libro”, etc.) y/o respaldarse en una autoridad sobre ellxs (“los estoicos”, otro investigador o libro célebre, etc.). También, la calidad de la cámara de video y la textura de la imagen suele ser muy buena. En otros casos, la forma del contenido no se basa en ellos grabando un video para el *TikTok*, sino que publican un clip de video, reacondicionada a la plataforma, de una conferencia de ellxs pasada, con su inmanente efecto experto.

Todos los videos analizados tienen una anotación de texto subtitulada (ATs) a la voz del profesional y que se inserta con contraste sobre el video. Se puede hablar de una visualización profesional cuando se agregan efectos muy atrayentes a las letras (tanto para las ATs como para las anotaciones de texto -AT- no subtituladas a ninguna voz), esto es una elección frecuente en este caso. A su vez, casi siempre, hay un apoyo (o co-construcción) visual del contenido con el montaje de plantillas a través del



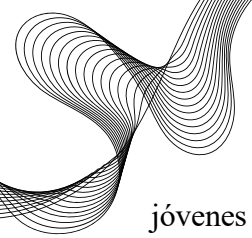
video. En este montaje profesional (que también podría ser con clips de películas, otros videos o el diseño personal de plantillas, es decir, las diapositivas), casi siempre, se expone en las plantillas una resonancia hegemónica: cuerpos esbeltos, paisajes naturales ideales, lugares donde habita la gente pudiente, situaciones sociales felices o de ideal amor y paz. Un efecto de estos elementos es la captura atencional. Incluso, en algunos videos, se pretende que esta se dé a largo plazo puesto que se inscribe el nombre completo del profesional en una AT fija pero más discreta (que la ATs).

En relación con la postura, se destaca un estilo y tono de la comunicación serio y emocional. Y, en las funciones del lenguaje, radica una clara apelación directa (a la generación de conductas como “optimízate”, “observa las dificultades como oportunidades de crecimiento”), que se apoya en la función informativa y emotiva del lenguaje (la música de piano, las interjecciones del modo de expresión conferencista). En segundo término, como se argumentó antes, domina una evidente función fática del lenguaje (atrapamiento de la atención).

Si se revisan los comentarios, en su mayoría se observa una afirmación mimética del contenido, y la articulación de confesiones personales más o menos desarrolladas. En menor medida, se declaran admiraciones y halagos y, por otra parte, se realizan dudas más o menos concretas. En un nivel inferior, aparecen algunos cuestionamientos.

b) La demanda de autocuidado

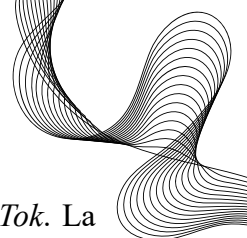
Este tema se cubre por un conjunto de profesionales más



jóvenes (hasta los 35 años aproximadamente), que se podrían designar dentro de la “segunda generación”. En sus producciones, la optimización de sí se atenúa para realzar el cultivo y el cuidado de sí, en clave de salud mental y de manera autogestionada. Así pues, al interior de los videos analizados predomina el referido a los trastornos del humor. Aquí, solo en algunos videos se explicita el criterio monista antropológico cerebral.

En mayor medida, el contenido reza en consejos para la regulación emocional y el autocultivo con el objetivo de mantener relaciones sanas y de calidad, así como en contenido educativo e instructivo acerca de los trastornos psi, la importancia del tratamiento y la prevención del malestar (explicación sintomatológica, del rol del psicólogo, etc.). En esta línea, la impronta está en romper con el estigma de la salud mental, y de que, en verdad, son los profesionales aquellos capaces de ayudar. En tal sentido, se pide a los usuarios que hagan caso omiso a todo aquél que subestime su malestar psi. A su vez, hay otras publicaciones que no solo se centran en el proceso terapéutico mismo y de sus características, sino que además retratan contenido relacionado a la vinculación del usuario que, aparentemente, necesita ayuda psi, con el “algoritmo carismático” del *TikTok* que se la ofrece. Conviene recalcar que su ofrecimiento de servicio, de contacto, no está explícito en los videos; se materializa, casi siempre, en un enlace en la descripción del perfil, que lleva al usuario a una página web con estos fines. Este enlace no figura en los anteriores profesionales.

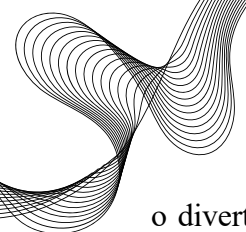
Con respecto a la forma aparecen considerables cambios: hay mayor pluralidad y, a su vez, está más alineada con la cultura



“auténtica”, poco programada, divertida y banal de *TikTok*. La armonía del efecto experto en el tema previo se despedaza. O se tiene vestimenta formal y el escenario es un lugar público mundano o la propia casa, o se tiene vestimenta casual u objetos lúdicos dentro del consultorio. Así mismo, los videos son más cortos, de hasta 35 segundo.

En este marco, en comparación con los profesionales precedentes sobresale, por un lado, una comunicación del contenido que se transmite o por AT solamente o acompañada de imágenes, o por un sonido de un clip de video, que no son ellxs necesariamente. Por otro lado, hay una marcada presencia de actuaciones: por medio de la articulación de las AT, el play back al sonido de una canción, las tomas y la vestimenta, la misma profesional realiza un juego de roles (actuando los síntomas de depresión o el comportamiento de un usuario en sesión). En ambos casos, todas las AT cumplen con el contraste necesario para llamar la atención, pero, sobre todo, parece ser que la puesta en escena experta se transduce a una seductora, aquella que pretende atrapar los ojos: filtros de belleza, maquillaje, arreglos en el cabello, movimiento con la cabeza, sonrisas, gestos y posturas. Esto esta principalmente en las mujeres, aunque se identifica en hombres.

A su vez, a la uniformidad de la música clásica se le incorpora mucha más música en inglés de tipo pop y más animada, dependiendo con el objetivo del video. En este sentido, a la monotonía del tono serio y emocional se le agregan lo humorístico y paródico (una profesional joven imita el comportamiento oscilante de un paciente en consulta o la vinculación algoritmo-usuario),



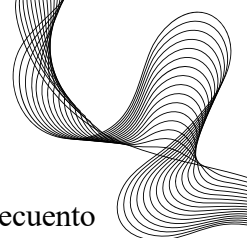
o divertido y juguetón (una profesional joven en su consultorio invita al público a explorar su perfil de *TikTok* con un juguete en la mano). Por último, hemos observado que en múltiples contenidos de tono serio y emocional se publica en formato de fotos. Ya sea en una sucesión de fotografías de situaciones sociales, una imagen de un cómic, o en calidad de diapositivas con diseños varios, esta elección de transmisión del contenido va conjunta de las AT (verbigracia, en forma de guiones de diálogo que utilizan emojis) y de la música. De hecho, las fotos permiten un consumo rápido de la publicación.

Por último, debe mencionarse que en las funciones del lenguaje se destaca la función apelativa, pero opera de forma indirecta, ya que se engendra a través de la potencia conjunta de la función informativa y la emotiva. A su vez, domina una evidente función fáctica (lo seductor, la proliferación de hashtags).

En relación con los comentarios, destaca que las confesiones están en primer lugar. Algunas, acarrearán una demanda de ayuda. Contrario al tema precedente, sobresalen las dudas que se realizan acerca de información psi, así como informaciones que agregan los mismos usuarios acerca de temas del mundo psi. También, aparecen varias clases de condecoraciones a los profesionales. Finalmente, no se visualizaron cuestionamientos.

6.2. Los cuasi-expertos y el contenido psi

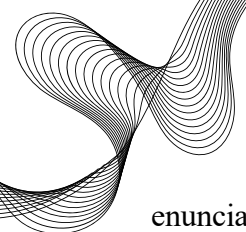
Hemos observado que existe un amplio grupo de influencers que se piensan y actúan como expertos. Su contenido se apunala en el ofrecimiento de diagnósticos, tanto de una condición neurológica (TDAH) o de la personalidad (autoestima,



depresión) para los usuarios, a través de tests o de un recuento de criterios sintomatológicos. Dichos diagnósticos no tienen un respaldo de una autoridad, por ejemplo, de una de tipo psi “formal” u “oficial”. A su vez, por primera vez, parte del contenido se centra, con creces, en generar un contacto de manera explícita con el usuario, en caso de que desee solicitar por más información o recibir ayuda, dependiendo del tipo de resultado en la prueba.

En referencia a la forma, a pesar de que el escenario sea su propia habitación y que se vistan con ropa casual, su dicción es de un auténtico conferenciante. En este sentido, la alta calidad de la cámara y sonido, su torso en primer plano, su mirada fija al usuario y, ante todo, su interpelación constante mediante el uso de la segunda persona en singular, crean un efecto potente en la personalización del contenido. Al mismo tiempo, un montaje de tomas bien articuladas hace a la fluidez del contenido. A su vez, todos utilizan una ATs que se caracteriza por una visual experta que van surgiendo al son de una música clásica triste y melancólica. En esta línea, articulan la ATs con otras AT. Por ejemplo, por medio de un buen uso de sus efectos, fijan durante el video, de manera discreta pero efectiva, una referencia de su cuenta (autopublicitación).

Con referencia al diagnóstico, se instruye al usuario a que responda a una serie de preguntas. En unos casos, se les percipita a bajar sus dedos junto al influencer en caso de una respuesta afirmativa. En otros, se les piden que visualicen el color de letra que aparecerá en la pantalla (juego con AT). En relación con la enseñanza los criterios sintomatológicos, es frecuente la utilización de un montaje experto de clips de películas y tomas. Los clips son de películas muy populares de Hollywood: nuevamente hay



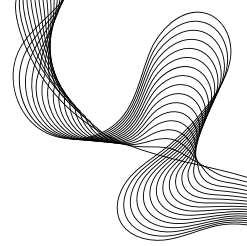
enunciaciones hegemónicas con las cuales lxs usuarixs tienen que compararse. Sin embargo, los múltiples efectos especiales, de transición entre tomas a clips, y en las AT y ATs, aun cuando son muy llamativos, podrían desmantelar el efecto experto.

En cuanto a la postura, el tono y el estilo comunicativo pueden llegar a ser de serio a muy serio. Ciertamente, predomina una función apelativa en el lenguaje (a realizar el test, a de buscar alguna identificación con los criterios diagnósticos) que se apoya en la función emotiva (la música, el tipo de oratoria). Y, más que cualquier otro agente, hay una fuerte función fática (tanto en mantener el contacto a posteriori, como en las técnicas de autopublicitación, la combinación de efectos visuales, etc.).

En los comentarios se antepone las declaraciones de los resultados del diagnóstico. En esta línea, también hay confesiones personales del propio estado mental psi. Por último, hay pocas críticas a la calidad o validez de los diagnósticos.

6.3 Usuarios y contenido psi

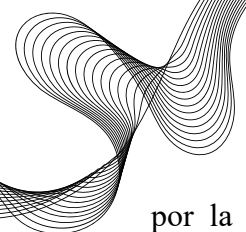
Un conjunto amplio de usuarixs muestran su proceso de autosuperación de un malestar, trastorno o condición psi. Su grado de confesión varía desde la gradación de escaso a muy desarrollado; lo más frecuente es el primero. El método para la evolución de sí es igualmente variante: o bien radica en un simple mensaje autodirigido de que no queda otra opción que juntar fuerzas y seguir adelante, o bien muestra una serie de prácticas, procedimientos y técnicas mentales y físicas de autodisciplina o automaestría, o bien alude a libros que prometen una salida sugestiva. Su videos comparten lo siguiente:



a) Señalar el esfuerzo de la autosuperación.

A veces con una intención directa, a veces como efecto indirecto, se pretende concientizar en la suma importancia del dolor y malestar psíquico, y la inhibición vital, en las biografías de todas las personas. En este sentido, cambia el grado de “moraleja” que pretende instruir al otro. De hecho, la medida en la se busca contraer una interacción con otro es dispar: la finalidad más abundante es la mera autorrevelación.

Nos ha sorprendido que la dimensión de la forma es increíblemente diversa. Al mismo tiempo, afecta a la dimensión de postura. Por ello, se identifican dos posibles clústeres. El primero se designa como las venas abiertas de la autosuperación. En este, el usuario se presenta muy angustiado, con la cara llorosa o en llanto que cubre el primer plano en un espacio privado; casi siempre el dormitorio. Son videos de una toma, en los que casi siempre insertan una pequeña anotación de texto breve que introduce el problema o profundiza en el estado emocional. En este sentido, dada la conmoción interna, no hay ningún tipo de verbalización. Así pues, es frecuente, que el contenido se transmita por medio del sonido tanto de clips de un psicólogo o de un video o película que alega a la autosuperación, o de la voz de sí grabada previamente. En tal sentido, le acompaña usualmente de fondo una música de órgano triste y melancólica. Cuando ningún elemento del formato formal mencionados se presenta, el tipo de video es “muy casero” (sin AT ni ATs y muy largo) y se caracteriza por un discurso oral que es interrumpido

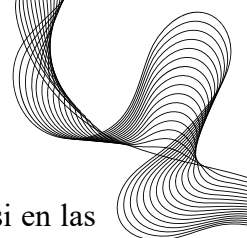


por la emergencia de la tristeza. En tales circunstancias, es espontáneo y desordenado, pero expresa mayor ventilación de la propia historia. En esta línea, la historicidad del malestar del yo también la hemos verificado expalada por medio de un montaje simple de clips o fotos de sí en diferentes momentos más o menos trágicos.

Al respecto de la postura, su estilo y tono son ultraemocionales, serios y más o menos sinceros. En este sentido, predomina la función emotiva del lenguaje que, contrario a los profesionales, tensiona con la función informativa (del sí mismo) (En el primer caso ambas se vinculan para motorizar una adecuada función apelativa y, también, la emotiva como medio para generar una función fática). A su vez, en la mitad de los videos se desea su alta dispersión (mediante el uso de hashtags), lo que convoca la función fática

En los comentarios se vociferan, en primer término, confesiones de una experiencia vital similar, sino idéntica. También, hay muchas declaraciones de apoyo y, en menor proporción, ciertas instrucciones a cómo deberían proseguir los atormentados.

El segundo clúster se puede denominar de la autosuperación racional. En símil con el tipo de superación, la función del lenguaje de estos videos es, fundamentalmente, la informativa. Así pues, por un lado, están las subjetividades más acaudaladas, representadas por mujeres jóvenes en su mayoría, que suben una presentación de fotos, sacadas por ellas, de lugares socialmente deseables (tanto urbanos como naturales) y que tienen una AT de frases de autosuperación de un libro o una

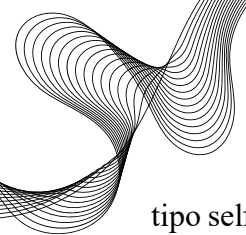


frase en general. Usualmente, hay una presentación de sí en las fotos de tipo seductor. Por otro lado, por medio de un montaje de tomas simple o meramente una toma, se exhiben las tácticas de afrontamiento del malestar en un día. Su contenido se transmite por una AT o una ATs a la voz grabada del usuario.

Debido a la música que acompaña a las publicaciones, de tonalidades triste de piano o una de canción triste en inglés, también se engendra una función emotiva (pero que no entorpece la primera función descrita). También, en todos los casos hay un deseo de popularizar el contenido (muchos hashtags), lo que causa una función fática.

b) El momento de la autosuperación

Este tema, agrupa, por una parte, a los contenidos de lxs usuarixs que han superado un trastorno psi o un malestar psi grave con el fin de la autoexhibición y, a veces, otros, le suman un mensaje motivacional directo para el/la que todavía se está transformando. Y, por otra, agrupa a las recomendaciones que realizan usuarixs de medicamentos, que a ellos les ha funcionado, para manejar una condición neurológica (como el TDAH). En el primer caso, a menudo, una AT fija introduce el contenido y un montaje simple de videos o fotos personales retratan la vida luego del malestar. Específicamente, capturan momentos de felicidad y de alegría, y en los que uno está siendo “productivo”: saliendo de fiesta, paseando por la ciudad, bebiendo un trago en un bar, etc. Sin embargo, son situaciones donde casi siempre la persona se muestra ella misma y sin otros a su lado (a pesar de que alguien la esté grabando). En esta línea, hay muchos videos



tipo selfis o de “automodelaje” a un espejo con tintes seductores. Frecuentemente, el video se reproduce con una música animada en inglés tipo pop. En el segundo caso, son videos muy “caseros” (sin apenas formatos formales de video, a saber, no tienen música). Por ejemplo, en el gimnasio un usuario se le ocurre grabar el medicamento que está tomando para el TDAH y apoya el contenido con AT. Otra usuaria, se graba sí misma por varios minutos en su casa con dos cajas de medicamentos en mano y explica, con un discurso articulado y coherente, apoyándose en un montaje de tomas, los porqués de que uno sea mejor que otro.

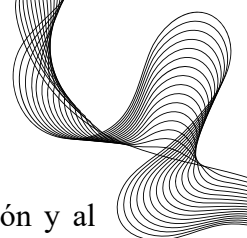
En primer lugar, se observa el predominio de una función a veces meramente informativa (del sí mismo) y, a veces, apelativa (“no te rindas”), que se apoyan en la función emotiva (la propia espectacularización de la felicidad). En segundo lugar, se evidencia una función apelativa (a la ingesta de medicamentos) que se apoya en la función informativa.

Los comentarios en ambos casos dan cuenta de una fuerte presencia de confesiones y de dudas que se realizan con respecto al contenido. Además, en base con el primer caso, se le suman declaraciones de apoyo motivacionales para el público en general que aún se encuentra en un penoso trayecto existencial.

Influencers (son personas jóvenes):

6.4 Agentes no humanos y contenido psi

En *TikTok* existe una amplia panoplia de contenidos que han sido elaborado por agentes no humanos (algoritmos o inteligencia artificial). Estos mensajes suelen referirse a la buena gestión de relaciones interpersonales sanas y de calidad.

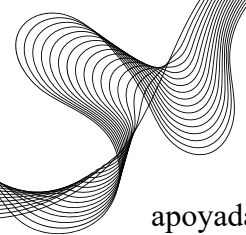


Sin embargo, sobresale el referido a la autooptimización y al régimen de positividad mental; bien de forma generalista (ser así) o bien de forma particular (esta semana estar así).

La forma, es lo que engendra su carácter no humano, ya que no hay rastro de un agente humano, una persona, que se la pueda identificar con la creación de dicho contenido, tanto en el perfil como en la publicación en sí. A saber, los nombres de los perfiles son generalistas, como “pileta_reflexiones o poderosamentalidad”. Por otro lado, sus contenidos tienen una alta elaboración: les acompaña una ATs (de la voz de un clip de película u otro video) de una visual profesional; siempre insertan una AT fija de autopublicitación de su cuenta discreta pero efectiva y, a veces con efectos visuales especiales hacia el final del video; efectúan un montaje experto de clips, videos y/o plantillas (que, nuevamente, son de películas de Hollywood o de cuerpos, lugares, situaciones, hegemónicas socialmente); la música esta sincronizada con el contenido (por ejemplo, una música clásica triste que cambia a más animada cuando el contenido comienza a ser de frases motivaciones). Estas características producen una captura atencional efectiva.

También, la forma puede ser más sencilla. Esta consiste en un conjunto de plantillas agradables, por ejemplo, de paisajes costeros, con una AT de visual profesional que transmite el contenido. Lo acompaña, usualmente, una música popular (en la que fácilmente el receptor comenzaría a tararear).

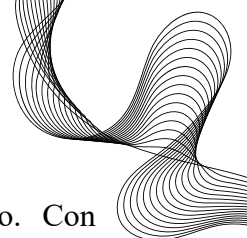
En relación con la dimensión de la postura se observa que los videos tienen un tono y estilo de comunicación serio y emocional. Domina una clara función apelativa en el lenguaje



apoyada en la creación de emoción (función emotiva) y en la transmisión de información (función informativa). También, domina una fuerte función fática (la autopromoción, los efectos formales del video).

En los comentarios, cesan significativamente las confesiones personales para dar lugar a las afirmaciones del contenido. Entre ellas, ciertos reforzamientos del contenido van juntamente con una instrucción de conducta al público en general.

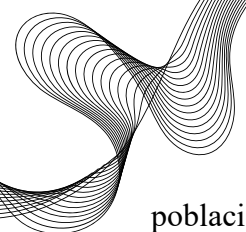
Otro conjunto de contenidos ofrece sus productos o servicios con fines terapéuticos. El rango varía desde la oferta de un chat psicológico en línea, accesible y económico, de un reto que consiste en medir el coeficiente intelectual, hasta un mazo de cartas con ejercicios de relajación. De nuevo, la forma es la que le da el carácter no humano: su nombre de perfil consiste en el objeto de publicitar. De hecho, no hay siempre una cuenta de perfil armada detrás de la publicación. Así mismo, el contenido se expresa tanto por medio de la estética de la autenticidad divertida del *TikTok* o como una típica propaganda televisiva. En el primer caso, se materializa en una actuación entre dos personas que hablan de la terapia y uno le recomienda a otro la app. Tiene una ATs y una AT fija de autopromoción y, hacia el final dicha AT le insertan efectos especiales (las palabras se agrandan, rotan y se mueven). También se articula por medio de un montaje de tomas. En el segundo caso, sin ninguna referencia al contenido más que en el comentario de la publicación, aparece una mujer joven atractiva bailando de manera animada y seductora una música pop muy animada, con una estantería repleta de juguetes a su lado con los que interactúa. Otra posibilidad, es que una



mujer atractiva hegemonicamente oferte el producto. Con su cuerpo esbelto y muy arreglada, presenta los ejercicios de relajación en una pluralidad de tomas, con un sonido de video que es su voz grabada que explica el contenido. En todos los casos, existe una evidente función apelativa del lenguaje (instar al usuario a utilizar los servicios o productos) apoyada en las funciones emotivas e informativas. También se despliega una clara función fálica (la música, las AT, el porte y los movimientos seductores) . En el primer caso, increíblemente, los comentarios orbitan en torno a los cuestionamientos al uso de la terapia en línea. Mientras que, en el caso de la mujer que baila, sobresalen aquellos que aluden a su belleza y encanto, y no al servicio. En el último caso no hallamos comentarios.

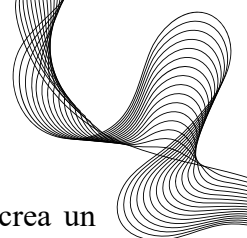
7. Psicopoder o Neuropoder

De lo expuesto en la anterior sección se desprenden dos resultados analíticos. En primer lugar, *TikTok* es un ejemplo de “app” que ilustra cómo estas recopilan datos sobre nuestros gustos, preferencias, emociones y conductas. Además, crean contenidos que se consumen de manera masiva y acelerada. En nuestro caso, vinculados con el conocimiento psicológicos y prácticas psi. Para algunos autores (Han, 2012), esta proliferación de tales contenidos señala que estamos ante un nuevo tipo de relaciones de poder y control que cuestionan el valor de nociones habituales en ciencias sociales como es el caso del concepto “biopolítica”. Suponen su límite y la exigencia de pensar de otra manera el gobierno de la conducta. Una que no pase por referir mecanismos de encierro o de acción sobre



poblaciones específicas y ubicadas geográficamente. Estamos ante un tipo de gubernamentalidad que opera en espacios abiertos e interconectados; que no castiga, sino que fomenta la exposición voluntaria; y que no busca controlar el cuerpo, sino influir sobre la psique y el comportamiento (Deleuze, 1989; Serres, 1995; Tirado y Kingsman, 2021). Así, Han (2012) y Stiegler (2020) proponen que vivimos en la era del psicopoder: una lucha por gestionar procesos mentales como la atención, la memoria o la imaginación. A través de psicotecnologías como el neuromarketing, el coaching o la psicología positiva, las grandes corporaciones fijan normas y estándares que guían nuestras conductas tanto individuales como colectivas (Stiegler, 2020). Y lo cierto es que nuestros resultados encajan en esta propuesta. Como hemos señalado, todo tipo de agentes, expertos y usuarios, humanos y artificiales, producen ingentes cantidades de conocimiento psicológico en *TikTok* que proponen al individuo una auto-observación permanente y la búsqueda constante de elementos de optimización de su psique.

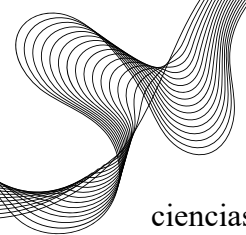
Este psicopoder refleja una nueva coyuntura histórica que combina múltiples dimensiones: a) una gramática neoliberal impulsada por corporaciones transnacionales mediante plataformas digitales y que tiene su expresión cotidiana en la creación e implementación de “apps”; b) la saturación de nuestra vida diaria con dispositivos inteligentes; c) la circulación masiva de datos a nivel global; y d) la disolución de fronteras entre dicotomías clásicas como humano/no humano o naturaleza/cultura. Se configura de este modo una nueva lógica económica en la que la psique se convierte en el último recurso explotable



económicamente (Han, 2012). En ese sentido, *TikTok* crea un espacio donde nuestras capacidades mentales están siempre en juego, son discutidas, analizadas y perfeccionadas.

Sin embargo, existe un segundo resultado del análisis que no es tan evidente pero resulta mucho más interesante. *TikTok*, al igual que muchas otras apps y plataformas sociales, promueve un principio ético de autooptimización. Su propuesta no se limita a mejorar la eficiencia: parte de la idea de que el ser humano es maleable y puede intervenir a sí mismo en tiempo real y en cualquier contexto. *TikTok* se ofrece como mediador de esa plasticidad, aplicando conocimientos del ámbito de la salud mental para posibilitar la auto-intervención a través de sus diseños y arquitecturas de inteligencia artificial. Nuestra investigación ha revisado contenido psicológico, pero existen ejemplos como en el ámbito del entrenamiento físico, el aprendizaje de habilidades para el estudio y la comunicación, etc. La posibilidad de esta mediación existe porque se plantean dos asunciones muy claras: a) el ser humano puede vivir sin excesivos problemas en una lógica de ajuste continuo para optimizar sus conductas, emociones y pensamientos; y b) somos una especie capaz de comprobar la eficacia de lo mencionado con anterioridad al examinar nuestra capacidad de adaptarnos mediante su uso constante. Esta visión se enmarca en lo que algunos autores denominan cultura “neuro”, algo promovido desde el campo de la salud y extendido mediante tecnologías digitales (Ocampo, 2019).

Hace ya dos décadas, Rose (2006) analizó cómo el cerebro se convirtió en el eje explicativo de la conducta en las



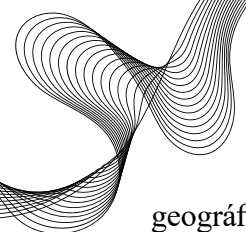
ciencias biológicas y humanas. Posteriormente, con el avance de las neurociencias, este foco se desplazó al sistema nervioso en su totalidad, destacando su adaptabilidad y capacidad de cambio. Esta idea de plasticidad ha impregnado paulatinamente toda nuestra comprensión de lo humano (De Vos, 2013; Malabou, 2007) y ha dado lugar a una cultura “neuro” (Neidich, 2013; Sardamov, 2012) en la que emerge un nuevo régimen de control: el neuropoder. Este se basa en la plasticidad neuronal. Las apps de salud, o plataformas de creación de contenido como *TikTok*, ya no gobiernan cuerpos o psiques de forma general, sino que movilizan sistemas nerviosos. Según Neidich (2013), este poder se articula a partir del despliegue de tres dimensiones: la subjetividad, el trabajo y la acción sobre el encéfalo. La subjetividad se construye desde el futuro: se basa en imaginar futuros posibles mediante la autooptimización. El trabajo se convierte en escenario de anticipación y transformación. Y el control opera directamente sobre el lóbulo frontal, modulando memoria, planificación y atención a través de ejercicios repetitivos. Los aspectos estéticos de las apps, o los videos como los que hemos analizado en nuestra plataforma, cumplen un papel clave, ya que modelan hábitos de percepción que consolidan conexiones neuronales. De este modo, se normalizan experiencias sensoriales y definen formas de participación mediante una gestión estética del entorno (Rancière, 2016). En resumen, si en la noción foucaultiana de biopolítica dominaba la norma y en la idea de psicopolítica la emoción, en el neuropoder aparece “marca” -la huella en nuestro sistema nervioso- como algo decisivo.



Nuestros resultados, sin embargo, propone una ampliación de esta noción. El neuropoder es el acceso y gestión continua de la plasticidad del sistema nervioso a través de las apps o plataformas como *TikTok* y tal gestión implica: a) ajustar comportamientos con la retroalimentación digital; b) interactuar con una realidad aumentada que estimula el sistema nervioso; c) operar desde perfiles digitales en constante transformación; y d) actuar según una proyección futura que redefine presente y pasado. Esta intervención no es inocente: está mediada por la lógica algorítmica, basada en comparaciones, matemáticas y proyecciones estandarizadas. Así, el neuropoder implica: 1) el acceso a la plasticidad del sistema nervioso mediante apps; y 2) un esquema de intervención determinado por la lógica algorítmica. El neuropoder no reemplaza al psico o biopoder, sino que los incorpora. Aunque ambas formas persisten, el análisis contemporáneo debe centrarse en las nuevas tecnologías que instauran relaciones inéditas de poder. *TikTok* muestra que manejamos dispositivos que, en lugar de actuar directamente sobre el sistema nervioso, evento tremendamente complicado, lo hacen desde fuera, mediante una mediación sofisticada y algorítmica. Este acceso se realiza a partir de la nueva “piel del mundo” que son las apps y plataformas sociales y se instaura a partir de la búsqueda de “marcas” y no de normas o imperativos ethopolíticos.

8. Conclusiones

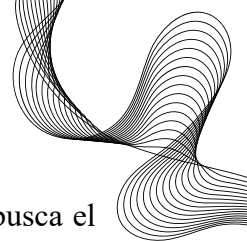
TikTok es mucho más que un icono en nuestras pantallas o una plataforma para interactuar con personas muy distantes



geográficamente. Constituye un entorno simbólico donde se ofrecen contenidos que transforman la vida cotidiana. Opera como mediador de nuestras acciones y percepciones diarias. En consecuencia, su interfaz y contenido no es solo una herramienta, sino una nueva realidad con la que relacionamos constantemente. Esto exige analizarla tanto en sus particularidades como en su conjunto. Nuestra investigación ha identificado, en ese sentido, dos dimensiones centrales para las ciencias sociales. En primer lugar, resulta relevante mencionar que *TikTok* configura una nueva lógica de vinculación entre los sujetos y su entorno. En esta lógica observamos: a) una realidad aumentada que intensifica la atención al detalle; b) la creación de perfiles digitales que transforman nuestra forma de ser sujetos; y c) un principio ético débil, que proyecta futuros deseables y resignifica presente y pasado.

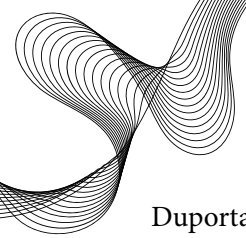
Lejos de ser una simple herramienta o artefacto de entretenimiento, *TikTok* genera efectos individuales y sociales profundos, entre ellos, nuevas formas de control. El contenido que hemos analizado va más allá de la interpretación que ofrecen conceptos como biopolítica o psicopolítica, apunta directamente hacia la emergencia de un neuropoder: un régimen de gestión que convierte al sistema nervioso en campo de batalla y luchas por el control y gobierno del ciudadano del siglo XXI. Este régimen se sostiene sobre la plasticidad del sistema nervioso y la mediación de sistemas de algoritmos e inteligencia artificial. Haciéndonos eco del universo semántico de Michel Foucault, nos atrevemos a afirmar que nos encontramos ante el crepúsculo de una sociedad normativa que deja paulatinamente paso a otra

en la que una marca que va más allá de nuestra piel y busca el sistema nervioso se impone.

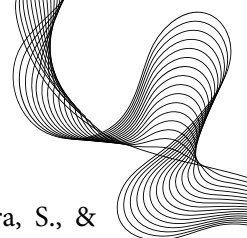


Referencias

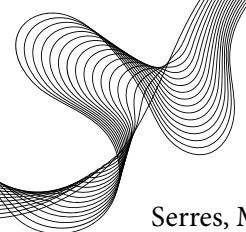
- Barboza, R. A. (2022). Gubernamentalidad algorítmica y subjetividad. *Textos y Contextos*, 24(3), 1–12. Universidad Central del Ecuador.
- Basch, C. H., Donelle, L., Fera, J., & Jaime, C. (2022). Deconstructing TikTok videos on mental health: Cross-sectional, descriptive content analysis. *JMIR Formative Research*, 6(5), e38340. <https://doi.org/10.2196/38340>
- Bhandari, A., & Bimo, S. (2022). Why's everyone on TikTok now? The algorithmized self and the future of self-making on social media. *Social Media + Society*, 8(1), 1–11.
- Barrio, C. (2023). Imágenes, traperas e Instagram. Reflexiones netnográficas a fuego lento. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 20(2), 165–173. <https://doi.org/10.5209/tekn.83534>
- Brogna, R. (2022). *Cómo piensan los algoritmos de marketing: La eficacia del marketing programático*. Esic Editorial.
- Cowan Ros, C. J., Marcos, M. F., & Muro, M. M. (2022). As vicunhas como problema de governo: Governamentalidade ambiental em múltiplos níveis e disputas sobre o modelo de uso da espécie. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 24(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202211>
- Castro Orellana, R. (2023). *Dispositivos neoliberales y resistencia* (1.ª ed.). Herder.
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI*. Yale University Press.
- Deleuze, G. (1995). *Conversaciones* (Original publicado en 1989). Pre-Textos.
- De Vos, J. (2013). Como un zombi en Pompeya: El sujeto neurológico en su ciberágora. *Teknokultura*, 10(3), 719–745.



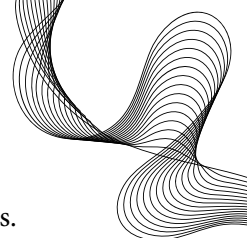
- Duportail, J. (2019). *El algoritmo del amor*. Contraediciones.
- García Mingo, E., & Sádaba Rodríguez, I. (2023). Análisis de la realidad social digital: Hacia una metodología de la investigación social digital. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 20(2), 159–164. <https://doi.org/10.5209/tekn.88460>
- González Suárez, I. (2023). *La cronología de Twitter com a dispositiu neoliberal: Estudi del model interactiu de l'aplicació i de les seves implicacions* [Tesis de maestría no publicada]. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Han, B.-C. (2012). *Psicopolítica*. Herder.
- Illouz, E. (Comp.). (2019). *Capitalismo, consumo y autenticidad: Las emociones como mercancía*. Katz Ediciones.
- Karizat, N., Delmonaco, D., Eslami, M., & Andalibi, N. (2021). Algorithmic folk theories and identity: How TikTok users co-produce knowledge of identity and engage in affect. *New Media & Society*, 16(1), 193–221.
- Kennedy, M. (2020). If the rise of the TikTok dance and e-girl aesthetic has taught us anything, it's that teenage girls rule the internet right now: TikTok celebrity, girls and the coronavirus crisis. *European Journal of Cultural Studies*, 23(6), 1069–1076.
- Kitchin, R. (2016). Thinking critically about and researching algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 14–29. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154087>
- Knorr-Cetina, K. (1999). *Epistemic cultures: How the sciences make knowledge*. Harvard University Press.
- Latour, B. (2007). *Reassembling the social: An introduction to actor-network theory*. Oxford University Press.
- Liu, J. (2021). The influence of the body image presented through TikTok trend-videos and its possible reasons. Sixth College, University of California-San Diego.
- Malabou, C. (2007). *¿Qué hacer con nuestro cerebro?* Arena.
- Mandzufas, J., Ayalde, J., Ta, D., Munro, E., Paciente, R., Pranoto, E. P., ... & Lombardi, K. (2023). The investigation of health-related topics on TikTok: A descriptive study protocol. *Digital*, 3(1), 97–108. <https://doi.org/10.3390/digital3010007>



- Marcos Fernández, C., Benítez Eyzaguirre, L., Ruíz Cabrera, S., & Acosta-Calderón, L. (2024). Hacia la generación muda: Tendencias en el uso de WhatsApp por centennials, millennials y generación X. *Teknokultura*, 21(2), 223–232. <https://doi.org/10.5209/tekn.94858>
- Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Melusine.
- Miller, P., & Matviyenko, S. (2014). *The imaginary app*. MIT Press.
- Neidich, W. (Ed.). (2013). *The psychopathologies of cognitive capitalism*. Archive Books.
- Ocampo, J. (2019). Sobre lo “neuro” en la neuroeducación: De la psicologización a la neurologización de la escuela. *Sophia*, 26, 141–169.
- Rancière, J. (2017). *El reparto de lo sensible: Estética y política*. Prometeo Ediciones.
- Rose. (2019). *La invención del sí mismo: Poder, ética y subjetivación*. Pólvora.
- Romaní Rivera, A., Gálvez-Mozo, A., & Tirado-Serrano, F. (2024). The imperative of happiness in positive psychology: Towards a psychopolitics of wellbeing. *New Ideas in Psychology*, 72, 101058. <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2023.101058>
- Rovira-Martorell, J., Tirado, F., & Gálvez, A. (2024). Attention wars, psychopower and platform environments: An autoethnographic study on BeReal. *Emotion, Space and Society*, 52, 101026. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2024.101026>
- Sadin, E. (2024). *La vida espectral: Pensar la era del metaverso y las inteligencias artificiales generativas*. Caja Negra.
- Sardamov, I. (2012). From “bio-power” to “neuropolitics”: Stepping beyond Foucault. *Techné: Research in Philosophy and Technology*, 1(2), 123–137. <https://doi.org/10.5840/techne201216212>
- Schellewald, A. (2021). Communicative forms on TikTok: Perspectives from digital ethnography. *International Journal of Communication*, 15, 1437–1457.
- Serrano Medina, J. C., Papakyriakopoulos, O., & Hegelich, S. (2020). Dancing to the partisan beat: A first analysis of political communication on TikTok. *WebSci '20*, July 6–10, Southampton, UK.

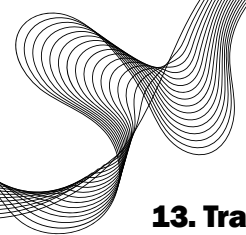


- Serres, M. (1995). *Atlas*. Cátedra.
- Shifman, L. (2013). Memes in a digital world: Reconciling with a conceptual troublemaker. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 18(3), 362–377. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12013>
- Sibilia, P. (2008). *La intimidad como espectáculo*. Fondo de Cultura Económica.
- Scolari, C. (2018). *Las leyes de la interfaz: Diseño, ecología, evolución, tecnología*. Gedisa.
- Southerton, C., & Clark, M. (2023). OBGYNs of TikTok and the role of misinformation in diffractive knowledge production. *Journal of Sociology*, 59(3), 610–627. <https://doi.org/10.1177/14407833221135209>
- Stiegler, B. (2020). *Nanjing lectures: 2016–2019*. Open Humanities Press.
- Tirado, F., & Kingsman, E. (2021). Espai i biopolítica. En M. Lundsteen & G. Navas (Coords.), *Espai i... Reflexions sobre el paper de l'espai en les societats contemporànies*. Edicions Bellaterra.
- Tudehope, L., Sofija, E., & Harris, N. (2024). VentTok: Exploring the mental health narrative on TikTok. *Stigma and Health*. <https://doi.org/10.1037/sah0000577>
- Vázquez-Herrero, J., Negreira-Rey, M.-C., & López-García, X. (2020). Let's dance the news! How the news media are adapting to the logic of TikTok. *Journalism*, 23(8), 1717-1735. <https://doi.org/10.1177/1464884920969092>.
- Vergara, G. (2015). Recuperadores, residuos y mediaciones: Análisis desde los interiores de la cotidianidad, la gestión y la estructura social. *Estudios Sociológicos Editora*.
- Veiga-Neto, A., & Noguera Ramírez, C. E. (2011). Gubernamentalidad neoliberal: Implicaciones para la educación. *Revista Educación y Pedagogía*, 22(58), 213–235. <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeypp/article/view/9748>
- Vivas, F. (2021). *¿Cómo piensan las máquinas?: Inteligencia artificial para humanos*. Galerna.



- Zuboff, S. (2020). *La era del capitalismo de la vigilancia*. Paidós.
- Zulli, D., & Zulli, D. J. (2020). Extending the Internet meme: Conceptualizing technological mimesis and imitation publics on the TikTok platform. *New Media & Society*, 24(8), 1872-1890. <https://doi.org/10.1177/1461444820983603>





13. Trabalho docente por tecnologias digitais: percursos analíticos na e a partir da pandemia de Covid-19

Fernanda Spanier Amador

Juliana Prediger

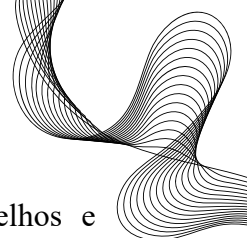
Lívia R. Fernandes

Este escrito trata de problemática emergente por um fazer pesquisa em Clínicas do Trabalho⁵⁶ a partir das medialidades digitais, desafio que se mostrou expressivo no contexto da Pandemia de Covid-19 por conta do distanciamento imposto pela realidade epidemiológica do momento. Assim, abordamos aspectos analíticos e metodológicos na sua interface com um agir digital na pesquisa clínica do trabalho, campo de pesquisa e de intervenção das autoras.

Para tanto, parte-se de uma pesquisa multicêntrica⁵⁷, ainda em duração, pela qual objetiva-se acompanhar narrativas das experiências docentes que se deram no e a partir do período pandêmico, onde as trabalhadoras professoras viram-se com novos impasses em seu trabalho, como aulas online, encontros e vínculos com crianças e jovens mediados pela tecnologia,

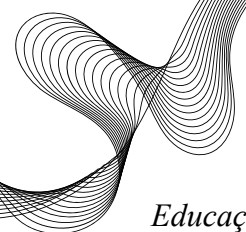
⁵⁶ Ao referirmo-nos a questões clínicas do trabalho, falamos de processos subjetivos e de saúde implicados na experiência do trabalho como atividade, isto é, interessamo-nos pelos modos como fazemos a microgestão dos processos de trabalho diante das infidelidades do meio (Canguilhem, 2014), levando em conta a sempre presente distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real, tal como sinalizada pela Ergonomia.

⁵⁷ A pesquisa envolve as universidades UFRGS, UFES, UFF e UEMG, e teve seu início no ano de 2020 envolvendo professoras e professores da Educação Básica e Educação Infantil de localidades brasileiras.



interações entre pares e o gerenciamento dos aparelhos e recursos digitais. A partir desse cenário que se prolongou durante o evento sanitário e que teve início no dia 11 de março de 2020 e encerrou em 5 de maio de 2023, conforme informa a Organização Mundial da Saúde (OMS), interessou à referida pesquisa explorar os meios arranjados pelos meandros da experiência do trabalho como atividade (Clot, 2010), por parte de professoras e professores durante este longo período que forçou novas medialidades laborais no e pelo plano digital. Trata-se da necessidade de empregar recursos tecnológicos em contextos que extrapolaram e extrapolam os usos já correntes em muitas situações escolares.

O tema deste livro, “*Tecnopolítica dos Afetos*”, vem ao encontro de uma dimensão relevante em nossas análises geradas pela pesquisa. Da extensa gama de elementos analíticos emergentes, a experiência amplificada com os recursos digitais naqueles dias produziu situações inusitadas para as professoras e professores do ponto de vista das analíticas no campo clínico do trabalho, como por exemplo a necessidade de, por vídeo, estabelecer contato e vínculo com crianças da Educação Infantil e suas famílias. Consideramos que, no caso destas professoras, as quais necessitam, nos atos diários do seu ofício com as crianças pequenas da Educação Infantil, fazer e sustentar um corpo muito presentificado e materializado, as dificuldades referentes aos processos de trabalho na docência se configuraram dramáticas. Foi necessário experimentar um jogo corpóreo pelas tecnologias, o que, nas palavras de uma professora, deu-se como tarefa impossível: “*Não há educação remota para crianças na*

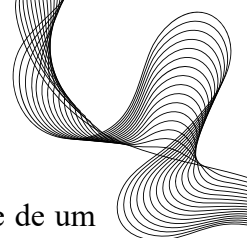


Educação Infantil”, dizia ela à equipe pesquisadora e às suas colegas de ofício participantes da pesquisa. Instalou-se, portanto, o paradoxo: enquanto tarefa impossível, fez-se possível uma docência na Educação Infantil na pandemia!

Ocupamo-nos neste capítulo, das peculiaridades dessa dimensão experiencial que, na urgência daqueles dias, produziu possíveis e (im)possíveis para a existência de pessoas que exercem o trabalho docente, bem como do próprio trabalho docente, que através da sua feitura no território digital, sofreu alterações significativas e implicou em novos gestos laborais no âmago dos seus processos. Trazemos aqui, elementos do acompanhamento de uma política dos afetos que envolve processos de trabalho e gestão de variabilidades do meio de trabalho na e a partir da pandemia de Covid-19, amplamente atravessados e transversalizados pelas tecnologias digitais.

Esse ângulo analítico percorre os meandros do que professoras e professores fizeram, deixaram de fazer, pensaram em fazer e não fizeram, tentaram com êxito e com fracasso (Clot, 2010), no tocante aos desafios de realizarem um trabalho, ora em contexto de total fechamento das escolas, ora em contexto de abertura gradual das mesmas. Trata-se de análises relativas ao trabalho como atividade⁵⁸, isto é, como renormatização, em sentido de Georges Canguilhem (2014), qual seja: de criação de meios para existir e trabalhar em (norm)atividade, portanto. Atividade não é a tarefa a cumprir, ela é aquilo que pela tarefa se

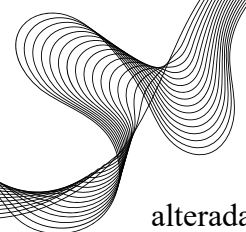
⁵⁸ Neste estudo, utilizamo-nos da compreensão teórica do Trabalho a partir do conceito de Atividade, essa como microgestão de Trabalho Prescrito e Trabalho Real, envolvendo artesanias laborais, invenções, saídas, criações para aquilo que a cena do trabalho apresenta de infidelidade do meio (Canguilhem, 2014; Clot, 2006).



viabiliza como experiência, como transformação de si e de um trabalho na tentativa de viver e de vivê-lo em autonomia e com autoria, pela viabilização criativa de meios.

Nossa pesquisa ocupou-se, portanto, de pedir a professoras e professores que nos contassem os meandros dessas tentativas e realizações andando pelo desafio de trabalhar na pandemia, de modo que é a respeito de algumas dessas (cont)ações que discorreremos nas linhas que seguem. As narrativas do trabalho configuram, de acordo com Clot (2006) no escopo da abordagem da Clínica da Atividade, material fundamental para uma analítica da experiência do trabalho como atividade. Nessa via, a equipe pesquisadora que se via igualmente tendo que estabelecer novos processos de trabalho para pesquisa clínica do trabalho mediada pela tecnologia, uma vez que o afastamento sanitário estava acontecendo no contexto de nascimento desta analítica, precisou criar meios de fazer pesquisa-intervenção nas plataformas digitais para pesquisar a experiência do trabalho como atividade.

Foi então que se gerou uma plataforma digital interativa específica para que as histórias docentes fossem narradas de forma digital. Tal plataforma, que acabou sendo, de certo modo, espaço dialógico e de encontro de trabalhadoras e trabalhadores, acolheu histórias e experiências de professoras e professores que desejassem realizar um compartilhamento de suas artesanias docentes na e pela tecnologia na pandemia, uma vez que a mesma abre espaço para interações. A plataforma fez-se também território possível para uma clínica do trabalho outra, que, tal como os processos laborais das e dos docentes, foi radicalmente



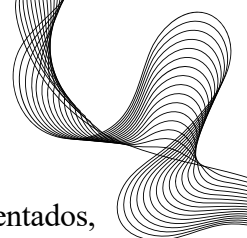
alterada de seu formato anterior, a fim de criar meios para sua existência. Atualmente, a plataforma vem se modificando em suas funções, tendo em vista amplificar seu alcance enquanto Produto Técnico na modalidade Acervo e também, como dispositivo de Inserção Social⁵⁹ no âmbito da produção de conhecimento na e pela Universidade, tal como a define a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por esses meandros é que situamos este capítulo, entendendo que, por entre o território digital, afirmam-se políticas afetivas e de vida que encontram, na digitalidade, modos de expressão e mediação de encontro, presença e produção de subjetividade.

Medialidades tecnológicas e o campo clínico do trabalho: trajetos de pesquisa

As medialidades tecnológicas empregadas durante e a partir do trabalho docente na pandemia não consistiram em simples deslocamentos de situações presenciais para situações on-line, uma vez que a especificidade da experiência do trabalho docente em investigação, bem como do próprio trabalho de pesquisa clínica do trabalho, modificou-se substancialmente, requerendo análises

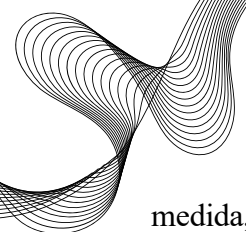
⁵⁹ São considerados Produtos Técnicos pela CAPES, o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, com fins de transferência do conhecimento produzido na Universidade. Acervos são considerados Produtos Técnicos. São consideradas pela CAPES Ações de Inserção Social aquelas que promovem disseminação, transferência e/ou aplicação de conhecimentos e tecnologias produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em benefício, tanto da comunidade acadêmica, como, sobretudo, de diferentes setores sociais, visando minimizar ou solucionar problemas socialmente relevantes. Dentre as ações que são consideradas de Inserção Social constam ações de atenção à educação básica ou de atenção à saúde.



peculiares. Dentre os elementos de variação experimentados, podemos destacar aqui a desigualdade de condições de acesso aos recursos digitais para trabalhar, bem como para que estudantes se fizessem presentes nas atividades de aprendizagem propostas que, no caso do Brasil, mostrou-se gigantesca.

O problema de pesquisa foi desenhado por uma miríade de perguntas relativas às mudanças que foram experimentadas no âmbito da organização do trabalho docente, isto é, referentes a conteúdo do trabalho, aquilo que compõe um determinado rol laboral, com suas divisões sociais, técnicas, hierarquias, execuções, pensamentos e relações, a partir da implementação do trabalho remoto e das demais modificações nos modos de organização do trabalho educativo em tempos de isolamento e distanciamento social devido à pandemia de Covid-19. Interessava-nos pensar os modos como professoras e professores da Educação Básica faziam a experiência do trabalho na pandemia, entendendo que, por tal experiência, processos subjetivos e de saúde eram experimentados com peculiaridade. Assim sendo, queríamos acessar a processualidade dos modos de trabalhar, que naquele momento mostravam-se fortemente abalados do ponto de vista de suas estratégias cultivadas no ofício docente até então.

Trabalho como ofício, para nós, consiste em um operador conceitual-chave. Na esteira de Clot (2013), entendemos que ele está no cerne de uma experiência do trabalho em saúde, já que trabalhar como ofício envolve que ele seja cuidado por aquelas e aqueles que o exercem. O ofício envolve uma dimensão estética, ética e política relativa aos modos sempre outros, em alguma



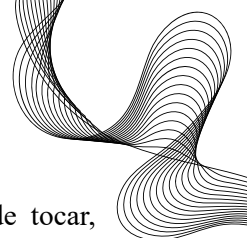
medida, que o trabalho se efetiva, isto é, o ofício envolve as artes do fazer e do agir no e pelo trabalho diante dos desafios que exigem que criemos sempre e a cada vez, pequenas variações, a fim de darmos conta de uma dimensão sempre impreparável para o trabalho. Assim, é nessa experiência nômade do trabalho que encontramos obstáculos que nos forçam a pensar e a problematizar nossos modos de trabalhar, bem como aberturas de vias e potências expansivas para também fazê-lo de modo inaugural, a cada vez, a partir de cada problema em sua microgestão⁶⁰.

Na pandemia, a precipitação de situações inusitadas foi intensa e atravessada, sobremaneira, pela digitalização dos processos de trabalho, o que alterou significativamente as quatro instâncias que compõem um ofício, tais sejam: impessoal, pessoal, interpessoal e transpessoal⁶¹, conferindo contornos peculiares à história do ofício tecida naqueles e a partir daqueles dias.

Essa história, que forma o perímetro das ações encorajadas ou inibidas em um dado meio profissional, conserva integralmente os equívocos, as grandezas e as misérias do ofício. Essa história coletiva que desenha a palheta dos gestos possíveis ou impossíveis fixa as fronteiras moventes do ofício em um tipo de teclado

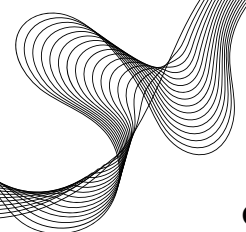
⁶⁰ Por microgestão, compreendemos o próprio movimento da atividade, esse que diz respeito ao trajeto que se inaugura frente ao que é posto enquanto Trabalho Prescrito e o Trabalho Real.

⁶¹ Segundo Clot (2013), o ofício é feito de prescrições, de modos singulares de materializar tais prescrições, de endereçamentos aos destinatários da ação, e também de “atravessado por uma história coletiva que passou por muitas situações e dispôs de sujeitos de diferentes gerações a responderem por ela, de uma situação a outra, de uma época a outra” (p. 6).



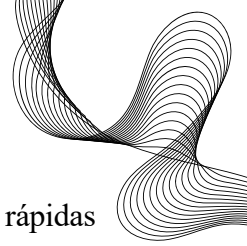
de subentendidos sobre o qual cada um pode tocar, não apenas escolhendo um certo gesto, mas também criando um outro mais elegante. Essa história tem como horizonte o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos sobre a organização do trabalho, para além da organização do trabalho; sobre a instituição, para além da instituição. Essa história é – em maior ou menor grau – um recurso decisivo para que a instituição conserve um devir e os sujeitos, sua saúde (Clot, 2013, p. 7).

Considerando que o movimento do ofício precisa ser preservado a fim de que ele se mantenha vivo e potencializador da saúde no e pelo trabalho, a pesquisa da qual aqui tratamos interessou-se em produzir uma espécie de acervo de memórias deste processo, produzindo material a respeito de como se deu essa experiência na e a partir da pandemia. Em texto dedicado ao ofício, Clot recorre a Proust quando diz que a literatura cria uma língua estrangeira dentro da língua, isto é, que a literatura se faz literatura por fazer o texto devir outro para afirmar que, do mesmo modo, é necessário criar um ofício estrangeiro dentro do ofício se quisermos que o ofício beneficie nossa saúde. O que fica como questão para nós em relação a este respeito, é a velocidade assombrosa com que este processo de transformações de ofício foi experimentado por professoras e professores na pandemia, e os destinos que por essas linhas de possíveis e impossíveis foram gerados na e a partir daquela situação no âmbito do trabalho docente. Tal velocidade transformou esse processo de outramento dos modos de agir dentro de um ofício em algo que, de certa forma, produziu afetos tristes entre os corpos trabalhadores do ofício docente, ainda que por entre outros afetos alegres.



O ofício, referindo-se às artes do fazer e envolvendo estética, ética, política e poética próprias, envolve uma economia afetiva de quem trabalha, sendo seu corpo mobilizado por múltiplos encontros que, conforme Espinosa (2008), promovem afecções no corpo. As afecções disparam, assim, diferentes afetos e modos de agir no corpo. Deste modo, entendemos que a produção de saúde se dá pela expansão do poder de agir do corpo, ligada aos afetos alegres, que trabalha mobilizando coletivos e envolvendo dimensões estilísticas e singulares. Em contrapartida, o adoecimento do trabalho surge quando há o impedimento da ação (Clot, 2010), esse associado aos afetos tristes.

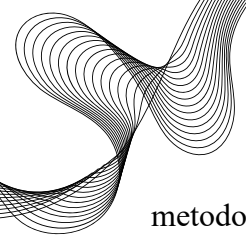
Sendo assim, a experiência de encontrar meios para agir, ainda que em contexto adverso, parece ter consistido em via para saúde e fortalecimento de coletivos no e pelo trabalho, mesmo que esta experiência não tenha se feito acompanhar de um tempo substancial para elaboração coletiva, ao menos não no auge dos dias pandêmicos, de maneira a gerar memória para agir diante das futuras imprevisibilidades do meio. Importante destacar que, do ponto de vista Clínico da Atividade, essa experiência radical de trabalhar renormatizando intensamente o meio, tal como se deu na pandemia, implicou em um agir que fortemente modificou o Gênero Profissional, este uma espécie de patrimônio gerado pelas inventividades experimentadas quando da gestão da distância entre o prescrito e o real. Assim, o evento sanitário impôs ineditismos ao trabalho de tal modo que o acervo de uma memória coletiva do trabalho necessitou de muita invenção na urgência do momento.



Nessa via, ver-se assoberbado com as alterações rápidas e radicais das estratégias de trabalho, em muitos momentos, mostrou-se como impedimento da ação para as docentes, que se viram em encruzilhadas de possíveis e impossíveis. Assim, o Coletivo de Trabalho, o Gênero Profissional, como o chama Clot (2010), foi atacado em uma, no mínimo, dupla vertente: por um lado, pelo Coronavírus que se impôs exigindo mudanças drásticas e rápidas e por outro, pelas próprias docentes, que em esforço criacionista em meio a escassas e precárias condições físicas e subjetivas, deram conta tropeadamente, muitas vezes, da situação.

Acerca da compreensão de saúde, Clot seguindo com Canguilhem, pontua que a saúde implica poder portar algo, portar responsabilidade de seus atos, levando coisas à existência, e podendo criar por entre essas coisas uma ligação que não existiria sem a singularidade do sujeito (Canguilhem, 2014). A saúde, nesse sentido, vincula-se à criação singular na possibilidade de desenvolver a atividade. Não simplesmente viver dentro de um contexto, mas criar o contexto para viver, dando algo de si ao coletivo. Essa criação de contexto, esses processos de desenvolvimento, são constitutivos da saúde (Clot, 2020). Ao (re) criar coletivamente algo no plano do trabalho, o sujeito age em si mesmo e singulariza. Importa destacar que agir consiste em mais do que fazer, trata-se de agir mobilizando forças do coletivo e estabelecendo novas relações que não se estabeleceriam fora do plano dos encontros e dos afetos (Clot, 2006).

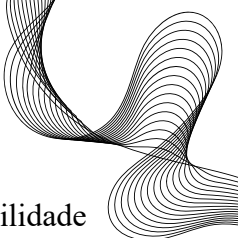
Desse modo, no âmbito do empreendimento clínico da Clínica da Atividade, opera-se um dispositivo teórico,



metodológico e interventivo que interroga movimentos e processos inventivos, estéticos e autopoieticos que se envolvem no ato de trabalhar (Clot, 2006). Procedendo pela lógica das afecções, tem-se uma clínica-processo que se ocupa dos fluxos de criação e recriação do trabalho, e assim, dos processos criativos-existenciais do sujeito. Voltando-se para os devires do trabalho, ressaltam-se suas dimensões éticas, estéticas e políticas, vinculadas a um inconsciente maquínico e à produção desejanante (Amador e Neves, 2016), que envolve, no caso do trabalho docente, uma instigante e íntima relação entre docentes e um encontro de corpos, elementos que, a partir do distanciamento social, mostraram-se abalados, forçando outros modos de gerenciar o ofício, elemento que desperta interesse de pesquisa.

Para mim, a escola tinha sumido, essa sensação não só pelo espaço físico, eu não sei se vocês sentem isso, mas porque tudo que nós fazemos, aquela nossa rotina, aquela identificação, aquela postura de chegar dentro de uma sala de aula, aquela coisa de carregar os seus materiais, não é? Aquilo tudo deixou de existir, sabe, aquele ritual todo deixou de existir.

Neste trecho narrado por uma professora participante da pesquisa, dessa vez através de uma videochamada em formato de “Roda de Conversa” entre participantes e equipe pesquisadora, outro recurso adotado pela pesquisa além das histórias da plataforma, vemos que o modo conhecido para colocar o corpo a compor o ato de ser professora envolve um determinado espaço físico, uma determinada rotina, uma postura, um carregar os materiais até a sala, envolvendo uma maneira do corpo se acoplar



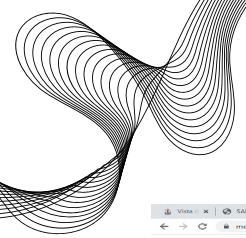
no espaço para produzir um “corpo docente”. A impossibilidade dessa espécie de “ritual do ofício” relatado pela professora, ou também uma certa postura prescrita, é somente uma das tantas (re)normatizações operadas naquele momento para gerir as infidelidades do meio que se impunham.

Sobre Plataformas Digitais e Narrativas: um modo inusitado de pesquisar no campo clínico do trabalho durante a pandemia de Covid-19

A estratégia de pesquisa implicou no emprego de plataformas digitais para postagem de narrativas de histórias de trabalho e para realização de rodas de conversa via meios para videoconferência, tendo em vista a necessidade de isolamento e distanciamento social do momento. O objetivo era que a postagem de histórias operasse em caráter dialógico, isto é, que se estabelecesse um processo de trocas e conversas via comentários entre aquelas e aqueles que transitam pelo ambiente digital.

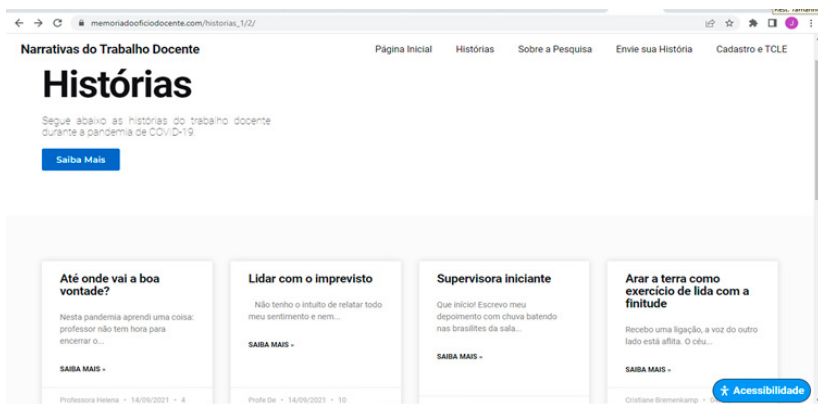
Mediante contratação de apoio técnico especializado, desenvolvemos uma plataforma específica para a pesquisa, de maneira que dispomos de uma página eletrônica criada utilizando a tecnologia *WordPress*, um sistema de gerenciamento de conteúdo para internet, de código aberto. A plataforma da pesquisa é de livre acesso, podendo ser encontrada através do endereço <https://www.memoriadooficiodocente.com>⁶².

⁶² A plataforma, após um período de testes e ajustes, ficou pronta para seu funcionamento a partir de 31 de março de 2021.

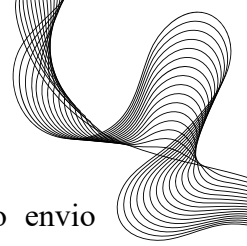


Fonte: Memória do Ofício Docente (2023).

O layout escolhido visou adaptação a diferentes dispositivos, incluindo desktop, laptop e dispositivos móveis, e foram implementados recursos de acessibilidade para pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, deficiência visual e auditiva.



Fonte: Memória do Ofício Docente (2023).

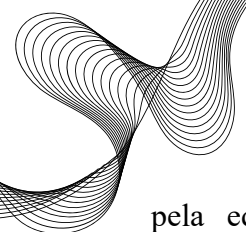


As funcionalidades da plataforma envolvem o envio de histórias-narrativas, que fica condicionado à criação de cadastro na página e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa. As narrativas enviadas não são postadas automaticamente pela plataforma, mas permanecem enquanto conteúdo não publicado até que os pesquisadores e pesquisadoras responsáveis façam curadoria do conteúdo enviado para avaliação e sistematização do material a ser publicizado na plataforma, bem como o descarte do material inapropriado, tais como eventuais conteúdos ofensivos, pornográficos, entre outros. Além da participação na plataforma por meio da postagem das histórias-narrativa por escrito e/ou áudio⁶³, é possível postar comentários entre professoras e professores diretamente envolvidas e envolvidos na pesquisa, bem como outras pessoas que porventura a acessem para visitação. Destaca-se que a metodologia da análise da atividade implica que as pessoas que trabalham e compõem a história de um ofício participem de situações nas quais se fomenta o diálogo, possibilitando, assim, acesso ao plano do trabalho como atividade (Clot, 2006; Amador, 2019).

A plataforma também abriga comentários⁶⁴ elaborados

⁶³ Desde o início do desenvolvimento do projeto, pensamos em estratégias de acessibilidade, de maneira que nosso primeiro movimento foi o de criar duas possibilidades, escrita e áudio, para as referidas postagens.

⁶⁴ A partir de novembro de 2022, com a pesquisa em andamento, decidimos por adicionar novas funcionalidades: espaço para restituição dos materiais da pesquisa via leitura em áudio dos resumos das publicações e apresentações em Congressos, publicação dos materiais escritos, bem como leitura oral de histórias já postadas na plataforma.



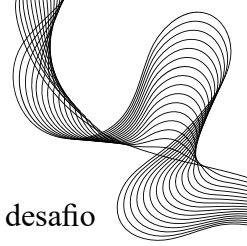
pela equipe pesquisadora, bem como histórias-figuração⁶⁵, produzidas pela equipe visando a instigar o envio de novas narrativas por parte das/dos docentes, bem como a abrir possíveis outras materialidades analíticas referentes à sua experiência de trabalho. Essas histórias-figurações propõem assim ampliar as condições para que mais histórias possam ser contadas, ativando um processo pelo qual, a partir da história narrada que se transmite, acontecimentalizemos a história.

A plataforma digital empregada, *Google Meet*, viabilizou a realização de Rodas de Conversa entre docentes e equipe pesquisadora. Foram formadas três rodas, por distintas forças e movimentos. Uma das rodas formou-se com as pessoas que haviam enviado histórias pela plataforma, outra roda reuniu docentes com atuação em distintas escolas municipais de Porto Alegre e no Colégio de Aplicação/UFRGS e a terceira roda formou-se a partir de contato por parte de um grupo de professoras da Educação Infantil.

Agir Digital na Pesquisa em Clínicas do Trabalho: o que pode uma clínica no território digital?

Concomitantemente aos impasses que trabalhadoras e trabalhadores da rede de educação enfrentaram com as novas

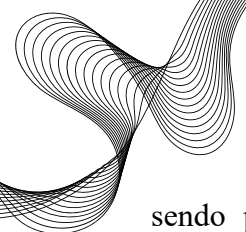
⁶⁵ A produção de histórias-figuração ocorre na pesquisa por influência de Donna Haraway (2018) e suas formulações a respeito das figurações. Esse exercício atende a um dos objetivos específicos da pesquisa, a saber: desenvolver, conceitual e metodologicamente, ferramentas clínicas do trabalho explorando a contribuição do conceito de figuração, desenvolvido por Donna Haraway, nas análises do trabalho como atividade. Entendemos que a figuração, ou seu formato específico nesta pesquisa, de história-figuração é uma ferramenta forjada a partir da exploração de limiares entre Haraway e questões clínicas do trabalho. Sua especificidade é melhor explorada em outros trabalhos resultantes da pesquisa referida.



medialidades de trabalho na pandemia, um novo desafio também se impunha para a equipe pesquisadora. Partindo da especificidade de pesquisa que orienta o estudo, qual seja, realizar uma pesquisa-intervenção que se proponha clínica, pela qual o acompanhamento de processos subjetivos e o encontro de corpos esteja no cerne das propostas metodológicas, vê-se que operar por entre esses meandros dentro do território tecnológico configurou-se como um impasse. Produzir presença e encontro por entre as telas coloca novos problemas e leva a pesquisa a traçar outros trajetos de pensamento e execução.

Perguntas tais como as que seguem acompanharam a jornada da pesquisa: de que modo a experiência com as tecnologias digitais que se produz no ensino remoto, como relação de acoplamento, desloca as categorias e as formas metodológicas habituais da pesquisa no campo clínico do trabalho? Como nos aproximariamos de professoras e professores para pesquisar o trabalho como atividade? Como instaurariamos situações de coanálise dos processos de trabalho por entre plataformas digitais? Quais seriam as peculiaridades do processo dialógico aí experimentado? Assim, o tempo foi colocando para a própria equipe pesquisadora uma nova vertente problemática: aquela que concerne aos modos de fazer pesquisa no campo clínico do trabalho quando do emprego de medialidades tecnológicas.

Esse lastro problemático mobilizou, nesse sentido, o próprio agir da equipe pesquisadora, que, a partir das infidelidades do meio e de novos problemas veiculados pela nova realidade, precisou agir a fim de dar conta dessas questões. Nessa via, a própria atividade de pesquisa estava



sendo posta em movimentação nesse território da pesquisa multicêntrica. Portanto, um certo agir digital estava sendo forjado. Uma atividade que abarcasse nos meandros do seu fazer, um jogo relacional com esses equipamentos, máquinas e dispositivos tecnológicos até então estrangeiros. O encontro com a máquina mobilizou novos lastros de ação no ofício de pesquisa, movimentou corpos, produziu encontros, desafios e o estabelecimento de novos meios, em perspectiva canguiliana, a equipe pesquisadora criou novos meios (Canguilhem, 2014), para seguir pesquisando, ouvindo, clinicando, cartografando.

Foi nesse momento que abrimos uma via analítica da pesquisa intitulada inicialmente *Lugares da Tecnologia na Pesquisa* e, posteriormente, outra que chamamos *Modulações das Tecnologias na Pesquisa: novas medialidades do agir na e pela pesquisa em Clínicas do Trabalho*. Tal mudança de nomenclatura decorreu da compreensão de que as tecnologias trabalhadas – sendo elas operadas *no entre corpos* de um agenciamento que envolve humanos e não humanos, pessoas, dispositivos técnicos, aparatos digitais, temporalidades e espaços diversos – fomentam mais tratar a questão em termos de medialidades do que de lugares.

Foi cada vez mais necessário atentar, do ponto de vista da análise de implicação, para o que se passava conosco que experimentávamos aquele imenso desafio. Análise de Implicação que consiste em ferramenta crucial no campo da Análise Institucional e também Clínico do Trabalho e que nos coloca em movimento de fazer questão a própria pesquisa e seus métodos enquanto instituição. Gilles Monceau (2008) já alertava



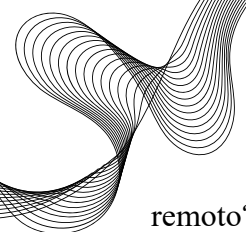
para a importância dessa questão no texto intitulado *Implicação, Sobreimplicação e Implicação Profissional*.

Mas é quando retomamos Lourau⁶⁶ e suas considerações a respeito da operação de transdução, essa última enquanto um movimento de tomada de forma por propagação de partículas e de acontecimentos que modifica nosso sistema de coerência, que entendemos a importância de que no processo de pesquisa, façamo-nos sensíveis à singularidade dos processos de individuação e de tomada de forma que dão consistência a uma experiência no curso de uma investigação.

Os dias pandêmicos eram de urgências, o que poderia nos colocar em risco de sobreimplicação (Coimbra; Nascimento, 2007), isto é, de um tal sobretrabalho que passaria a nos impedir a capacidade de análise e de crítica. Foi então que um esforço a mais nos foi exigido: o de acolhermos a nossa prática de pesquisa naquele momento enquanto uma radical experiência de pesquisar por onde não conhecíamos, isto é, de investigar uma experiência inusitada que nos atravessava enquanto equipe pesquisadora e que atravessava também as professoras e professores com quem pesquisamos e ainda, por métodos ainda não por nós experimentados.

Formulamos, inicialmente, as seguintes perguntas: como pesquisar *com* docentes instaurando situações de coanálise do trabalho como atividade em situação de isolamento e distanciamento social pelo uso de tecnologias digitais de caráter

⁶⁶ Tais considerações encontram-se no texto de Danielle Guillier (2004), intitulado “Comentando *as Noções de Implicação e Transdução*”, de René Lourau.

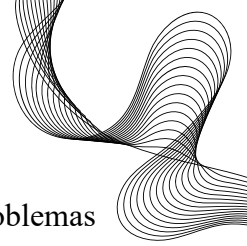


remoto?; quais seriam as especificidades de dizer a experiência do trabalho, alvo de nossa investigação junto aos docentes, via medialidades tecnológicas, uma vez que se colocavam situações inusitadas referentes à temporalidade e ao espaço?

Tendo como referência a já referida perspectiva da pesquisa-intervenção para nossos projetos de investigação⁶⁷, perspectiva essa que implica produzir uma certa relação entre sujeito-prática e teoria-objeto que envolve trânsitos e movimentos gerados pelos próprios dispositivos de pesquisa empregados, era gerada uma situação-problema inusitada: os próprios dispositivos, plataforma digital, *WhatsApp*, *drives*, tornavam-se “caso” analítico, isto é, situação-problema a ser abordada na e pela pesquisa. Perguntamo-nos, assim, a respeito de quais são os efeitos do emprego de medialidades tecnológicas de caráter remoto no agir da/pela pesquisa em Clínicas do Trabalho, sobretudo pensando que tais medialidades agora também marcavam fortemente o trabalho dessas professoras. Nesse cenário, começamos a viver uma crise em nossos próprios modos de pesquisar.

A crise estava instalada. Crise essa que, para as pessoas que realizam análise institucional e clínica do trabalho, se converte em rica possibilidade de análise na e pela pesquisa. Nesses termos, tal vertente engendrou, ao longo do processo, reconfigurações substanciais do campo analítico, tendo em vista

⁶⁷ As pesquisas às quais nos referimos envolvem projetos em andamento em três Grupos vinculados às Universidades envolvidas no projeto: Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s) – **n-pista(s)/UFRGS**; Núcleo de Pesquisas em Subjetividade e Política – **NEPESP/UFES**; e Núcleo de Trabalho e Saúde – **NUTRAS/UFF**.

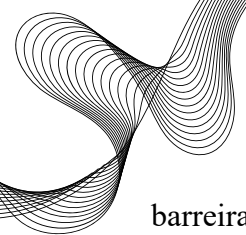


que se ofereceu como lastro para colocação de novos problemas ao longo do processo de investigação.

Em caminho feito de errâncias, foi se dando uma pesquisa. O grupo de pesquisa que se formou envolvendo a princípio três universidades públicas brasileiras e depois abraçando mais uma era significativamente grande. Não tardou para que distintas concepções referentes ao emprego das tecnologias na pesquisa aparecessem gerando impasses: seria a tecnologia apenas um meio para acessar a dimensão subjetiva do trabalho ou ela própria um território a habitar enquanto pesquisa e trabalho cujas consequências analíticas haveriam de ser enfrentadas?

Foi por entre essa e outras perguntas que a tecnologia foi, aos poucos, ganhando lugar de ainda maior importância no plano problemático da pesquisa. E ainda: conferindo nuances ao processo de produção de coletivo no grupo de pesquisadoras e pesquisadores. Era preciso correr os riscos da gestão do processo de trabalho de pesquisa, levar em conta a dinâmica gênero-estilo da atividade na pesquisa em andamento e ainda, criar uma zona de interesse quando a tecnologia se colocava como ferramenta e interessora naquele processo.

Se sabemos que a operação com as máquinas tecnológicas colocou de forma abrupta trabalhadores em um outro regime de produção do trabalho docente, forçando-os ao enfrentamento de impasses, (im)possibilidades, desafios e criações, não foi diferente com a pesquisa. Em muitos momentos, viam-se dificuldades no exercício de uma escuta clínica que advinha de problemas técnicos impostos pelas plataformas como *Google Meet*, em que o uso da Internet, por vezes, colocava algumas



barreiras em um fluxo dialógico, esse tão importante no tipo de pesquisa do trabalho que produzimos.

Pesquisadora: Tá me ouvindo, Professora A? Será que tá me escutando? Acho que não, né...

Professora B: Eu acho que o microfone da Professora A tá travando um pouco, tá meio craqueado o vídeo dela...

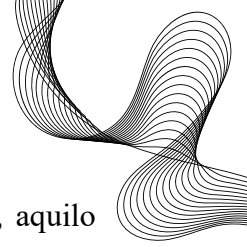
Professora C: É, eu não sei se ela tá ouvindo. Tá ouvindo, Professora A?

Pesquisadora: Vamos ver pelo chat, de repente? Ó, ela tem que... tá caindo, parece, um pouco. Mas vamos... vamos ver...

Professora A: Agora eu tô escutando, ahã.

Pesquisadora: Ah, tá bom, C.C. Se ficar melhor pra ti só com áudio, como a Professora B, de repente...

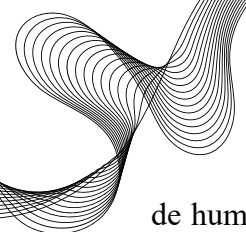
Nesse trecho, que vem de material analítico produzido por um grupo de professoras em um momento de Roda de Conversa realizada através de videoconferência no Google Meet, vê-se a expressão da medialidade deste novo território de encontro clínico. À tal situação, juntam-se mais indagações: como se pensa na pesquisa mediada pelas tecnologias? Como se dá a dialogia



pelos meios digitais? Vemos no trecho exposto acima, aquilo que é da ordem de uma impossibilidade de encontro e conexão devido ao meio digital que se impunha, naquele momento, como uma dificuldade. Nisso, pensa-se novamente em uma clínica no território digital e como ela exige dos corpos acoplamentos e arranjos tecnológicos possíveis para possibilitar o encontro. Portanto, a potência de uma clínica no território digital parece-nos estar, justamente, ali onde ela se faz meio para forjar corpo e encontro. Esse movimento vemos operar ali onde a pesquisadora sugere o uso do chat como alternativa possível.

Articular, engendrar, inventar, possibilitar, mediar, experimentar faz parte da clínica, e inaugura estratégias de pensamento da questão da clínica do digital e de um agir digital na pesquisa clínica. Perturbações no plano conversacional fazemos, enquanto clínicos do trabalho, desdobrar uma dimensão dialógica peculiar, essa mediada pela máquina e nos convida ao acoplamento. Além disso, recursos como *Google Meet*, *WhatsApp*® e demais plataformas digitais, incluindo a própria plataforma criada pela pesquisa referida, não permite-nos assistir os corpos em movimento, suas reações, gestos de uns e outros, olhares, suspiros, o que faz com que tenhamos, no mundo virtual, a necessidade de uma prática analítica que transforme e reinaugure o território dialógico na clínica, a fim de que o mesmo possa operar dando conta das novidades impostas pelos recursos digitais.

Nisso, vê-se um lastro significativo de alterações nos modos de fazer clínica e pesquisa no meio digital, sugerindo-nos sustentar estudos e experimentações de um agir clínico-digital sustentando novos corpos – por entre a junção e o parentesco



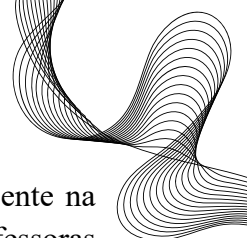
de humano e máquina –, forjando meios dialógicos possíveis e práticas de presença, ressonância e cuidado, em um plano clínico que ultrapassa aquilo que já conhecemos e se faz operação de novas invenções e medialidades.

Considerações finais

O escrito explanou uma atividade de pesquisa multicêntrica, ainda em andamento, pelas universidades UFRGS, UFES, UFF e UEMG, iniciada no ano de 2020. A pesquisa, delineada nos primeiros meses da pandemia de COVID-19, instalou-se analiticamente por entre os intensos processos de renormatização do ofício docente quando, na ocasião do distanciamento social determinado pela pandemia, lecionar se fez impossível e possível a partir de um novo corpo docente, produzido por novos acoplamentos com as tecnologias digitais.

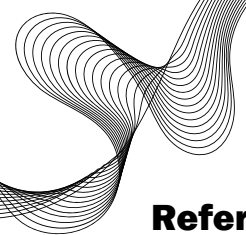
Abordou-se, sobretudo, aspectos analíticos e metodológicos de pesquisa que ressaltam a criação de outramento pelos e nos modos de agir no e pelo trabalho docente e de pesquisa, e que se caracterizou por um agir digital, criando novas relações entre as tecnologias digitais, a docência e a pesquisa clínica do trabalho, relações estas que envolvem a produção de saúde pela expansão do poder de agir mobilizada pelos coletivos mas também a experiência da exaustão diante da intensidade e velocidade de renormatizações empreendidas pelas e pelos docentes participantes da pesquisa diante de um trabalhar (im)possível.

Destacamos que inicialmente a pesquisa instalou-se por



entre a produção de narrativas acerca da atividade docente na pandemia, sendo que pesquisadoras e trabalhadoras-professoras participantes da pesquisa se debruçaram analiticamente sobre os meandros da atividade docente que não encontrava recursos no ofício, dado o ineditismo de toda a situação que estava sendo experimentada naquele momento. No entanto, desde o início do desenvolvimento da pesquisa, o próprio agir na pesquisa também foi tomado como objeto analítico. A partir disso, as tecnologias digitais, que inicialmente foram tomadas como uma espécie de “lugar”, em uma certa referência espacial, adquirem um outro registro. Percebe-se que as tecnologias digitais formam composições variáveis com os corpos, possibilitando a criação de novos corpos pesquisadores e corpos docentes para outros modos de agir no e pelo trabalho, na e pela pesquisa.

Ressalta-se ainda a vivacidade da pesquisa que é desenvolvida modulando-se. A plataforma, inicialmente utilizada como um dispositivo para produção de narrativas a respeito do ofício docente na pandemia, está em vias de transformação em um acervo de memórias do trabalhar na pandemia. Entre cuidar o agir, produzir o agir e “guardar” o agir, a pesquisa se coloca a serviço da vivacidade do ofício docente. Assim, a produção de saúde pelo cuidado do ofício, cujas análises andam por entre os acoplamentos sociotécnicos que mobilizam sujeitos, tecnologias e instituições, atentando, especialmente, para o que foi exigido dos corpos na e a partir da pandemia, exalta peculiaridades que mobilizam tecnodiversidades e afetos em transformação incessante dos modos de viver e trabalhar em nosso tempo.



Referências

- AMADOR, Fernanda Spanier. Pesquisar-intervir em clínicas do trabalho: a respeito da análise da experiência do trabalho como atividade. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches; GIONGO, Carmem Regina (org.). A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção do conhecimento e estratégias metodológicas. Campinas: Papel Social, 2019.
- AMADOR, F. S.; NEVES, J. M. Entre a potência da clínica e a clínica da potência no mundo do trabalho. In: AMADOR, F. S.; BARROS, B. M. E.; FONSECA, T. M. G. (org.). Clínicas do trabalho e paradigma estético. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.
- CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- CLOT, Y. A função psicológica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Sobrefactum, 2010.
- CLOT, Yves. O ofício como operador de saúde. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 16, n. esp., p. 1-11, abr. 2013.
- CLOT, Yves. O trabalho docente e a saúde dos professores: o coletivo como recurso? Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 69-74, set./dez. 2020.
- COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E. M. M.; NASCIMENTO, M. L.; FONSECA, T. M. G. (org.). Práticas psi: inventando a vida. Niterói: EdUFF, 2007. p. 27-38.
- ESPINOSA, B. Ética. Tradução: Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GUILLIER, Danielle. Comentando as noções de “implicação e transdução” de René Lourau. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, Niterói, v. 16, n. 2, jul./dez. 2004.
- MONCEAU, Gilles. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2008.

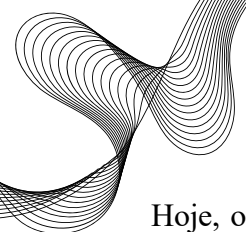


14. O *WhatsApp*® criando modos de viver e trabalhar: a figuração como estratégia de produção de conhecimento

*Thiele da Costa Muller Castro
Jaqueline Tittoni*

Este texto relata o processo de construção da pesquisa de referência para a tese de doutorado⁶⁸, intitulada “Tu não vai ser o único besta de não abrir”: *WhatsApp*® como dispositivo e como cenário do trabalho contemporâneo”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta tese foi realizada durante a pandemia da Covid-19 e teve como questão como o *WhatsApp*® performa outros modos de trabalhar e de viver e os impactos desta tecnologia na vida das pessoas que trabalham. Esta tese, como outras tantas daqueles tempos, acelerou a implantação de um modo de trabalhar e de escrever centrado nas tecnologias de conexão que já se enunciava lentamente antes mesmo deste evento pandêmico. A tese, portanto, é feita de esforços múltiplos de conexão através das inúmeras telas que compunham aqueles nossos dias. Conexões que povoavam os dias solitários de alguns ou se somavam às conexões demandantes de infinitas tarefas para que a vida seguisse, de qualquer modo e apesar de tudo.

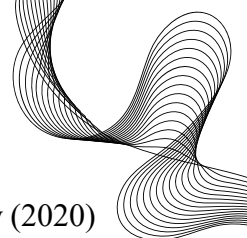
⁶⁸ Pesquisa realizada em consonância com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e aprovada, tendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) sob o número 48377321.0.0000.5334.



Hoje, olhando em perspectiva, ainda vemos em nós, em nossos trabalhos e produções, um tanto da ansiedade daqueles dias infinitos e daquele tempo mal formatado nos termos cronológicos, mostrando a atualidade dessa discussão e os rastros da experiência na pandemia que, ainda hoje, habitam nossos fazeres.

Segundo Conceição Evaristo (2020), sempre procuramos soluções e meios de saída, sendo que este estudo se faz meio, se faz porta, se faz caminho, se faz voz, se faz ouvidos, se faz escuta, se faz fala. As vozes que falam dizem das possibilidades de vivências nestas épocas e nestes tempos bem localizados, mas cujos impactos vivemos até nossos dias. As vozes contam sobre as saídas, as paradas e os atravessamentos. Escutamos, pensamos e registramos. Escutamos nossas vozes, muitas vozes e muitas histórias.

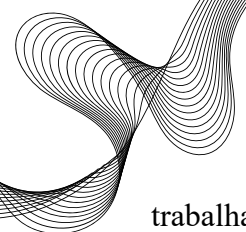
O que agora pode parecer óbvio era para nós, há cinco anos, como viver um rasgo no tempo e no espaço. Nossas experiências de escuta analítico-narrativa, até então, só funcionavam com cheiros, luzes, sons, palavras e silêncios compartilhados sem a mediação, única e exclusivamente, de uma tela de computador. Tudo indicava que estávamos embrenhadas em um nó problemático, de onde poderiam derivar-se diferentes linhas de reflexão metodológica. Destacamos aquelas linhas que indicam que as tramas nas quais essa experiência como pesquisadoras se produziu. Elas foram tecidas em uma zona limite, ali onde algumas das diretrizes, até então bem situadas na pesquisa, perderam-se, mas não sem insistir em um movimento de intransigência que se sustenta em “ficar com o problema” (Haraway, 2020).



Em entrevista para Helen Torres, Donna Haraway (2020) explicita que, diante de situações-problema – tal qual a pandemia da Covid-19 – dois tipos de resposta tornam-se demasiadamente frequentes. O primeiro se sustenta nas soluções tecnocráticas, sejam elas seculares ou mesmo religiosas. No caso pandêmico, segundo a autora, o exemplo mais evidente envolve a aposta na vacina como a resposta mais eficaz para todos os problemas vividos na sociedade contemporânea. O segundo tipo de resposta, frequentemente produzido para estancar as indagações que emergem de estados catastróficos, baseia-se na percepção de que, diante dos fatos em curso, nada mais há por fazer. O jogo é dado, então, como terminado.

A leitura de Haraway produziu um duplo movimento. Um deles permitiu que percebêssemos os entraves de um modo de pesquisar que não conseguia se abrir para a analítica dos deslocamentos em curso. O outro, não menos importante, fez-nos confirmar que a pesquisa não é exterior ao tempo histórico no qual está sendo produzida. Haraway (2020) nos leva a pensar que as soluções apocalípticas, bem como as tecnocráticas, perdem força justamente porque “o jogo ainda não terminou”. Resta-nos conviver com o vírus e tudo aquilo que ele nos faz ver enquanto mais um dos tantos analisadores do tempo presente. Fiquemos, então, como diz a autora, com o problema. Na nossa pesquisa, tratamos de mapear e sustentar as linhas de tensão que integram os modos de viver, morrer, pesquisar e trabalhar como um campo problemático em tempos de urgência.

Interessante pensar que essa experiência limite ativou a necessidade de escutar os modos como trabalhadoras e

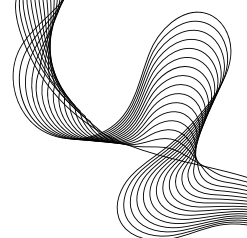


trabalhadores estão narrando a si mesmos nestes tempos de urgência. Não para deles extraírem respostas prontas diante de perguntas já dadas, mas, antes de tudo, para que nesse encontro narrativo, pudéssemos “ficar com o problema”. E, assim, pudéssemos compor questões analíticas sobre a relação entre os modos de trabalhar com as tecnologias de conexão, em especial o *WhatsApp*®.

Procedimentos metodológicos

Parte-se do pressuposto de que a pesquisa é um processo ético, estético e político que implica em toda a pesquisa, desde seu planejamento, execução e produção colaborativa com quem faz parte desse processo, tal qual propõe a pesquisa-intervenção. Nesta modalidade de pesquisa não há neutralidade, sujeitos e pesquisadoras produzem conjuntamente conhecimento e o pesquisar já tem potência de transformação na realidade pesquisada, nas pesquisadoras e em todas as pessoas envolvidas. A base da estratégia metodológica foi a feitura de entrevistas narrativas (Passos; Barros, 2015), com trabalhadoras/res que utilizam o *WhatsApp*® para o trabalho.

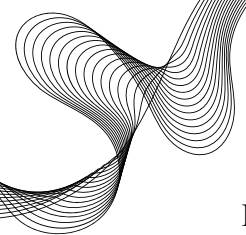
O registro e produção dos dados da pesquisa foram efetuados na escrita de um diário de campo, que teve o objetivo de registrar os acontecimentos do campo de pesquisa, sendo esses registros datados e contextualizados (Aguiar; Rocha, 2007). A experimentação da escrita do diário de campo produziu uma forma de deslocamento, permitindo que “[...] a escrita narrativa – e não somente descritiva – pudesse forçar o observador a implicar-se com o campo da experiência, tensionando-a com esse mesmo



movimento” (Diehl; Maraschin; Tittoni, 2006, p. 411).

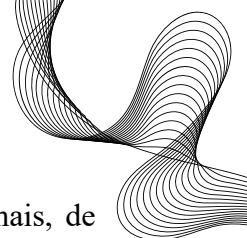
Em um primeiro momento, fizemos contato com alguns sindicatos com os quais tínhamos proximidade por já ter desempenhado algum tipo de trabalho, apresentando a proposta de pesquisa e solicitando sua divulgação. A escolha por uma multiplicidade de sindicatos se deu porque não abordamos uma categoria profissional específica, mas buscamos olhar para os modos de trabalhar no encontro com o *WhatsApp*®. Os sindicatos foram convidados pela aposta que temos nestas organizações como dispositivos para a discussão sobre a saúde mental e o trabalho, e pelas experiências profissionais que tivemos em sindicatos durante muitos anos de vida profissional. Quando existe essa aliança entre academia e sindicatos, a produção também se amplia, adicionando dados para uma pauta de discussão política dos sindicatos com potência de mudanças em prol de trabalhadoras e trabalhadores.

O convite aos sindicatos foi enviado através de e-mail, contendo o tema da pesquisa, justificativa, objetivos e formas de contato com as pesquisadoras, destacando todos os cuidados éticos com a pesquisa. Solicitamos que o contato fosse feito diretamente conosco, e que não passasse pela secretaria do sindicato, a fim de preservar a identidade dos participantes. A partir dos convites aceitos, entrevistamos as pessoas, e as pessoas entrevistadas indicaram outra pessoa, tendo como argumento o fato de que quem foi indicada já havia falado sobre este tema com quem estava indicando. Ou seja, teriam que indicar alguém que já havia demonstrado algum interesse em discutir sobre o tema do *WhatsApp*® e o trabalho.



Foram realizadas 11 entrevistas individuais, com homens e mulheres de diferentes categorias e classes sociais, que utilizam o *WhatsApp*® para o trabalho. A entrevista possibilitou que cada pessoa pudesse falar das experiências e vivências de seus percursos de trabalho na relação com o *WhatsApp*®, mas também produziu uma experiência de narrar a si mesmo, conforme veremos ao longo desta exposição. As entrevistas foram realizadas de forma *online*, através de uma sala virtual em domínio da UFRGS, e gravadas, com duração média de uma hora. A entrevista narrativa, baseada nos preceitos da pesquisa-intervenção, foi uma estratégia metodológica que permitiu acompanhar o movimento presente nas falas e, além disso, as rupturas, as mudanças na entonação, silêncios, pausas, repetições, expressões faciais. Tedesco, Sali e Caliman (2016) afirmam que entrevistar também pode ter um caráter performativo, não só ao acompanhar processos, mas também ao intervir neles, “provocando mudanças, catalisando instantes de passagem” (p. 93).

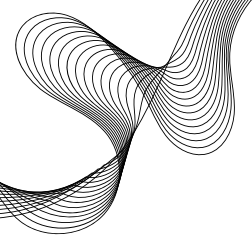
A análise neste percurso metodológico ocorreu a partir dos registros das experimentações nesta forma diferenciada de pesquisa on-line, bem como dos encontros com as pessoas que trabalham e se dispuseram a compartilhar suas vivências. Estiveram em análise as entrevistas narrativas, enfatizando os afetos, questionamentos e opiniões sobre o tema em questão. Este estudo foi feito em dois planos, as narrativas e a ficção, e se deu da seguinte maneira: as primeiras analisando os modos como as ideias se articulavam nas entrevistas narrativas, enquanto a ficção produziu figurações a partir de uma perspectiva ficcional. A produção ficcional deu-se com base nas entrevistas, mas



agregando conteúdos midiáticos e de conversas informais, de modo a expandir-se das vivências para o plano das virtualidades, cujos elementos já se apresentam neste presente. Neste capítulo, apresentaremos a figuração decorrente deste processo.

A função da ficção é imaginativa, é da ordem de inventar outros mundos e não ficar apenas na análise dos mundos que se apresentam para nós. As entrevistas realizadas ofereceram os elementos que mostram as dimensões do mesmo problema e não são descritivas, mas sim narrativas. Como narrativas, indicam sobre os modos como as vivências adquirem sentido e se ligam umas às outras, criando brechas para potências inventivas que se abrem para imaginar futuros e modos de viver. O ato de narrar transcende a experiência, pois busca nomeá-la, organizá-la no tempo, associando ideias e conteúdos. Já o ficcionar potencializa a ideia de que as questões trazidas são de uma ordem social, coletiva e inventiva. A partir deste encontro narrativo-ficcional, recorreremos ao dispositivo de produção de uma figuração.

A figuração foi utilizada como ferramenta de pesquisa, como um dispositivo de deslocamento, onde o que se ficciona são corpos-territórios que tecem superfícies para a organização de conceitos e produção de mundos. Território de experimentação para todas as pessoas escutadas/olhadas neste processo de pesquisa. Corpos pesquisadoras, corpos narradoras que se afetam a cada encontro, coengendram, a cada pensamento, a cada cena que surge em um misto do que foi escutado e do que poderia ser escutado, se não fossem os discursos dominantes que não nos permitem pensar escapes. De acordo com Maurense et al. (2022, p. 88):

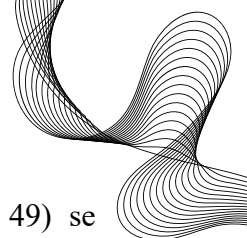


A figuração traz para discussão a potência das histórias, das imagens, dos sonhos, das ficções, da dança, das cantigas, das artes e das militâncias, em suas relações com as materialidades e sociabilidades tecnológicas e científicas, como estratégias ético-estético-políticas de deslocamento dos jogos narrativos que compõem por meio de contágios os arranjos de singularidades dos nossos modos de existência. As figurações conjugam uma espécie de realismo metafórico, uma vez que a imagem e o material configuram-se mutuamente em mundos vividos.

Figurar se torna uma aventura diante das condições de possibilidade do uso da escuta através de tecnologias de comunicação digital, onde os corpos viram telas planas. Sustenta-se em uma perspectiva ética onde as pesquisadoras olham para os processos de subjetivação contemporâneos, nem como dados, nem como acabados, mas performados a todo tempo. As falas não são retilíneas, o que se conta difere do que se sustenta, como se fossem inúmeros personagens habitando uma só carne. As pesquisadoras se perdem nos mapas prescritivos e precisam recorrer a outros territórios que encontram e se aconchegam na fabulação especulativa de Haraway (2013).

Maurent et al. (2022, p. 87) trazem a ideia de

figuração como um processo de desarticulação de modos estáveis de relação com violências instituídas pela lógica moderno-colonial. Através de reversões de passados e futuros, as figurações marcam formas de vida de modos paradoxais.

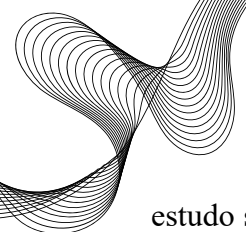


Na leitura de Haraway e Goodeve (2015, p. 49) se evidencia a forma de escrita proposta por Haraway da “junção muito potente entre fato e ficção, entre o literal e o figurativo ou topológico, entre o científico e o expressivo”. Todavia, Haraway se nega a pensar em uma metodologia, mas sim em modos definidos de trabalhar.

Ao nos depararmos com a intenção de ficcionar, não sabíamos de antemão aonde queríamos chegar, muito menos onde iríamos chegar, e esta experiência ansiogênica, mas também libertadora de certos modos de pesquisar e de fazer ciência, nos aproximou de uma experiência de tecnociência democrática, modesta e abundante.

Pusemo-nos, então, a escrever, imaginar, ficcionar, rever os vídeos das entrevistas em que as pessoas contavam muitas histórias, repensar em tudo que já tínhamos visto, ouvido e pensado sobre o trabalhar, sobre as tecnologias, sobre o *WhatsApp*®, os corpos, as performances, os gêneros e as relações. Ao nos darmos conta de que o objeto da pesquisa, o *WhatsApp*®, poderia ser um recurso, uma ferramenta, mas também um cenário, nos permitimos não tomar apenas uma possibilidade como verdade, mas entrar nas narrativas e criar sobre a performance de cada personagem. Mais uma vez, recorrendo a Saer (2012, p. 5), que diz que “a ficção é o meio mais apropriado para tratar as relações complexas entre o verdadeiro e o falso”.

Ao pedir para que as pessoas narrassem suas experiências de trabalho, elas nos entregaram “figuras de corda”, as quais, em troca, fomos constituindo outras formas de pensar, de entregar, de construir, uma tecelagem contínua que permitiu que este



estudo se desenhasse tal qual o leitor e a leitora recebem agora. A figura de corda é uma sugestão que Haraway (2016) propõe para a “sf” de um modelo para o mundo, abrindo o que ainda está por vir, podendo ser refeita a cada movimento.

Figuração – O planeta dos Trabalhadores

O ano era 2053, iniciamos nossa viagem com destino à Galáxia Olho Negro. Esta galáxia tem uma faixa escura espetacular de observar, e muita poeira na frente do seu núcleo brilhante. Ao adentrar em meio a tanta poeira, avistamos algo como um planeta minúsculo, e foi lá que nos encontramos com alguns seres um tanto quanto “perdidos”, digamos assim.

Estávamos em outro tempo cosmos, os seres que lá habitavam haviam sido exilados de sua Galáxia, Cosmos Redshift 7 (CR7), e transportados para este lugar, informação que tivemos apenas no regresso ao nosso planeta. A CR7 era conhecida por ser a galáxia inicial da raça humana. Foi lá que surgiram as primeiras estrelas e se inaugurou a vida como a conhecemos, tudo pela química e a composição de elementos que favoreceram também a criação de novas estrelas e planetas. O local onde habitavam agora era um plano paralelo, não entendíamos se realmente era um planeta, mas lá estavam eles, uma espécie de pessoas que se denominavam trabalhadores.

Em uma primeira conversa, descobrimos que o alcance de suas memórias atingia apenas uma determinada data, o dia em que acordaram e estavam naquele lugar. Ao serem questionados, relatavam não ter a memória de outra vida pregressa, nem de conhecer outros lugares, mas pelas manifestações de seus

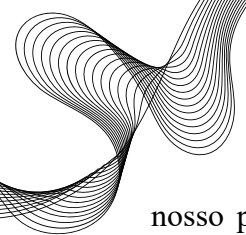


sonhos e lapsos inconscientes percebiam que havia algo que não estavam acessando em sua consciência. Não tinham recordações da infância, não lembravam se já tinham sido crianças em algum momento, na verdade, não sabiam o que eram crianças. Também não sabiam como teriam desenvolvido a técnica e o conhecimento para executarem seus trabalhos. Nunca haviam se questionado sobre isso antes do nosso encontro.

Eram conhecidos como trabalhadores porque o trabalho ocupava a centralidade de suas vidas, todas as relações eram mediadas pelo trabalho, desde as comerciais, financeiras, sociais até mesmo as pessoais, toda organização societária e cotidiana era via trabalho. Acordavam para trabalhar e dormiam para acordar dispostos no outro dia, e assim sucessivamente. Relatam que um dia acordaram, e que parecia existir uma força que os repeliam do lugar onde estavam e os levava até um local onde se colocaram a executar os mais diferentes trabalhos possíveis. Isso era normalizado, como se uma força os conduzisse a repetir o mesmo comportamento em todo amanhecer. Quando o sol nascia, partiam para o trabalho, quando o sol se punha, voltavam.

Seus corpos eram muito parecidos com os humanos do planeta Terra, da Via Láctea, não fosse pelo tom da pele ser mais laranja e a parte frontal da cabeça mais côncava, sendo que todos possuíam uma cicatriz na base da coluna vertebral. Os olhos eram amendoados, mas sem brilho, como se estivessem esgotados, mas os corpos não se curvavam e não aparentavam fragilidade, nem cansaço.

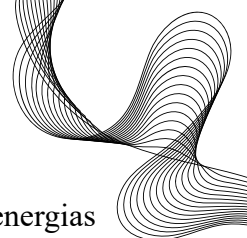
A cicatriz, para eles, era uma incógnita, mas nós, humanos, a relacionamos ao chakra básico. Este chakra raiz, em



nosso planeta, era relacionado à força da realização material, ou seja, estava relacionado ao trabalho, mas também a ligação com o planeta, tendo como elemento a terra, de onde podemos absorver ou enraizar nossa força. Seu princípio básico é fazer o movimento físico aqui e agora, uma relação bem primitiva com a luta pela sobrevivência. Não sabíamos se naquele planeta as energias circulavam e emanavam da mesma forma, se os pontos energéticos de seus corpos eram os mesmos que os nossos, não conhecíamos a estrutura dos seus corpos, apenas supúnhamos que tínhamos muitas coisas em comum.

A angústia era uma constante nessa população, o que fazia com que todos se apegassem a deuses. Não conseguiam expressar em palavras o que sentiam, mas relatavam uma sensação de não saber de tudo, de uma memória interrompida, ou de um não sentido em suas vidas. Movidos por uma fé cega e não raciocinada, construía altares para os deuses e ofereciam presentes para que estes não se revoltassem contra eles. Compreendiam que todos os acontecimentos daquele lugar eram motivados pelos deuses, ou melhor, pelo humor dos deuses. A crença era de que os deuses tinham os levado até ali, e que suas missões eram agradecer a eles.

Estes deuses eram cultuados em suas moradias, que eram considerados locais sagrados onde os deuses não permitiam o trabalho. Esses lugares eram chamados de casas. Em um determinado horário do dia, os trabalhadores saíam deste local sagrado para produzirem os mais diferentes produtos, desde objetos até ideias. Neste momento outros seres entravam em ação nas casas, eram seres que não conheciam com profundidade,

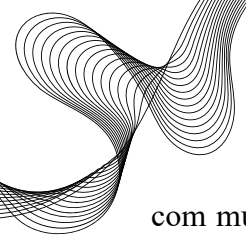


mas que mantinham as casas com as vibrações e as energias necessárias para que, ao retornar os trabalhadores pudessem descansar e se conectar com sua essência, ou seja, cultivar os deuses e fazer suas oferendas e pedidos.

Toda a organização era feita em comunidades, os seres se agrupavam pelo tipo de trabalho que realizavam. As comunidades eram delimitadas pela área dos prédios que habitavam. Estes, um aglomerado de apartamentos, que mediam 10 m², composto pelo altar, uma cama de solteiro, uma minicozinha e banheiro. Uma janela pequena trazia pouca claridade para o ambiente, mas ajudava as roupas a receberem os poucos raios de sol que conseguiam entrar. As roupas, todas iguais, eram guardadas em armários muito altos, que eram alcançados através de uma longa escada. Os prédios não seguiam uma ordem específica, mas tinham algo em comum, uma área ampla no térreo, que estava sempre vazia.

Lá conhecemos quatro trabalhadores, Muarama, Tenóquio, Telles e Kairós⁶⁹, que nos contaram que viviam por longos anos neste lugar, e que a estrutura física sempre foi a mesma. As únicas mudanças que haviam feito eram os altares para os deuses, pois acreditavam que os deuses esperavam pela demonstração criativa da devoção que os trabalhadores tinham por eles. Desta forma, construíram altares coloridos,

⁶⁹ Todos os nomes utilizados neste texto são fictícios, nenhuma pessoa entrevistada tem nomes iguais ou similares a estes.

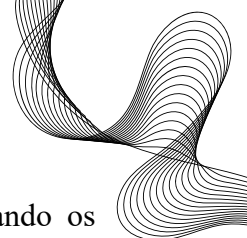


com muitas bebidas e flores. As velas eram muito perfumadas, de cores vibrantes e fascinantes, algumas tonalidades não eram conhecidas antes por nós, o que nos impressionava ainda mais.

Todos os itens de alimentação eram conseguidos em troca de trabalho, não existiam moedas, mas sim tempo de trabalho, que lhes davam acesso aos itens essenciais para subsistência. A alimentação era muito parecida com a nossa, a não ser pela cor pálida e o gosto insosso do arroz, do feijão e da carne. As frutas e verduras não eram tão saborosas quanto na Terra, e eram mais utilizadas nas refeições dos trabalhadores que não usavam a força física para o trabalho. A escolha se dava para que não sentissem sono após as refeições e conseguissem ser produtivos no trabalho. Na mesma lógica, nos trabalhos que exigiam mais força física, a alimentação era mais rica em carboidratos, para que estes não tivessem seus corpos enfraquecidos e conseguissem produzir tanto quanto necessário.

Nossos anfitriões nos contaram que viviam muito bem, até que um dia, ao dar o horário de retornarem às suas casas, o sol não se pôs, era como se o tempo tivesse parado. Não conseguiam ficar no espaço físico do trabalho, pois este era programado para fechar ao entardecer. Foram para casa, mas tudo parecia muito estranho. Foram longas horas com o sol brilhando, como se a noite tivesse se atrasado para aparecer. Neste dia, resolveram ocupar o espaço grande e amplo que havia em todas as comunidades, precisavam conversar e entender o que estava acontecendo, mas ninguém sabia.

Continuaram, no decorrer dos dias, ocupando esses lugares para conhecerem-se melhor. Depois de um tempo,

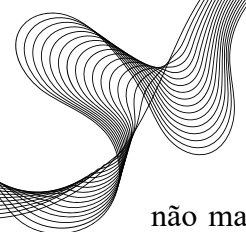


as comunidades foram se aproximando e compartilhando os espaços comuns. Trabalhavam durante o dia, ao entardecer iam para as casas para o momento de santificar os deuses, e à noite todos se encontravam nestes espaços. Lá falavam do trabalho e imaginavam se eles eram os únicos seres do espaço ou se existiriam outras formas de vida. Estes tempos vividos foram muito felizes e importantes para eles, pois se reconheciam como iguais, e conseguiam compartilhar suas angústias e vivências.

Todavia, em uma manhã cinzenta, acordaram para trabalhar e se depararam com uma triste notícia através do jornal deixado todas as manhãs em suas portas: não poderiam sair, pois estava circulando um vírus fatal nas comunidades. Todos corriam perigo, ninguém sabia exatamente o que era, e o medo se instituiu por todos os lugares. Não sabiam se alguém já havia morrido, não sabiam como estavam seus colegas, nem amigos. Não sabiam como o vírus tinha surgido, pois até então, nunca haviam adoecido. As preces aos deuses foram redobradas.

Neste mesmo dia, quando os seres da limpeza chegaram às casas, os trabalhadores as fizeram prisioneiras e começaram a chamá-las de mulheres. Eles não sabiam quanto tempo ficariam sem poder sair de suas casas, e se as mulheres saíssem e não voltassem mais? Assim como ocorrera com eles em relação aos seus trabalhos. Até então, a casa era o lugar de trabalho para as mulheres e para os trabalhadores lugar de culto aos deuses e descanso.

O tempo foi passando e a comida foi acabando, pois os trabalhadores não estavam cumprindo suas funções. Sem a produção trabalhista, tudo se desorganizava. Assim, as comunidades se dividiram de outra forma, os trabalhadores

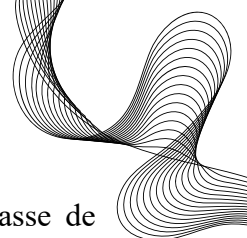


não mais se reconheciam como iguais. Uns pareciam ter mais condições que os outros, tudo indicava que os deuses tinham suas preferências.

Diante disso, surgiram os Substitutos, uma classe de trabalhadores desconhecida até então. Eles substituíam os trabalhadores nas ruas, para que estes ficassem sem correr perigo de contaminação. Eles traziam comidas, medicações, drogas, bebidas, plantas e animais de estimação. Os substitutos utilizavam veículos de duas rodas, até então desconhecidos, mas que facilitavam o deslocamento em alta velocidade, o que fazia com que conseguissem atender a demandas maiores, mas isso também os deixava mais suscetíveis a acidentes, que não eram raros.

Como os trabalhadores não estavam mais circulando pelas ruas, as equipes de segurança deixaram de existir. De acordo com os trabalhadores, os substitutos eram ‘vidas que valiam menos’, os trabalhadores não eram mais da mesma comunidade, se instituiu uma cisão, e um discurso de ódio foi incorporado ao dia a dia. Houve uma reorganização do espaço, outra configuração de relações foi criada. As divisões se davam, agora, também pela cor dos olhos, que até então eles não tinham percebido que eram diferentes, e pelo tipo de acoplamentos que tinham no corpo. Os substitutos eram de uma subclasse uberizada, contavam com uma tecnologia diferente, da qual os trabalhadores pouco sabiam.

Desde que os viajantes da galáxia chegaram, através de grandes embarcações, e trouxeram muitas tecnologias para os trabalhadores, todas as relações foram se modificando. Foram os Substitutos que levaram os computadores e o cabeamento

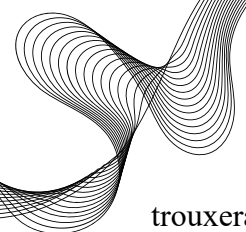


de internet para dentro das casas, como se em um passe de mágica, muitos dos problemas dos trabalhadores tivessem sido solucionados, como a forma de produção e o contato com os colegas de trabalho. Este local sagrado, onde não era permitido trabalhar, se transformou em uma extensão do trabalho graças aos novos equipamentos.

O êxtase e a felicidade por poderem se reconectar com o trabalho duraram pouco, pois logo lembraram que as casas não eram locais de trabalho. Os trabalhadores tiveram muito medo dos deuses, pois nunca haviam confrontado a vontade divina, mas ao mesmo tempo não sabiam viver sem trabalhar, era como se o sentido da vida estivesse se esvaindo. Quanto às prisioneiras, estas ainda deixavam o local de forma adequada para que isso acontecesse.

Os viajantes da galáxia eram seres nômades, ganhavam a vida viajando e fazendo trocas. Nunca tinham ido para este plano paralelo dos trabalhadores, mas quando ouviram falar do vírus fatal, logo começaram a planejar a viagem. Eles eram conhecidos como piratas, já tinham passado por muitas galáxias, das mais desenvolvidas até as mais primitivas, já tinham visto muita coisa, inclusive este vírus. Não temiam, porque suas experiências fizeram com que desenvolvessem uma inteligência prática, que os ajudava a serem perspicazes nas mais diferentes situações.

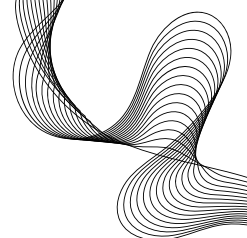
Quando chegaram ao Planeta dos Trabalhadores, nomeado por nós, ganharam muitos recursos minerais em troca de todo aparato tecnológico deixado lá. Ao mesmo tempo que



trouxeram uma solução, acabaram criando mais um problema, pois foram os próprios piratas que produziram um discurso que foi se espalhando, de que os trabalhadores poderiam não estar trabalhando, e criavam histórias sobre o que eles poderiam estar fazendo. Os rumores foram se espalhando, trazendo ansiedade e receio a todos. O controle da produção ficou mais rígido, todos temiam por não estar produzindo o suficiente, e ao mesmo tempo, acreditavam estar produzindo mais que os outros.

A culpa de ficar na casa era tão grande, que os trabalhadores começaram a fazer sacrifícios para que uma solução viesse até eles, pois a situação estava muito penosa. Esses sacrifícios foram utilizados para propor trocas com os deuses, com o objetivo de favores aos trabalhadores em retribuição pelos sacrifícios. Um dos que conhecemos era chamado de sacrifício dos manjares, no qual o fruto do campo era oferecido na forma de um bolo ou pão assado feito de grãos, farinha fina, azeite e sal. A oferta dos manjares era um sacrifício acompanhado por uma oferta de bebida de um quarto de him (cerca de um litro) de vinho, o qual era derramado no fogo sobre o altar. Com a escassez de comida, ofertar seu próprio alimento aos deuses era um ato de grande coragem e fé.

Depois de muitos sacrifícios realizados, os deuses responderam criando a abertura de um portal para a quinta dimensão, chamado de *WhatsApp*®. Indo para a quinta dimensão, os trabalhadores poderiam provar que estavam trabalhando. A visibilidade entre as equipes aumentou, cada um pode acompanhar as produções que lhes interessavam. Parecia que tudo estava resolvido. Houve comemorações, agradecimentos aos deuses, comida e música boa.

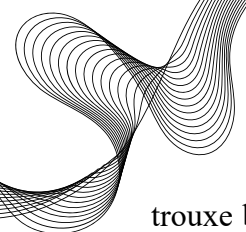


O portal emitia um som, para que as pessoas soubessem que não estavam mais sozinhas, o som parecia música aos ouvidos, pois o silêncio da solidão atordoava a todos. O som emitido pelo portal causava nos corpos dos trabalhadores uma alta liberação de dopamina, gerando sensação de bem-estar e prazer. Quanto mais vezes o som era reproduzido, menor era a sensação de solidão.

Telles nos contou que certo dia os trabalhadores começaram a perceber que estavam muito mais concentrados no som emitido pelo portal do que na feitura do seu trabalho. Mas como problematizar uma criação dos deuses? Contou-nos que Andreas, um velho amigo, inspirado por alguns sonhos que eram recorrentes em suas horas de sono, começou um movimento para questionar o funcionamento do portal, o que gerou a fúria dos deuses, que fizeram com que o portal ficasse aberto 24 horas por dia, 7 dias da semana.

Tudo piorou. O tempo de sono começou a ficar cada vez mais curto, alguns trabalhadores começaram a apresentar sintomas muito estranhos. Alguns dos sintomas eram: visão turva, dores nas costas, pescoço e ombros, dificuldade para dormir, dispneia, desânimo, dores de cabeça, dificuldade de concentração, falha na memória e tristeza. Ainda isolados em suas casas, não conseguiram sair para averiguar o que realmente estava acontecendo. Acreditavam que os sintomas faziam parte da individualidade, pensando que apenas eles estavam passando por isso.

Foi no dia 521 daquele ano que, ao amanhecer, o jornal

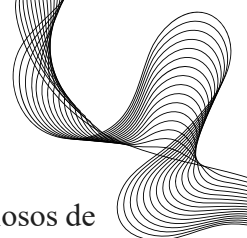


trouxe boas notícias. O vírus tinha ido embora, não havia mais casos de infecção, doença e morte. Mas ninguém saiu de casa. Quando Telles nos contou isso, ficamos muito curiosos para conversar com os trabalhadores sobre todas as experiências vividas durante estes tempos. Foi quando surgiu a ideia de um encontro coletivo. Telles nos passou alguns nomes com quem fizemos contato, nos apresentamos e conseguimos conhecer um pouquinho deles. Durante as conversas individuais, marcamos o dia, a hora e o local para o encontro. Conseguimos a confirmação de 11 convidados.

Telles e Tenóquio eram gêmeos, tipicamente opostos em suas personalidades, mas com profissões muito parecidas. Um era corretor de imóveis, outro corretor de seguros. Ambos se denominavam viciados no portal, pois tiveram seu trabalho facilitado por ele, mudando completamente suas vidas, já que eram profissionais autônomos.

Tenóquio parecia ser mais velho, com um jeito um pouco rabugento e postura de quem sabia das coisas. Disse que no início relutou em ficar em casa, pois se perdia no tempo, dormia até mais tarde, mas agora não queria mais voltar para o presencial. Uma das maiores vantagens foi a otimização do tempo, relata que antigamente era muita burocracia, muito papel, que deveria ser entregue em mãos, agora tudo é digitalizado e enviado pelo portal. Fala que a produtividade não mudou, continua a mesma. Diz com convicção: “no meu ramo eu não posso desligar nunca, é 24 horas por dia e 7 dias na semana, o portal fica na minha cabeceira quando eu vou dormir”.

Quando nos relatou que não conhece setenta por cento

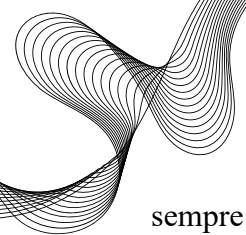


de seus clientes, só se comunica pelo portal, ficamos curiosos de como eles tinham chegado até Tenóquio, ao que logo respondeu que tudo acontece por indicação: “eu já vou falando para meus clientes, que não desligo do portal nunca, que meu atendimento é 24 horas. Se me ligar, eu atendo, se me mandar mensagem, eu respondo.” De acordo com ele, as pessoas não têm mais necessidade de olhar olho no olho, elas preferem falar pelo portal e pegam confiança nele por ali mesmo.

Ao ser questionado sobre o impacto desta forma de trabalhar para sua saúde mental, ele logo diz que o trabalho não impacta em sua saúde de forma alguma, pois gosta muito do que faz. Até porque, segundo ele, o encontro com o portal aconteceu naturalmente, foi acontecendo, simplesmente.

Telles, brincalhão, risada solta, muito disponível para todos que cruzavam seu caminho. Às vezes parecia um pouco ingênuo. Conta que teve que alterar seu método de trabalho, e que quando o portal abriu, ele nunca mais se desconectou. Como todos os seus clientes trabalham, ele entende o tempo de cada um, por isso fica sempre disponível. Explica que quando o cliente está no trabalho e não consegue conversar, vai enviando mensagens com as dúvidas e ele vai respondendo. Se o cliente só pode falar às 23 horas da noite, ele respeita. Afirma que, se ele quisesse uma informação, gostaria de tê-la o mais breve possível, e se não a recebe, fica chateado, e é com esta lógica que atende seus clientes.

Conta-nos que o portal precisa de um tipo de energia, que vai diminuindo com a intensidade do uso. Esta energia precisa ser recarregada, este é um problema para Telles, pois está quase



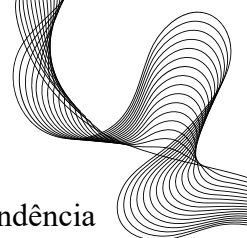
sempre com pouca energia, o que ele chama de bateria, afirmando que o portal já ficou viciado nesta energia, e não funciona mais se não tiver permanentemente recebendo a carga.

Muarama era frio, com um olhar que parecia sempre estar avaliando, atento a tudo que acontecia à sua volta. Sua cabeça não parava de pensar por nem um segundo, mas sua fala não acompanhava. Não era bom com as palavras. Um tanto ansioso. Parecia que algo nos repelia de perto dele, não era chegado a amizades, e mostrava isso na sua postura.

Quando nos encontramos para uma primeira conversa, nos recebeu de uma forma extremamente formal. Sem ser grosseiro, nos indicou que poderíamos ir direto ao assunto. Percebemos que Muarama tem uma relação ambígua com o portal.

Kairos relata que só usa o portal na hora prevista para o trabalho, guiado pelo seu relógio ponto, que fica conectado à empresa em que trabalha. Economista, com pensamento lógico apurado, logo que conheceu o portal, desenvolveu um método de disparar mensagens com respostas automáticas quando recebia notificações fora do horário de trabalho. Atualmente, o trabalho de Kairos também é dar formação para seus colegas sobre o uso do portal, pois a empresa tem uma preocupação muito grande com este uso.

Para poder treinar seus colegas, precisou usar muito o portal e refletir sobre todas as possibilidades de uso. Relata ter a sensação de que, ao usar o portal, os trabalhadores jogam a confusão mental deles para o outro, as pessoas têm medo de perder tempo, de ser malvisto se não responder, de perder o trabalho se não tiver conectado.



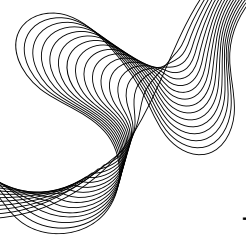
A empresa de Kairos fez um reconhecimento de tendência rapidamente, e para conseguir regravar o uso do portal o tornou uma ferramenta oficial de comunicação. Desta forma, o portal só abre quando os trabalhadores registram o ponto, e se fecha no horário institucionalizado para o término do trabalho. Quando perguntamos sobre o motivo desta organização dos tempos de trabalho, ele responde que a empresa tem esse cuidado com os trabalhadores.

Andreas era falante, e logo dominou a discussão:

- Eu tenho muito que falar sobre o portal, afinal, nossa vida foi praticamente dentro dele nos últimos tempos. Sim, a sensação que tenho é que foi dentro mesmo.

- Sim, a gente entra e não sai mais. É o tempo todo.

- Mas é isso que eu ensino, diz Kairos. Ensino aos trabalhadores a não estarem conectados ao trabalho o tempo todo. Nossos sistemas, por segurança, estão bloqueados, o Portalweb é bloqueado, então a empresa distribui celulares corporativos para os vendedores, e não faz muito isso. E a gente começou a encontrar diversos problemas, receber muitas reclamações dos clientes. Daí tu vai ver mais a fundo, ele tinha enviado mensagem no sábado, e ele não respondeu. Mas sábado de noite o colega não tem que responder, ele não está na jornada de trabalho dele, né. Então eu comecei a pensar, o que eu tenho que comunicar pra esse colega. Que ele tem que deixar claro para o cliente, quando ele for começar o contato dele com o cliente, dizer, olha, é uma ferramenta de trabalho, ele serve para o trabalho, ele funciona durante o horário de trabalho. Essa é uma relação de honestidade que tu tem com o cliente.



- Até parece!! Todos sabem que a preocupação da tua empresa não é com os trabalhadores, mas sim com passivos trabalhistas. Mas não vou falar disso.

Telles se mete, relata que graças ao portal as pessoas não precisam mais sair de casa, se deslocar, pegar trânsito, isso acontece ainda agora, depois que o vírus foi enfraquecido. “Tecnologia é uma maravilha, porque tu trabalhas a hora que quer com ela, é bem mais leve para trabalhar, facilita a vida. É uma questão da gente se educar”. Afirma que com o portal melhorou muito, pois consegue atender mais de um cliente ao mesmo tempo. Teve seu tempo reconfigurado.

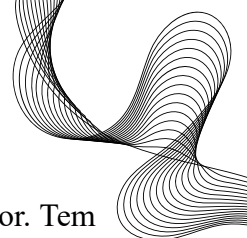
Andreas, com um olhar crítico que chegava à beira da raiva, interpela:

- Se educar? Educar os outros!! Eu estou no meu horário de lazer e o portal está emitindo som, mensagens de trabalho, não era para eu estar vendo isso, mas as coisas estão chegando ali, eu vou me angustiando, não era para eu estar me ocupando com isso, mas eu estou. Outra coisa bizarra que acontece, a pessoa me escreve um e-mail, e me chama no portal para avisar que enviou um e-mail!?

- Eu tirei o barulho da notificação, meu portal não faz nenhum tipo de barulho, zero, nem vibra, eu tirei.

- E isso te ajuda?

- Não me ajuda, e sabe por quê? Porque eu tenho que ficar toda hora olhando. Às vezes tu mandas uma mensagem e espera uma resposta, né, se eu deixasse com o barulhinho eu ia saber... ah agora me responderam, só que como eu to sem barulho, eu tenho que estar sempre olhando. Até é uma estratégia que eu tô



avaliando, eu não sei. Na verdade, eu não sei o que é pior. Tem uma convocação subjetiva aí. Às vezes eu penso que os outros estão jogando as ansiedades delas para cima de mim.

- Sim, tudo mudou. Eu passei a ver o portal como um fator de estresse. Só que tu só se dá conta depois que já tá rolando. Porque no início tu acha que é ótimo e que vai facilitar. Nós vamos sendo comandados pelo portal. Me sinto em dívida o tempo todo. Mesmo que eu não responda, eu fico pensando. E se eu respondo, eu fico com raiva de mim de ceder a trabalhar no horário que não deveria estar trabalhando. Mas acho que com o tempo vamos aprendendo a lidar mais com isso.

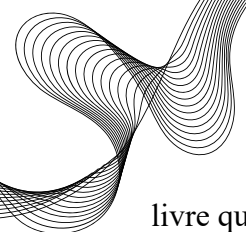
- Gostaria de fazer apenas um uso recreativo.

- Sim, somos adictos do portal.

- É, mas tem outra coisa que eu vejo também, que tem uma diferença entre o serviço público e a esfera privada, eu me sinto mais autorizado enquanto servidor público a dizer não. Eu não tenho uma equipe abaixo de mim, acho que isso tem diferença também. Eu tenho que responder ao meu chefe, mas se eu não tiver no meu horário de trabalho eu posso não responder. É diferente de outras pessoas que não podem não responder.

- Também percebo isso. No meu ramo eu não posso desligar nunca. O cliente me liga eu tenho que atender, ele me manda mensagem eu tenho que responder. O portal fica na minha cabeceira quando eu vou dormir. Eu não desligo nunca do trabalho. É 24 horas por dia e 7 dias da semana. Se eu só consigo falar com meu cliente às 9h da noite, paciência.

- Pois é, para mim ajudou muito. Tenho disponibilidade permanente para a comunicação. Hoje tenho muito mais tempo



livre que antigamente, me sobra muito mais tempo.

- Que contradição! Não vou nem discutir. Eu acho um absurdo. 90% das demandas de trabalho chegam pelo portal. A criação dos grupos não está prescrita, não parte da gestão, é totalmente informal. O trabalho se dá quase todo informal, só os resultados é que vão pro sistema instituído pelo órgão. Todo o processo de trabalho é no portal. E não há registro disso.

- Sim. Ninguém diz que tu tem que ficar ligado no portal, mas todo mundo fica instintivamente conectado a ele. A qualquer momento pode chegar alguma coisa importante, e tu não vai ser o único besta de não abrir.

- Geralmente quem manda a mensagem, já fica olhando quem vai lendo a mensagem, pra saber quem não leu. Tem um controle da visualização.

- Eu, por exemplo, começo a falar com uma pessoa, se ela não abre a foto pra mim, já vejo que ela não está interessada em fazer negócio comigo, pois nem me adicionou na agenda.

A conversa durou longas horas, várias foram as experiências relatadas, as discussões. Entre concordâncias e discordâncias, passamos a tarde escutando histórias. Percebendo as afetações, cada gesto, cada expressão comunicava. Cada pausa nos instigava a pensar o que passava pela cabeça deles. Realmente, aqueles trabalhadores viviam para o trabalho.

Quando retornamos, dez anos depois, encontramos as mulheres andando pelas ruas, o que nos causou certo estranhamento. O que teria acontecido para que elas pudessem andar livremente? Não lembrávamos de as mulheres agirem com



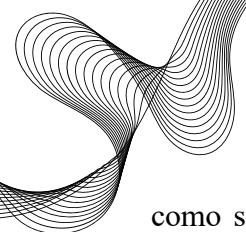
resistência aos trabalhadores, isso nunca tinha sido nos contado, muito pelo contrário, eram corpos dóceis que se adaptavam a tudo.

Pelas ruas, todas andavam com espelhos pendurados em colares que caíam sobre seus peitos e suas costas. Depois de um tempo, descobrimos que os espelhos serviam para que quem os olhasse refletisse sobre si, tirando delas mesmas qualquer foco do olhar alheio. Os espelhos e as águas eram materiais importantes que auxiliavam na comunicação telepática entre elas. Caminhavam a partir da vibração das águas e do calor refletidos pelos espelhos.

As mulheres pareciam surdas para alguns discursos, não tinham ouvidos. Não enxergavam? O que passava em suas mentes?

Elas enxergavam apenas o seu interesse e o das demais mulheres, elas eram ciborgues que usavam a tecnologia a seu favor. Aprenderam a fazer uso daquilo que as aprisionava. Eram fluidas, com a capacidade de se desmaterializarem e se reconstruírem em outro lugar rapidamente a partir da política dos afetos. Não havia fronteiras que as aprisionassem. A política dos afetos foi construída gradativamente por conexões entre mulheres que estavam nos mais diferentes espaços. Elas organizaram conexões telepáticas capazes de mudar a solidez do mundo. O cuidado estava dentro da política dos afetos, se estabelecia a partir do olhar e do leve toque entre os corpos e das mãos entrelaçadas. As mulheres podiam ficar longos tempos apenas de mãos dadas sem dizer palavra.

As mulheres também tinham sido levadas para este planeta, não eram nativas, mas diferente dos trabalhadores, o corpo destas mulheres tinha marcas de vivências terrenas que não tinham



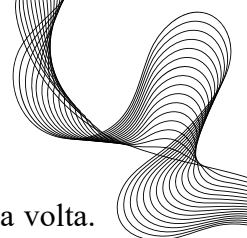
como ser apagadas. Não era apenas em sonhos que cogitavam um passado, elas rapidamente formaram coletivos, através da sororidade acessaram suas lembranças corporais e relembrou tudo que já tinha sido vivido, e também o que não queriam mais viver. E foi nos encontros que estabeleceram os vínculos.

Elas não agiram como átomos perdidos, separados uns dos outros, mas sim a partir de uma teia de existências, de conexões, traziam a questão do cuidado consigo. Não existiam disputas narrativas, mas adicionavam histórias que eram construídas em corresponsabilidade. Apesar de serem diferentes, conseguiam aprender e construir juntas a partir destas diferenças

As mulheres eram de todas as cores e de todas as raças, a princípio houve um estranhamento, mas logo elas perceberam que precisavam se unir e se tornarem companheiras. A cor não implicaria na relação e nenhuma teria algum status social, pois o planeta não operava através de um sistema capitalista.

Elas tinham conexões fortes com a natureza e, conseqüentemente, com os animais, que andavam ao seu lado em todos os espaços. Geralmente encontravam-se em espaços abertos em conexão com o que estava ao seu redor, sentavam-se em roda, de forma igualitária. Escutavam-se, mesmo sem se conhecerem, e respeitavam as mais experientes.

Naquela manhã, Luiza acordou em um misto de ansiedade e felicidade. Chegariam os equipamentos que elas tanto esperavam. Todos os planos pareciam estar dando certo. Já estavam nas casas, e há poucas horas estariam conectadas a tudo que necessitavam. Era incrível como os trabalhadores



nem desconfiavam de tudo que estava acontecendo à sua volta. Tinham coisas que eles não percebiam.

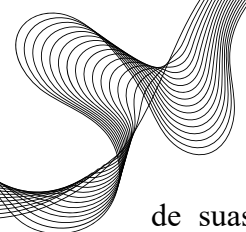
Andreas também já estava devidamente instalada, se passava por um trabalhador para conseguir informações de dentro. Não que aquilo fosse imprescindível, mas parte do grupo assim decidiu. As mulheres iam para as casas não porque elas acreditavam que os homens não tinham condições de mantê-las, mas porque elas acreditavam que o planeta todo deveria estar harmonizado para que tudo acontecesse da melhor forma possível.

Luiza, de alguma forma, sabia que a inteligência das máquinas iria substituir as funções quantificáveis da inteligência, mas que existia algo que não passava pelas máquinas, os afetos. A experiência que tiveram na Terra, em conversas com as anciãs, em conexões com suas ancestrais e com a natureza, fez com que elas soubessem que a tecnologia poderia ser um instrumento potente para produção de vida.

Logo que os piratas chegaram, elas já estavam a postos para receber todo o maquinário que aguardavam. Eles, acostumados a sempre se dar bem, quando se depararam com elas, perceberam que delas não ganhariam nada além do que realmente fosse adequado pelo que estavam entregando. Ficaram abismados com a destreza com que negociaram e saíram com seus produtos.

As mulheres tinham um lema, diziam que narrar o que se fez e onde se esteve é imprescindível. Falavam sobre a importância de não esquecer a dor, mas de se retirar do estado de dor. Essa produção coletiva não era nada inocente, assim como o uso das tecnologias não seria.

As mulheres sofreram por muito tempo a expropriação

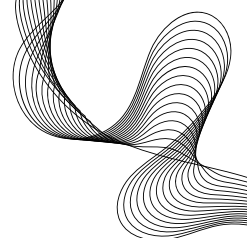


de suas energias vitais, mas as tecnologias proporcionaram modos de conexão, construção e relação que se constituíram como modo de potente ativismo.

Considerações finais

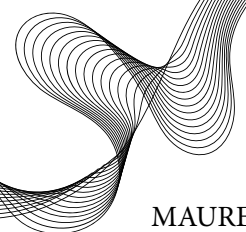
No processo de escrita desta figuração, pudemos mergulhar nos materiais da pesquisa e trazer aqueles que nos pareceram mais intensos: a existência possível de um protagonismo ativo na relação com o *WhatsApp*®, advindo sobretudo das mulheres, que possuem experiências de cuidado e de coletividade distintas de homens. Na escuta de algumas narrativas, percebemos o processo das pessoas olharem para suas práticas e escutarem o que estavam dizendo, enquanto falavam. Algumas afirmaram que não haviam se dado conta de situações vivenciadas, produzidas e reproduzidas, até participar da pesquisa. Percebemos que determinados jogos narrativos impossibilitam outros modos de ver e agir, e a pesquisa se mostrou como disparadora para uma desacomodação nos modos de uso do app.

O uso da figuração pode apontar, como já referido, a criação de mundos que, ainda que forjados no âmbito das tecnologias e das demandas incessantes e infinitas, sobretudo do *WhatsApp*®, podem criar no plano ficcional, formas de resistências que se ocupem de produzir linhas de fuga e de invenção de outros modos de viver e estas experiências. A invenção de outros mundos, como estratégia para movimentar o pensamento, ativa, também, a pesquisa acadêmica de modo ético, estético e político, explorando outras políticas de narração de escrita.



Referências

- AGUIAR, K.; ROCHA, M. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.
- BOTTONI, Francine Delavald; COSTA, Luis Artur. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. *Quaderns de Psicologia*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 89-100, 2018. DOI: 10.5565/rev/ppsicologia.1436.
- DIEHL, Rafael; MARASCHIN, Cleci; TITTONI, Jaqueline. Ferramentas para uma psicologia social. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 407-415, ago. 2006.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. *Itaú Social*, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as- pessoas-pensarem>.
- HARAWAY, Donna. SF: Science Fiction, Speculative Fabulation, String Figures, So Far. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, [s. l.], n. 3, 2013. Tradução: Thiago Mota Cardoso e Luiza Dias Flores.
- HARAWAY, Donna J.; GOODEVE, T. N. Fragmentos: quanto como uma folha: entrevista com Donna Haraway. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 48-68, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n1p48. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/23252>.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, Donna. Ficar com o problema, de Donna Haraway. Entrevista concedida a Helen Torres. *N-1 Edições*, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/132>.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], n. 19, p. 20-28, 2002. DOI: 10.1590/S1413-24782002000100003.



- MAURENTE, Vanessa; COSTA, Luis Artur; MARASCHIN, Cleci. Ensaio para figurações: indústria do gênero e ilhas dos afetos. *Mnemosine*, [s. l.], v. 18, n. 2, 2022.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 150-171.
- SAER, Juan. O conceito de ficção. *Sopro: panfleto político-cultural*, [s. l.], n. 15, 2009. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>.
- TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. Pista da entrevista: a entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (org.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2016. v. 2, p. 92-127.

15. Tecnopolíticas feministas e modos especulativos de narrar o mundo⁷⁰

Camila Pereira Alves
Vanessa Soares Maurenre

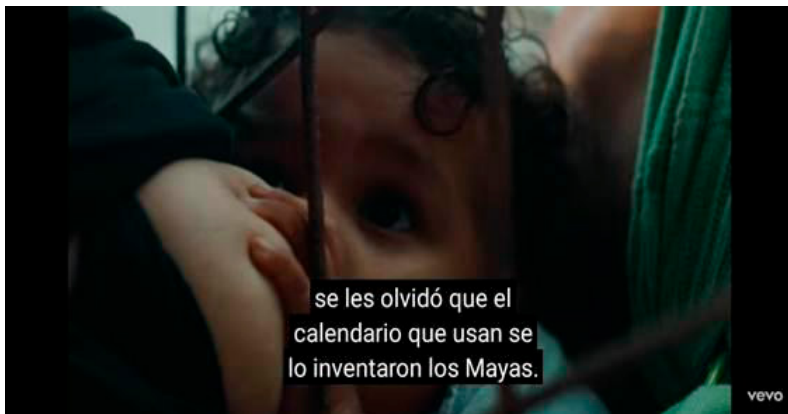
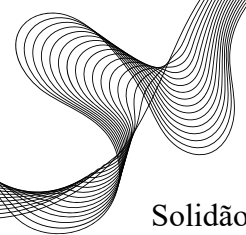


Figura 1 – Cena do videoclipe “*This is not America*”.

Fonte: *printscreen* do videoclipe “*This is not America*”, Residente, clicado em 11 de setembro de 2024. Descrição da Imagem: Uma criança é amamentada na fronteira de uma cerca de aço. Imagem com texto alternativo em espanhol.

“*A solidão da América Latina*” é o título dado à conferência proferida pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, em 1982, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura.

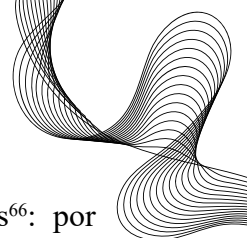
⁷⁰ Este texto faz parte da Tese de Doutorado intitulada ‘Cartografias Ciborgues: políticas feministas para insurreição’, produzida com apoio da bolsa PROEX-CAPES, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação em 2024.



Solidão porque nos falta ‘recursos convencionais para fazer crível nossa vida’ (Márquez, [1982]/2014, p. 13) nessas terras. Paisagens colonizadas e personagens heróicos forjados arquitetam um sistema em que ficção e realidade pouco destoam, e que em muitos momentos nos fazem crer que deste lado do horizonte resta apenas a resignação com o que nos passa. Na imagem acima, contempla-se o momento ficcional em que uma mulher amamenta uma criança através da cerca que delimita corpos, territórios e afetos. Realidade que se apresenta incólume nas várias fronteiras erguidas entre povos e regiões da Latinoamérica, e fez questão há quarenta anos na Academia Sueca de Letras, quando o escritor colombiano inquiria a plateia de autoridades e intelectuais sobre os motivos pelos quais apenas no campo da literatura estava sendo reconhecida a originalidade com que os povos daqui criavam possibilidades de mundos.

A governamentalidade algorítmica se ocupa da colonização dos espaços públicos através da hipertrofia de dados privados. Porém, ao contrário do que o senso disciplinar supõe, o controle desses dados não se dá numa esfera de privacidade e domínio dos sujeitos como pessoas que estariam limitadas ao confinamento-dependência informática. Esse é um falso problema, simplesmente porque inicialmente não está em questão a pessoa que produz os dados, mas as infinitas conjugações probabilísticas geradas a partir do uso indiscriminado dos dados produzidos nas múltiplas relações com as redes e plataformas digitais (Rouvroy; Berns, 2018; Teles, 2018).

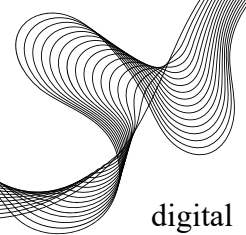
A perspectiva de produção algorítmica de perfis e comportamentos digitais se dá na relação entre os dados, numa



dimensão similar à monocultura de grandes fazendas⁶⁶: por *commodities* de dados. Onde uma imensa quantidade de dados é coletada, retirada de seus territórios e armazenada em gigantescos silos de processamento contínuo. Essa cadeia de produção sustenta o que chamamos de *big data*, incalculavelmente alargada com os processos de digitalização da vida (Sibilia, 2015) produzidos durante a última pandemia. O que redimensiona de modo ainda não imaginável pela cognição humana, condições de possibilidade para essa lógica de acumulação organizada pelo capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018).

Percebe-se que, nesse tempo, em que o computador não é mais um artefato heterotópico, mas um membro da realidade acoplado ao nosso corpo, já não conseguimos reterritorializar desejos inventivos em territórios existenciais que forjem narrativas com força especulativa suficiente para esperar e sonhar outros possíveis mundos. O empobrecimento da imaginação política e ficcional que nos assola diz do quanto temos falhado em produzir narrativas com capilaridade social que antecipem futuros proeminentes e desejos que valham o investimento inventivo, interventivo e pulsional com as máquinas, tal como vivíamos com o deslumbramento pela ficção científica nos tempos em que o computador era projetado como artefato tecnológico num futuro heterotópico prenhe de sentidos.

Atualmente, nossas especulações tecnológicas mais investidas, especialmente de capital, dizem respeito à colonização do planeta Marte; ao abandono da Terra exaurida de seus recursos e *uploads* de mentes em nuvens de *big techs*. Através da algoritmização da imaginação e do colonialismo

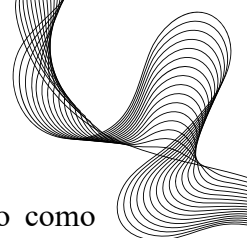


digital perpetrado pelas gigantes corporações transnacionais estamos acompanhando a produção opaca e alienada de padrões comportamentais, assim como narrativas que sufocam e queimam as possibilidades inventivas de agir social e singularmente na criação de uma sociedade radicalmente democrática.

Estamos sendo guiadas pela projeção modelada de futuro com a IA de modo exacerbadamente reacionário e aceleracionista, dando expressão para a colonialidade que ainda nos habita e sustentando a colonização geopolítica norte-sul que faz padecer os povos que não detêm controle dos meios de produção (Faustino; Lippold, 2023). Isso parece sufocar nossas condições especulativas de insurreição popular, na relação com as criações digitais que podemos produzir. Sufoca, oprime e invisibiliza, mas não impede de germinar (Rolnik, 2018).

No campo aberto das tecnopolíticas, a manifestação do entrelaçamento ético de tecnologias e políticas se afirma sempre que há o reconhecimento de que a lógica da técnica está marcada por métodos e epistemes produzidas em certo contexto e com determinados valores. ‘Agenciamentos sociotécnicos emergentes possibilitam inauditas estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e a agregação de atores heterogêneos’ (Bruno et al., 2018, p. 7). Trata-se de inventar arranjos híbridos com as máquinas que signifiquem outras condições de possibilidade, ‘ou seja, esforços de criação de novas composições políticas em que tanto a tecnicidade específica dos artefatos como seus efeitos práticos dialogam com as dinâmicas de regulação social’ (Parra, 2018, p. 344).

Diante de territórios em que a virulência das desigualdades faz a vida passar pela técnica de compressão da amamentação

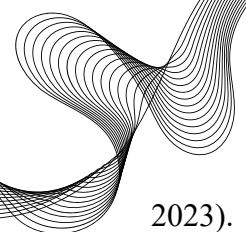


na cerca da segregação, perguntamos junto com Gabo como as técnicas literárias de construção de mundos encontram passagem na malha social para serem afirmadas e reconhecidas como dignas de premiação, enquanto as demais tecnologias de produzir mundo são suprimidas e despotencializadas das possibilidades latino-americanas de invenção?

Imaginação política e agenciamentos tecnológicos diante do antropoceno

Na companhia da pesquisadora brasileira Paula Sibilia (2015), retomamos as bases mítico-filosóficas que inspiram as tecnociências contemporâneas. Onde ganham destaque pelo menos dois personagens inspiradores para a produção de conhecimento no ocidente: Prometeu e Fausto. O mito de Prometeu narra a história do titã que ardilosamente rouba o fogo – tecnologia – dos deuses do Olimpo para a humanidade. Prometeu é punido por Zeus e passa a eternidade tendo as vísceras devoradas por abutres. A arte de fazer fogo, roubada e entregue àqueles que não eram divindades, autoriza mitologicamente a criação de estratégias, técnicas e artefatos para a resolução de problemas no mundo profano.

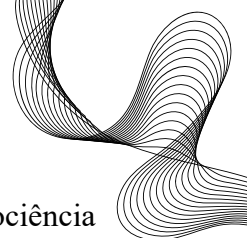
No ocidente de base epistemológica greco-latina, a vertente prometeica da ciência ampara o investimento em conhecimento para o melhoramento do corpo humano e da natureza, concebendo a tecnologia como instrumento de aplicação do conhecimento desenvolvido pela ciência, entendida como saber puro que dignifica e qualifica a humanidade, levando-a inevitavelmente ao progresso (Faustino; Lippold,



2023). Uma perspectiva mítico-filosófica que faz lastro para um projeto tecnocientífico moderno, positivista e com limites definidos, pois, adensa as discussões sobre o possível futuro da humanidade, mas limita-se a produzir conhecimento a partir da dominação da natureza pela técnica, abrindo mão de discussões ontológicas sobre morte e vida que não possam ser analisadas e processadas técnica e laboratorialmente.

Limite não reconhecido pela mitologia fáustica, onde a técnica não é um subproduto da ciência, mas o que permite a ciência existir (Sibilia, 2015). Fausto é um personagem popular que surgiu na Alemanha dos séculos XV e XVI. Era aquele que estava disposto a vender a alma para o diabo, contanto que lhe fosse dado acesso aos saberes divinos que envolviam os segredos da vida e natureza. Essa narrativa nasce com o desenvolvimento da imprensa, num momento em que a leitura começa a ser incentivada e populariza-se no território germânico. O mito fáustico tem assim diversas camadas. De fato, existiu naquela região um homem que respondia como Doutor Faust, um mágico excêntrico, que afirmava ter relação com os espíritos, mas perde-se na história o momento em que a pessoa se transforma em personagem e passa a figurar em narrativas que migraram da transmissão oral para a escrita.

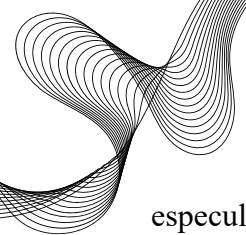
Mitologia atualizada como ficção científica, no início do século XIX, pelo romance gótico da escritora britânica Mary Shelley: *Frankenstein ou o Prometeu Moderno*. A obra, lançada anonimamente, tornou-se célebre ao contar a história de um cientista que ultrapassa os limites prometeicamente definidos entre vida e morte e, animado por princípios alquimistas e



vitalistas, cria em laboratório sua própria criatura. ‘A tecnociência contemporânea é um tipo de saber com forte inspiração fáustica, pois algumas de suas vertentes almejam ultrapassar todas as limitações biológicas ligadas à materialidade do corpo humano’ (Sibilia, 2015, p. 51). A mitologia fáustica parece amparar os modos de produção de subjetividades individualistas da modernidade. O sujeito que quer decifrar enigmas a qualquer custo e penhora a própria alma no endividamento moderno, faz pensar nos modos como a financeirização da vida tem sido investida na sociedade de controle (Rolnik, 2018), onde as ‘tecnologias da imortalidade estão na mira de várias pesquisas atuais, da inteligência artificial à engenharia genética, passando pela criogenia e por toda a farmacopéia antioxidante’ (Sibilia, 2015, p. 52).

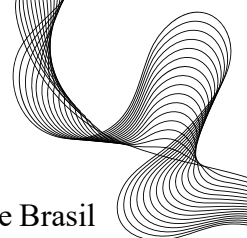
Há na tentativa de relação com o problema da imortalidade inúmeras experimentações técnicas, científicas e fabulativas. A psicóloga e pesquisadora brasileira Alana Albuquerque discutiu esse problema à luz de narrativas ficcionadas em torno das possibilidades técnicas desenvolvidas pelo campo da inteligência artificial, como, *mind uploading*, *singularity* e os princípios do transumanismo. Apostando não só no atual dos objetos, mas também nas suas potencialidades virtuais, a pesquisadora colheu da ficção científica imagens com sentido e possibilidades de investigação especulativa, ao defender que a ficção científica tem também uma função política, pois permite a criação e a ocupação de alguns futuros em detrimento de outros (Albuquerque, 2020).

Nesse sentido, uma das nossas referências em ficção



especulativa e científica, a escritora estadunidense Úrsula Le Guin, defende que ‘se a ficção científica é a mitologia da tecnologia moderna, então o seu mito é trágico’ (Le Guin, 2021, p. 23). Isso porque a escritora concebe que o modo como se contam histórias no ocidente moderno passa hegemonicamente pela fórmula narrativa do herói. Protagonista que invariavelmente está acompanhado de seus três porta-vozes: a flecha ou lança como o instrumento que dá sentido linear e define a trajetória da narrativa, pois trata-se de acertar um alvo que confere risco ao herói. Criando assim o conflito. Afinal, sempre há uma batalha que precisa ser vencida, sendo esse o seu segundo porta-voz. O que situa e direciona também o terceiro porta-voz, já que o protagonismo é de todas as formas conferido ao herói. Todo o resto se torna coadjuvante, existindo como margem narrativa para sustentar o lugar de destaque do protagonista em sua versão masculinista (Le Guin, 2021). Assim se cria o tributo que compensa o herói ser civilizador.

A superação dos limites impostos pelo corpo biológico e a vergonha da sua vulnerabilidade mortal (Albuquerque, 2020) aparecem como situações conflituosas nos mitos que constituem as tendências tecnológicas encarnadas pela lógica narrativa do herói. O protagonista torna-se aquele que cria estratégias e objetos técnicos para superação de conflitos da natureza-cultura (Haraway, 2021), armado com ferramentas de controle, vigilância e governamentalidade dos demais componentes da trama. Cria-se um conflito de resolução linear e de investimento hercúleo, dependente da ação tecnologicamente imperativa definida pela estrela do espetáculo. Uma tragédia que se atualiza de inúmeras

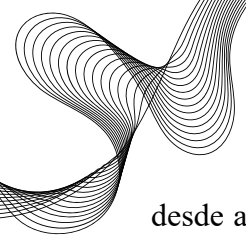


formas no contemporâneo. Afinal, as múltiplas versões de Brasil estão em jogo diante das composições tecnológicas.

No presente momento, acompanhamos versões que se consolidam mais pela teia informacional algoritmizada em aplicativos de *smartphones*, onde as falsas informações são tomadas como legítimas pela ‘personalização’ com que são enviadas a cada aparelho-cidadão, do que por notas científicas defendidas e publicadas em mídias de comunicação tecnicamente legitimadas. Torna-se ainda mais premente retomar a ontologia ciborguiana ao analisarmos os modos como as tramas algorítmicas opacas se capilarizaram em narrativas dos tempos atuais: ‘a fronteira entre ficção científica e a realidade social é uma ilusão de ótica’ (Haraway, 2009, p. 36).

Tragédia colonial-algorítmica que borra as fronteiras entre imaginação e realidade quando analisamos os modos como o extrativismo e monoculturas moderno-coloniais têm guiado aquilo que a zoóloga e filósofa estadunidense Donna Haraway (2016) entende como evento-limite assumido como Antropoceno, Plantationoceno ou Capitaloceno. Cada uma dessas nomenclaturas está relacionada a um conjunto biopolítico de relações (espécie *Homo Sapiens* e seus imperativos colonizadores, Monocultura e trabalho escravo, Capitalismo e extrativismo); entretanto, todas correspondem ao atual período geológico e gramatical em que presença, processos e ações antrópicas têm prejudicado a agência de outras espécies. Ao ponto de modificar radicalmente as condições de possibilidades de existência de outros seres neste planeta.

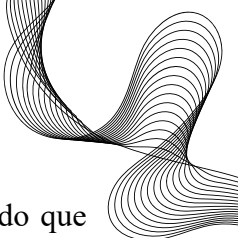
O surgimento da era do Antropoceno tem sido reconhecido



desde a década de 1980, mas Donna Haraway prefere entender esse processo de transformação planetária mais como evento do que como período geológico definitivo. Um evento recursivo que expõe o modo como relações coloniais exploratórias estabelecidas com a natureza-cultura têm efeitos deletérios para o protagonismo da espécie *homo sapiens*. Antropoceno é uma ‘época em que seres humanos sempre situados põem em risco mundos de vida na Terra’ (Haraway, 2020).

O Antropoceno é um período que marca o fim de muitos processos e espécies. Daí a criação harawaryana da quarta expressão espaço-temporal para o que estamos atravessando: Chthuluceno. ‘Penso que o nosso trabalho é fazer com que o Antropoceno seja tão curto e tênue quanto possível, e cultivar, uns com os outros, em todos os sentidos imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir os refúgios’ (Haraway, 2016, p. 140). A nomenclatura figurada pela cientista da virada ontológica busca inspiração na ficção científica e transforma a gramática utilizada pelo escritor H. P. Lovecraft, no conto de terror ‘O chamado de Cthulhu’, em uma proposta de espaço-tempo até então não nomeada, mas possivelmente portadora de realidades.

O termo herda da versão inicial do conto a proposta tentacular de pensamento, e passa a englobar no tempo-espaço de Chthuluceno ‘mais-que-humanos, outros-que-não-humanos, desumanos e humano-como-húmus’ (Haraway, 2016, p. 140). Pois na tragédia em que se anuncia o fim de alguns tempos e muitas espécies, a conflitiva narrativa não pode ser sustentada apenas pelo protagonismo do herói do patriarcado colonizador. Urge a construção de refúgios que envolvam agências figuradas



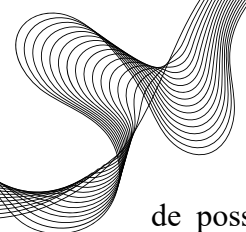
e fabuladas com espécies companheiras, do mesmo modo que a criação de teias fabulativas que envolvam fatos e ficções científicas e narrativas contracoloniais para a expansão de presentes-futuros de resistência e insistência na habitação de possíveis outros mundos.

Modos inventivos de habitar mundos populares

O mito do herói que invade, explora e coloniza para civilizar também constitui os modos como vivemos a tropicalidade ritmada pelo determinismo tecnológico e a descorporificação das vidas digitalmente sequestradas. A acumulação, armazenamento e processamento de dados executados pelas operações globais das *big techs* atualizam a dominação de territórios, corpos e saberes. A informática de dominação é um campo de forças estudado por Donna Haraway (2009), desde a década de 1980, especialmente com a publicação do Manifesto Ciborgue.

Ao colocar em análise a conjuntura daquele período, polarizado entre EUA e URSS, e as criações tecnológicas de disputa biopolítica entre estados-nação, a pesquisadora convocava suas leitoras a habitar o pesadelo da dominação técnica através da figura mítica-política da ciborgue. Pois, as figuras do pesadelo se tornavam reais e a sua experiência assustadora não podia ser negada, porém ‘habitar o pesadelo não é ceder a ele, como se fosse tudo o que existe, mas é uma maneira de entender que ele não é como as coisas precisam ser’ (Haraway, 2021, p. 150).

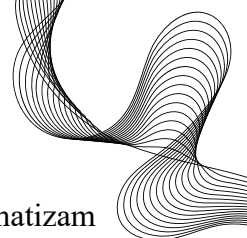
Encarar as figuras e fazer algo com elas era a convocação do manifesto. Pois, temer o pesadelo podia encurtar as condições



de possibilidade de espraiamento daquilo que o pesquisador brasileiro, Tarcízio Silva, tem nomeado como imaginários sociotécnicos (Silva, 2020). Habitar o pesadelo já era um modo de permanecer com o problema, evitando fugas ou anuências, rompendo com linearidades pavorosas. Naqueles tempos, habitar uma figura como a ciborgue era uma convocação feminista socialista, manifesta como possibilidade de intervenção material-semiótica na composição tempo-espacial binária que governava o mundo dos homens em guerra.

A máxima ciborguiana era afirmada no clima hostil da Guerra Fria, como a encarnação bélica da máquina sobre a espécie humana. Dominação e controle ditavam os modos como artefatos moleculares, genéticos e informáticos invadiam corpos e podiam ameaçadoramente transformá-los em máquinas. No cinema norte-americano, em 1987, foi lançada a distópica saga RoboCop: o policial do futuro, dirigido inicialmente por Paul Verhoeven. A obra cinematográfica tratava da história de um policial que, após ser alvejado e morrer trabalhando, tinha seu corpo ressuscitado e instrumentalizado para defender a lei através de um projeto tecnocientífico da corporação Omnicorp, também responsável pela gestão da cidade e da corporação policial.

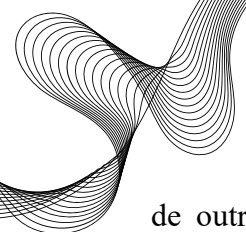
O mito-político da ciborgue, figurada por Donna Haraway, ao tensionar a flexão de gênero nas possibilidades híbridas da linguagem, tentou deslocar o sentido da figura que compunha a imaginação e a realidade social de assombro e dominação, para uma figura que convidava à habitação prazerosa que pode ser encontrada na confusão das fronteiras. A imagem-metáfora ciborgue passava a ser um convite para ‘saída do labirinto



dos dualismos' (Haraway, 2009, p. 99) que ainda normatizam e limitam a imaginação e a pragmática dita ocidental. Assim, o hibridismo pode ser tomado como estratégia tecnopolítica de rompimento com a lógica hierárquica que sustenta a colonialidade do imaginário ao nos permitir acessar condições de saber-fazer com as tecnologias. A figura da ciborgue forjou uma paisagem habitável em que, paradoxalmente, tornou-se fronteiroiro o discurso originário do criador-colonizador.

A ciborgue harawaryana é uma figura herdeira dos movimentos da guerra, mas filha ilegítima do patriarcado, busca codificar o mundo a partir da leitura híbrida e local de signos e contextos que podem fazer ainda outras alianças na produção de mundos. Ciborgue nasce das coalizões entre fronteiras. Não está interessada em gênese, teorias da evolução de supostos corpos naturais, tampouco em conclusões apocalípticas. Profana as cláusulas normatizadas pelos contratos tecnocientíficos que codificam o mundo em metáforas exprimidas por linguagens universais e coloniais-modernas. Dedicase a não ocupar um lugar inocente nas conjunturas sociais que subjetivam o mundo e preocupa-se muito mais com movimentos de coalizão e parentesco entre espécies do que com a produção serializada e normatizada de bebês para o sistema (Haraway, 2009).

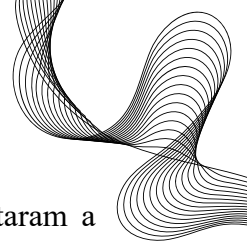
Corpos e territórios são eixos analíticos permanentemente abertos e em composições híbridas e fronteiroiras nessa figuração mito-política, pois o pesadelo da modernidade forjado pelos colonizadores usa de gramáticas que cercam e limitam a invenção de figuras-narrativas, que derivam justamente dos eixos mencionados acima, inibindo e retraindo a produção



de outros modos de viver e agir com/no mundo. Imagem e invenção são assim companheiras do mesmo ciclo. Nessa perspectiva, imagem mental e imagem material compõem fases do mesmo processo, ao passo que são inventadas, mas também são inventivas. ‘Sonhos, alucinações, desejos, obras de arte, lembranças involuntárias e obsessões são imagens. É próprio da imagem se apresentar como uma força estranha à consciência subjetiva, não como um produto da vontade’ (Kastrup; Carijó; Almeida, 2012, p. 61).

Nessa direção, produzir e ocupar figuras que tenham prazer em compor enunciamentos enunciativos de coletivização, habitadas na diferença e além das cercas impostas pela colonialidade entre humanos e não humanos, passa a ser uma proposta de intervenção entre inteligências artificiais e inteligências coletivas. Figurações que podem compor modos situados de relação com as técnicas de programação algorítmica, alargando imaginários sociotécnicos de resistência e tensionando outros modos de produção de subjetividades.

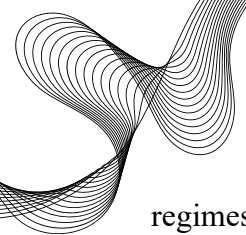
Ainda com as figuras do século XX, Donna Haraway (1997) nos convoca a perseguir as produções tecnocientíficas constituídas desde a figura da Testemunha Modesta. Figura híbrida de semântica e realidade forjada como herói da corte britânica, em meados do século XVII, dedicada à formulação de práticas ascéticas que pudessem testemunhar em laboratórios experimentos de vida e natureza que inauguraram a ciência moderna. Robert Boyle (1627-1691), pai da química moderna, desenvolvia na época experimentos em torno da bomba de vácuo, constituindo entre inúmeras práticas, pelo menos três



tecnologias – material, literária e social – que sustentaram a modéstia corporalmente transparente como virtude de quem pode testemunhar a produção da ciência. Naquele tempo, ciência e civilidade eram tomadas como faces da mesma moeda e isso sustentava o estilo de vida experimental masculinista e cavalheiresco como modo prático de relatar a verdade.

A isenção da localização de classe, gênero e raça de quem testemunhava era praticada como validação para que as testemunhas modestas fossem porta-vozes dos objetos científicos. O que era testemunhado não podia ser contaminado pelos corpos presentes. Dessa genealogia de sujeito e objeto científico, surge a convocação harawaryana de perversão da figura modesta da testemunha. A proposta tomada aqui, seguindo as pistas da autora, como um eixo analítico dessa problematização, é justamente tornar modesta a testemunha das tecnociências pela sua localização, parcialidade e corporalidade. Tensionando práticas tecnológicas e científicas responsáveis e conscientes de si mesma desde a posição singular e coletiva que cada sujeito ocupa ao produzir conhecimento e técnicas de contação de mundo (Haraway, 1997).

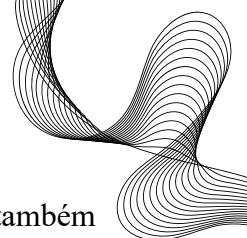
Corpos como presenças e práticas modestas de subjetivar. Desde onde racializar, generificar, sexuar e territorializar também signifique diversificar técnicas de linguagem de programação de mundos. A aposta ética-estética-política deste trabalho se dá no investimento dos modos de produção de resistência à colonialidade produzidos através das tecnodiversidades (Hui, 2020). Tomar alianças entre humanos e não humanos como vínculos parciais e vulneráveis de corresponsabilização com



regimes algorítmicos que deixem de ser opacos e alienados, produzidos com modéstia corporificada e objetividade parcial para o apoio de invenções técnicas que alarguem e alastrem modos não cafetinados de viver (Rolnik, 2018).

A objetividade parcial que se afirma aqui, opera a partir da disposição analítica de Donna Haraway (1997), sobre a segregação hegemônica estabelecida entre sujeito e objeto e a neutralidade de quem se dispõe como observador. Contra esse sentido, seguimos as pistas da testemunha modesta, que agora toma corpo, para afirmar que a objetividade é sempre parcial. Sendo assim, só pode sê-la se modulada a partir de uma perspectiva, de uma localização, de uma posição singularizada. O que torna a objetividade da produção científica verdadeiramente forte é a dissipação dos mesmos achados de uma perspectiva em múltiplos pontos de vista. É o rizoma que torna a objetividade forte. E não a neutralidade do universal capitaloceno.

Assim, tomar o território como eixo analítico de localização e existência situada para produção de conhecimento de técnicas de narrar mundos torna-se um modo de mapear as relações inventivas e rizomáticas, que podem multiplicar interações entre corpos e linguagens, na produção de conhecimento científico. Ainda com Donna Haraway (1995), compreendemos que razão e imaginação precisam andar juntas na percepção e afirmação das fronteiras entre saberes, sujeitos e objetos. Trata-se de sustentar que uma investigação séria e responsável com o objeto de conhecimento se compromete a analisar fatos e circunstâncias a partir da visão parcial e voz limitada de uma pesquisa que se desenvolve pela objetividade corporificada. Uma posição

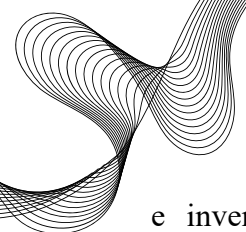


vulnerável e temporária afirmada diante de objetos que também são reconhecidos como entidades com agência e não apenas passividade como o discurso homogeneizante da colonização de corpos e territórios insiste em protocolar.

Estamos argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade podem ser uma condição para ser ouvida nas propostas do fazer conhecimento racional-relacional. São propostas a respeito da vida das pessoas, a visão de um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, *versus* a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo (Haraway, 1995, p. 30) que estão em jogo nas disputas narrativas de fazer mundos.

Exemplo disso se encontra no projeto realizado pelas pesquisadoras e ativistas da organização feminista Coding Rights em colaboração com a Rede Transfeminista e Cuidados Digitais, chamado Mapa dos Territórios da Internet, que visa situar e cartografar materialmente a abstração tecnológica que paira sobre o que a sociedade tem chamado de nuvem. O ‘Cartografias da Internet’ traça em estrutura, dados e fluxos a materialidade física e geopolítica dessa dimensão na qual depositamos, enviamos e entregamos boa parte de nossas vidas, visibilizando as relações de poder e hierarquia que constituem a internet como território em disputa e situando os objetos e sujeitos que produzem conhecimento.

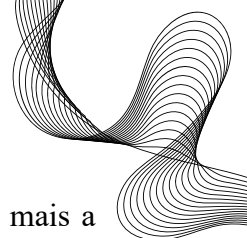
Seguir as pistas corporificadas e situadas lançadas por Donna Haraway pode ser um modo de perfurar essa couraça imagética que tem limitado os exercícios ficcionais, especulativos



e inventivos da nossa gente diante das tecnopolíticas de dominação. Perfurar, profanar e expandir algorítmicamente as imagens da colonialidade que habitam o imaginário outorgado pelo eurocentrismo/norte-americanismo pode configurar modos que também pervertam os mitos fundacionais da colonização das nossas paisagens: a imagem-ideia de que a civilização se desenvolveu linearmente de um estado de natureza para a Europa e o pressuposto narrativo-imaginário de que a divisão entre Europa e não-Europa se dá pela diferença entre as naturezas/raças e não pelo exercício colonial de poder (Quijano, 2005).

Habitar esses pesadelos mito-científicos através de invocações que perturbem e confundam fronteiras parece ser um estilo de relação promissor com a herança maldita da colonização. A ausência de pudor e a disposição para a profanação encarnada na relação popular com a tecnologia podem manifestar possibilidades híbridas do jeitinho brasileiro ao contornar e atravessar essas grandes imagens. A disponibilidade para o saber-fazer com/para gambiarras torna-se exemplar na criação de outras imagens e sentidos na relação com a técnica. Um termo mais do que conhecido nas relações populares das ecologias de inovação (Ricaurte, 2021), gambiarra é o termo utilizado pela pesquisadora Fernanda Bruno para nomear a ‘relação despudorada com os objetos técnicos’ (Bruno, 2017, p. 138) produzidos inventivamente em territórios brasileiros.

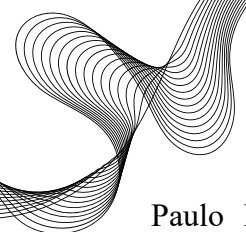
O inacabamento, a parcialidade e as múltiplas possibilidades de montar e desmontar próprio do objeto técnico forjado nesse estilo, podem ser tomados como um exercício material-especulativo de uma política cognitiva situada, desde



onde o que está em questão como tecnicidade é muito mais a funcionalidade do objeto, do que a sua instrumentalização programada e definida em origem por empresas. Pensar que um objeto técnico pode ser profanado na sua finalidade e limites previamente definidos torna-se um modo de tê-lo como ‘aliado na luta por agenciamentos sociotécnicos que buscam imaginar a permanência de um mundo por vir.’ (Bruno, 2017, p. 147). A gambiarra é assim uma intervenção popular produzida pela operação de inteligência coletiva diante da ausência ou escassez de recursos típicos do contexto de desigualdades brasileiras e latino-americanas. ‘Nasce nos meandros da espontaneidade, do improvisado diário para a sobrevivência, algumas vezes no terreno do pirateado, do ilícito, outras vezes dando um adicional criativo em meio ao caos e à pobreza diária’ (Rosas, 2024, p.7).

Com Paola Ricaurte e companheiros (2022), encontramos algumas pistas para o que está sendo chamado de teoria popular dos algoritmos. Trata-se de analisar as composições algorítmicas para além das suas imbricações instrumentais com as culturas, reconhecendo que não se trata apenas de um artefato de relação técnica estabelecida entre sujeitos e máquinas, mas uma agência que pode ser compreendida como a própria imanência da cultura. Para tanto, elas se ocupam da investigação de pelo menos quatro dimensões que podem inspirar o alargamento de análises algorítmicas cotidianas: práticas lúdicas, imaginação, resistência e ‘entre’.

Imaginação e resistência são dimensões importantes para esta forma de fazer pesquisa. Segundo Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte (2022), ancoradas no patrono da educação brasileira,

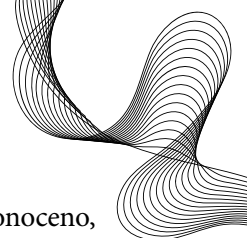


Paulo Freire, imaginar não é o mesmo que fantasiar. Ao contrário, é a condição de supor e intervir no mundo, inclusive adiantando possibilidades de relação com o algoritmo ainda não experienciadas. Do mesmo modo, quando tomamos as agências estabelecidas entre saberes populares e regimes algorítmicos, temos expressões do que já são estratégias de resistência ciborgue na ecologia digital, onde a resistência se produz pela divergência e oposição dos sujeitos oprimidos diante das transnacionalizações econômicas e culturais.

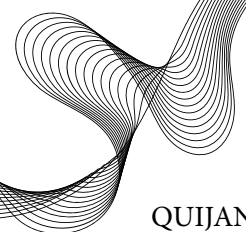
Hackear sistemas, usar algoritmos de forma imprevista, ocupar plataformas com objetivos divergentes do design inicial e tomar os algoritmos como companheiros de protestos em prol de justiça social são movimentos já pulsantes nas veias abertas da América Latina, por mais que não sejam premiados pelas instituições tradicionais.

Referências

- ALBUQUERQUE, Alana Soares. Ser imortal diante do fim do mundo: corpo, ciberutopia e transcendência. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 133-151, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/8PM7rbRL8CqdxWhfcZkvpLx/?lang=pt>.
- BRUNO, Fernanda. Objetos técnicos sem pudor: gambiarra e tecnicidade. *Revista Eco-Pós*, v. 20, n. 1, p. 136-149, 2017. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/10407.
- BRUNO, Fernanda et al. (org.). Apresentação. In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 7-14.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.



- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte*, [s. l.], ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197142/mod_resource/content/0/HARAWAY_Antropoceno_capitaloceno_plantationoceno_chthuluceno_Fazendo_parentes.pdf.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4945399/mod_resource/content/1/LIVRO%20Antropologia%20do%20Ciborgue.pdf.
- HARAWAY, Donna. *ModestWitness@Second_Millennium. FemaleMan@_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience*. Abingdon: Routledge, 1997.
- HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>.
- HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- KASTRUP, Virginia; CARIJÓ, Felipe Herkenhoff; ALMEIDA, Maria Clara. O ciclo inventivo da imagem. *Informática na Educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 59-74, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/29086>.
- LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. A solidão da América Latina. *RevIU/UNILA*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 12-14, 2014.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. Experiências com tecnoativistas: resistências na política do dividual? In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 341-354.



- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- ROSAS, Ricardo. Gambiarra: alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante. *Revista Gambiarra*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 19-26, 2008.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 107-140.
- SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- SILES, Inácio; GÓMEZ-CRUZ, Edgar; RICAURTE, Paola. Toward a popular theory of algorithms. *Popular Communication*, [s. l.], 2022. DOI: 10.1080/15405702.2022.2103140.
- SILVA, Tarcízio. Por outros imaginários sociotécnicos no novo normal. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 28, p. 37-41, 2020. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/obs28_final_issu.
- TELES, Edson. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, n. 140, p. 429-448, 2018. DOI: 10.1590/0100-512X2018n14005et.
- ZUBOFF, Shoshana. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

16. Em defesa de uma sociologia escolar em mangas de camisa e como esporte de combate na escola pública

*Lucas Antunes Machado*⁷¹

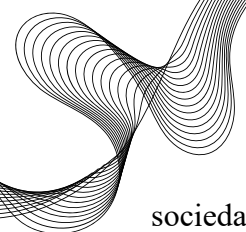
Introdução

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: muito obrigado!
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve, pois, só fazer pelo bem da nação
Tudo o que for ordenado
Pra ganhar um fuscão no juízo final
E diploma de bem-comportado
Você merece, você merece
Tudo legal, tudo vai mal

(Elza Soares, Comportamento Geral, 2019).

A canção, escrita por Gonzaguinha e interpretada por Elza Soares, que dá início ao texto, faz alusão ao período da ditadura civil-militar no Brasil. A partir da perspectiva crítica e sarcástica em relação à realidade do indivíduo frente a uma

⁷¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA). Vice-Líder do Sociologiartesanal – Coletivo de Pesquisas, Ensino e Extensão em Sociologia e Educação. E-mail: lucasantunes@ufba.br.

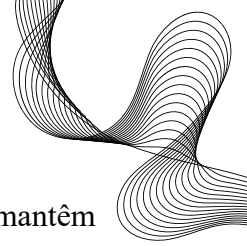


sociedade autoritária e paupérrima em recursos sociais para o povo, tensiona-se um dos principais slogans e ideologia do período: “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”. Embutida nessa frase estava a perspectiva de conformar cidadãos brasileiros a uma consciência não crítica de sua própria realidade (consciência ingênua para utilizar uma expressão freireana), restando a conformação e a disciplina como possibilidade de ser bem-querido como cidadão.

Contribuem para esse projeto de sociedade e indivíduo duas leis no âmbito da educação nacional no período citado: a Reforma do Ensino Superior (lei nº 5.540/1968) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) do período da ditadura militar (lei nº 5.692/1971).

Na Reforma do Ensino Superior, através de discurso de modernização e racionalização do sistema universitário, impõe-se como controle político e ideológico do regime através do atendimento às demandas de mão de obra qualificada e pesquisa científica para o desenvolvimento econômico do país. Já na Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, encontra-se a institucionalização do ensino profissionalizante compulsório em todos os sistemas de ensino da época. Com isso, disciplinas de humanidades como sociologia, filosofia e psicologia foram retiradas do currículo escolar e substituídas pelas disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

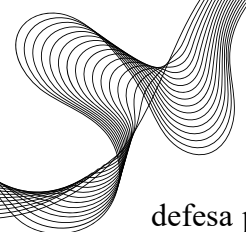
Ainda que o fim do período da ditadura militar marque a emergência da Constituição Federal de 1988 e os avanços em torno de leis e políticas educacionais, é inegável que resquícios



desse período e avanços de políticas autoritárias se mantêm presentes e constantes em torno do campo da educação no Brasil até os dias de hoje. A meu ver, o ensino médio (antigo ensino de 2º grau) tem sido o território de maior disputa na educação desde sua institucionalização na década de noventa, resultando em disputas que culminam numa etapa de ensino marcada por uma dualidade estrutural (formação técnica para os pobres *versus* formação intelectual/erudita para os ricos), geminada sobretudo pelo que o sociólogo francês Christian Laval (2019) tem denominado como período fortemente “neoliberalizado do estágio atual do capitalismo escolar e universitário”. Em suma, desde o período da ditadura até os dias atuais, o sistema educacional brasileiro encontra-se caracterizado por forte investimento e intervenção do capital no ensino.

A atual lei de diretrizes e bases da educação (lei nº 9.396/1996) demarca o período de reabertura e redemocratização da educação brasileira e, embora tenha sido preciso revisitá-la ao longo de mais de dez anos após sua promulgação – devido à não menção explícita do ensino dos componentes filosofia e sociologia no currículo do ensino médio e da resistência em relação à sua implementação –, o ensino de sociologia passa a se tornar obrigatório com a implementação da Lei nº 11.684/2008, que alterou o Art. 36 e tornou obrigatório o ensino de filosofia e sociologia nos três anos do ensino médio.

O ensino tem sido elemento central na institucionalização e profissionalização das ciências sociais no Brasil. Contudo, o ensino de sociologia no ensino médio somente torna-se uma realidade concreta para toda a comunidade envolvida na luta e

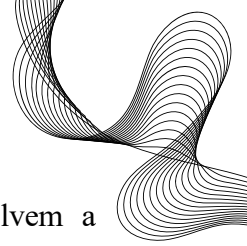


defesa pela sua inclusão no currículo escolar com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN) e das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCN), em que a sociologia é mencionada na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias junto às disciplinas de história, geografia e filosofia.

O/A professor(a) e o ensino de sociologia no ensino médio guardam uma história de presenças, ausências e intermitências na educação escolar. No caso do Brasil, existem quatro períodos que marcam esse histórico de ambivalência da sociologia escolar:

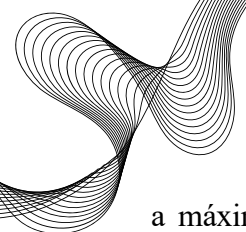
A história de sua intermitência como disciplina escolar pode ser dividida em quatro períodos: a) de **1891 a 1941, período de institucionalização da sociologia no Brasil** com sua inclusão na educação secundária precedendo a criação dos cursos de graduação de nível superior; b) de **1942 a 1981, quando não consta mais como disciplina obrigatória**; c) de **1982 a 2001, reinserção gradativa no ensino médio** em iniciativas estaduais; e por fim, d) **reinserção nacional**, primeiro com a **promulgação do parecer CNE/CEB/CNE nº 38/2006** favorável à inclusão obrigatória das disciplinas de filosofia e sociologia no currículo do ensino médio, seguido da **aprovação da Lei nº 11.684, de 15 de junho de 2008**, que altera a LDB de 1996 e estabelece que os conhecimentos de sociologia e filosofia devem ser transmitidos aos jovens do ensino médio sob a forma de disciplina escolar (Maçaira, 2017, p. 14-15, grifos meus).

Essa trajetória ambivalente presente na história da sociologia escolar brasileira se dá frente a um conjunto de fatores



societários resultantes de disputas políticas que envolvem a educação básica e sobremaneira o ensino médio público brasileiro. A nova conjuntura educacional brasileira, sobremaneira após a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC – Lei nº 14.945/2024) tem constituído uma das maiores expressões do quanto políticas educacionais brasileiras têm se subordinado aos ditames do mercado neoliberal. Essa expressão se dá com maior gravidade na perda considerável de carga horária que componentes curriculares como história, geografia, filosofia e sociologia perdem no novo ensino médio e do discurso altamente empresarial e mercadológico que figura no uso e prática de termos como “empreendedorismo”, “competências” e “habilidades” para a formação do(a) estudante para o mercado de trabalho.

Grosso modo, podemos dizer que o ensino de sociologia na escola é um espaço eminentemente de formação, socialização e reflexão sobre o conhecimento acumulado no campo das ciências sociais (antropologia, sociologia e ciência política). Ao adentrarmos o campo das ciências sociais na educação escolar básica, através da disciplina de sociologia, estamos possibilitando o estudo da complexidade da sociedade, das estruturas sociais, da relação entre nossos pensamentos e comportamentos (agência e estrutura) no mundo social, conhecendo a dimensão histórico-social da realidade, analisando as dinâmicas de poder, de constituição das instituições sociais. Ao(A) professor(a) de sociologia na escola cabe a tarefa de apresentar e refletir sobre teorias, conceitos e temas sociológicos, a fim de desenvolver nos e nas estudantes a habilidade do pensamento crítico, através da desnaturalização e estranhamento da realidade social. Retomando

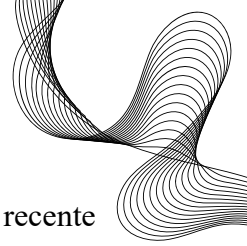


a máxima freireana em relação à atuação do cientista social e professor de sociologia, cabe ao(à) docente de sociologia propiciar as condições de possibilidade da passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica que leve à formação e hábitos de existência críticos e reflexivos nos(as) estudantes.

Opresentetextoempreendeuma discussão/problematização sobre o campo do ensino de sociologia na educação básica pública em torno de três eixos centrais. Primeiro, faço uma breve reflexão sobre o histórico, tensões e desafios em torno da educação e da escola pública brasileira. No segundo momento, argumento que o ensino de uma sociologia dinâmica ou em mangas de camisa (para utilizar o termo cunhado pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos), portanto localizada e concatenada às demandas sobretudo da escola pública, tem potencial de produzir uma sociologia genuinamente autêntica e como esporte de combate em favor dos grupos historicamente minorizados e excluídos dentro e fora da instituição escolar. No terceiro ato do texto, realizo proposições relativas à relação de proximidade que deve existir entre professores de sociologia do ensino médio público e cientistas sociais, haja vista a perspectiva educativa e de transformação da realidade social compartilhada entre as duas profissões, mas ainda pouco explorada e debatida entre profissionais da área.

Breves reflexões sobre a escola pública: histórico, tensões e desafios

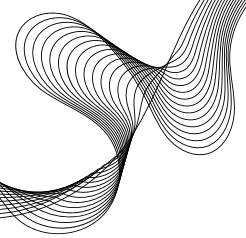
A escola moderna, compreendida como sistema universal, laica, gratuita e obrigatória, surgiu em um processo gradativo e evolutivo que compreendeu transformações sociais,



políticas e religiosas. Em suas raízes, a escola é mais recente que a instituição educação, e sua existência é o resultado de conflitos e interesses, sobretudo erigidos pela igreja católica na tentativa de manter e sustentar seu poder institucional outrora absoluto no período medieval. Em termos gerais, a escola é criada e vive seu período de expansão e apogeu na Idade Média como uma forma e estratégia da Igreja Católica fazer avançar seu projeto de cristianização e domínio social através de uma educação integrada, completa e que enquadrasse completamente os indivíduos (Gauthier; Tardif, 2014).

A escola nasce como sustentáculo de ideias sociais e políticas instituídas sobretudo pela igreja católica, à época instituição dominante no campo social e político. Essa situação se modifica com as grandes duas revoluções (industrial e francesa) e a chegada da idade moderna. Mas, ainda assim, tanto a igreja católica quanto a igreja protestante vêm na escola um lugar de sustentação de suas ideias, passando “a investir na produção de sujeitos fiéis às suas doutrinas, privilegiando os indivíduos de tenra idade que poderiam ser moldados com mais facilidade e eficácia, especialmente por meio da criação de instituições educativas” (Dallabrida, 2004, p. 100). Ademais, conforme argumenta o historiador francês Philippe Ariès (1986), a escola, tal como a conhecemos, é uma invenção da modernidade surgida como espaço que separa a criança e o jovem do mundo adulto com o objetivo de disciplinamento e enquadramento dos comportamentos:

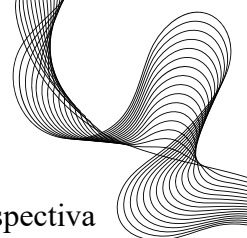
O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição



complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude (Ariès, 1986, p. 170).

Nesses termos, a emergência da escola se dá em uma lógica de interesses e jogos de poder erigidos no interior da sociedade, sendo ela, desde sua concepção até os dias de hoje, um território de interesses e disputas sociais, políticas, econômicas e simbólicas. Inclusive, segundo os sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992), é nesse jogo de interesses e disputas de poder que a escola se constitui enquanto instrumento de reprodução de uma cultura dominante escolhida arbitrariamente em detrimento de outras culturas, servindo de espaço de legitimação da ordem social existente através da reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. A escola não é um espaço neutro e tampouco à parte dos interesses sociais, políticos e econômicos do mundo social.

Não obstante, não se pode deixar de mencionar o lugar estratégico que a educação e a escola tiveram no processo de consolidação do projeto da modernidade colonial. No Brasil, a educação do período colonial foi utilizada como instrumento de catequização e controle social implementado pelos jesuítas como uma forma de civilizar a população indígena, considerada inferior, incivilizada e bárbara por sua cultura. A educação colonial teve um caráter seletivo e desigual, no qual priorizava a formação erudita e intelectual das elites coloniais em detrimento da educação e cultura da população nativa do país, considerada inculta. Em síntese, a formação da educação e, à posteriori, da escola brasileira é marcada pela ênfase na história e na

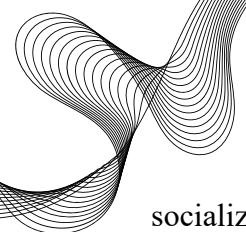


perspectiva de mundo do europeu em detrimento da perspectiva cultural dos povos que aqui já habitavam.

A filósofa política brasileira Sueli Carneiro, através do conceito de epistemicídio, nos lembra o caráter colonial de apagamento da cultura e educação dos povos indígenas e negros no Brasil:

O epistemicídio se constituiu num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2023, p. 87).

O epistemicídio foi e continua sendo uma estratégia da modernidade colonial de apagamento da história e da perspectiva dos povos dominados em relação à sua própria história. Na escola e na educação contemporânea, a história dos grupos dominados se manteve à margem do currículo e do conhecimento escolar, não à toa, mas como forma de manter e fortalecer o discurso e poder de nossos algozes. Não somente a história e o discurso oficial da instituição escolar perpetuam a dominação colonial, mas o modo como o processo pedagógico se coloca, uma vez que o modo como aprendemos e ensinamos na escola está vinculado ao modelo de classe dominante. bell hooks (2017) chama atenção para o fato de que a classe social não se refere apenas a questão financeira, mas remete também à constituição de valores, atitudes, relações sociais e preconceitos que modelam o modo como o conhecimento é distribuído e

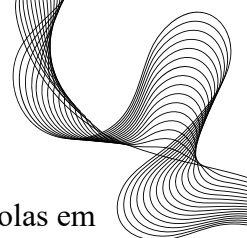


socializado em nossa sociedade.

Em síntese, compreendo que a emergência da escola moderna se dá a partir da perspectiva, valores e atitudes de uma classe social dominante branca, elitista e cis-heteronormativa que sustenta valores herdados do processo de colonização, tornando colonialidade do poder, através de um processo de apagamento das histórias e experiências da população dominada. No caso do Brasil, penso que a escola pública em geral, e o ensino médio em específico, têm sido o território de maior expressão de lutas por legitimidade do poder das classes sociais dominantes. Nas palavras da socióloga Ana Paula Corti (2019, p. 48): “para conhecer a educação de um país, é necessário, portanto, conhecer os interesses dominantes que organizam suas relações econômicas, políticas e culturais”.

O ensino médio brasileiro encontra-se na intersecção de uma tensa relação entre educação e sociedade, em que tem sido utilizado como instrumento de manutenção de uma estrutura social elitista que vem produzindo um verdadeiro “apartheid social” (Corti, 2019). Pesquisas sobre ensino médio têm apontado que a expressão dessa relação se dá através do que podemos denominar de dualidade estrutural, que reflete a divisão social da sociedade brasileira em classes sociais. Em síntese, a dualidade estrutural se manifesta na oferta de um ensino médio técnico e profissionalizante para estudantes das classes populares de um lado; e num currículo escolar amplo, diversificado e voltado para a preparação e entrada no ensino superior para jovens pertencentes às classes dominantes (Frigotto; Ciavatta, 2003).

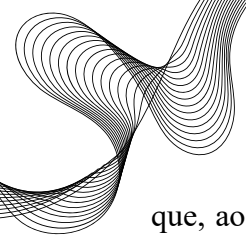
De acordo com Laval (2019), as políticas neoliberais



têm sido centrais neste projeto de transformação das escolas em locais mais eficientes e rentáveis. E esse efeito ocorre por meio de uma ideologia que vai sendo instituída permanentemente e se constitui a partir de um processo de inculcamento nos jovens de que a educação deve ser um investimento que produza renda e seja rentável em um futuro próximo. É na esteira desse pensamento que se assentam discursos como o do novo ensino médio, que advogam por um processo de ensino e aprendizagem focado em habilidades e competências, empregabilidade, projeto de vida, empreendedorismo, etc. Vejamos um comentário do sociólogo francês mencionado acima:

A escola neoliberal tem como alicerce a eficiência, o desempenho, a rentabilidade. E, portanto, cada indivíduo deve se ver, rapidamente e desde cedo, como um empreendedor de si mesmo, um gestor de si mesmo, portanto, que cada um se considere um “capital” (Laval, 2019, p. 24).

Nesses termos, temos uma escola fragmentada pelo caráter ideológico da razão instrumental, que sob o discurso de uma suposta modernização do país, fetichiza a técnica como determinante do desenvolvimento humano, retirando da formação de jovens do ensino médio conhecimentos relativos à historicidade e às relações de poder que envolvem suas existências. Compreendo que as estratégias adotadas pelas políticas educacionais implementadas nos últimos anos têm tido impacto direto na escola e no ensino médio público, com destaque para o novíssimo ensino médio (Lei nº 14.945/2024)



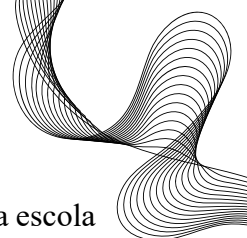
que, ao invés de suprimir, avança e estabelece com ainda mais força o dualismo estrutural, tornando estudantes da classe trabalhadora da escola pública indivíduos abstratos e deslocando ainda mais o conhecimento e aprendizagem produzidos na escola das condições objetivas e materiais de existência.

É nesse contexto de uma educação e de uma escola forjada sob a égide da colonialidade do poder e de um dualismo estrutural do ensino médio que me questiono sobre onde está a sociologia e o que ela pode fazer nesse contexto. Entendo que existem algumas possibilidades e contribuições, sobretudo no que se refere ao campo do ensino de sociologia na escola e no ensino médio público.

Retomando a velha questão: por que ensinar sociologia na escola básica (pública)?

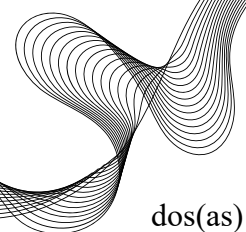
O ensino de sociologia comparece como disciplina obrigatória e institucionalmente legalizada em escolas das redes públicas e privadas de ensino médio no Brasil desde a promulgação da Lei nº 11.684/2008. Dados do último Censo Escolar apontam que existem 7,8 milhões de estudantes matriculados no ensino médio com a seguinte distribuição: 98,5% em escolas estaduais, 3,1% na rede pública federal e 13,2% na rede privada (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024). Em linhas gerais, num panorama atual da educação de nível médio brasileira, 81,2% de jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio na rede pública e privada do país (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2024).

Esses dados nos apontam duas questões: i) o alcance



considerável de jovens que a sociologia tem alcançado na escola básica é gigantesco no Brasil, ou seja, cada vez mais jovens têm acesso ao ensino escolar de sociologia; e ii) a concentração de matrículas em escolas públicas, consideravelmente maior do que na rede privada, deveria implicar em considerações por parte de professores, pesquisadores e estudantes das ciências sociais no que se refere à formação de um corpo docente de sociologia preparado e qualificado para lidar com a realidade do sistema público de educação e com o público-alvo desse ensino (jovens atravessados por experiências de desigualdades e opressão de classe, raça, gênero, sexualidade, dentre outros).

Já existe uma intensa discussão em torno do que ensinar no ensino de sociologia na educação básica. Inclusive, discussões sobre os objetivos das práticas de ensino de sociologia na escola pública que, segundo Amaury Cesar de Moraes (2014), oscilam entre três perspectivas envolvendo tensões ideológicas específicas. A primeira, inclinada mais à direita do espectro político-ideológico e largamente propagada pela mídia, situa o ensino de sociologia como sinônimo de socialismo e assume o currículo e as disciplinas escolares de um ponto de vista conservador e preconceituoso. A segunda, vinculada mais à esquerda e comumente debatida entre docentes e intelectuais da área, fundamenta o ensino sociológico na escola a partir de uma concepção de mundo marxista. Por fim, a terceira tensão, geralmente criticada por docentes e intelectuais mais progressistas, considera mais os aspectos formativos (teorias, conceitos e métodos sociológicos) do que aspectos de uma sociologia escolar mais engajada e concatenada com a realidade

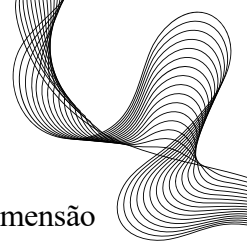


dos(as) jovens e da escola, defendendo a utilização da sociologia como ferramenta de alfabetização científica no ensino escolar.

Frente a essa discussão, gostaria de situar que, anterior à questão do que e do como ensinar sociologia para jovens, acho que seja mais prudente que professores e pesquisadores na escola e na universidade instiguem os futuros professores de sociologia à antiga questão do porquê ensinar sociologia na escola básica e, mais precisamente, na escola de ensino médio pública, frente às tensões e desafios que a educação brasileira tem atravessado. A saber, falta de interesse crescente pela carreira do magistério e insistente investida neoliberal para conservação do dualismo estrutural do ensino médio.

Recorro como argumento favorável ao ensino de sociologia na escola a fim de sustentar a potência dessa área disciplinar na escola pública, em específico, a partir do argumento de que existe – ou deveria existir – uma relação intrínseca entre a formação do(a) cientista social e/ou sociólogo(a) e do(a) professor(a) de sociologia para a educação básica. Por isso, motivado a partir da leitura dos sociólogos Pierre Bourdieu (2019, 2021, 2025) e Alberto Guerreiro Ramos (1954, 1995) e do educador progressista e patrono da educação brasileira Paulo Freire (2014), proponho um exercício de artesanias intelectuais com bases nesses referenciais para seguir pensando – e problematizando – o porquê de ensinar sociologia para jovens do ensino médio da rede pública.

Os dois primeiros sociólogos, resguardadas as especificidades teóricas, epistemológicas e metodológicas de suas contribuições e trajetórias acadêmicas, fazem defesa da profissão

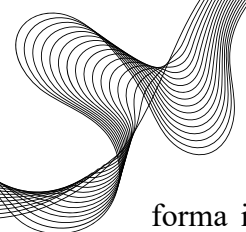


de sociólogo que, em minha perspectiva, revela uma dimensão ainda pouco discutida no interior dos cursos de ciências sociais, a dimensão educativa da formação e da profissão de sociólogo. Já o último educador contribui com perspectivas críticas em relação à função social e intervenção social da educação e do ensino. A articulação teórica entre esses autores me ocorre por compreender que a escola pública (que fica entre o âmbito privado da família e o público da sociedade civil) constitui e medeia um espaço potente de transição dos(as) jovens para o mundo e a vida política, e as ciências humanas e sociais, mais especificamente a sociologia, têm função estratégica nesse âmbito.

Bourdieu e a sociologia como esporte de combate

Para Pierre Bourdieu (2019), a sociologia é uma ciência que incomoda por essência, dado que seus métodos de interpretação e análise da realidade social contribuem para desvelar relações de poder e violência simbólica frequentemente naturalizadas na vida cotidiana. Assim sendo, o cientista social ou sociólogo incomoda porque tem como objeto de estudo campos de lutas em que se travam disputas específicas, as quais existem agentes sociais dispostos a lutar pela manutenção e/ou subversão de determinados privilégios e relações de poder. Cabe, portanto, à sociologia e aos sociólogos(as) problematizar e desvelar relações (incorporadas) de poder e desigualdade.

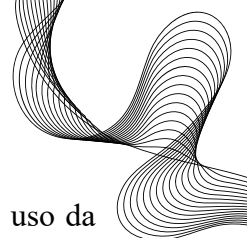
Segundo o autor, o poder simbólico é uma espécie de força invisível que molda as percepções, práticas e relações sociais, organizando o funcionamento do tecido social de



forma invisível, de modo que mesmo aqueles indivíduos que fazem parte do grupo social dominado por lógicas de violência e desigualdades, não conseguem se perceber como tal. A explicação para esse fenômeno é a de que existe “uma espécie de dominação estrutural que se deve ao fato e pelo fato de pertencermos a campos sociais, nós tendemos a incorporar as próprias estruturas do mundo, de modo que aplicamos a esse mundo as categorias de percepção que lhe convém” (Bourdieu, 2025, p. 25).

Portanto, o incômodo em relação ao uso científico da sociologia ocorre porque esta tem o objetivo de demonstrar como esse poder simbólico opera em nossa sociedade com a colaboração, cumplicidade e até mesmo contribuição dos indivíduos dominados. A sociologia “desvela coisas escondidas e por vezes recalçadas”, confrontando “sem parar aquele que a pratica com realidades rudes; desencanta” (Bourdieu, 2025, p. 24-25). O sociólogo francês Bernard Lahire, contemporâneo de Bourdieu, concorda com seu colega a respeito da dimensão crítica e desveladora da profissão do sociólogo, fazendo eco ao seu argumento quando afirma:

As ciências sociais têm por objetivo fazer ascender a realidades que permanecem invisíveis frente à experiência imediata. Por seu trabalho coletivo de reconstrução paciente, elas oferecem imagens particulares do mundo social, de suas estruturas, das grandes regularidades ou dos principais mecanismos sociais que os regem (Lahire, 2014, p. 48).

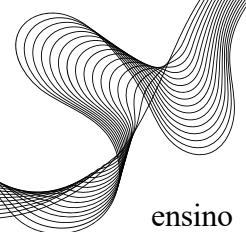


É por este motivo que Bourdieu argumenta pelo uso da sociologia como *esporte de combate*, fazendo tácita alusão à importância do uso rigoroso de conceitos e construtos sociológicos como ferramenta de análise, intervenção nas mazelas sociais⁷². Nas palavras do próprio autor, a sociologia como *esporte de combate* é “um meio de defesa pessoal. Basicamente, você pode usá-la para se defender, sem ter o direito de utilizá-la para ataques covardes” (Bourdieu, 2002).

Mas por que o sociólogo faz essa analogia da sociologia a um esporte de combate? Porque, assim como no esporte, em que o confronto entre os oponentes ocorre de modo direto, à sociologia cabe a tarefa de mobilizar habilidades específicas de observação, interpretação e análise crítica da realidade a fim de enfrentar oposição e resistência por parte daqueles que têm interesse em manter ou modificar determinadas estruturas sociais de acordo com seus próprios interesses. Portanto, o(a) sociólogo(a) - e o(a) professor(a) de sociologia na educação básica - não é um profissional neutro e apartado das lutas (materiais e simbólicas) políticas que perfazem o tecido social. Nesse aspecto, a produção e o uso de teorias e conceitos científicos da sociologia se fazem necessários, pois podem contribuir para a construção de outras categorias de percepção da estrutura e do mundo do social (Bourdieu, 2021, 2025).

Mas que teorias e conceitos sociológicos devem ser utilizados pelo(a) sociólogo(a) e docente de sociologia? De qual

⁷² Para um maior aprofundamento do entendimento que Pierre Bourdieu faz dos usos da Sociologia como ciência, recomenda-se assistir ao documentário *A Sociologia é um esporte de Combate*, documentário que acompanha palestras, entrevistas e diálogos concedidas por Bourdieu, dirigido por Pierre Charles. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T1bAd2hwQms>.

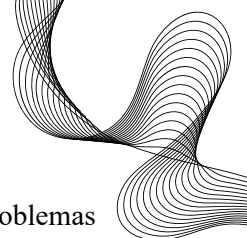


ensino de sociologia estamos falando? Para quem se ensina sociologia na escola (e na universidade)? A partir de agora, sigo fazendo considerações a respeito do por quê ensinar sociologia para jovens da escola pública, porém me aproximando dos argumentos do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos no que se refere à produção e uso de uma sociologia mais autenticamente nacional, regional e local. Por fim, apresento como argumento central deste capítulo, que o ensino de uma sociologia dinâmica na escola pública pode fortalecer ainda mais a defesa bourdieusiana do uso da sociologia como esporte de combate. E, mais especificamente no campo do ensino de sociologia, pode sustentar e fomentar a formação nos e nas jovens estudantes da educação básica da passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica e reflexiva de suas realidades.

Guerreiro Ramos e uma sociologia brasileira autêntica e dinâmica

A postura crítica em relação ao uso de metodologias e modelos teóricos de interpretação da realidade que deve fazer o cientista social e/ou sociólogo(a) é melhor trabalhada e problematizada pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos que, no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em sua *Cartilha do Aprendiz de Sociólogo*, destaca que a:

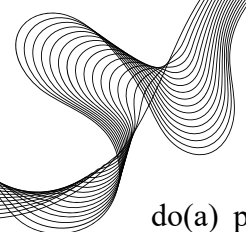
a organização do ensino de sociologia nos países latino-americanos deve obedecer aos propósitos fundamentais de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os



capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam” (Ramos, 1995, p. 105-106).

A crítica realizada pelo sociólogo é a de que cientistas sociais e sociólogos brasileiros deveriam dispensar o uso indiscriminado de teorias e métodos importados das ciências sociais e da sociologia feitas de fora da realidade latino-americana e brasileira, utilizando-se de problemas de pesquisa (teóricos e empíricos) que engendrassem teorias e métodos próprios e concatenados à nossa própria realidade. Em síntese, a ideia do autor era “estimular que se cortassem os cordões umbilicais que têm tornado esta disciplina um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano” (Ramos, 1995, p. 107). O recurso proposto pelo autor é a substituição de uma sociologia enlatada (inautêntica e de pouca correspondência com a realidade nacional e regional do país) por uma sociologia dinâmica (autêntica porque expressa a interpretação sociológica a partir da realidade brasileira e se coloca a produzir uma ciência sociológica que tenha como base a intervenção social).

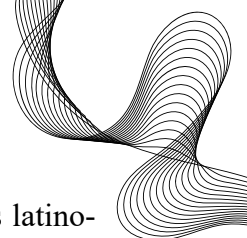
A sociologia enlatada corresponde a uma prática de ensino de sociologia sem relação com a realidade nacional e até mesmo regional dos(as) estudantes. O(a) docente simplesmente replica, tal como o cientista social ou sociólogo profissional, temas, teorias e métodos importados de uma sociologia estrangeira que pouco ou nada condizem com a sociologia da realidade brasileira. Já o uso de uma sociologia dinâmica proposta por Guerreiro Ramos estaria relacionada a uma postura



do(a) professor(a) de sociologia que fizesse dialogar teorias, temas e métodos sociológicos com a realidade da comunidade, da escola e dos(as) discentes. Esse fazer sociológico – na prática profissional do(a) cientista social/sociólogo(a) e ou na docência de sociologia na escola – requer um envolvimento mais crítico e de estranhamento do próprio profissional das ciências sociais para com as teorias e métodos empregados pela sociologia no decorrer de sua história. Nesse sentido:

O que se pede ao ensino de sociologia é que ele desenvolva no educando a capacidade de autonomia e assenhoreamento das forças particulares da sociedade em que vive. O ensino de sociologia não deve distrair o educando da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país (Ramos, 1954, p. 56).

A meu ver, as propostas de usos profissionais da sociologia pelos cientistas sociais e sociólogos de Pierre Bourdieu (sociologia como esporte de combate) e Guerreiro Ramos (sociologia enlatada x sociologia dinâmica) constituem declarações flagrantes do papel educador e formativo do(a) cientista social e do(a) sociólogo(a). Em Bourdieu, cabe ao sociólogo(a) contribuir para que uma sociedade, através dos usos teóricos, temáticos e metodológicos da sociologia, se afaste de relações de poder simbólicas e violentas e, portanto, seja destituída do uso pleno da democracia e do exercício da cidadania em sociedade. Por sua vez, em Guerreiro Ramos, observamos a defesa de que somente uma sociologia eminentemente latino-americana, ou seja, orientada por métodos e teorias genuinamente constituídos

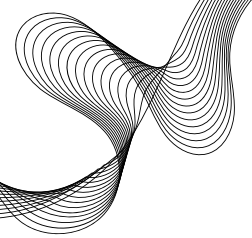


desde e a partir das experiências de homens e mulheres latino-americanos, pode ser capaz de gerar uma sociologia dinâmica que se faça em “mangas de camisa”, ou seja, uma sociologia pragmática e engajada com a realidade social que faça frente aos desafios e demandas de nossa sociedade e que rompa com a abstração e o distanciamento acadêmico.

Mas e o que isso tem a ver com o ensino e com o professor e a professora de sociologia na escola pública? Tudo! Como se pode observar, à luz desses dois proeminentes sociólogos, às ciências sociais e à sociologia cabe a tarefa de desnaturalizar e propor alternativas cientificamente orientadas de compreensão e intervenção de uma estrutura social real e crível ao indivíduo. Mas e ao(a) professor(a) de sociologia, o que cabe? Em um último exercício de artesanaria sociológica, proponho uma articulação com a pedagogia como prática de liberdade e resistência de Paulo Freire a fim do uso da sociologia dinâmica – e, portanto, engajada com as demandas sociais brasileiras – como ferramenta que medeia processos de formação mais críticos entre os(as) jovens estudantes.

Paulo Freire e bell hooks: a educação como prática de liberdade e resistência

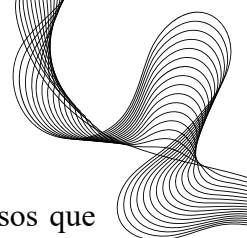
Álvaro Vieira Pinto, professor, intelectual e filósofo brasileiro contemporâneo de Paulo Freire, faz uma definição de consciência ingênua e consciência crítica que dialoga com a perspectiva de consciência freireana e nos ajuda a problematizar o ensino de Sociologia na escola básica:



a **consciência ingênua** é, por essência, aquela que não tem consciência dos fatores e condições que a determinam. A **consciência crítica** é, por essência, aquela que tem clara consciência dos fatores e condições que a determinam (...) de fato, é uma consciência permanentemente atenta em denunciar as influências a que está submetida e criticá-las (Vieira Pinto, 1960, p. 83-85, grifos meus).

Na perspectiva do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, a educação libertadora é um exercício constante de reflexão e ação sobre e na prática que incide numa forma de ensinar e aprender que envolve docentes e discentes em uma teia relacional com o conhecimento do mundo que os rodeia. Através do conceito de conscientização, o autor define a forma como as pessoas percebem o mundo, a si mesmas e transformam suas próprias realidades em movimento de ultrapassagem da “esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (Freire, 1979, p. 19). Dentro dessa perspectiva, ele diferencia dois tipos de consciência: a consciência ingênua e a consciência crítica.

A consciência ingênua refere-se a uma visão superficial da realidade. Nela, as pessoas tendem a aceitar as situações como naturais ou imutáveis, muitas vezes culpando o destino, a sorte ou fatores individuais por problemas que, na verdade, têm raízes sociais e estruturais. Nesse estágio, não há uma reflexão profunda sobre as causas das injustiças e desigualdades sociais. O mundo é pensado como dado e imutável e a justificativa

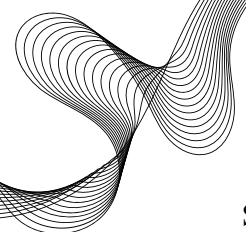


para as questões sociais é geralmente atrelada a discursos que naturalizam ou biologizam a vida.

Já a consciência crítica é o oposto. Trata-se de uma postura ativa e reflexiva diante do mundo. No desenvolvimento da consciência crítica, a pessoa passa a enxergar os problemas sociais de forma mais ampla, entendendo suas causas históricas e estruturais, reconhecendo-se como sujeito capaz de transformar a realidade por meio da ação coletiva. Para o educador, o desenvolvimento da consciência crítica é essencial para a libertação e a transformação social.

O(A) professor(a) de sociologia e o(a) cientista social – duas faces da mesma moeda

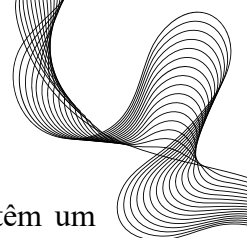
Como educador e pesquisador, tenho me perguntado porque tem havido um desinteresse tão grande por parte do Estado, dos cientistas sociais, pesquisadores, estudantes e docentes universitários pelo ensino de sociologia e docência na escola básica. Diante do material levantado acima, constata-se que alguns fatores externos às ciências sociais contribuem para esse desinteresse em relação ao professor de sociologia. Entre esses fatores externos estão: a crise crônica enfrentada pelo magistério (público) brasileiro, que vê sua fase aguda no desinteresse e baixa conclusão de cursos de licenciatura; o desprestígio da carreira docente; os baixos salários e o capital simbólico cada vez mais desvalorizado do docente; baixa infraestrutura e condições precárias de trabalho; políticas educacionais (como o novíssimo ensino médio) que desvalorizam cada vez mais a carreira do magistério em humanidades na educação escolar, dentre outros.



Soma-se a esse desinteresse o que considero um fator interno às ciências sociais. A formação do cientista social brasileiro ainda é fortemente marcada por uma herança colonial de cunho bacharelesco e enciclopédico, com pouca relação com a realidade nacional. Esse fator, embora esteja sendo fortemente criticado e reavaliado em diversos cursos de ciências sociais, concentra um número considerável de adeptos na academia, fazendo-os investir maciçamente em currículos de formação de cientistas sociais que foquem e abriguem uma representação social do “legítimo” cientista social como pesquisador e intelectual, relegando ao professor de sociologia a função de mero reproduzidor de teorias sociológicas.

Obviamente não se pode negar a existência cada vez mais intensa de uma rede de educadores, estudantes, pesquisadores e entidades representativas da categoria, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs) e da Sociedade Brasileira de sociologia (SBS), envolvidos em projetos de alicerçamento do ensino de sociologia no país. Em relação a isso, uma diversidade de estudos vem apontando para o aumento considerável de discussões em torno do tema de ensino de sociologia, em grupos de pesquisa e programas de pós-graduação. Por último, é interessante notar que a inclusão de concursos públicos para professor da área de ensino de sociologia que vem aumentando junto às universidades públicas federais e estaduais no país, soma-se a essa preocupação com a qualidade do ensino e docência de sociologia na escola básica.

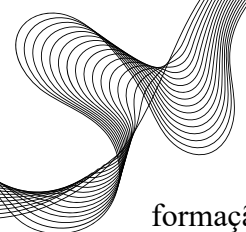
Contudo, ainda se observa uma dificuldade de articulação entre as habilitações do bacharelado e da licenciatura em ciências sociais. Isso porque, para muitos cientistas sociais, as



ciências sociais – e a sociologia propriamente dita – têm um trajeto inteiramente distinto da educação. Para eles, a educação é um campo de estudos prolífero para análise e teorização sociológica das mais diversas. É como se os cientistas sociais se vissem com um outro olhar. Como se tivessem um saber (teórico, metodológico e epistemológico) completo e verdadeiro a respeito de todos os assuntos relacionados ao social, o que inclui temas e questões educacionais (desigualdades, violência, currículo escolar, fracasso escolar, etc.).

É como diz um antigo provérbio: “casa de ferreiro, espeto de pau”, ou seja, os cientistas sociais apresentam um olhar crítico em relação ao social, mas acabam apresentando um olhar extremamente ideologizado em relação ao seu próprio processo como formadores, sobretudo no ensino básico. É como se acreditassem que têm um olhar “a mais” que os educadores não têm, fazendo-os ter acesso às respostas que os educadores não possuem. Fundamento esta afirmação em diálogos que tenho tido com colegas e estudantes de pós-graduação que, ao se interessarem pela docência na ocasião do mestrado e doutorado, se dão conta de que não possuem a formação em licenciatura e, portanto, não dispõem dos conhecimentos e ferramentas necessárias para o exercício pleno e qualificado do magistério. É comum que, nesses casos, esses agentes retornem à universidade para concluir a licenciatura em ciências sociais ou realizem uma formação pedagógica complementar.

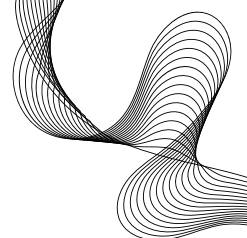
Uma outra questão que deixa premente essa relação ambígua entre o professor de sociologia e o cientista social é que, mesmo nos cursos de mestrado e doutorado em sociologia ou ciências sociais, pouca ou nenhuma atenção se dá para a



formação didático-pedagógica do estudante de pós-graduação que, a priori, está fazendo uma formação específica na área para a pesquisa e à docência no magistério superior. É de se estranhar que uma área que já possui discussões profícuas na área do ensino de sociologia não se debruce e tensione sobre como se dará a prática didático-pedagógica e docente no interior de seus próprios cursos.

Com isso, os cientistas sociais acabam por naturalizar o próprio ensino de sociologia, como se tivessem um preparo e uma capacitação prévias – pelo fato de dominarem teorias sociológicas clássicas e contemporâneas ou metodologias de pesquisas sociológicas – isentando-se de um preparo específico para a docência. Em suma, é como se todos os cientistas sociais já soubessem previamente o que e como ensinar sociologia pelo simples fato de dominarem teorias sociológicas.

Entendo que seja absolutamente necessário e fundamental que os cientistas sociais abram espaços de diálogo mais democráticos e menos hierárquicos com a educação, com docentes de sociologia em atividade na educação básica e com educadores. Esses espaços podem ser essenciais para pensar quais relações podem ser mais estratégicas entre a sociologia e a educação, para não existir apenas a Sociologia da Educação tal como ela tem sido apresentada na formação docente dos licenciados em ciências sociais. É preciso fomentar na academia um processo que possibilite ao(a) cientista social que se afaste de formas onipotentes, caprichosas e imprecisas de ensinar, de modo a levá-lo(a) a compreender a complexidade do fenômeno educativo e das práticas de ensinar a aprender e que, portanto, ele(a) também não tem um saber prévio de como formar



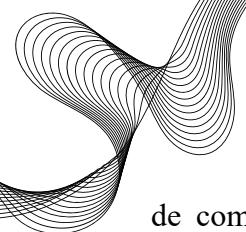
cientistas sociais e professores de sociologia.

O(a) cientista social precisa aprender, também precisa estudar e apropriar-se das teorias e metodologias da educação para ensinar e formar futuros cientistas sociais e docentes de sociologia. A pesquisa a respeito do professor e do ensino de sociologia na escola de educação básica está apenas começando e deve ser um problema de professores(as), pesquisadores(as) e estudantes da licenciatura e do bacharelado em ciências sociais, de docentes de sociologia da educação básica e cientistas sociais brasileiros. É a partir de uma perspectiva colaborativa e de rede que deve ser possível superarmos práticas de formação em sociologia enlatadas para, finalmente, abrigarmos modos de ensinar e aprender na formação de professores de sociologia e cientistas sociais que abriguem uma sociologia dinâmica, autêntica e como esporte de combate às opressões sociais.

Considerações finais

A contribuição do pensamento dos intelectuais mencionados no texto para o ensino da sociologia na escola pública é fundamental para a construção de uma educação mais consciente, crítica, reflexiva e transformadora da realidade social. Ainda que resguardadas as diferenças epistemológicas que fundamentam e orientam o pensamento desses autores, compreendo e faço uso de algumas de suas propostas intelectuais numa perspectiva engajada e política de fazer pensar e problematizar o ensino de sociologia como disciplina curricular em escolas da rede pública.

Nesses termos, as propostas de sociologia como esporte

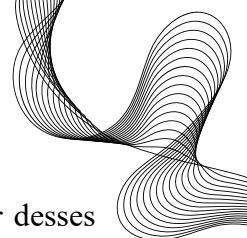


de combate e sociologia em mangas de camisa, em diálogo com a proposta de um ensino como prática de liberdade que se coloque em defesa da formação de uma consciência crítica dos(as) estudantes, colocam em diálogo a função social e de transformação da realidade a qual deve se comprometer o(a) cientista social/sociólogo(a) com o fazer do(a) professor(a) de sociologia na educação básica, a saber: desnaturalização, estranhamento e problematização da realidade social.

Paulo Freire, ao defender uma pedagogia libertadora baseada no diálogo, na problematização da realidade e na formação de uma consciência crítica, oferece fundamentos essenciais para um ensino que valoriza a participação ativa dos(as) estudantes e os(as) estimula a questionar as estruturas sociais.

Pierre Bourdieu, com sua análise da reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional, por meio dos conceitos de violência e poder simbólico, e de sua proposta de uma sociologia como esporte de combate, permite ao ensino de sociologia revelar como as práticas sociais podem reforçar ou combater a reprodução social.

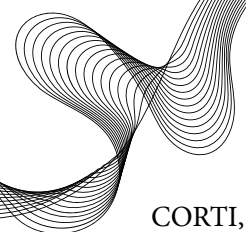
Por fim, Guerreiro Ramos, ao propor uma sociologia dinâmica (em contraposição a uma sociologia enlatada) voltada à realidade brasileira e ao pensamento autêntico e engajado (sociologia em mangas de camisa), convida educadores e estudantes a superarem modelos importados de conhecimento e a desenvolverem uma compreensão crítica e enraizada nos desafios nacionais e regionais.



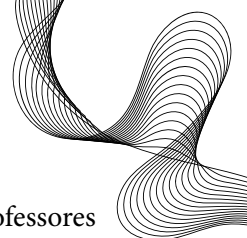
A reflexão sobre o ensino de Sociologia a partir desses autores contribui para uma abordagem pedagógica que rompa com o ensino bancário e promova a emancipação intelectual dos(as) alunos(as), incentivando-os a interpretar o mundo social de forma crítica, reflexiva, comprometida e engajada com a transformação da realidade. Nesse sentido, o ensino de sociologia nas escolas públicas, lugar onde encontramos uma maior diversidade de indivíduos atravessados pelas mais diversas políticas de dominação interligadas (raça, gênero, classe, sexualidade, etc.), ganha potência como espaço de formação cidadã e de fortalecimento da democracia brasileira.

Referências

- ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Ensino Médio. Todos pela Educação, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-4-ensino-medio.html>.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BOURDIEU, A sociologia como esporte de combate. Direção: Pierre Charles. 2002. 1 vídeo (2h 26min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIbAd2hwQms>. BOURDIEU, Pierre. Sociologia geral: habitus e campo. Petrópolis: Vozes, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. Sociologia geral: política e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2025.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.



- CORTI, Ana Paula. Ensino médio: entre a deriva e naufrágio. In: CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DALLABRIDA, Norberto. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 93-110, 2004.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da liberação. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.
- GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MAÇAIRA, Júlia Polessa. O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



- MORAES, Amaury Cesar. Ciência e ideologia na prática dos professores de sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, 2014.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. Rio de Janeiro: Est. de Artes Gráficas C. Mendes Jr., 1954.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. Consciência e realidade nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v. 2.